UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RICARDO NEVES STREICH

Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras de José Carlos
Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2015

RICARDO NEVES STREICH

Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras de José Carlos
Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lígia Coelho
Prado

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SS914i Streich, Ricardo Neves
Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras
de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar
Tenório / Ricardo Neves Streich ; orientadora Maria
Lígia Coelho Prado. - São Paulo, 2015.
218 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Revolução Mexicana. 2. José Carlos Mariátegui.
3. Tristán Marof. 4. Oscar Tenório . 5.
Intelectualidade (América Latina). . I. Prado, Maria
Lígia Coelho , orient. II. Título.

STREICH, Ricardo Neves. **Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha família pela paciência, pelo carinho, pela compreensão (e não apenas no processo de redação dessa dissertação, mas na vida inteira). Helmuth Streich, Francisca Carmo das Neves Streich e Annelise Neves Streich são os nomes das paredes da minha fortaleza, com quem eu sei que sempre poderei contar. Palavras não são suficientes para demonstrar minha gratidão pelo amor incondicional.

À Professora Maria Lígia Coelho Prado agradeço profundamente pelo esforço e pela atenção no trabalho de orientação. Em nossa relação não encontrei apenas o rigor historiográfico e a dedicação pedagógica que marcaram suas aulas, mas tive o privilégio de conviver com um exemplo de integridade intelectual e de humanidade imensurável. A cada correção, a cada reunião, a cada conversa eu tive a certeza que sair da Faculdade de Economia foi a decisão mais correta que tomei em minha vida. Professora, esse trabalho não seria possível sem você.

Agradeço também ao Professor Carlos Alberto Barbosa Sampaio pela leitura atenta e pelas valiosas colaborações ao meu relatório de qualificação. Também à Profa. Gabriela Pellegrino Soares, cujas concepções acerca do ofício do historiador sempre me serviram de estímulo, que, além das ricas contribuições na ocasião do exame de qualificação, supervisionou o meu estágio PAE e me proporcionou uma das experiências mais férteis em todo o meu período de formação.

Ainda do Departamento de História da Universidade de São Paulo, é imperativo agradecer às Professoras Maria Helena Rolim Capelato e Stella Maris Scatena Franco Vilardaga pelo carinho e pela prontidão com a qual sempre generosamente me atenderam. Vivian Urquidi e Wagner Iglecias, professores do PROLAM-USP, também foram nomes importantes pelas experiências compartilhadas, pelo acolhimento e pela gentileza com que sempre se dispuseram a colaborar e tirar minhas dúvidas.

Mike Gonzalez, Ricardo Melgar Bao, Ricardo Portocarrero Grados, Hernán Topasso são professores estrangeiros que me estimularam nessa empreitada, por isso, e pela troca de ideias e materiais, gostaria também de lhes agradecer.

Da turma de 2006 da História (e se passaram quase 10 anos!), amigos e companheiros intelectuais que tive a sorte de fazer para a vida inteira. Meus sinceros

agradecimentos a Danilo Barolo e Edson Pedro, pelo exemplo de maturidade e perseverança intelectual; A Fernando De Martini, pelas tortas, pelos conselhos e pelas ótimas sacadas que fazem rir e pensar; Natália Frizzo companheira de inestimável valor, cuja sensibilidade sempre me motivou a ir adiante; André Ponce amigo de todas horas, cuja generosidade e sonhos sempre me ajudaram a seguir em frente.

Ao amigos da FFLCH meu “muito obrigado” pelo afeto e pelas reflexões à frente da biblioteca que tornaram a vida mais instigante e divertida: Glalce Finotelo (mamãe!), Leandro Marques, Mariana Ribeiro, Homero Santos, Jonas Mur e Pedro Costa; João Victor Kosicki e Marcos Camolezi, mesmo que a distância, também são nomes a serem lembrados pela generosidade intelectual que sempre marcaram nosso convívio. Eliel Cardoso e Douglas Romão pelos conselhos, pelo conforto e pelo intenso intercâmbio intelectual que sempre abriu minhas concepções filosóficas, políticas e existenciais. Não é todo mundo que tem a sorte de conhecer um primo e escolher um irmão na pós-graduação.

Ao grupo de Mariateguistas que vem se consolidando nos congressos dos últimos anos. Vínculos que ultrapassaram o nível acadêmico e se tornaram valiosas amizades por conta do companheirismo de Bernardo Soares e de Deni Rubbo; A André Kaysel e Sydnei Melo, agradeço especialmente a generosidade e a troca de ideias que muito colaboraram pra enriquecer esse trabalho.

Aos colegas latino-americanistas que a cada encontro, ao longo dos anos, renovaram minha paixão pela história de nosso continente. Carlos Suarez, Thaís Virga, Margarida Nepomuceno, Bruna Muriel, Brisa Araújo, Aiko Amaral, Flávia Loss, Waldo Lao e Wilbert López (a quem agradeço muitíssimo por toda a gentileza e ajuda na minha viagem a La Paz). Também é necessário citar todos os amigos do LEHA, que proporcionam um ambiente de ricas trocas de ideias. Dentre estes, destaco o companheirismo de Valdir Santos, Luciano dos Santos, Ulisses Alves, Romilda Motta, Flávio Francisco, Eça Pereira, Alexsandro Silva, Rodolpho Gauthier, Emílio Colmán, Mariana Silveira, Laís Olivato, Rodrigo Vianna, Patrícia Guimarães, Livia Rangel, Ângela de Oliveira e Eustáquio Ornellas.

Já entre os colegas da FEUSP cito Louisa Mathieson (pelo exemplo de dedicação intelectual e generosidade, na ocasião do meu exame de qualificação), Priscila Silva (alecrim!), Daniel Marcolino, Maria Stelo, Maria da Glória, Mariana Rocha, Marcos

Paulo Hirayama, Robson Bello e Vânia Gonzalez pelos sorrisos e trocas de ideias no cotidiano, além da força nos momentos difíceis.

Minhas eternas “chefinhas” do MAC-USP, Andrea Amaral e Silvana Karpinski, que sempre me estimularam ao “cri-criticismo”. Com vocês eu dei meus primeiros passos e, por isso, serei eternamente grato.

Às novas amizades dessas que a vida nos apresenta nos momentos mais pertinentes, Livia Orsatti e Ana Beatriz Mauá Nunes, cujos sorrisos me ajudaram a ressignificar a vida solitária na Universidade de São Paulo. O apoio e o carinho de vocês foi fundamental nessa jornada, muito obrigado.

Aos moradores e agregados do Rio Pequeno Márcio Pinho Botelho, Ramón Ordonhes, Tadeu Costa, Ana Paula Salviatti e Bruno Galeano que sempre me proporcionaram o prazer dos grandes desafios intelectuais e políticos. O companheirismo de Ellen Pereira também foi fundamental durante o tempo em que dividimos nossa trajetória.

A todos os amigos que cultivei fora da USP nesses anos todos: Joeverson Evangelista, pelo estímulo e pelos desafios, da filosofia ao futebol, que muito me engrandecem; Regiane Mançano, pela rica troca de ideias, pelo carinho e pela leitura atenta de trechos dessa dissertação; Lucas Cruz pelo companheirismo e por todo apoio nos momentos mais difíceis dessa trajetória; Tiago Bosquê pelo sarcasmo inteligente e bom gosto musical que tornou esse trabalho mais fácil; Lionela Carolina Marques pelo carinho que sempre tornou meus dias mais fáceis; Jáider Rosado e Denise Spirandelli, casal cuja serenidade possibilita tão agradável convivência. É fundamental citar Raoni Garcia pela colaboração na tradução do resumo.

Aos amigos bibliotecários que nunca deixaram cessar as utopias. O meu caminho tem muito dos seus passos. Daniel Terrível, irmão de longa data, companheiro de primeira-viagem, obrigado pela confiança e pela compreensão; Adriano Queiroz pelo estímulo em superar limites e quebrar paradigmas, além do bom humor que faz as reflexões mais inteligentes; Patrícia Oliveira, exemplo de perseverança e integridade, muito obrigado pela inspiração e pela confiança.

A todos os funcionários das Bibliotecas e Arquivos em que tive a chance de fazer pesquisa. Na Bolívia: Biblioteca Flaviadas, Biblioteca do Banco Central da Bolívia,

Biblioteca Central da Univesidad Mayor de San Andrés e Arquivo Municipal de La Paz. No Peru, o Arquivo da Casa-Museo José Carlos Mariátegui (em especial as figuras de Alfredo, Augusto e Roxina que tão bem me acolheram), e as Bibliotecas da Universidad Nacional Mayor San Marcos e da Pontificia Universidad Católica del Perú. No Brasil, precisam ser citadas as bibliotecas da FFLCH-USP, FD-USP, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade e a Biblioteca da Fundação Oswaldo Cruz (Manguinhos) no Rio de Janeiro.

Por fim, mas não menos importante, esse trabalho não seria possível sem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Como de praxe, os eventuais equívocos do trabalho são de minha inteira responsabilidade.

A todos vocês, meu MUITO OBRIGADO.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

WALTER BENJAMIN

¡América Latina!

*¡América Latina! ¡En un tropel de heraldos
que doman la soberbia de una montaña azul,
te inicias en la vida llevando entre sus venas
cien epopeyas sacras en flor de juventud!*

*¡América Latina! ¡Mitad del universo!
¡Te crispas en el globo como gesto de Dios,
y siento que te agitas con el divino apresto
de un músculo infinito que va a empañar el sol!*

CESAR VALLEJO

RESUMO

STREICH, Ricardo Neves. **Interpretações da Revolução Mexicana: as leituras de José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

O presente trabalho tem por objetivo comparar as interpretações da Revolução Mexicana realizadas por três representantes dos ideais anti-imperialistas na América Latina da década de 1920: o peruano José Carlos Mariátegui, o boliviano Tristán Marof e o brasileiro Oscar Tenório. A partir de seus textos sobre o México, analisamos como estes intelectuais refletiram sobre os significados políticos da Revolução Mexicana no âmbito de seus países e também como a experiência mexicana possibilitou que os autores pensassem (e repensassem) seus projetos políticos, tanto na perspectiva nacional quanto na continental. Também abordamos a circulação de ideias políticas na América Latina, demonstrando a singular importância deste evento para a geração de intelectuais do período em pauta.

Palavras-chave: Revolução Mexicana. José Carlos Mariátegui. Tristán Marof. Oscar Tenório. Intelectualidade (América Latina).

ABSTRACT

STREICH, Ricardo Neves. **Interpretations of Mexican Revolution: the analysis of José Carlos Mariátegui, Tristán Marof and Oscar Tenório.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

This study aims to compare the interpretations of the Mexican Revolution made by three exponents of the anti-imperialist ideals in Latin America of the 1920's: the Peruvian José Carlos Mariátegui, the Bolivian Tristán Marof and the Brazilian Oscar Tenório. From their writings on Mexico, we analyzed how they reflected upon the political meanings of the Mexican Revolution within their own countries. We have also observed how their interpretations of Mexico Revolution sustained their political positions both in their own countries and in a continental perspective. In addition, we have demonstrated the circulation of political ideas in Latin America, showing the singular importance of the Mexican Revolution for the generation of intellectuals of 1920's.

Keywords: Mexican Revolution. José Carlos Mariátegui. Tristán Marof. Oscar Tenório. Intelligentsia (Latin America).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I – INTELECTUAIS E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA DOS ANOS 1920	
1920	28
1. A crise das ideias liberais	28
2. Trajetórias políticas e intelectuais	38
2.1 José Carlos Mariátegui	38
2.2 Tristán Marof	50
2.3 Oscar Tenório	63
 CAPÍTULO II - AS INTERPRETAÇÕES DA REVOLUÇÃO MEXICANA	76
1. A Revolução Mexicana: historiografia e política	76
2. As Interpretações sobre a Revolução Mexicana: Marof, Tenório e Mariátegui	92
2.1 A queda de Díaz e a guerra civil	94
2.2 A condução dos rumos da Revolução	99
2.3 Representações da (e na) Revolução: arte, meio intelectual e educação	107
2.4 A oposição da Igreja	115
2.5 A questão agrária	120
2.6 A organização dos trabalhadores	125
2.7 Anti-imperialismo e a natureza da Revolução	130
3. Breves comparações: notas sobre as leituras da Revolução Mexicana	135
 CAPÍTULO III - O EXEMPLO MEXICANO E IDEIAS DE REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA	138
1. O exemplo mexicano	139
2. Leituras e apropriações do México Revolucionário	150
2.1 José Carlos Mariátegui	151
2.2 Tristán Marof	163

2.3 Oscar Tenório	175
3. Ideias de Revolução na América Latina da década de 1920	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
FONTES	198
Livros	198
Periódicos	198
BIBLIOGRAFIA	200

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de comparar as interpretações sobre a Revolução Mexicana de três importantes representantes das ideias anti-imperialistas latino-americanas dos anos 1920 e início dos 1930. Trata-se do peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), do boliviano Tristán Marof (1898-1979) e do brasileiro Oscar Tenório (1904- 1979). A Revolução Mexicana, evento político mais importante da história do México no século XX, foi levante popular que se iniciou em 1910 e derrubou a ditadura de Porfírio Díaz que governava o México ininterruptamente desde 1884. O caráter popular e os dilemas do processo de reconstrução do México, após a década de Guerra Civil, despertaram o interesse pela geração de intelectuais latino-americanos dos anos 1920. Nesse sentido, Mariátegui publicou seus artigos sobre o México nos jornais limeños entre os anos de 1923 e 1930. Já Marof começou a escrever seu balanço sobre o processo revolucionário mexicano em 1931, logo após ser expulso do México, país que lhe acolhera em seu primeiro exílio. Seu livro, *México de frente y de perfil*, foi publicado em Buenos Aires, no ano de 1934. Tenório, por sua vez, compilou seus artigos sobre a Revolução Mexicana e publicou, em 1928, seu *México Revolucionário: pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências*.

Dos três intelectuais eleitos como objeto de pesquisa, apenas José Carlos Mariátegui tem recebido atenção sistemática dos estudiosos acadêmicos brasileiros. Todavia, a maioria dessas pesquisas se pauta nas características “heterodoxas” do seu marxismo ou na sua abordagem relativa a questões “tradicionais” do pensamento político da esquerda latino-americana, como o “problema da terra”, o “problema do índio” e a denominada “questão nacional”. A contribuição da minha proposta consiste em tomar um aspecto pouco explorado de sua obra¹ e compará-la às obras de dois intelectuais, Tristán Marof e Oscar Tenório, que, até onde tenhamos conhecimento, ainda não foram trabalhados de maneira sistemática no Brasil.

Essa dissertação de mestrado é um desdobramento do meu trabalho de iniciação científica, no qual investiguei a análise de Mariátegui sobre a Revolução Mexicana, justamente buscando compreender a importância desse evento para a formulação de seu

¹ No Brasil existe apenas um artigo publicado sobre Mariátegui e a Revolução Mexicana. PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. **Margem Esquerda**. São Paulo, n.15, 2010.

“marxismo heterodoxo”. Inicialmente, a intenção para o mestrado era a de ampliar o escopo de interpretações marxistas sobre a Revolução Mexicana, já que ela escapou radicalmente do esquema revolucionário cristalizado pelo comunismo stalinista.

A tradição marxista soviética preconizava uma Revolução proletária e urbana, ao passo que a Revolução no México foi rural e indígena. Nesse sentido, Octávio Paz dizia que uma das características fundamentais do processo revolucionário mexicano foi a “escassez de vínculos com uma ideologia universal”.² Ressalvas à afirmação do pensador mexicano são possíveis, já que, por exemplo, a experiência mexicana foi dotada de um anticlericalismo radical. Entretanto, para o propósito desse trabalho, basta lembrar que o país viveu um dos únicos levantes populares, de alcance nacional, do século XX em que os setores marxistas não estiveram entre as principais forças em disputa.

Assim, em função das particularidades da experiência revolucionária do México, julgamos que as interpretações do referido evento seriam um parâmetro interessante para observar o tratamento que os marxistas dos anos 1920 deram às particularidades políticas e históricas da América Latina.

Prosseguimos, então, em intensa busca de escritos dos marxistas que mais se destacaram naquele período, como o cubano Julio Antonio Mella. A intenção inicial também consistia em verificar como os comunistas brasileiros dos primórdios do PCB, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, por exemplo, interpretaram a experiência mexicana. Dessa forma, também poderíamos constatar as conexões entre brasileiros e hispano-americanos, questão que muito nos interessa.

Contudo, apenas José Carlos Mariátegui, dentre os supracitados, havia se dedicado sistematicamente à análise da Revolução Mexicana.³ Por isso, o passo que nos pareceu

² PAZ, Octávio. **O Labirinto da Solidão e Post Scriptum**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984. p.124.

³ É interessante observar que, em geral, os comunistas latino-americanos não analisaram de maneira sistemática a Revolução Mexicana. A razão provavelmente reside no tom de um dos primeiros documentos que a Internacional Comunistas dirigiu especificamente à América Latina. No informe de 1921 intitulado “Sobre a revolução na América” podemos perceber que a experiência mexicana foi bastante criticada: “As revoluções que transtornam periodicamente o México, a Venezuela e outros países não dizem respeito diretamente às massas. Mas devem ser aproveitadas para desenvolver eficazmente o movimento das massas revolucionárias, que exprime os interesses do proletariado e do campesinato pobre. Só um movimento revolucionário este tipo pode libertar os povos da América do Sul da opressão dos exploradores nacionais e do imperialismo americano. O socialismo não fez nada para desenvolver este movimento revolucionário das massas. Na América do Sul, o socialismo traiu escandalosamente os interesses das massas. Não passa de uma miserável combinação ou – como no México – de um esporte semimilitar, semirrevolucionário, ao qual se dedicam alguns aventureiros (por acaso Obregón e seus sequazes também não são ‘socialistas’?). Descreditar este socialismo, aniquilar sua influência, fortalecer os elementos socialistas revolucionários

mais adequado foi buscar interlocutores do escritor peruano que se debruçaram sobre os dilemas mexicanos dos anos 1920. Se a leitura das obras completas do principal rival político de Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre⁴, também não nos trouxe volume significativo de linhas sobre o México, o livro do socialista boliviano Tristán Marof (interlocutor epistolar de Mariátegui) foi uma descoberta bastante significativa, tanto pela riqueza de suas posições analíticas e políticas, quanto pelo ineditismo do autor no Brasil (ainda não há traduções publicadas em português).

A insistência no tema, em especial a busca por um brasileiro intérprete do processo revolucionário mexicano, me levou a alargar o espectro ideológico dos autores com quem pretendia trabalhar. Desse modo, cheguei à figura de Oscar Tenório, cujas posições políticas são bastante distintas das dos marxistas, por se tratar de uma esquerda não alinhada aos quadros do comunismo (que, exceto o peruano Haya de la Torre, recebeu pouca atenção dos estudos acadêmicos e políticos que tratam da América Latina do período). Dessa forma, a presença de Tenório no escopo desse trabalho permite uma reflexão sobre a *circulação de ideias* entre o Brasil e a América Hispânica.

Dessa maneira, temos a chance de problematizar a assertiva de que o Brasil “vive de costas para os seus vizinhos hispano-americanos”. Maria Lígia Coelho Prado refletindo sobre a questão ressalta que o Brasil é, ao mesmo tempo que não é, América Latina, em paráfrase do clássico “A invenção da América” de Edmundo O’Gorman. A historiadora também destaca que após a proclamação da República Brasileira, timidamente, os vizinhos hispano-americanos passaram a ser pauta de nosso debate intelectual. Nesse sentido, houve um esforço intelectual de primórdios do século XX (por exemplo Oliveira Viana e José Veríssimo) que buscou enfatizar a separação entre o Brasil e a “distante América do Sul”.⁵

com o comunismo: esta é a tarefa revolucionária urgente e essencial.” LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012. p. 80.

⁴ Em sua obra de juventude mais importante, *El Antiimperialismo y el Apra*, Haya de la Torre reiteradamente sublinhou a importância da Revolução Mexicana para a elaboração de sua tese do “Estado Anti-imperialista”. Contudo, sua abordagem sobre o evento mexicano se limitou a apresentá-lo como exemplo de Revolução para América Latina. Dessa forma, a ausência de discussões mais variadas sobre os diferentes aspectos da Revolução Mexicana inviabilizou a escolha de Haya de la Torre como objeto desse trabalho de pesquisa.

⁵ PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**. n.145, 2011. p. 127. Para o assunto também ver: BAGGIO, Katia. A “**Outra América**”: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das duas primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 1999. e BETHELL, Leslie. O Brasil e a perspectiva de América Latina

Oscar Tenório é uma figura fascinante para o referido propósito, já que o autor brasileiro reivindicava, a partir de um amplo conhecimento sobre a história e o cenário político da América Hispânica, o ímpeto transformador dos movimentos de reforma universitária que percorriam o continente latino-americano. Por essa razão, chegou a publicar diversos textos em espanhol dos principais nomes da intelectualidade de esquerda hispano-americana daquele período na *Folha Acadêmica*, publicação carioca na qual Tenório se engajou e que circulou entre os anos de 1928 e 1931.

Dentro desses marcos, optamos por trabalhar a *circulação de ideias* a partir do método comparativo. Nas trilhas de Marc Bloch, Maria Lígia Coelho Prado desenvolveu instigante reflexão sobre as potencialidades do método comparativo na historiografia da América Latina.⁶ A autora defende que a comparação é um exercício intelectual que possibilita ao historiador extrapolar os territórios nacionais, sem que isso signifique o estabelecimento de “modelos atemporais” que *a priori* respondam às indagações do historiador.

Ademais, o método comparativo também exige que o historiador siga além de uma mera justaposição de narrativas, uma vez que a constatação de diferenças e semelhanças possibilita o estabelecimento de novas questões e novos olhares se comparados aos objetos tomados isoladamente. Por isso, no caso dessa dissertação de mestrado, trata-se de compreender a importância que a Revolução Mexicana teve no panorama político-ideológico da época, já que o processo revolucionário mexicano serviu como inspiração para a elaboração de estratégias políticas a diversos segmentos da esquerda latino-americana dos 1920. É fundamental, então, apontar que o trabalho não tem como objetivo fazer uma exegese das concepções políticas de cada intelectual, mas sim de reconstituir suas concepções político-ideológicas a partir de uma questão: as interpretações sobre o México, as quais justamente forneceram os elementos de comparação entre os autores.

Prado continua sua defesa do método comparativo de Bloch, ressaltando que a “comparação” não é incompatível com as novas abordagens que buscam extrapolar as fronteiras do nacional (por exemplo, a “história transnacional” e a “história conectada”). Entre ambas haveria mais complementação do que exclusão, já que o estabelecimento de

em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.44, jan-jul. 2009.

⁶ PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, 2005, p.11-33.

conexões entre os objetos comparados favorecem uma análise diacrônica que pode iluminar tanto as diferenças, quanto as semelhanças dos objetos comparados.

Para o desenvolvimento de nossa comparação, é importante anotar que Mariátegui e Marof se conheceram pessoalmente em 1927 e mantiveram intenso intercâmbio epistolar interrompido pela morte precoce do socialista peruano. As cartas trocadas durante a estadia de Marof no México (1928-1931) permitem observar como ambos construíram suas elaborações teóricas e políticas e como as divergências foram abordadas. Já de Oscar Tenório, podemos dizer que ele possuía algum conhecimento dos debates políticos que atravessavam os Andes, pois as reflexões de importantes nomes da intelectualidade esquerdista do continente (Mariátegui e Marof, por exemplo) estiveram presentes na *Folha Acadêmica* editada por ele. Ademais, muito embora não tenhamos encontrado evidências que indicassem que Tenório e Marof se conhecessem pessoalmente, não deixa de ser curioso apontar que Marof foi acolhido por Adelmo de Mendonça (prefaciador do livro de Tenório sobre o México e também nome presente na *Folha Acadêmica*) na breve etapa carioca de seu exílio.

As conexões e os diálogos que se estabeleceram em torno da experiência mexicana nos autorizam a pensar que os setores revolucionários da intelectualidade latino-americana daquele momento se configuraram numa *rede* de intensos intercâmbios políticos e intelectuais. Segundo o historiado francês Sirinelli:

As ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular.⁷

A circulação de lideranças políticas – como por exemplo, os representantes da Reforma Universitária argentina – e a articulação do movimento comunista (e no início dos 1930, dos trotskistas) foram outros fatores que colaboraram para a efetivação das redes intelectuais da esquerda latino-americana. Além disso, a disposição do governo mexicano em receber os exilados de todo o continente, a Cidade do México se tornou naquele momento um dos meridianos intelectuais do continente. Nesse sentido, é

⁷ SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 252-3

interessante perceber que os processos de consolidação dessas redes de intelectuais possibilitou que os exilados políticos atuassem no México. As intervenções públicas desses exilados também estabeleciam parâmetros (como os dilemas, avanços e limitações) para a experiência revolucionária e, por isso, acabaram por divulgar os sentidos e a dimensão simbólica da Revolução.⁸

Nos jornais e revistas editados por todo continente eram comuns informações e debates sobre diversos temas (greves e levantes populares, no campo e na cidade) que animavam os debates das esquerdas em seus respectivos espaços nacionais. Por isso, analisando a *circulação de ideias políticas* que ocorreu na América Latina dos efervescentes anos de 1920 podemos perceber que, apesar das particularidades nacionais, os autores respondiam a anseios, dilemas e angústias comuns. Desses, podemos destacar por exemplo, a busca pela especificidade da América Latina diante do Velho Mundo, a predominância cultural, econômica e militar dos Estados Unidos na região, a ebulição social vivida por diversos países do continente, além da polarização política decorrente da crise do liberalismo (ascensão do fascismo e a Revolução Russa).

Nos marcos dessa pesquisa, é fundamental apontar que o anti-imperialismo pode ser tomado como denominador comum das concepções político-ideológicas dos três autores. Grosso modo, Mariátegui, Marof e Tenório, além da leitura de Hobson e Lênin, se apropriaram das questões levantadas por alguns intelectuais latino-americanos de fins do século XIX e do século XX para elaborar a sua perspectiva anti-imperialista. Dessa forma, autores como José Martí, González Prada, José Ingenieros e José Enrique Rodó, ao refletirem as particularidades da América Latina no âmbito da cultura e da política, forneceram elementos para que a geração dos anos 1920 problematizassem a relação dos Estados Unidos e da América Latina. Ademais, a hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos representava foi vista como um perigo para todos os países do continente, por isso, dada a amplitude do problema, sua solução deveria ocorrer em escala continental.⁹

Nesse sentido, proclamava-se que a independência política não havia sido acompanhada da independência econômica e cultural, por isso a luta contra o

⁸ Para o assunto, veja-se o número dedicado à recepção da Revolução Mexicana: REGIONES SUPLEMENTO DE ANTROPOLOGIA..., n. 43, oct-dez 2010.

⁹ Cf. TERÁN, Oscar. El primer antimperialismo latinoamericano. In: _____. **En Busca de la Ideología Argentina**. Buenos Aires: Catálogos, 1986.

imperialismo e seus aliados internos no plano de cada espaço nacional seria a luta pela “segunda independência”, que agora deveria dar conta dos âmbitos da cultura e da economia. Por isso, na década de 1920 as elites político-econômicas foram sistematicamente acusadas de se aliar ao imperialismo para a manutenção dos seus privilégios.

Se a elaboração do diagnóstico gozava de relativo consenso na rede de intelectuais esquerdistas do período, o mesmo não pode ser dito das soluções políticas. O novo grau de organização em que se encontrava a esquerda latino-americana do período (diversos países como Peru, Bolívia, Argentina, Chile e México, presenciaram a fundação de suas primeiras centrais sindicais de âmbito nacional, por exemplo) não se traduziu em absoluta coesão política (como indicam as próprias análises sobre a Revolução Mexicana). Portanto, observar a *circulação de ideias* entre a rede intelectual da esquerda latino-americana permite-nos estabelecer um panorama das discussões, das perspectivas, dos dilemas e as distintas respostas com que os diferentes atores da esquerda latino-americana trabalhavam no período.

Uma das principais questões que impulsionavam as divergências nos marcos da esquerda latino-americana do período eram as perspectivas revolucionárias de Lênin e de Marx. Assim, ainda que a Revolução Russa tenha convencido uma parcela da intelectualidade de esquerda, a qual fundou Partidos Comunistas na maior parte dos países do continente, o marxismo não esteve isento de críticas. As ressalvas consistiam principalmente em questionar o aparato teórico do filósofo alemão como instrumento capaz de apreender as particularidades da América Latina. Mesmo entre os adeptos da doutrina de Marx, podemos verificar uma série de divergências que dizem respeito a questões muito importantes da história política do continente, como o potencial (ou sua ausência) revolucionário do campesinato, o problema do racismo, a necessidade do desenvolvimento capitalista e, por fim, a própria possibilidade imediata do socialismo.

Todavia, reconhecer as posições políticas de Tenório, Marof e Mariátegui não nos autoriza a “encaixar” suas interpretações sobre o México revolucionário nas suas concepções político-ideológicas. É necessário evitar explicações apressadas e superficiais, nas quais os autores aparecem, por exemplo, como meros portadores de “conteúdos universais” conhecidos de antemão, tal qual a famosa “consciência pequeno-burguesa” típica de um marxismo vulgarizado. Por isso, parte substancial do esforço

desse trabalho consiste em apontar as implicações políticas das interpretações sobre o México a partir da racionalidade interna dos discursos ideológicos dos autores. Para daí compreender o papel desempenhado pelo exemplo mexicano na elaboração de suas concepções políticas e ideológicas. Como diz Ansart:

Uma ideologia política se propõe designar o verdadeiro sentido dos atos coletivos, traçar o modelo da sociedade legítima e de sua organização, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor a comunidade e os meios de alcança-los. A ideologia política busca uma explicação sintética, onde o fato particular adquire sentido, onde os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa. O liberalismo, o socialismo, os nacionalismo e todas as formas particulares de ideologia visam nada menos do que proclamar os princípios essenciais, as evidências incontestáveis, a partir dos quais os atos particulares assumem sentido e justificativa. É essa vasta empresa que realizavam, de acordo com suas próprias modalidades, os mitos e as religiões, que indicavam as justas ações, os poderes legítimos e as identidades sociais. A ideologia encarrega-se dessa função social geral e universalizante, a de atribuir sentido à ação e, em primeiro lugar, aos projetos e aos empreendimentos políticos.¹⁰

A análise da experiência mexicana, então, também foi constitutiva da ideologia política que animava os intelectuais anti-imperialistas, justamente porque as interpretações sobre o México visavam à criação de um sentido para a experiência revolucionária em seus países. Segundo Patrícia Funes, a capacidade de produzir significado e atribuir sentido à experiência social é definidora da condição do intelectual:

Así, no consideramos intelectuales ni a técnicos, ni funcionarios (burócratas, en sentido weberiano), ni a "profesionales", o "científicos", tampoco a dirigentes políticos (con todos los atenuantes de la débil conformación de los partidos políticos en América Latina en el período elegido) que dominante y exclusivamente producen acciones y discursos hacia y desde la política. Es decir, no son sus acreditaciones o títulos ni su función unidimensional lo que nos lleva a definirlos como tales. Consideramos "intelectuales" a aquellos productores de significados, interpretaciones y discursos secularizados sobre el orden. Y de los distintos tipos de "órdenes", no exclusivamente el orden político sino y sobre todo acerca de orden cultural y social. Instrumentalmente, consideramos "intelectuales" a creadores que piensan y comunican ideologías. Esa producción social de sentido tiene un correlato político, aunque esa relación no sea ni lineal ni necesaria.¹¹

É fundamental observar que esses intérpretes da Revolução Mexicana também

¹⁰ ANSART, Pierre. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36.

¹¹ FUNES, Patricia. **Salvar la nación: Intelectuales, cultura e política en los años veinte latino-americanos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.p.64.

estiveram engajados na fundação de organizações políticas da esquerda de seus respectivos países. Nesse sentido, os intelectuais andinos fundaram Partidos Socialistas na Bolívia e no Peru. Em 1927, após regressar da Europa, Tristán Marof se engajou na fundação do Partido Socialista Máximo, inspirado no Partido Bolchevique. Já Mariátegui, fundou em 1928 o Partido Socialista do Peru que também buscou aproximação à Internacional Comunista. Tenório, por sua vez, empreendeu, também em 1928, a fundação do Grupo Renovação Universitária que lutava pela Reforma Universitária no Brasil. Seu destacado engajamento no militância estudantil torná-lo-ia um dos nomes centrais na fundação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (que depois integraria à Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Por isso, indo além de Funes, que aponta o “correlato” da produção do sentido com o “elemento político”, reclamamos a clássica definição de Antonio Gramsci para definir a condição dos nossos intelectuais. O esforço de coordenar a produção de sentido e a organização da intervenção na vida política, tornou-os *intelectuais orgânicos* na clássica acepção do marxista italiano:

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.¹²

Gramsci enxergava que as disputas políticas não se limitavam ao âmbito da coerção, já que os membros das distintas classes sociais precisavam convencer seus semelhantes, produzindo, assim, a “homogeneidade e consciência da própria função”. A produção de consensos, para o marxista italiano, era, então, um dos elementos centrais nas disputas políticas. Dessa forma, podemos compreender melhor que as interpretações sobre o México revolucionário não foram “desinteressadas”. A estratégia de positivar os pontos a que eram mais simpáticos e reprovar os pontos a que eram mais críticos nas interpretações sobre o México, demonstra que a produção de sentido sobre a experiência mexicana estava diretamente relacionada às questões políticas dos espaços nacionais de

¹² GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982. p.3.

cada autor.

Rene Rémond,¹³ um dos principais nomes da renovação dos estudos sobre a política, define-a como “o lugar de gestão da sociedade global”. A particularidade da política seria a de ser o fio condutor que costura uma determinada sociedade ao dotá-la de coesão. Entretanto, a centralidade da política na vida social não autoriza a concebê-la como dotada de uma existência completamente autônoma e apartada das outras esferas da vida social como a economia ou a cultura, por exemplo. Todavia, o outro extremo deve ser evitado, uma vez que reconhecer a “consistência” da política significa também se esquivar de pensá-la como mero “reflexo” da economia ou da cultura – tal como preconizado pela “teoria do reflexo” do marxismo vulgarizado.

Desta forma, concordamos com a concepção do historiador francês, para quem a política é dotada de uma “autonomia relativa” no que se refere às outras esferas da vida social. Por isso, o desafio do historiador é compreender como ocorrem as inter-relações entre o político e as diversas esferas da vida social em distintos momentos históricos. No caso específico deste trabalho, refletir sobre interpretações de um evento político da ordem da Revolução Mexicana significa justamente analisar a relação entre as dimensões do simbólico e do político na América Latina. Afinal, o constructo simbólico também é ferramenta fundamental de intervenção no campo da política, como bem afirma Backzco:

Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras.¹⁴

Por isso, além das contribuições da “Nova História Política”, este trabalho também se pauta pelas contribuições dos estudos da História Cultural. Segundo Roger Chartier, a História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹⁵ As contribuições da História Cultural são úteis, então, para identificar o

¹³ RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.447.

¹⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. (org.). **Enciclopédia Einaudi: Antropos-Homen**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. v.5. p.299.

¹⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. p.16-7.

papel que as interpretações sobre o México cumpriu nas elaborações político-ideológicas dos intelectuais. De maneira apressada, poderia se pensar na *influência* que a Revolução Mexicana exerceu sobre a intelectualidade revolucionária dos anos 1920. Contudo, essa categoria não é pertinente para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que ela pressupõe uma relação unidirecional entre um polo externo e ativo (o que influencia) e outro passivo (o que é influenciado).

Daí a opção por abordar as interpretações da experiência mexicana como a construção de *representações*. Ainda nos apoiando das reflexões de Chartier, podemos dizer que *representações* são categorias que, no movimento de apreensão do mundo social, buscam organizar o sentido da realidade. Nesse sentido, embora aspirem à universalidade, as *representações* não são um discurso “neutro”, já que elas estão sempre permeadas pelos interesses e condicionantes dos grupos sociais que as constroem. As disputas simbólicas envolvem a perpetuação (ou a destruição) de autoridades e legitimidades em uma dada sociedade e, por isso, é fundamental observar o lugar de onde – e para o qual – se produziram as *representações*.¹⁶

No caso específico desse trabalho, trata-se de conceber que Tenório, Marof e Mariátegui ao analisarem a experiência revolucionária mexicana *também* estão refletindo sobre os dilemas políticos de seus espaços nacionais. Ou seja, a *bidirecionalidade* característica das proposições de Chartier, contempla os pressupostos teóricos deste trabalho, pois permite abordar os intelectuais como sujeitos ativos, os quais, portanto, não seriam meramente “influenciados” pelo México e sua Revolução.

Esse complexo jogo de mediações, já que os intelectuais se *apropriaram* do processo revolucionário mexicano para embasar as disputas políticas em seus países, também exige compreender que as leituras da experiência mexicana realizadas por diversos intelectuais de todo o continente colaboram para difundir a Revolução Mexicana, na medida em que estabelece parâmetros (como os dilemas, avanços e limitações) da experiência revolucionária.

As recepções da Revolução Mexicana foram analisadas de maneira muito competente por duas referências fundamentais para esse trabalho de pesquisa: Pablo

¹⁶ Cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista de Estudos Avançados**. v.5, n.11, jan.-abr. 1991.

Yankelevich¹⁷ e Ricardo Melgar Bao¹⁸. Os dois autores exploraram as repercussões da experiência mexicana a partir de diversas perspectivas, como, por exemplo, as discussões políticas e seus elementos identitários as redes conformadas pelos exilados acolhidos no México. No meio universitário brasileiro é imprescindível apontar o pioneirismo de Regina Crespo, que sistematicamente se dedicou a estudar as aproximações político-culturais entre México e Brasil no âmbito da cultura e da política e da política externa.¹⁹

Se a comparação entre México e outros países do continente, já é uma temática consolidada na historiografia, a recepção da Revolução Mexicana (tanto no Brasil, quanto no resto do continente) ainda é tema relativamente menos visitado pelos historiadores brasileiros.²⁰ Por isso, foram de enorme valia para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado as pesquisas de Natally Vieira Dias,²¹ que versou sobre a recepção da Revolução na grande imprensa do Brasil e Argentina, e Fábio Silva Souza,²² que tratou

¹⁷ YANKELEVICH, Pablo. **La revolución mexicana en América Latina: intereses políticos, itinerarios intelectuales**. México D.F.: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2003. e também: YANKELEVICH, Pablo. **Miradas Australes: Propaganda, Cabildeo y Proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930**. México D.F.: Instituto Nacional Estudios Históricos Revolución Mexicana, 1997.

¹⁸ MELGAR BAO, Ricardo. **Redes e imaginario del exilio en México y América Latina, 1934-1940**. Buenos Aires, Ediciones Libros en Red, 2003. Veja-se também: MELGAR BAO, Ricardo. Práticas político-culturais e imagens latinoamericanas de la Revolución mexicana. **Regiones suplemento de antropología...**, México D.F., ano 7, n. 43, oct-dez. 2010.

¹⁹ CRESPO, Regina Aída. **Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2007. Ver também: CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 187-208, 2003. E, por fim, CRESPO, Regina Aída. Miradas diplomáticas: México en la correspondencia del palacio Itamaraty (1919-1939). **Secuencia. Revista de historia y ciencias sociales**. n.86, mai.-ago. 2013.

²⁰ Com a finalidade de expor as potencialidades de abordar um tema tão sugestivo como as repercussões da Revolução Mexicana, foi organizada uma mesa intitulada “Revolução Mexicana, intelectuais e imprensa: debates internos e projeções continentais (anos 1920 e 1930)” no âmbito do XI Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC) realizado em 2014 na cidade de Niterói. No evento, em fala intitulada “A Revolução Mexicana vista dos Andes: as análises de Mariátegui e Marof”, tive a chance de expor os resultados parciais do trabalho de pesquisa de mestrado ao lado de Natally Vieira Dias (“O México revolucionário em *Monterrey*: o correio literário de Alfonso Reyes muito além do personalismo (1930-1936)”), Fábio da Silva Souza (“Del fascista al presidente rojo”: as mudanças da imagem de Lázaro Cárdenas na imprensa comunista mexicana”) e Rafael Pavani da Silva (“¿Una dictadura democrática? Revolución e permanência em Justo Sierra e los científicos”).

²¹ DIAS, Natally Vieira. **O México como “lição”: a Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentino (1910-1915)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

²² SOUSA, Fábio da Silva. **Operários e Camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na Imprensa Operária Brasileira (1910-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), 2010.

da repercussão na imprensa operária brasileira.

As discussões sobre a repercussão e recepção da experiência mexicana por nosso continente autorizam a compreender as interpretações (sobre seus avanços, dilemas e dificuldades) dos três intelectuais sobre a Revolução Mexicana como um esforço de *mediação cultural* em seus respectivos espaços nacionais. Nesse sentido, à observação de que as *representações* não são neutras, devemos acrescentar os dizeres de Gabriela Pellegrino Soares: “A noção de mediadores, a meu ver, deve ser mesmo ampliada e flexível, definindo-se, em cada trabalho, o lugar de onde falam os sujeitos em questão, suas aspirações e sua maneira de comunicar dois mundos diferentes – não necessariamente ‘estrangeiros’ –, segundo as circunstâncias específicas do percurso trilhado”.²³

A complexa trama que se estabelece entre as análises da experiência mexicana e os dilemas políticos dos respectivos autores em seus espaços nacionais nos fez optar em estruturar a apresentação dos resultados dessa pesquisa em três capítulos. A ordenação dos capítulos foi fruto de uma reflexão sobre a especificidade do ofício do historiador que tem nas ideias políticas a fonte de sua narrativa. Com efeito, Fernando Novais e Rogério Forastieri em reflexão sobre as diferenças entre o ofício do historiador e dos cientistas sociais, apontam que:

Vejamos: examinada em função de sua longa trajetória, a história como campo do conhecimento distingue-se das demais ciências sociais do homem por manter sua função primeira de constituição da memória social; mas, a partir da modernidade, *agrega*, a intenção explicativa, científica – e a partir de então passa a viver inexoravelmente essa tensão entre as duas vertentes no interior do seu discurso. Isto, evidentemente, a singulariza mas sempre em consonância com essas premissas, distinguimos necessariamente ciência social retrospectiva e história: em ambas se procede a reconstituição do da realidade, e à sua explicação; mas, enquanto, na história a reconstituição tem preeminência sobre a explicação, o oposto ocorre nas ciências sociais, em que predomina a explicação sobre a reconstituição Repetindo e insistindo: o historiador explica *para* reconstituir; o cientista social reconstitui *para* explicar.²⁴

²³ SOARES, Gabriela Pellegrino. História das ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena. **Cadernos de Seminário de pesquisa**. São Paulo: USP-FFLCH-Humanitas, 2011. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/leha/cms/userfiles/file/csp2.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

²⁴ FORASTIERI, Rogério; NOVAIS, Fernando. Introdução: para a historiografia da Nova História. In: FORASTIERI, Rogério; NOVAIS, Fernando (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v.1. p.41.

Por isso a estrutura geral do trabalho consiste na *reconstituição comparativa* das interpretações sobre o México, para depois analisar a importância da experiência mexicana nas elaborações político-intelectuais de cada autor.

O primeiro capítulo, “Intelectuais e Política na América Latina dos anos 1920”, cumpre a função de fornecer o repertório necessário para que o leitor possa compreender as variáveis, os dilemas e as questões que permearam as análises de cada intelectual sobre a Revolução Mexicana. A reconstituição individual das trajetórias intelectuais e políticas dos três autores impôs a necessidade de refletir sobre os contextos políticos e intelectuais nos quais os autores estão inseridos. Em que pesem as particularidades de cada espaço nacional, os autores se confrontaram com diversas questões comuns. Nesse sentido, os processos de modernização social, política e econômica que ocorriam em diversas partes do nosso continente, a crise da *Belle Époque* e do paradigma liberal, a polarização entre fascismo e comunismo são algumas das questões que permeiam as três trajetórias.

Já o segundo capítulo, “As Interpretações da Revolução Mexicana”, busca dar conta das análises sobre a Revolução Mexicana propriamente ditas. Em função do método comparativo, optamos por estruturar a exposição das interpretações sobre o México, a partir de eixos temáticos, para que o leitor possa melhor compreender as proximidades e distanciamentos existentes nas três leituras. Por isso, com o intuito de compreender a racionalidade interna das leituras, elencamos uma série de variáveis que são transversais às três análises: “A queda de Díaz e a guerra civil”; “A condução dos rumos da Revolução”; “Representações da (e na) Revolução: arte, meio intelectual e educação”; “A oposição da Igreja”; “A questão agrária”; “A organização dos trabalhadores”; “Anti-imperialismo e a natureza da Revolução”.

Por fim, o terceiro capítulo, “O exemplo mexicano e ideias de Revolução na América Latina” propõe realizar a discussão sobre o veredito dos autores sobre a experiência mexicana. Trata-se de compreender se, e em que medida, o fenômeno mexicano se tornou um modelo de Revolução para os intelectuais em questão, para em seguida compreender os mecanismos de apropriação da experiência mexicana na elaboração de estratégias de atuação política em seus respectivos espaços nacionais. O capítulo é encerrado com um breve panorama em que são analisadas as distintas concepções revolucionárias vigentes na América Latina do período. A análise panorâmica da *circulação de ideias* permite apreender como a Revolução Mexicana se tornou

elemento comum na elaboração das diversas posições que permeavam a identidade e o discurso da esquerda latino-americana da década de 1920.

CAPÍTULO I – INTELECTUAIS E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA DOS ANOS 1920

1. A crise das ideias liberais

A Primeira Guerra Mundial é o marco do início do século XX na já clássica divisão das “eras” proposta pelo historiador britânico Eric Hobsbawm. A “era dos extremos” veio à luz sob signo da crise, com o colapso da civilização ocidental do século XIX. O progresso material havia elevado o número de habitantes europeus (contabilizando-se também o vasto contingente de emigrantes) a um terço da população mundial. Ainda assim, as revoluções na ciência, na arte e na economia conduziram o Velho Mundo – cujos maiores Estados constituíam o cerne do sistema político mundial – à Primeira Guerra Mundial, catástrofe militar de potencial destrutivo sem precedentes, até então, na história.²⁵

Dentre os princípios que sustentavam a chamada *Belle Époque*, as crenças na inexorabilidade do progresso, na centralidade e na superioridade europeias foram objetos de críticas pesadas pela intelectualidade das mais diversas partes do globo. Assim, o otimismo característico do “tempo das certezas”²⁶ deu lugar a crítica dos pressupostos liberais que haviam conduzido o conflito mais sangrento que a humanidade conheceu até então.

O sucesso da Revolução Russa e a ascensão do fascismo forneciam respostas e paradigmas a um mundo que, cada vez mais, desacreditava do liberalismo, tanto político, quanto econômico. Contudo, as profundas transformações do período não se restringiram ao campo da política e da economia, já que a crítica às noções de progresso, da centralidade europeia e da própria modernidade alcançaram diversas áreas do conhecimento como as artes, a filosofia, e até mesmo a psicologia.

Evidentemente, a América Latina não passou incólume a esse processo. O próprio salto industrialista ocorrido em diversas áreas do continente em função da Grande Guerra

²⁵ Cf. HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das letras, 2008. p. 16.

²⁶ Para análise das motivações que fundamentaram o otimismo característico do afã modernizador da época ver: COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

demonstra as conexões entre o Novo e o Velho Mundo. Dessa forma, entendemos que a experiência da crise da “civilização ocidental” foi vivenciada no continente latino-americano de maneira integrada à Europa.²⁷ Por isso, também na América Latina, o período entreguerras foi encarado como um libelo mortal contra os valores “decadentes” da “era burguesa”, tanto pelos esquerdistas, quanto pelos nacionalistas de direita. A pré-dica revolucionária, portanto, não era monopolizada pelos setores da esquerda, uma vez que o conservadorismo nacionalista também se esforçou para reinventar o seu discurso, imprimindo-o com a tonalidade revolucionária exigida pelo período de crise. Refletindo especificamente sobre a renovação do discurso conservador no Brasil e na Argentina, José Luis Bendicho Beired afirma que

o surgimento dessa corrente promoveu uma ruptura com o padrão tradicional da direita pré-existente em ambos os países [Brasil e Argentina], caracterizando-se pelo desenvolvimento de uma produção ideológica marcadamente antiliberal, nacionalista estatista e corporativista. O nacionalismo de direita era qualitativamente diversa da direita existente até então – quer liberal ou conservadora –, pois recusava de forma completa os princípios e as regras institucionais liberais. Nesse sentido, contra o avanço da modernidade política e cultural, propunha a manutenção das ‘tradições nacionais’ e defendia princípios antiliberais e anti-igualitários. Liberdade e igualdade eram todas como puras abstrações que deveriam ser substituídas por outros valores políticos que privilegiassem a autoridade, a ordem, a hierarquia e a obediência.²⁸

Em que pesem as diferenças nacionais, as observações de Beired também são válidas para qualificar a atuação da direita no Peru e na Bolívia. Ainda que a discussão sobre a retórica revolucionária dos setores conservadores não faça parte do nosso escopo de análise, é fundamental observar que os direitistas – com quem Tenório, Mariátegui e Marof se digladiavam em seus países – também respondiam à mesma conjunta de crise dos paradigmas que ocorria em uma escala internacional. Por isso, nesse contexto de crise, a “necessidade do novo” foi uma bandeira central das disputas políticas da América Latina dos anos 1920.

²⁷ “A América Latina, neste período sob estudo, tomou o caminho da ‘ocidentalização’ na sua forma burguesa liberal com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outra região do mundo, com exceção do Japão.” HOBBSAWM, Eric. **Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.139.

²⁸ BEIRED, José Luís Bendicho. **Autoritarismo e nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), 1996. p.1-2.

O conservadorismo emergente do primeiro pós-guerra era tributário da tradição dos grupos oligárquicos, fechados e antidemocráticos que atuavam na história política da América Latina desde o século XIX. Maria Lígia Coelho Prado nos lembra que a disputa entre esses setores conservadores e os setores médios e populares, que buscavam a ampliação da sua participação política, foi a tônica da história latino-americana no século XIX.²⁹

Nesse sentido, é preciso, pois, evitar as simplificações e os atalhos reducionistas, afinal como adverte a autora:

a questão da democracia e do direito à cidadania só pode ser entendida à luz da análise de situações históricas específicas, com ênfase na questão das lutas sociais e dos conflitos políticos que as envolvem. Se buscarmos explicações a partir de conceituações genéricas, como a dependência ou a herança colonial, estaremos presos a um esquema preconcebido que nos dará *a priori* as respostas que buscamos. Creio ser importante observar que as justificativas elaboradas por esses liberais do século XIX, foram posteriormente apropriadas para instituir uma certa perspectiva do ‘atraso’ e do ‘despreparo’ dos setores populares para o exercício da democracia, o que acabou transformando-se em ‘verdade’ inquestionável, ‘fruto do passado histórico da América Latina’.³⁰

No nosso caso, concordando com a autora, podemos afirmar que observar as disputas dos projetos políticos, tanto à esquerda como à direita, em voga demanda compreender as particularidades dos anos 1920, que normalmente é abordado no “período das modernizações”, datado, grosso modo, de 1870 a 1930.

Nesse quadro explosivo, os anos de 1920 são cruciais na história política da América Latina, pois representam o desgaste das chamadas “Repúblicas Oligárquicas” que se constituíram excluindo os direitos políticos de vastas parcelas das populações de seus países. Sendo assim, o elemento particular que ditou o ritmo das lutas entre conservadores e esquerdistas foi o papel dos setores populares na (re)elaboração das alternativas ao liberalismo.

Enquanto os setores direitistas apelavam à ordem, à hierarquia e à tradição

²⁹ PRADO, Maria Lígia. Democracia e autoritarismo na América Latina do século XIX. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho. (org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p.41.

³⁰ PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusp, 1999. p.91.

nacional, segundo a qual cada grupo social deveria cumprir seu papel (como, por exemplo, na sugestão da harmonização das disputas entre capital e trabalho) para o desenvolvimento “integral” da nação, a esquerda se utilizava do sucesso da Revolução Russa para, no caminho oposto, conchamar e acirrar as *lutas de classe*.

Charles A. Hale destaca que as pautas democratizantes já vinham se consolidando na política latino-americana desde a segunda década do século XX. O processo de modernização econômica vivida por diversos países do continente acirrou as contradições de interesse entre os setores populares e as oligarquias que controlavam os diversos países. Ao lado de reivindicações econômicas (como devolução de terras expropriadas, no campo, e regulamentação da jornada de trabalho, na cidade), logo apareceram pautas políticas.³¹

Ainda segundo Hale, nos anos 1920, os impulsos democratizantes ganham novas cores. O socialismo e o radicalismo agrário se tornaram matrizes ideológicas que acabaram por desgastar os arranjos oligárquicos vigentes nas Repúblicas da maior parte da América Latina. Nesse sentido, a atuação de anarquistas, socialistas e agraristas foi fundamental para que a esquerda atingisse um novo grau de organização, tanto em níveis continentais quanto na escala nacional dos diversos países. Data desse período a fundação das primeiras centrais sindicais de âmbito nacional em diversos países do continente, as constantes greves e ocupações de terra também demonstravam a disposição dos trabalhadores do campo e da cidade em conquistar espaço nas arenas políticas nacionais.

Além dos trabalhadores, outros setores também buscaram ampliar sua participação nos cenários políticos nacionais. As classes médias urbanas protagonizaram os *movimentos de Reforma Universitária* que se iniciaram em Córdoba, Argentina, no ano de 1918 e logo se espalharam por todo o continente. A pauta inicial dos estudantes dizia respeito, principalmente, a reformas no âmbito administrativo das universidades. Tratava-se de modernizar os mecanismos de administração - com a participação representação estudantil, por exemplo - e os currículos dos diversos cursos.

Contudo, a ação estudantil não tardou em estabelecer uma aliança com os trabalhadores e, desse modo, às lutas estudantis foram acrescentadas pautas que

³¹ Cf. HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina (1870-1930). In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina: cultura y sociedad (1830-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. v.8.

buscavam a ampliação de direitos trabalhistas e políticos nos diversos países em que os estudantes protestavam. Essa aliança configurou as *Universidades Populares* que logo se espalharam por todo o continente, alcançando diversos países, dentre os quais Argentina, Peru, Guatemala e Cuba.³² As viagens das lideranças e as mensagens de saudações entre estudantes reformistas de diversos países se tornou comum. A integração desses estudantes – muitos dos quais se tornaram importantes líderes políticos do continente – consolidou intensa rede de interesses políticos e intelectuais que foi fundamental para o novo grau de organização que a esquerda chegou no período.

As redes de intelectuais esquerdistas também se configuravam nos diversos periódicos que pululavam no continente em busca de respostas políticas e intelectuais para aquele momento de crise. Tratava-se de observar a ebulição político-social que ocorria nas partes periféricas do capitalismo. Daí a importância, como enuncia Patricia Funes, das Revoluções ocorridas no México e na Rússia:

el Manifiesto Liminar de los estudiantes de Córdoba en 1918 interpelaba "A los hombres libres de Sud América" con la convicción de estar "pisando una revolución y viviendo una hora americana". Porque otro centro de gravitación de la época era la Revolución en Rusia, una sociedad no clásicamente occidental ni asimiladamente "europea". Las periferias del mundo, leídas desde otras periferias, aparecían más vitales. Estimulaban no tanto a revisar el pasado y la historia como a imaginar horizontes emancipados. No sería muy osado sostener que la Revolución Mexicana se leyó seriamente como "revolución" después de 1917 y no justamente por la Constitución de Querétaro, que estatuyó normativamente los derechos sociales más adelantados de Occidente.³³

A importância que a intelectualidade latino-americana atribuiu aos levantes populares ocorridos nos países de condição periférica dentro do capitalismo estava diretamente relacionada aos esforços de redefinição identitária característica do período. O privilégio que eventos ocorridos fora do centro do capitalismo evidencia o esforço dos esquerdistas latino-americanos em redefinir a relação da América Latina com a Europa que encontrava-se em crise. Olivier Compagnon, refletindo especificamente sobre os

³² Cf. BERGEL, Martín. Pablo. *Latinoamérica desde abajo: las redes transnacionales de la Reforma Universitaria (1918-1930)*. In: ABOITES, Hugo; GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (org.). **La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: Clacso, 2008. Ver também: BUCHBINDER, Pablo. **¿Revolución en los claustros? La reforma universitaria de 1918**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

³³ FUNES, Patricia. **Salvar la nación: Intelectuales, cultura e política en los años veinte latino-americanos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.p.14.

casos de Brasil e Argentina, diz que:

Na medida em que a fumaça dos obuses não mais permite vislumbrar o farol da modernidade europeia que guiara o destino dos jovens Estados latino-americanos desde a sua independência, os anos 1920 e 1930 correspondem a uma fase de questionamentos identitários na qual a ideia de nação ocupa um lugar fundamental. No espírito de vários atores, convém definir as linhas diretrizes de um destino coletivo agora pensado numa alteridade radical em relação à Europa. As ideias de argentinidade e de brasilidade substituem as declinações da modernidade europeia e tornam-se as matrizes da ação política e da criação cultural. [...]. Como progresso não rima necessariamente com branqueamento, deixemos às figuras do índio, do negro, ou do mestiço o lugar que lhes cabe no seio da comunidade nacional. Como a Europa se esgotou de todo nas trincheiras e seus cânones estéticos não têm senão um valor relativo, promovamos uma arte que será a expressão da identidade nacional em toda a sua diversidade – do erudito ao popular, do urbano ao rural – ou que não será. Durante o tempo de construção das nações, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a Grande Guerra constitui uma sequência de inflexão de primeira importância. Ela também não é indiferente à consciência de um destino americano – nas múltiplas acepções que este possa cobrir.³⁴

Cremos que a elaboração do historiador francês diz respeito aos intelectuais de todo o continente latino-americano. A crise da Europa, que até aquele momento era vista como “futuro”, abriu espaço para que a intelectualidade latino-americana se reinventasse. Estabelecer a sua “alteridade radical”, naquele contexto, significava reelaborar as relações simbólicas com a Europa, de modo a afirmar as particularidades da América Latina.

A preocupação com as particularidades das condições históricas de nosso continente imputa aos trabalhos dessa geração uma característica bastante distinta das interpretações consolidadas até então. Os intelectuais conservadores de finais do século XIX e início do XX tenderam a interpretar a realidade latino-americana a partir de um modelo ideal – a Europa – e conceber sua história como a das ausências, a das defasagens em relação ao modelo europeu. Ou seja, ao tomar a Europa como ideal, a maioria das análises sobre a América Latina acabavam por tratar de como nosso continente *deveria ser*, em detrimento do que ele *efetivamente* era.³⁵

A geração do pós-guerra, por outro lado, buscou valorizar as particularidades da

³⁴ COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra**. São Paulo: Rocco, 2014. pp.324-325.

³⁵ Para análise instigante do tema ver: SANTOS JÚNIOR, Valdir Donizete dos. **A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção das identidades na América Latina (1898-1914)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2013.

história da América Latina e, assim, apresentar de outra maneira os elementos que até então haviam sido tratados como “defeitos” como, por exemplo, a questão étnica em suas diversas amplitudes, que iam desde as línguas até os parâmetros artísticos de representação pictórica.

Então, podemos dizer sinteticamente que essa iniciativa dos intelectuais tratou da *apropriação* de maneira *consciente e programática* do repertório cultural, político, ideológico, estético do Velho Mundo. No campo artístico, esse processo pode ser percebido na proposta vanguardista de (re)pensar a(s) identidade(s) nacional(is) a partir dos *ismos* europeus.

Outra novidade dessa perspectiva, como bem indica Alfredo Bosi, consistiu na ambição de enfrentar a tensão “cosmopolitismo/nacionalismo” numa perspectiva dialética.³⁶ A síntese mais bem acabada dessa perspectiva pode ser encontrada na “filosofia antopófoga” de Oswald de Andrade. “Tupi or not tupi, that’s the question”, significava a disposição de pensar a particularidade do Brasil *dentro* do universal. Ou seja, para aquela geração a identidade não era concebida como mera descoberta de uma “essência” atemporal e a-histórica, mas sim como produção que pode, e em tempos de crise necessita, reivindicar os desígnios que lhe pareçam mais convenientes.³⁷

A busca pela liberdade estética e as ambições de experimentação formal, condições *sine qua non* para existência das vanguardas, não implicou um isolamento da política, com indica Beatriz Sarlo:

Además, en la Argentina como en otros escenarios latino-americanos, puede indicarse una diferencia entre las formas de la modernidad artística, caracterizadas por la reivindicación de la autonomía, y las formas de la ruptura vanguardista, que se definen en la legitimación pública del conflicto. Por otra parte, el proceso de modernización cultural, desplegado en el siglo XX, incluye en su centro los programas humanistas y de izquierda. Si para la vanguardia ‘lo nuevo’ es fundamento de valor, para la fracción de izquierda intelectual, la

³⁶ BOSI, Alfredo. A parábola das vanguardas latino-americanas. In: SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas**. Edusp: São Paulo, 2008.

³⁷ “Em relação a este aspecto da valorização do popular, há outros também polêmicos na análise da vanguarda. Um deles é seu *movimento dialético entre nacionalismo e cosmopolitismo*. Existe entre os artistas da vanguarda uma preocupação mais ou menos geral e consciente com a busca e expressão de uma identidade nacional, paradoxalmente mediada (sobretudo no que diz respeito à formação do artista) pela cultura europeia. Esse movimento dialético é o signo de um paradoxo mais profundo: o de como conciliar em uma prática discursiva de destruição e dispersão, de descontinuidade, de recorte e fragmentação, a busca de uma identidade”. GELADO, Viviane. **Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina**. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 29 (grifo do autor).

reforma, la revolución o cualquier otra figura de la utopía transformadora se proponen como fundamento. Lo que precisamente acentúa la modernidad son los procesos de cambio de fundamento de las prácticas culturales.³⁸

Dessa forma, podemos dizer que a tarefa de repensar a identidade nacional, que naquele momento significou repensar a relação com a Europa e vice-versa, não foi encarada como exercício meramente literário, desprovido de motivações políticas como também indicam Patrícia Funes³⁹ e Alfredo Bosi⁴⁰. Viviane Gelado, em consonância com Beatriz Sarlo, propõe uma leitura interessante para a questão. Dada a evidente proximidade entre estética e ideologia característica da época, afinal muito dos literatos se engajaram e/ou simpatizaram em movimentos políticos, a autora propõe analisar os textos literários das vanguardas como *discursos culturais*, a fim de explorar as implicações políticas das “poéticas da transgressão” que buscaram incorporar as classes populares e subalternas aos projetos de identidade nacional.⁴¹

Os *discursos culturais* dos anos 1920 significaram, portanto, a busca por um *diagnóstico* das particularidades nacionais dos países latino-americanos que orientassem ações e perspectivas políticas.⁴² Para entender a dimensão política desses projetos identitários, basta lembrar que em países como México e Peru, a palavra “índio” chegou a ser banida do vocabulário oficial, por decretos liberais que buscavam criar “proprietários” e “cidadãos”. Na Bolívia, a discriminação também foi intensa, pois até

³⁸ SARLO, Beatriz. Modernidad y mezcla cultural. El caso de Buenos Aires. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). **Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina**. São Paulo: Fundação do Memorial da América Latina, 1990. p. 35.

³⁹ FUNES, Patricia. **Salvar la nación: Intelectuales, cultura e política en los años veinte latino-americanos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

⁴⁰ A busca pela identidade, a partir do diálogo com as correntes europeias, foi uma “aventura prenhe de sentido estético e vastamente social e político”, de acordo com o autor: BOSI, Alfredo. A parábola das vanguardas latino-americanas. SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas**. São Paulo: Edusp, 2008. p.38.

⁴¹ Cf. GELADO, Viviane. **Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

⁴² Evidentemente, a prática do diagnóstico não foi exclusiva dos setores esquerdistas, como bem lembra Tânia De Luca: “Das páginas da *Revista do Brasil* emerge um conjunto de diagnósticos que pretendia refletir sobre a especificidade do Brasil e propor saídas para os nossos desacertos. O esforço de inventariar as razões que estariam impedindo a nação de se afirmar como uma identidade coletiva, capaz de ocupar papel de destaque no cenário internacional, ensejava múltiplas respostas, nem sempre compatíveis entre si. O esmiuçar cuidadoso dos diferentes aspectos da *realidade nacional* nunca esteve dissociado da ânsia de propor caminhos para a ação. A construção de modelos explicativos, longe de ter sido efetivada com augusto distanciamento, imbricava-se a projetos de gestão que se esperavam tornar efetivos”. DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 297.

1944, havia zonas nos centros das grandes cidades que eram proibidas aos indígenas e mestiços.

Existia, como podemos perceber, uma íntima articulação entre estética e política na intelectualidade latino-americana daquele período. Por isso, repensar a nação e a identidade nacional significou, também, encarar os problemas políticos de países cujas sociedades se modernizavam e o poder político estava nas mãos de poucos. Não à toa, os setores esquerdistas acabaram por conjugar o enfrentamento da herança colonial (concentração agrária e do poder político) com o problema do imperialismo (de quem os setores oligárquicos seriam “cúmplices” para efetivar a manutenção do seu poder).

Pelo acima exposto, podemos dizer que as respostas políticas ao contexto de crise do liberalismo buscaram conjugar duas perspectivas bastante distintas: a necessidade da inserção na modernidade revolucionária (principalmente o bolchevismo, no caso da esquerda) e a tradição política hispano-americana que se atentava às características especificamente latino-americanas. O correlato político da fórmula cosmopolitismo/nacionalismo, ou seja a resolução dos dois polos acima mencionados, consistiu na elaboração de projetos que buscavam imprimir um *conteúdo social* à forma do nacional. Tratava-se, pois, da inclusão – tanto no campo do simbólico, quanto no campo material – dos setores marginalizados até então pelas Repúblicas Oligárquicas. Nesse sentido,

lo identitario y lo social, además de ir juntos, se articulan: en este época lo identitario es visto como social. Es decir, lo social no es simplemente el obrero moderno similar a otros obreros del mundo. Lo social es indígena, el campesino, el mestizo, nuestra raza, un pueblo típicamente indoamericano. Lo más propio de América Latina es su pueblo, que es visto como el poseedor de lo auténtico, como aquel que reside en el interior y representa lo más hondo del continente. Como siempre, es cuestión de énfasis. Esto, sin embargo, no debe ser identificado con una posición conservadora que querría volver a una época áurea y pretérita. Por el contrario, el acento más buen está puesto en la construcción de una sociedad futura que sería realizada por este pueblo y estaría afirmada en elementos muy propios.⁴³

Desse modo, as disputas dos intelectuais esquerdistas consistiam em tentar conceber qual seria a *natureza da Revolução* na América Latina. O programa revolucionário, grosso modo, consistiria justamente na articulação entre fatores

⁴³ DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)**. Buenos Aires: Biblos, 2000. t1.

“universais” (a “luta de classes”, por exemplo) e “particulares” (dentre outros, a “questão nacional” e o enfrentamento anti-imperialista). As distintas ênfase aplicadas em cada um dos pontos foi o que deu origem à diversidade de projetos e programas políticos de esquerda no período.

Ao longo da década de 1920 o marxismo foi se tornando um dos elementos centrais do debate político da esquerda latino-americana. O assalto ao poder em um país “atrasado” – a Revolução Russa – abriu novas questões e perspectivas para os esquerdistas do continente. A parcela aderente aos princípios de Lênin logrou, ao longo da década, conquistar força política e prestígio intelectual, de modo que mesmo seus adversários – não apenas os conservadores, mas também os de esquerda – foram obrigados a tomar o aparato teórico do filósofo alemão como referência, ainda que para criticá-lo.

Como bem aponta Michael Löwy,⁴⁴ as relações entre as concepções marxistas e América Latina foram caracterizadas por dois extremos: o excepcionalismo latino-americano e o eurocentrismo. O excepcionalismo latino-americano entendia como absoluta a particularidade (histórica, política e social) da América Latina e, por isto, no limite tendeu a negar o marxismo, em função de sua origem europeia, como instrumental capaz de apreender as especificidades do continente latino-americano. O eurocentrismo, por outro lado, se limitou a transportar as categorias explicativas e históricas da Europa para a América Latina e, assim, acabou por desprezar suas particularidades. Paradoxalmente, embora diametralmente opostas, estas concepções chegavam a uma conclusão comum: o socialismo não se encontrava no horizonte de possibilidades da América Latina.

Por fim, é importante ressaltar que Tristán Marof, Oscar Tenório e José Carlos Mariátegui foram partícipes ativos desse processo de redefinição política e intelectual da América Latina, já que a produção intelectual e atuação política dos três intelectuais expressam essas inquietações às quais incessantemente eles buscaram responder. Não se trata, portanto, de apresentar um “contexto” estático sobre o qual eles atuaram, mas sim de compreender os debates constituintes das respectivas trajetórias político-ideológicas, sobre as quais nos deteremos agora.

⁴⁴ LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012. p.10.

2. Trajetórias políticas e intelectuais

2.1 José Carlos Mariátegui

José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi um intelectual e militante socialista peruano. Figura excepcional na história do marxismo latino-americano, pela originalidade com que se utilizou do marxismo em seus estudos, sua *magnum opus* (*Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*) é obra que ainda hoje se configura como referência nos campos da história e das ciências sociais.⁴⁵

Autodidata, sua produção intelectual abrange diversas áreas do conhecimento, de literatura e crítica literária até análises políticas e interpretações sobre a realidade peruana, as quais se aproximam muito da sociologia. Exerceu importante papel na vida política e cultural do Peru dos anos de 1920. Além do trabalho como jornalista iniciado em 1909, foi um nome central na fundação no *Partido Socialista del Perú* (PSP) e da *Confederación General de los Trabajadores del Peru* (CGTP). Já no campo cultural, além de escrever poesias e duas peças de teatro na década de 1910, foi responsável pela produção de *Amauta* uma das revistas modernistas mais importantes da história latino-americana.

Dono de um estilo seco e preciso, Mariátegui foi excelente cronista de seu tempo e polêmico debatedor. Demonstrei em outro lugar como o trabalho na imprensa limenha, que se iniciou em 1909, lhe despertou o interesse pelo mundo da política.⁴⁶ Paralelamente ao interesse pela política, o jovem jornalista viveu dias de intensa inquietação e produção artística. Esse período de descobrimento se sintetizou na participação na efêmera, mas importante, revista *Colónida* (entre janeiro e maio de 1916). O grupo *Colónida* tinha como características principais o antiacademicismo, além de ser antioligárquico e

⁴⁵ Sobre a importância da primeira tentativa de compreensão da realidade latino-americana a partir de uma perspectiva marxista, nos diz Florestan Fernandes no prefácio da primeira edição brasileira dos *Sete Ensaio*s: “Obra lúcida e notável, que já granjeou, desde que foi publicada, suficiente reconhecimento de valor para ser incluída entre os principais clássicos do pensamento latino-americano. Quanto à sua significação para as correntes socialistas, já foi estabelecido o consenso de que ela é ‘a mais importante obra marxista latino-americana’”. FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975. p.XIII

⁴⁶ STREICH, Ricardo Neves. A vertente editorial do projeto socialista de Mariátegui. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, jan.-jul. 2012.

iconoclasta. Tratava-se de um grupo pautado pelo “anticapitalismo romântico”⁴⁷ que buscava uma estetização da vida social. Mais tarde, Mariátegui definiu a experiência como “estado de espírito”, que sem se pressupor político e organizado, era crítico ao *status quo*:

‘Colónida’ representou uma insurreição – dizer uma revolução já seria exagerar sua importância – contra o academicismo e suas oligarquias, sua ênfase retórica e seu gosto conservador, sua galanteria à moda do século XVIII e sua melancolia medíocre e de olheiras. Os ‘colónidas’ virtualmente exigiam sinceridade e naturalismo. Seu movimento, demasiadamente heteróclito e anárquico, não pôde se condensar em uma tendência nem se concretizar em uma fórmula. Esgotou sua energia no seu grito iconoclasta e no seu orgasmo esnobe.⁴⁸

O prestígio de Mariátegui frente à intelectualidade limenha só fazia crescer, em função de seus artigos sobre política. A consolidação do jovem periodista como referência da intelectualidade no período pode ser observada na fundação de *Nuestra Época*, em 1918. A revista, de breve circulação, foi inspirada na revista *España* dirigida inicialmente por Ortega y Gasset e depois por Luis Araquistáin e contou com nomes centrais da cena político-intelectual peruana da década seguinte como Félix del Valle, César Vallejo, Valdelomar e César Falcón.

Logo no primeiro número temos o anúncio de que “[...] nosso companheiro José Carlos Mariátegui renunciou totalmente a seu pseudônimo de Juan Croniqueur, sob o qual é conhecido, e resolveu pedir perdão a Deus e ao público pelos muitos pecados que, escrevendo sob tal pseudônimo, cometeu”.⁴⁹

A renúncia ao pseudônimo utilizado, tanto nos trabalhos na grande imprensa, quanto em suas produções literárias, representou uma inflexão na trajetória intelectual de Mariátegui, pois tratou de um esforço inicial de definição político-ideológica. Seu interesse, tal qual o programa de *Nuestra Época*, consistia em “dizer a verdade”.⁵⁰ Suas

⁴⁷ O termo é compreendido aqui como um protesto contra as formas de sociabilidade do mundo burguês sem uma proposição política imediata.

⁴⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos Mariátegui. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 265-6.

⁴⁹ Cf. BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martinez. Mariátegui: Gênese de um pensamento latino-americano. In: BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martinez. (org.) **Mariátegui: Política**. São Paulo: Ed Ática, 1982. p.11.

⁵⁰ Cf. PERICÁS, Luiz. Bernardo. José Carlos Mariátegui e o marxismo. In: _____. (org.). **Do sonho às coisas: retratos subversivos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p.14.

palavras logo alcançaram eco e, por isto, chegou a ser fisicamente agredido na rua, em função do artigo *El deber del Ejército y el deber del Estado*, no qual defendia:

Política de trabalho e não política de armamento: é disso que precisamos. Política de trabalho e também política de educação. Que se explore nosso território e que se ponha fim ao nosso analfabetismo: então, teremos dinheiro e soldados para a defesa do território peruano.⁵¹

A repressão do governo civilista também invadiu a redação de *El Tiempo*, onde também se editava a revista *Nuestra Época*. Este seria o primeiro dos muitos “acidentes de trabalho” de “novo gênero”,⁵² que Mariátegui experimentou ao longo de sua vida. A reposta do jornalista se deu com o aumento do engajamento político. Em maio de 1919 fundou *La Razón*, jornal que assumiu publicamente a defesa das causas dos trabalhadores e, por isto, pretendia ser o “porta-voz do povo peruano”.⁵³

Lima vivia, então, dias de intensa agitação política e social. O *civilismo* – arranjo oligárquico que dominava a política peruana desde finais do século XIX – entrava em seus dias finais. A luta dos trabalhadores pela regulamentação da jornada de oito horas diárias desencadeou uma greve geral na cidade de Lima em 1919. A crise social logo se tornou política e, assim, Augusto B. Leguía tomou, com apoio dos populares, o poder. Seu governo durou onze anos (daí a designação de *oncênio*) e foi caracterizado por um processo de modernização conservadora.

Mariátegui apoiou Leguía no processo de derrocada do *civilismo*, contudo logo começou a criticar a postura autoritária do governo. Distantes laços familiares com o novo presidente, além do prestígio entre os setores populares mobilizados politicamente, impediram sua ida para a cadeia. Dessa forma, o governo peruano enviou-lhe uma proposta de trabalhar como agente de propaganda peruana no exterior, o que consistiu em uma forma dissimulada de exílio.

Ainda em 1919, Mariátegui embarcou rumo à Europa, onde ficou até 1923. No

⁵¹ Cf. ALIMONDA, Héctor. **José Carlos Mariátegui**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p.26.

⁵² Essa irônica expressão apareceu anos mais tarde, quando Mariátegui anunciou o retorno de um outro periódico que havia sido fechado em função de um suposto complô comunista: “O trabalho intelectual quando não é metafísico, mas dialético, vale dizer, histórico, tem seus riscos. Para quem não é evidente, no mundo contemporâneo, um novo gênero de acidente de trabalho?” MARIÁTEGUI, José Carlos. *Amauta*: Segundo ato. In: BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martinez. (org.) **Mariátegui: Política**. São Paulo: Ed Ática, 1982. p.82.

⁵³Cf. PERICÁS, Luiz. Bernardo. José Carlos Mariátegui e o marxismo. In: _____. (org.). **Do sonho às coisas: retratos subversivos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p.15.

velho mundo, seu primeiro destino foi Paris, onde passou cerca de 40 dias. Lá ele teve a chance de conviver com artistas e intelectuais das mais variadas partes do mundo, destacando-se o encontro com Henri Barbusse,⁵⁴ além dos contatos com os intelectuais do grupo *Clarté*.

Da França, seguiu à Itália, local em que passou a maior parte de seus dias em solo europeu. Sobre sua postura diante da experiência italiana, Mariátegui dizia:

Yo soy un hombre que ha querido ver Italia sin literatura. Con sus propios ojos y sin la lente ambigua y capciosa de la erudición. Esto no es fácil. Hace falta, ante todo, no visitar ni observar Italia en turista. El turista arriba a Italia nutrido de leyenda. Las “impresiones de viaje” de los turistas literatos son la matriz de sus posibles impresiones personales. Por consiguiente el turista pasa por Italia sin llevarse una sola emoción original. Antes de visitar Italia, la historia, la poesía, la novela, la pintura, y la música han abastecido su espíritu de toda suerte de emociones italianas. No le han dejado capacidad ni ganas de emociones directas.⁵⁵

Uma análise mais apurada dos textos⁵⁶ que ele escreveu no exílio possibilita enxergar, seja pela escolha dos temas ou do trabalho de análise política, o desenvolvimento do pensamento político de José Carlos Mariátegui no período mais importante de sua elaboração e conformação político-intelectual. Estes textos são, também, rico testemunho do ambiente cultural, político e intelectual em que se encontrava a Itália no pós-primeira guerra. A Itália, parte do bloco dos vencedores, saiu com ganhos minúsculos do Tratado de Versalhes. Somava-se a isto a crise do liberalismo e sua consequente polarização política.

À esquerda, havia a ocupação das fábricas do norte industrializado, que ficou

⁵⁴ Henri Barbusse (1875-1935) foi um romancista francês. Seu romance *Le Feu* (1916) denunciava as mazelas da Primeira Guerra Mundial a partir das experiências do autor e impulsionou seu nome como um dos grandes defensores do pacifismo na Europa do pós-guerra. Foi fundador, junto com Romain Rolland, do periódico *Clarté* (que circulou entre 1919 e 1928). A revista era composta por uma diversidade de posições políticas, por isso após aproximação do Partido Comunista Francês (PCF), a revista se aproximou dos trotskistas e dos surrealistas. Barbusse, filiado ao PCF desde 1923, após o fim da revista acabou por aderir ao stalinismo, como indica a biografia de Stálin em que trabalhava no momento de sua morte. A obra publicada postumamente, em 1936, foi intitulada *Staline: Un monde nouveau vu à travers un homme*. Para análise da importância da figura de Barbusse para a intelectualidade latino-americana ver OLIVEIRA, Angela. Meirelles **Palavras como bala: imprensa e intelectuais fascistas no cone sul (1933-1939)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2013.

⁵⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. El paisaje italiano. In: _____. **El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy**. Lima: Editora Amauta, 1972. p.77.

⁵⁶ Estes artigos se encontram publicados de maneira dispersa nos seguintes livros: *La Escena Contemporánea* (1925); *Alma matinal* (1949) e *Cartas de Italia* (1969).

conhecida como Biênio Vermelho (1919-1920), além da influência da Revolução de Outubro. Tratava-se do momento em que a ideologia comunista começou a se tornar hegemônica dentro do campo de forças dos revolucionários.

À direita, houve a ascensão do fascismo. Era o tempo das demonstrações dos *fasci di combattimento* de Mussolini. Mariátegui produziu uma análise acurada do movimento fascista e, em especial, do seu caráter violento e extraparlamentar – que seria a “ação ilegal” dos setores mais conservadores que buscavam, a todo custo, manter o Estado e a ordem vigente contra o perigo representado pelo proletariado.

A efervescência ultrapassava o campo do político e abarcava outras esferas da vida social. Intelectualmente, as críticas ao evolucionismo positivista, especialmente as do filósofo Benedetto Croce,⁵⁷ foram apropriadas pelos teóricos e dirigentes de uma parcela do movimento socialista italiano aglutinada em torno do jornal *L'Ordine Nuovo* dirigido por Gramsci e Palmiro Togliatti. Mariátegui cobriu o XVII Congresso do Partido Socialista Italiano, realizado em janeiro de 1921 na cidade de Livorno, no qual a ala liderada por Gramsci e Togliatti deixou o PSI para fundar o Partido Comunista da Itália - PCI.⁵⁸

Diante deste rico contexto político, intelectual e ideológico, Mariátegui observou que:

Como él [Waldo Frank], yo no me sentí americano sino en Europa. Por los caminos de Europa, encontré el país de América que yo había dejado y en el que había vivido casi extraño y ausente. Europa me reveló hasta que punto pertenecí yo a un mundo primitivo y caótico; y al mismo tiempo me impuso, me esclareció el deber de una *tarea americana*. Pero de esto, algún tiempo después de mi regreso, yo tenía una conciencia clara, una noción nítida.⁵⁹

Olhar a situação europeia com os olhos americanos. Apreender, modificar, dialogar com as possibilidades teóricas e políticas que surgiam com força nesta Europa

⁵⁷ Podemos assinalar, como o faz Robert Paris, que o idealismo de Croce representou para Mariátegui, mais do que ideias prontas e acabadas, a abertura a determinados temas filosóficos, em especial a crítica ao positivismo. Cf. PARIS, Robert. El marxismo de Mariátegui. In: ARICÓ, José. (org.) **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1978. p. 119.

⁵⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. El Partido Socialista Italiano y la Tercera Internacional. In: _____. **Cartas de Italia**. Lima: Editora Amauta, 1972. pp.156-160.

⁵⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Waldo Frank. In: _____. **El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy**. Lima: Editora Amauta, 1972. p.192. (grifo nosso).

polarizada entre a possibilidade do comunismo e a ascensão de diversos regimes de inspiração fascista. A opção pelo marxismo embasou sua “tarefa americana”, uma vez que ela consistia na luta pelo socialismo no Peru. A articulação política se iniciou ainda na Europa, pois nesta época, juntamente com Carlos Roe, Palmiro Machiavello e César Falcón, Mariátegui fundou a primeira célula socialista peruana.

Evidentemente, a agitação política no Peru não cessou com a partida de José Carlos Mariátegui. A movimentação pela *Reforma Universitária* não tardou a chegar a Lima. Em março de 1920, a FEP – *Federación de Estudiantes Peruanos* – convocou um Congresso do qual participaram representantes de todas as universidades do país. Este Congresso foi importante capítulo da expansão do movimento de *Reforma Universitária* que havia surgido em Córdoba em 1918, pois foram criadas as *Universidades Populares González Prada* (UPGP). A abertura da Universidade às camadas mais pobres da população tinha como objetivo a promoção de um ciclo de cultura geral, com caráter nacionalista, que acompanhasse o ensino de caráter mais técnico. Portanto, a maior democratização da educação deveria ser acompanhada de uma elevação do nível crítico dos trabalhadores e, para isto, haveria aulas de história, geografia, espanhol, matemática e economia.

Em princípios de 1923, Mariátegui voltou ao Peru. No primeiro momento de seu retorno, o jornalista – que à época já era bastante conhecido em seu país natal – se afastou das atividades políticas. Contudo, o aumento da repressão do governo Leguía às manifestações populares levou Mariátegui a aceitar o convite de Victor Raúl Haya de la Torre para fazer parte das Universidades Populares González Prada. Sua contribuição inicial se deu na forma de uma série de conferências intituladas *História da Crise Mundial*,⁶⁰ durante as quais iniciou uma campanha de difusão das novas tendências políticas vigentes na Europa, além de discutir e debater sua adesão à Revolução Russa.

Dessa forma, foi no retorno ao Peru que Mariátegui alcançou sua maturidade política, teórica, ideológica e intelectual. Contudo é importante assinalar, como fez Leila Escorsim Machado,⁶¹ que o marxismo de Mariátegui não desembarcou da Europa pronto e acabado, tal qual uma doutrina fechada. Pelo contrário, pois apenas no embate com a

⁶⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. **Historia de la crisis mundial**. Lima: Editora Amauta, 1973.

⁶¹ MACHADO, Leila Escorsim. **J.C. Mariátegui: marxismo, cultura e revolução**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004. p.145.

realidade peruana concreta é que o instrumental teórico e analítico do marxismo seria consolidado como *método* para entender e transformar a realidade peruana (e latino-americana) – ou seja, realizar a sua “tarefa americana”.

No afã de realizar a “tarefa americana”, Mariátegui iniciou um trabalho de *organização* da luta da classe trabalhadora, que se deu em três planos que, como veremos à frente, dialogavam diretamente entre si: o político, o sindical e o intelectual.

Politicamente, Mariátegui consolidou a parceria com Haya de la Torre. Os dois partilhavam, então, vários vínculos políticos, além de concepções bastante próximas sobre diversos pontos como, por exemplo: a questão agrária, o problema nacional peruano, o bloco social das forças anti-imperialistas e o papel da comunidade indígena.

Em janeiro de 1924, Haya de la Torre foi preso e seguiu exilado rumo ao México. No desterro, fundou a *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), que inicialmente funcionou como uma *frente única*⁶², na qual se encontravam representantes dos diversos setores sociais, incluindo a pequena burguesia e os estratos médios radicalizados, que lutavam contra o imperialismo.

No manifesto “¿Que es el APRA?”, publicado em 1926, Haya de la Torre enunciava que a “aliança entre trabalhadores manuais e intelectuais”, nesse primeiro momento, tinha a ambição de estabelecer células em todos os países da América Latina. As sucursais nacionais deveriam estabelecer seus programas nacionais e colaborar para a realização do programa continental que consistia basicamente em cinco pontos, a saber: “1) Acción contra el imperialismo yanqui; 2) Por la unidad política de la América Latina; 3) Por la nacionalización de tierras e industrias; 4) Por la internacionalización del Canal de Panamá; 5) Por la solidaridad con todos los pueblos y clases oprimidas del mundo.”⁶³

Contudo, é necessário salientar que Mariátegui sustentou dentro da APRA a necessidade de uma presença autônoma do proletariado – daí, por exemplo, a intenção de fundar de uma central sindical de âmbito nacional. Outra evidência das posições de

⁶² É importante não confundir com as *Frentes Populares* que caracterizaram a atuação dos comunistas e dos socialdemocratas contra os fascistas nos anos 1930. A *Frente Única*, no começo dos anos 1920, significou a proposição de aliança pontual entre os diversos setores (dentre os quais o proletariado, o campesinato e as classes médias) que enfrentavam o imperialismo.

⁶³ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. ¿Que es el APRA?. In: _____. **Obras Completas**. Lima: Editorial Juan Mejia Baca, 1984. v.1. p. 126.

Mariátegui no período foi a radicalização que a revista *Claridad* sofreu sob sua direção. O periódico, fundado em 1923, foi dirigido por Haya de la Torre até o seu exílio tinha como objetivo ser o porta-voz das *Universidades Populares González Prada*. Com a direção de Mariátegui, no início de 1924, a revista buscou aproximar dos setores operários organizados e se transformou em referência da Federação Operária Local de Lima.⁶⁴

Todavia, os trabalhos foram interrompidos em função de problemas de saúde de José Carlos Mariátegui. Em meados de 1924, foi internado às pressas e teve a perna direita amputada em função de um tumor. Passados alguns meses voltou a escrever para a imprensa peruana e sua casa se tornou ponto de encontro e de discussões de trabalhadores e intelectuais.

O ano de 1925 foi mais agitado. A Federação dos Estudantes do Peru (FEP) propôs o nome de Mariátegui para ocupar uma das cátedras da Universidade de São Marcos, mas sua falta de titulação, a má vontade do reitor e seu frágil estado de saúde impossibilitaram o êxito da tentativa. Já os esforços, em conjunto com o irmão Júlio César, para fundar a editora Minerva tiveram resultados diferentes. Por lá saíram à luz as obras de vários escritores peruanos importantes como Mariano Iberico Rodríguez, Luis Valcárcel, José María Eguren, Panait Itrati e também o primeiro livro de José Carlos Mariátegui: *La escena contemporánea*. Uma coletânea de artigos, originalmente publicados em *Mundial* e *Variedades*, que versavam sobre arte e política.

O desenvolvimento de seu projeto editorial – cujo maior objetivo era fundar uma revista difusora das ideias socialistas e das artes vanguardistas - levou Mariátegui a articular esforços com um grupo de vanguardistas e ativistas políticos das causas das classes populares como Ricardo Martínez de la Torre e César Falcón para iniciar a publicação de *Amauta*. O título da revista, que em língua quéchua significa “sábio”, “sacerdote”,⁶⁵ foi escolhido por sugestão de José Sabogal, pintor peruano, que produziu a arte de capa para todos os 32 números da revista que foram publicados entre 1926 e

⁶⁴ Os subtítulos deixam muita clara a transformação da orientação do periódico. Sob a direção de Haya de la Torre a revista se definia como “Órgano de la Juventud Libre del Perú” que, sob a direção de Mariátegui, se tornou “Órgano de la Federación Obrera Local de Lima y de la Juventud Libre del Perú”.

⁶⁵ “El título no traduce sino nuestra adhesión a la Raza, no refleja sino nuestro homenaje al Incaismo. Pero específicamente la palabra ‘Amauta’ adquiere con esta revista una nueva acepción. La vamos a crear otra vez.” MARIÁTEGUI, José Carlos. Presentación de “Amauta”. In: _____. *Ideología y Política*. Lima: Editora Amauta, 1974. p.238.

1930, com um período de interrupção entre novembro 1927 e novembro de 1928.

Desta maneira, em setembro de 1926, com uma tiragem de 3.000 exemplares, foi publicada a primeira edição de *Amauta*. Dela participaram os nomes mais importantes da vanguarda intelectual peruana, assim como opositores do regime Leguía, muitas vezes deportados, como Haya de la Torre.

As palavras iniciais – “Esta revista, en el campo intelectual, no representa un grupo. Representa, más bien, un movimiento, un espíritu”⁶⁶ - do texto de apresentação da revista já explicitavam a face *frentista* do projeto mariáteguiano. O “movimento”, ao menos neste primeiro momento, teria apenas o objetivo de construir um Peru novo, dentro de um mundo novo. Ou seja, não se tratava de um grupo homogêneo dotado de um programa fechado e acabado. Dessa forma, no campo cultural, Mariátegui seguia os mesmos princípios que orientavam sua atuação política, pois como os vanguardistas eram poucos para se dividirem deveriam trabalhar juntos com vistas ao “acúmulo de forças”.

Em função da diversidade de colaboradores, o periódico se configurou, então, em local privilegiado de discussão sobre temas filosóficos, literários, além de tratar de questões políticas como os problemas da realidade peruana e da América Latina. Logo no primeiro número, uma inovação: o artigo “Resistência à psicanálise” de Freud, em sua primeira tradução para o castelhano. Publicaram-se também poemas, como os de Pablo Neruda e de César Vallejo, capítulos de romances importantes, como *Los de Abajo* de Mariano Azuela e *La Vorágine* de José Eustaquio Rivera. Jorge Luis Borges, Alberto Hidalgo e Vicente Huidobro também colaboraram em suas páginas.

O espírito cosmopolita do periódico se fez sentir com a presença de assuntos e temáticas internacionais. Nas páginas da revista podemos encontrar textos de autores internacionais como León Trotsky, Máximo Gorki, Ortega y Gasset, Romain Rolland, Filippo Marinetti e Miguel de Unamuno. É interessante observar, contudo, que não há nenhum registro de colaboração brasileira na revista.

Em meados de 1927, sob o pretexto de uma conspiração comunista, o governo Leguía prendeu José Carlos Mariátegui e os editores da revista *Amauta*. Por causa de suas condições de saúde, o jornalista ficou detido em hospital militar, enquanto a polícia

⁶⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. Presentación de “Amauta”. In: _____. **Ideologia y Política**. Lima: Editora Amauta, 1974. p.237.

invadiu sua residência e aprendeu vários de seus livros.

Ao retornar para sua casa, Mariátegui escreveu para vários jornais denunciando os feitos arbitrários do governo peruano. Neste espírito lançou em novembro de 1928 o “quinzenário de informações e ideias” *Labor*, que com 5.000 exemplares de tiragem era o mais importante periódico socialista no Peru da época. O jornal, que buscava discutir as necessidades mais urgentes e concretas do movimento proletário peruano, publicou em suas páginas os textos de fundação da CGTP – *Confederación General de los Trabajadores Peruanos* – e foi fechado pelo governo menos de um ano após o início de sua publicação.

Neste mesmo agitado ano de 1928, José Carlos publicou na coleção “Biblioteca Amauta” da Editorial Minerva, aquela que se tornou a sua obra mais conhecida. Os *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* - coletânea com versões ampliadas de artigos anteriormente publicados em *Amauta* e *Mundial* – tinha por meta compreender as *especificidades* do desenvolvimento histórico peruano, e, em menor medida, latino-americano. Nos dizeres de Mariátegui:

Todo este trabalho não passa de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru. Não falta quem me acuse de europeizado, alheio aos fatos e às questões do meu país. Que a minha obra se encarregue de me justificar contra essa especulação barata e interessada.⁶⁷

As acusações de “europeizado” de que nos fala Mariátegui partiram de um grupo de apristas exilados no México, dentre eles Victor Haya de la Torre que, em princípios de 1928 defenderam a transformação da APRA em um partido político nacionalista peruano, cuja composição social seria de estudantes, camponeses, trabalhadores industriais, além das camadas médias radicalizadas e dos intelectuais que deveriam hegemonizar o novo partido.

Em linhas gerais, Haya de la Torre passou a entender que o Estado seria o agente da libertação nacional, e por isto reclamava que o Aprismo seria a *adaptação* do marxismo à situação da América Latina. Ele acusava o marxismo europeu de possuir um tom universalista que desprezava as especificidades do “espaço-tempo” – e aqui a

⁶⁷ MARIÁTEGUI, José Carlos Mariátegui. “Advertência”. In: _____. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.32.

referência é o pensamento relativista de Einstein - americano. Por isto, Haya de la Torre, em carta a José Carlos Mariátegui, sentenciava: “Póngase en la realidad y trate de disciplinarse no con Europa revolucionaria, sino con América revolucionaria.”⁶⁸

A situação desagradou Mariátegui, para quem a APRA deveria manter-se como uma “frente única”, pois assim haveria um espaço privilegiado de agitação política e articulação dos socialistas. Desta maneira, criticou veementemente a guinada eleitoral proposta por Haya de la Torre. A primeira resposta de Mariátegui apareceu no retorno da revista *Amauta* (nº17 de setembro de 1928) cujo editorial é um dos textos mais importantes que ele produziu:

En nuestra bandera, inscribimos esta sola, sencilla y grande palabra: Socialismo. (Con este lema afirmamos nuestra absoluta independencia frente a la idea de un Partido Nacionalista, pequeño burgués y demagógico).⁶⁹

A defesa do socialismo realizada por Mariátegui indica que ele não considerava que a realidade indo-americana fosse antagônica ao marxismo, já que a doutrina de Marx seria um “método” que deveria ser utilizado de forma criativa e original para compreender as especificidades da realidade latino-americana dentro do amplo processo das relações políticas e econômicas do capitalismo internacional. Nesse sentido como ele registrou em uma célebre passagem:

El socialismo no es, ciertamente, una doctrina indo-americana. Pero ninguna doctrina, ningún sistema contemporáneo lo es ni puede serlo. Y el socialismo, aunque haya nacido en Europa, como el capitalismo, no es tampoco específico ni particularmente europeo. Es un movimiento mundial, al cual no se sustrae ninguno de los países que se mueven dentro de la órbita de la civilización occidental. Esta civilización conduce, con una fuerza y unos medios de que ninguna civilización dispuso, a la universalidad. Indo-América, en este orden mundial, puede y debe tener individualidad y estilo; pero no una cultura ni un sino particulares.⁷⁰

Desta maneira, como resposta política à APRA, em outubro de 1928, Mariátegui fundou o Partido Socialista do Peru (PSP) que se alinhou à Terceira Internacional. O

⁶⁸ Cf. QUIJANO, Aníbal. “Carácter de la Revolución y del Partido: Debate con el APRA”. In: QUIJANO, Aníbal (org.). **Textos básicos**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.p.122.

⁶⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversario y balance. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. p.246.

⁷⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversario y balance. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. p.248.

próprio nome “socialista”, distinto dos outros partidos que integravam a Internacional Comunista, já era um indicativo das concepções mais flexíveis do marxismo de Mariátegui que guiaram a fundação do novo partido.

A fundação do PSP, então, foi parte do projeto mariateguiano de organizar politicamente a classe trabalhadora e, por isto, de maneira paralela ocorreu o esforço de estimular a organização sindical – sempre defendendo a unidade dos trabalhadores. Foi com esse espírito que Mariátegui colaborou com a fundação, em 1929, da *Confederación General de los Trabajadores del Perú* (CGTP) que enviou delegados para o Congresso Sindical Latino-Americano realizado em Montevideu naquele mesmo ano. Também foi convocada pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional a primeira Conferência Comunista Latino-Americana, ocorrida em Buenos Aires.

A morte de Lênin, em 1924, abriu um período de disputa entre os principais nomes do Partido Comunista da União Soviética por sua liderança. Essas discussões atingiram a Internacional Comunista e colocaram em choque diversas concepções acerca da organização do movimento comunista internacional. Dessa forma, o processo de *bolchevização stalinista*⁷¹ aos poucos ganhou força e estabeleceu uma tensão entre os que buscavam utilizar a organização da Internacional Comunista para fomentar e impulsionar processos revolucionários nos países onde atuavam e aqueles que buscavam estabelecer uma organização baseada em sucursais nacionais submetidas às diretrizes moscovitas.

A capacidade de Mariátegui para superar esquemas dogmáticos o conduziu a diversas polêmicas dentro do movimento comunista. A recusa em se limitar a uma sucursal nacional dos interesses de Moscou é evidenciada pela transformação, menos de um mês após sua morte precoce em abril de 1930, do Partido Socialista do Peru em Partido Comunista, tal qual preconizava a Internacional Comunista. Sob a direção de Eudocio Ravines, o “novo partido” durante os anos 1930 se dedicou à tarefa de “liquidar” a herança teórica e política de Mariátegui.⁷²

⁷¹ Os primeiros indícios já se fizeram sentir no V e no VI Congresso da Internacional Comunista. Logo após a morte de Lênin nota-se o início do processo de bolchevização da IC, ou seja, sua paulatina subordinação aos interesses do núcleo stalinista, dominante no PC soviético. Cf. FERREIRA, John. Kennedy. **A questão indígena-camponesa e a luta pelo socialismo: apontamentos sobre a contribuição de José Carlos Mariátegui**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2008. p.53.

⁷² QUIJANO, Aníbal. Sobre el Partido Socialista del Perú. In: QUIJANO, Aníbal (org.). **Textos básicos**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991. p.152.

2.2 Tristán Marof

O boliviano Gustavo Adolfo Navarro Ameller nasceu em 1898 e morreu em 1979. Nascido em família humilde, logrou sucesso nos ramos da advocacia e da diplomacia. Paralelamente às atividades burocráticas, se ocupou da produção jornalística e literária.⁷³ Seus romances⁷⁴ e escritos político-sociológicos tornaram-no figura central do debate político-intelectual da Bolívia nos 1920 e 1930, além de uma importante liderança política.

Desde cedo manifestou interesse pela política. Em 1918 publicou em Sucre o único número da revista *Renacimiento Alto Peruano*, na qual defendia ideais anarquistas próximos aos de Leon Tolstói. Em função do periódico, entrou em contato com Franz Tamayo,⁷⁵ por quem foi convidado, no ano seguinte, para trabalhar em La Paz no periódico oposicionista *El hombre libre*. Gustavo Navarro fez, então, oposição aos liberais que governavam o país desde 1900 e ingressou no Partido Republicano que, em 1920, deu um golpe de estado e levou Bautista Saavedra⁷⁶ ao poder.⁷⁷

O apoio ao golpe Republicano rendeu a Gustavo Navarro um cargo de cônsul na França. Ainda em 1920, partiu para a Europa e presenciou a efervescência política do período pós-guerra. Assim, travou contato com importantes intelectuais pacifistas como

⁷³ As principais obras do autor são: *El Ingenio Continente Americano* (1923); *La Justicia del Inca* (1926); *Wall Street y Hambre* (1931); *La Tragedia del Altiplano* (1934); *México de Frente y de Perfil* (1934); *La Verdad Socialista en Bolivia* (1938) e *Peligro Nazi en Bolivia*, (1942).

⁷⁴ É importante destacar que Marof possuía uma visão bastante pragmática da literatura, de modo que seus romances não eram caracterizados pelas grandes experimentações formais, características da época: “Marof never thought of his literature, plays or literary criticism primarily in terms of expressing creativity but rather as vehicles for his political ideas, to encourage skepticism, to reject everything Spanish, and to foster a belief in social legislation.” LISS, Sheldon B. **Marxist Thought in Latin America**. California: University of California Press, 1984. p. 182.

⁷⁵ Franz Tamayo (1878-1956) foi um dos nomes mais importantes da política e das letras bolivianas na primeira metade do século XX. No campo da política foi eleito deputado do Legislativo nacional por diversas vezes. Chegou a ganhar a eleição de 1934, mas não assumiu a presidência por conta do golpe de estado que ocorreu no mesmo ano. Sua produção poética figura entre as mais importantes do país. Seus ensaios sociológicos e educacionais (como o clássico *Creación de la pedagogía nacional* de 1910) foram muito importantes no debate em torno da questão racial. Tamayo defendia que o mestiço, por possuir as virtudes indígenas e europeias, teria condições de ser um cidadão moderno.

⁷⁶ Líder do Partido Republicano, se tornou Presidente da Bolívia entre 1921 e 1925, após o golpe que depôs o presidente José Gutierrez Guerra do Partido Liberal. Seu governo foi marcado pelo personalismo e pela centralização dos poderes nas mãos do executivo.

⁷⁷ Cf. RODRIGUEZ LEYTÓN, Juan Nivardo. **Un anarquismo singular: Gustavo A. Navarro - Cesareo Capriles 1918 - 1924**. Sucre: Archivo y Bibliotecas Nacionales de Bolivia; Fundacion Cultural del Banco Central de Bolivia, 2013.

Henri Barbusse e Romain Rolland⁷⁸. As discussões sobre a Revolução Russa e sobre as necessidades de reforma social lhe despertaram bastante atenção. Desse modo, em 1923 publicou na Espanha o livro *El ingenuo continente americano* que marcou a estreia do pseudônimo Tristán Marof. Nesse livro, o autor boliviano anunciou sua adesão ao socialismo, daí o uso do pseudônimo, já que a nova posição política não era conveniente para um representante diplomático de um governo oligárquico.

O livro seguinte – *Justicia del Inca* – foi publicado em 1926 na cidade de Bruxelas. O livro ambicionava – ainda que muitas vezes permeado por uma idealização do passado pré-colombiano – demonstrar que a tradição incaica poderia ser a base da construção do socialismo na Bolívia. Seu libelo a favor dos indígenas inaugurou a famosa polêmica contra Alcides Arguedas,⁷⁹ para quem a origem dos problemas da América Latina residia na inaptidão da “raça” indígena ao progresso. Tristán Marof, por sua vez, propunha deslocar a variável do problema para o campo socioeconômico.⁸⁰ Ao analisar o problema a partir dessa perspectiva, Marof cravou o lema que o tornaria uma das figuras centrais da esquerda boliviana nos 15 anos subsequentes: *Minas al Estado, Tierra al indio*.

O processo de radicalização das posições esquerdistas levou o autor a renunciar à condição de representante diplomático, a fim de planejar seu regresso e atuação política na América Latina. Em seu retorno à Bolívia, em 1927, junto a Rómulo Chumacero e Roberto Hinojosa, organizou o Partido Socialista Máximo (cabe destacar que à época, a nomenclatura “máximo” ou “maximalista” demonstrava simpatia pelo bolchevismo soviético). Desta forma,

Marof hizo una simbiosis entre el indigenismo y el marxismo, al señalar que los males del país no estaban en la existencia de indios y cholos, sino en la opresión y explotación de la oligarquía minera y feudal y del imperialismo, y en proponer la organización unitaria de obreros y

⁷⁸ Romain Rolland (1866-1944) foi um escritor francês muito prestigiado no início do século XX. Em 1915, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, em função do humanismo presente em sua obra. Participou, ao lado de Henri Barbusse, da fundação de *Clarté* (1919-1928), periódico em que expôs suas posições pacifistas que o tornaram um dos intelectuais europeus mais importantes da década de 1920.

⁷⁹ Alcides Arguedas (1879-1946) foi um dos escritores bolivianos mais importantes da primeira metade do século XX. Seus livros *Pueblo Enfermo* (1909) e *Raza de Bronce* (1919) são grandes sistematizações das teorias racistas – segundo as quais o “atraso” do país se devia à incapacidade indígena de se adequar aos preceitos da modernidade – que embasaram a política do país até a metade do século XX.

⁸⁰ Para mais detalhes sobre a polêmica ver: GERKE GARZÍA, Ana Maria. **Alcides Arguedas: Polemic and Polemist in his Polemic with Tristán Marof**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Central Connecticut State University, 2009.

campesinos para la conquista del Estado socialista.⁸¹

Suas ideias começaram a ganhar alguma popularidade entre os setores organizados dos trabalhadores e as classes médias radicalizadas. Os estudantes, que à época iniciavam sua organização em nível nacional, inscreveram, ao lado das demandas de autonomia universitária, no programa da *Federación Universitaria Boliviana* (FUB) a máxima marofista “*Minas al Estado, Tierras al indio*”. Ainda em 1927, Tristán Marof se lançou candidato ao legislativo, mas o governo de Hernando Siles⁸² o acusou de fazer parte de um complô comunista para tomar o Estado e determinou seu primeiro exílio, que duraria mais de 10 anos.

Nesse primeiro desterro, Marof passou por diversos países como Peru, Panamá, Cuba, México, Estados Unidos, Brasil e Argentina. Seu destino imediato foi o Peru, onde se deu o encontro com José Carlos Mariátegui, com quem manteve intercâmbio epistolar até a morte prematura do socialista peruano.⁸³

O passo seguinte foi o Panamá, cuja breve estadia não parece ter impactado o marxista boliviano, na medida em que dedicou poucas linhas à passagem pelo país. A experiência em Cuba, por sua vez, foi bastante diferente. O contato com apistas cubanos como Enrique de la Osla, editor da revista *Atuei*, lhe permitiu publicar sua resposta às acusações do presidente Siles, responsáveis por seu exílio.

Também travou contato com as lideranças do *Grupo Minorista* e da Liga Anti-imperialista de Cuba, que vinha se radicalizando na luta contra a repressão aos intelectuais cubanos em seu país. O contato com esses membros da “verdadeira vanguarda”, conforme o boliviano atesta em carta a Mariátegui⁸⁴ foi de fundamental importância para a definição político-ideológica do socialista boliviano. Nesse sentido, a solidariedade expressa pelos

⁸¹ BAPTISTA GUMUCIO, Mariano. **Breve Historia Contemporánea de Bolivia**. Fondo de Cultura Económica: Ciudad del México, 1996. p. 76-7.

⁸² Hernando Siles (1882-1942) foi o sucessor de Bautista Saavedra na presidência da Bolívia. Eleito em 1925, governou o país entre 1926 e 1930. Seu governo foi marcado pelas dificuldades econômicas, pelas tensões sociais (por exemplo, o massacre indígena de Chayanta, 1927) e também pelo início dos conflitos com o Paraguai que desembocaram na Guerra do Chaco. Perto do fim do mandato, Siles tentou prorrogar seu governo e iniciou uma crise política que, após um levante do Exército, levou Daniel Salamanca ao poder.

⁸³ MARIÁTEGUI, José Carlos. La Aventura de Tristán Marof. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1975.

⁸⁴ MAROF, Tristán. Carta a José Carlos Mariátegui (La Habana -22 de abril de 1928). In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Mariátegui Total**. Lima: Editora Amauta, 1994. t.1. pp. 1899-1900.

grupos cubanos no episódio de fechamento de *Amauta* e na contundente crítica à intervenção estadunidense na Nicarágua colaborou para que Marof tomasse a questão continental como um dos elementos centrais da sua concepção de socialismo.

Em meados de 1928, Marof embarcou rumo ao México. O discurso revolucionário do governo de Plutarco Elías Calles e a sua disposição em receber exilados políticos proporcionariam ao socialista boliviano um ambiente de relativa estabilidade política, financeira e intelectual.

Economicamente, o apoio do governo de Calles consistiu em um emprego na Universidade Nacional (que se encontrava em plena luta pela autonomia) e no Instituto de Investigações Econômicas. A tiragem de 20 mil exemplares do livro *Opresión y falsa democracia* custeada pela Secretaria de Educação Pública também indica a disposição do governo em acolher Marof. Essa constatação é fundamental para compreender o tom, sobre o qual nos deteremos no próximo capítulo, assumido pelo autor em relação a seu rompimento com o governo mexicano no livro *México de frente y de perfil*.

Intelectualmente, a estada no México foi um dos períodos mais fecundos de sua trajetória, pois publicou artigos em jornais que alcançaram ressonância continental.⁸⁵ A militância no campo político/partidário, por sua vez, foi marcada pelos valores de solidariedade continental. Por isso, as constantes presenças como orador nas reuniões do movimento “¡*Manos Fuera de Nicaragua!*” (MAFUENIC) e da Liga Anti-imperialista, impulsionada pelo Partido Comunista do México. A notoriedade de Marof dentro da esquerda atuante no México pode ser comprovada em curioso episódio narrado por Ricardo Melgar Bao, no qual o boliviano serviu de mediador na querela entre o peruano, fundador da APRA, Victor Raúl Haya de la Torre e o comunista cubano Julio Antonio Mella.⁸⁶

La presencia de Marof en las filas de la Liga Antiimperialista y en el Instituto de Investigaciones Económicas expandió sus redes intelectuales y políticas con varios latinoamericanos, particularmente se afianzó su amistad combativa con el cubano Mella. Así puede

⁸⁵ Os periódicos em que Tristán Marof publicou regularmente foram: *Crítica*, *Claridad* (Argentina), *Folha Acadêmica* (Brasil), *Diario de la Marina* (Cuba), *El Libertador*, *Revista Mexicana de Economía*, *Crisol* (México), *Amauta*, *Labor* (Peru) e *Justicia* (Uruguai).

⁸⁶ Para mais detalhes da disputa entre os dois importantes nomes do anti-imperialismo latino-americano do período ver: TEIXEIRA, G.L. **Anti-imperialismo e nacionalismo. A polêmica dos anos 20 na visão de Haya de La Torre e Julio Antonio Mella.** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2002.

entenderse el hecho de que Julio Antonio Mella, el revolucionario cubano, lo escogiese como su padrino para un encuentro difícil con su antagonista en materia antiimperialista, Víctor Raúl Haya de la Torre, quien asistió acompañado de su amigo y correligionario Julio Cuadros Caldas, un exiliado colombiano, autor del más popular libro campesino de la época: *El Catecismo Agrario*, manual que orientaba los pasos a seguir para obtener la dotación de tierras ejidales. La apreciación política de Marof sobre Haya de la Torre nos revela que la ruptura no fue total, y que el encuentro Mella y Haya no fue el último.⁸⁷

Como bem aponta Melgar Bao, a perspectiva nacional presente no ideário político de Marof não impossibilitou a aproximação e a atuação conjunta aos comunistas mexicanos, nas filas da Liga Anti-imperialista, possibilitou a abertura de um canal de aproximação entre Marof e a Internacional Comunista. Dessa forma, inaugurou-se uma relação que o historiador russo Andrey Schelchkov⁸⁸ define como “sinuosa”.

Melgar Bao sustenta que no processo de cisão da seção mexicana da Internacional Comunista entre os apoiadores de Trotsky, Bukharin e Stálin, Marof se alinhou à fração stalinista.⁸⁹ Assim o intelectual boliviano teve seu nome indicado para estudar na “Escola Leninista Internacional”. Esse foi o momento em que existiu a maior proximidade entre Marof e Moscou, de acordo com Schelchkov:

Gracias a los contactos con los comunistas europeos y, debido a la actividad política de Marof (Moscú estaba bien informada sobre su vida y sus ideas, los comunistas europeos enviaban a la sede de la IC sus libros y artículos), la Internacional Comunista presta una atención minuciosa a su personalidad. En Moscú esperaban utilizarlo a él y su grupo para formar el partido comunista boliviano, sección de la IC. En sus documentos públicos la IC manifestaba su solidaridad con el partido de Marof sin darse cuenta que este grupo ni siquiera existía en Bolivia. Marof de su lado, hizo pensar a la IC lo contrario, presentándose como líder nacional de izquierda con una fuerte base organizativa. La IC recomendó a todos los partidos comunistas del continente, desplegar una compañía en la prensa obrera a favor de Marof y de su partido

⁸⁷ MELGAR BAO, Ricardo. El exiliado boliviano Tristán Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 3, n. 11, abr-jun. 2012. Disponível em: www.pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/480-el-exiliado-boliviano-tristan-marof-tejiendo-redes-identidades-y-claves-de-autoctonia-politica. Acesso em: jul. 2013.

⁸⁸ SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. **Revista IZQUIERDAS**, Santiago, ano 3, n.5, 2009.

⁸⁹ MELGAR BAO, Ricardo. El exiliado boliviano Tristán Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 3, n. 11, abr-jun. 2012. Disponível em: www.pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/480-el-exiliado-boliviano-tristan-marof-tejiendo-redes-identidades-y-claves-de-autoctonia-politica. Acesso em: jul. 2013.

perseguido por “el gobierno fascista” de Hernando Siles.⁹⁰

Portes Gil, sucessor de Calles no governo mexicano, empreendeu uma mudança de orientação no que diz respeito ao acolhimento de refugiados políticos. A receptividade que havia marcado os governos mexicanos da década de 1920 deu lugar à hostilidade, especialmente aos desterrados que atuavam politicamente no país. Ademais, Portes Gil iniciou um enfrentamento sistemático com os comunistas, censurando e reprimindo organizações nas quais eles estavam envolvidos. Nesse sentido, Marof foi duplamente prejudicado tanto em função da proximidade com os comunistas na militância da Liga Anti-imperialista quanto por sua condição de exilado político. Dessa forma, o fechamento do regime efetuado governo Portes Gil significou para o socialista boliviano a expulsão do México, no começo de 1930. Ainda assim, contrariando os interesses de Moscou, o intelectual boliviano seguiu inicialmente para Nova York e, após breve passagem pelo Rio de Janeiro, chegou à Argentina.

Em sua curta estadia no coração dos Estados Unidos, escreveu dois livros: o romance, marcado pela temática do anti-imperialismo, *Wall Street y Hambre*, e o seu balanço sobre a experiência mexicana *México de frente y de perfil*. Em sua crítica do processo político mexicano, a partir da análise de aspectos econômicos e políticos, o autor buscou apontar o que entendia como a distância entre a fraseologia revolucionária e o conteúdo ideológico do regime que se consolidava no México.

Já na Argentina, o autor prosseguiu no espectro da radicalização política, haja visto que travou contato com o trotskismo.⁹¹ Em 1932, fundou o Grupo Túpac Amaru⁹² já no clima da Guerra do Chaco.⁹³ O manifesto do grupo pregava o pacifismo e a deserção dos

⁹⁰ SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. **Revista IZQUIERDAS**, Santiago, ano 3, n.5, 2009. p.9.

⁹¹ Cf. MALLOY, James. **Bolivia the Uncompleted Revolution**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1970. p.96.

⁹² O grupo Túpac Amaru, foi uma corrente marxista fundada por Marof na Argentina no início da década de 1930. Mais tarde, o grupo se fundiria com outros grupos de esquerda formados por bolivianos exilados e daria origem ao POR (Partido Obrero Revolucionario), em 1934. Neste sentido é importante diferenciar o grupo de Marof dos Tupamaros, grupo guerrilheiro da esquerda uruguaia que atuou nas décadas de 1960 e 1970, e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru, fundado no Peru em 1984 e, embora pequeno, atuante até hoje.

⁹³ Guerra entre Bolívia e Paraguai que durou de 1932 a 1935. O motivo das hostilidades se deu pela importância econômica e estratégica da região do Chaco que, com uma área de 650 mil quilômetros quadrados (um pouco menor que a França), atravessa os dois países. Para mais detalhes ver: BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, jan.-jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034->

trabalhadores da guerra entre Paraguai e Bolívia. Também clamava pela união dos grupos anti-imperialistas da América Latina, já que a Guerra era vista como expressão do conflito das corporações petrolíferas que tinham interesses na região:

He [Marof] also noted that the extensive nationalism of the conflict weakened the feudal system by spreading the notion that something better existed. He saw the Chaco War as an attempt to obtain a port for Standard Oil tankers and to preserve that corporation's interests; and he thought, at the time, that the conflict would awaken Bolivian workers, soldiers and students, who could ally and turn their energies against the oligarchy and toward the social revolution.⁹⁴

Em 1934, com a publicação de *La tragedia del Altiplano*, a crítica à Guerra do Chaco como mera expressão do conflito entre empresas imperialistas se consolidou como crítica ao capitalismo e à propriedade privada dos meios de produção. Por isso, em Marof e seu grupo ofereciam a imediata necessidade do socialismo como resposta à crise gerada pela guerra, tese consonante aos princípios da *Revolução Permanente* do ideário de Trotsky. De acordo com Marof:

Sólo es posible reparar este error, que ha traído a ruina y la miseria de los pueblos, transformando el Estado parálítico, liberal; caricatura de Estado, en un fuerte Estado socialista, controlado y tecnificado, que administre las minas y las explote en beneficio de los trabajadores. La propiedad privada nacional no puede hacer su curvo en esos países sin caer en brazo del imperialismo extranjero. La propiedad tiene que convertirse en propiedad social, así como la iniciativa.⁹⁵

A radicalização e o prestígio, adquirido na destacada atuação pacifista durante a Guerra do Chaco, por Marof despertaram o interesse de José Aguirre Gainsbourg, líder do grupo *Izquierda Boliviana* (também constituído por exilados políticos bolivianos que atuavam no exterior). Aguirre Gainsbourg também havia sido expulso de seu país pelo governo Silles, em função de suas posições políticas. Da Bolívia, o líder do grupo *Izquierda Boliviana* seguiu ao Chile, onde fez parte do Partido Comunista e travou contato com a oposição de esquerda. Em meados dos anos 1930, à época da aproximação com Marof, Aguirre Gainsbourg já era um dos nomes bolivianos mais destacados do trotskismo na América do Sul.

73291998000100008&script=sci_arttext> Acesso em: jan. 2014.

⁹⁴ LISS, Sheldon B. **Marxist Thought in Latin America**. California: University of California Press, 1984. p. 184.

⁹⁵ MAROF, Tristán. **La tragedia del Altiplano**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.111.

Desse modo, na cidade de Córdoba em 1934, à convite de Aguirre Gainsbourg, Marof participou de um Congresso no qual os dois grupos se fundiram para originar o *Partido Obrero Revolucionario* (POR). É importante assinalar que a fusão foi possível por conta da *confluência* das perspectivas políticas de seus líderes. A constatação é fundamental, pois apesar da aproximação com o grupo trotskista, Marof nunca se declarou adepto da Oposição de Esquerda liderada por Trotsky. Por isso, ele foi capaz de manter seu prestígio frente a Internacional, como evidencia a ampla participação de intelectuais comunistas na campanha contra sua prisão em 1935.⁹⁶

Marof, então, encontrava-se em uma situação curiosa. Seu prestígio político lhe permitia, ao mesmo tempo, o diálogo e proximidade política tanto com os trotskistas quanto com os comunistas soviéticos. Um dos principais fatores que explicavam a aposta da Internacional Comunista na figura de Marof foi a dificuldade em estabelecer e consolidar sua militância na Bolívia.⁹⁷ Além disso, como aponta Schelchkov devemos levar em conta o prestígio do socialista boliviano à época:

A pesar de la crítica que parecía no dejar ninguna esperanza de reconciliación con Marof, la IC [Internacional Comunista] no quería romper definitivamente con él por la misma causa de estar bajo la hipnosis del mito de Marof como indiscutible líder de la clase obrera boliviana. Por eso, Moscú todavía mantenía la esperanza de reorientarlo hacia una política más correcta desde el punto de vista soviético.⁹⁸

Marof conseguiu retornar à Bolívia após dez anos de exílio e foi celebrado por grande parte da esquerda boliviana.⁹⁹ Politicamente, o país que ele encontrou em seu

⁹⁶ Pouco tempo depois da fundação do POR, Marof foi preso na Argentina e deportado para a Bolívia. O governo de Daniel Salamanca havia lhe condenado à morte, por conta de suas críticas. A mobilização da intelectualidade em favor de Marof atingiu repercussão continental. Por isso, o governo boliviano, após manter o prisioneiro incomunicável por algum tempo, o expulsou novamente de seu país natal. Em seu regresso à Argentina, Marof escreveu um livro no qual relata a experiência e a campanha que lhe salvou a vida. Para mais detalhes: MAROF, Tristán. **Habla un condenado a muerte**. Buenos Aires: Claridad, 1936.

⁹⁷ Guillermo Lora diz que o Secretariado Sul-americano da Internacional impôs, em 1928, a fundação do Partido Comunista da Bolívia a um grupo de seguidores que realizavam a tática do “entrismo” dentro do Partido Liberal. Em 1929, o partido chegou a ser fundado, mas foi obrigado a interromper suas atividades por conta da prisão de seus líderes em 1932. A escassa atividade política e o tamanho diminuto do partido fez Lora denominar esse grupo como Partido Comunista Clandestino. O Partido Comunista da Bolívia, que logrou estabilidade política, foi fundado apenas em 1950, o que indica as dificuldades da Internacional em estabilizar suas atividades no País e demonstra a importância da aposta em Marof. Cf. LORA, Guillermo. **Historia dos Partidos Políticos da Bolívia**. La Paz: Ediciones “La Colmena”, 1987. pp. 185-190

⁹⁸ SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. **Revista iZQUIERDAS**, Santiago, ano 3, n.5, 2009. p.10.

⁹⁹ Cf. LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz-Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994.

retorno havia se transformado radicalmente, em função da derrota na Guerra do Chaco. O eixo do debate político foi violentamente deslocado à esquerda, como demonstra a promulgação da Constituição de 1938 pelo governo Busch.¹⁰⁰ A Carta Magna, claramente inspirada na mexicana de 1917, foi redigida a partir dos parâmetros do chamado “constitucionalismo social”.

Nesse novo momento político vivido pela Bolívia, o POR realizou, em 1938, seu segundo congresso com intuito de organizar sua atuação. Esse congresso ficou marcado pela disputa entre as duas maiores lideranças do partido: Marof e Aguirre Gainsbourg. O grupo de Marof defendia um partido amplo e aberto aos quadros da pequena-burguesia, uma vez que a prioridade política deveria ser a atuação por dentro do Estado, ou seja, tratava-se da defesa de um partido de viés eleitoral. Aguirre Gainsbourg, por outro lado, ambicionava que o POR fosse um “partido de quadros” que, alinhado ao ideário trotskista, teria um caráter insurrecional. Assim, a prioridade consistiria na preparação dos “quadros” que seriam a vanguarda de uma eventual revolução boliviana. Na síntese de Malloy:

In the fall of 1938, a battle broke out between Marof and the popular José Aguirre Gainsborg. The issue was Marof's desire to launch a party organized from above (elitist-controlled), aimed at a multi-class base and oriented toward legal electoral activity. Aguirre Gainsborg argued for a small conspiratorial elite party mainly aimed at a class propaganda. The two split, leading to the formation of the two first socialist parties of any note.¹⁰¹

A divergência se transformou em cisma e Marof foi expulso do partido que havia ajudado a construir no exílio. A sistematização da transformação das posições políticas de Marof encontra-se no livro publicado, ainda em 1938, chamado *La Verdad Socialista de Bolívia*. Logo na abertura do livro o socialista boliviano declarou o abandono e a negação da perspectiva insurrecional. O socialismo passou a ser concebido como a união de proletariado urbano, campesinato indígena e a pequena-burguesia sob a égide do Estado, pois apenas com seu fortalecimento seria possível realizar o enfrentamento com as elites político-econômicas que compactuavam com o imperialismo. Como sintetiza,

¹⁰⁰ Germán Busch (1904-1939) foi militar de destacada atuação na Guerra do Chaco e, por isso, conduzido à presidência da República em 1937, cargo que ocupou até sua morte em 1939. Seu governo foi caracterizado por uma relativa abertura à atuação dos partidos de esquerda e por um forte intervencionismo estatal na economia.

¹⁰¹ MALLOY, James. **Bolivia the Uncompleted Revolution**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1970. p. 97.

Marof:

con el tempo se fue formando otro Estado mucho más fuerte y potente que el que formamos en 1825. ¡Y este Estado o Super-Estado nos permite ahora vivir y medrar por piedad y conmiseración, a tal extremo de relajación ha llegado nuestra alma y nuestra condición de seres [...]. Se puede escribir contra Bolivia pero jamás se le perdonará al escritor o al gobernante que toque los asuntos mineros. Es “tabú” y tiene pena de la vida. Nosotros los socialistas, sin embargo lo tocamos y como amamos más nuestro país que la propia vida, queremos enfrentarlo hasta sus últimas consecuencias.¹⁰²

Foi com esse espírito que, em um Congresso realizado em Cochabamba, Tristán Marof conseguiu fundar, em 1939, o *Partido Socialista Obrero de Bolívia* (PSOB). No pleito do ano seguinte, o partido recém-criado conseguiu eleger quatro representantes, inclusive o próprio Marof, na Câmara dos Deputados, o que demonstra sua força política à época.

Evidentemente, as relações com a Internacional Comunista também foram afetadas por estas mudanças. A cordialidade vigente – ainda que houvesse críticas de ambos os lados - deu lugar a uma relação de constantes disputas e desqualificações. Moscou abandonou definitivamente Marof. O intelectual boliviano passou a ser taxado de “pequeno burguês” e “trotskista” – duas das piores ofensas existentes na cultura política comunista. O líder do PSOB, por sua vez, também realizou ataques sistemáticos à Internacional Comunista, a ponto de colocar como das tarefas mais urgentes o combate às concepções soviéticas.¹⁰³

As disputas em torno do nacionalismo levaram Marof a se aliar com antigos inimigos, os setores oligárquicos conservadores, o que causou seu enfraquecimento e paulatino desaparecimento no cenário político e intelectual boliviano. Mesmo na revolução nacionalista de 1952, seu nome já não constava na lista dos líderes e referências políticas e intelectuais. De modo que, ao morrer em fins da década de 1970, Marof se

¹⁰² MAROF, Tristán. **La verdad socialista en Bolivia**. La Paz: Editorial Trabajo, 1938. pp.20-21.

¹⁰³ SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. **Revista IZQUIERDAS**, Santiago, ano 3, n.5, 2009. p.17. Irma Lorini também aponta que a atuação de Marof no parlamento foi bastante marcada pelos ataques aos intelectuais que formaram o PIR (*Partido de Izquierda Revolucionaria*, 1940) e, aos poucos, se tornaram os representantes do comunismo soviético na política boliviana. Em 1950, o PIR se tornou o Partido Comunista da Bolívia. Cf. LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz-Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994.

encontrava totalmente recluso e afastado da vida pública.

A trajetória de vicissitudes políticas de Tristán Marof ainda é muito pouco explorada pela historiografia, tanto dentro da Bolívia quanto fora do país. Em geral, o viés político-partidário presente na maioria das análises prejudica e dificulta uma apreciação historiográfica desse controvertido personagem na história política boliviana da primeira metade do século XX.¹⁰⁴

As leituras sobre o itinerário teórico, político e intelectual acabam sendo determinadas pelas posições políticas dos intérpretes de Tristán Marof. Evidentemente, não se trata de incorrer no erro grosseiro de afirmar que uma “neutralidade epistemológica”, no ofício do historiador, seja possível. Afinal, toda invocação do passado se dá com olhos e interesses do presente. A questão é pontuar o esforço de compreender o objeto de estudo em suas lógicas e particularidades próprias e não apenas enquadrá-lo em uma moldura que já possuímos de antemão.

Recentemente, por conta das transformações político-sociais que vive a Bolívia sob o governo de Evo Morales, surgiu um esforço em resgatar a figura de Marof. A estratégia desses autores consiste em aproximar Marof de Mariátegui, de modo a aproveitar o prestígio do intelectual peruano. Curiosamente, a aproximação entre os dois socialistas corre no sentido de escapar das polêmicas sobre o marxismo, valorizando-os como defensores incansáveis dos *pueblos originários*.¹⁰⁵

Contudo, a maior parte da disputa sobre o legado político-ideológico de Marof diz respeito aos debates sobre o caráter de seu “trotskismo” e de seu o “marxismo” de Marof. Alguns autores, como Guillermo Lora¹⁰⁶ (um dos mais importantes historiadores da Bolívia no século XX e dirigente do POR durante 50 anos) e Malloy¹⁰⁷ fazem aberta

¹⁰⁴ Note-se que existem exceções como os trabalhos de Irma Lorini e Juan Nivardo Rodríguez Leytón. Lorini, em seu trabalho sobre os movimentos socialistas na Bolívia, dedicou rigorosa atenção às particularidades das concepções de Marof. Rodríguez Leytón, por sua vez, em pesquisa muito embasada abordou o início da trajetória político-ideológica do socialista boliviano. Cf. LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz-Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994. e RODRIGUEZ LEYTÓN, Juan Nivardo. **Un anarquismo singular: Gustavo A. Navarro - Cesareo Capriles 1918 - 1924**. Sucre: Archivo y Bibliotecas Nacionales de Bolivia, Fundacion Cultural del Banco Central de Bolivia, 2013.

¹⁰⁵ Veja-se, por exemplo BILBAO LA VIEJA, Gabriel Gonzalo. **Tristán Marof Supay Pasasan**. La Paz: FUNDAPPAC, 2008. também o livro de distribuição gratuito que contém textos de Marof BOLÍVIA. Vicepresidencia. (org.). **El Estado desde el horizonte de nuestra América**. México D.F.: UNAM, 2013.

¹⁰⁶ LORA, Guillermo. **Historia del movimiento obrero boliviano**. La paz: Ediciones Masas, 1996. t.3.

¹⁰⁷ MALLOY, James. **Bolivia the Uncompleted Revolution**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1970.

objeção a qualquer tentativa de relacionar Marof às fileiras do trotskismo latino-americano. Parecem esquecer-se, contudo, da confluência de posições políticas que viabilizou por quase cinco anos a militância do ex-diplomata ao lado dos setores que se tornariam a seção boliviana da IV Internacional. O outro extremo também precisa ser evitado. A participação de Marof na fundação do POR não autoriza a concebê-lo como “fundador” do trotskismo na Bolívia. Por isso, autores como Alexander¹⁰⁸ e Sandor John¹⁰⁹, ao classificarem Marof sumariamente como trotskista, incorrem no mesmo erro dos anteriormente citados, apenas com sinal trocado.

Vejamos o que o próprio Trotsky dizia sobre a situação boliviana, em maio de 1940, pouco antes de sua morte:

El movimiento por la IV Internacional en Bolivia se remonta a 1934 aproximadamente con el nombre de Partido Obrero Revolucionario. Fue desde sus comienzos una organización confusa. El resultado es que la organización atravesó una serie de crisis organizativas. Uno de sus dirigentes, Tristán Marof, un típico radical pequeño burgués que utiliza la fraseología socialista, traicionó y desertó del movimiento, aunque se diga aún partidario de la IV Internacional. Siempre trata de formar un nuevo partido socialista. Colaboró con la dictadura semifascista de Busch, desacreditando así a nuestro movimiento en Bolivia. Para tener una mejor comprensión de la significación real de la naturaleza de la crisis que atraviesa nuestra sección boliviana hay que tener en mente que Tristán Marof es una persona con un pasado revolucionario y que en consecuencia es popular en algunos sectores de fuerzas antiimperialistas. Los militantes revolucionarios que permanecen leales al socialismo revolucionario tratan de reorganizar sus fuerzas bajo la bandera del POR y de la IV Internacional. Hace poco tiempo, nos dirigieron una carta oficial pidiendo su admisión en las filas de la IV. Según el documento, elaborado bajo forma de tesis que nos dirigieron, pensamos que son en general revolucionarios, pero de forma incompleta con respecto a muchas cuestiones. Es natural que tomemos en consideración el hecho de que nuestro movimiento, no sólo en Bolivia, sino también en los otros países latinoamericanos, está en el camino no sólo de su organización sino de su formación política. Nuestra sección boliviana no tiene aún un órgano oficial.¹¹⁰

A tentativa realizada por Trotsky de desqualificar a figura de Marof evidencia o grau de prestígio do socialista boliviano à época, uma vez que Marof, já afastado do POR

¹⁰⁸ ALEXANDER, Robert Jackson. **International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the Movement**. Duke University Press, 1991. p.117.

¹⁰⁹ JOHN, Steven Sandor. **Bolivia's Radical Tradition**. Arizona: The University of Arizona Press, 2009. p.44-5.

¹¹⁰ TROTSKY, Leon. **Escritos Latinoamericanos**. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones 'Leon Trotsky', 2000. p. 165.

e sem nunca ter anunciado adesão ao trotskismo, ainda era parâmetro da discussão sobre a organização da IV Internacional na Bolívia. Nesse sentido, não se trata de afirmar que Trotsky tenha “errado” em sua análise, mas sim de apontar que Marof se utilizou de estratégias que lhe permitiram se associar, e ser associado, aos diversos setores da esquerda boliviana (dentre esses os comunistas e os trotskistas) nos momentos em que cada aliança mais lhe convinha.

Vemos, portanto, as dificuldades em enquadrar uma trajetória complexa e cheia de vicissitudes, como a de Marof, em categorias de que lançamos mão *a priori*. O questionamento também vale para os que se debruçam sobre o “marxismo” de Marof. Afirmações como as de Schelchkov, para quem as vicissitudes políticas de Marof seriam sintomas das dificuldades de definição ideológica que a intelectualidade latino-americana sofrera ao longo do século XX, são particularmente danosas por reproduzirem preconceitos típicos da época colonial.¹¹¹

Discordamos da perspectiva do historiador russo, pois sua assertiva tem como pressuposto a existência de uma “pureza” das ideias, as quais seriam “aplicadas” à realidade material. As “confusões” ideológicas e políticas seriam, portanto, consequências da “má aplicação” dos conceitos à realidade material, como sugere o reiterado uso que o autor faz do termo “pseudo-marxista”. Por outro lado, afirmar Marof como “porta-voz” do marxismo durante seu mandato de deputado pelo PSOB, como sugere Liss, é incorrer no mesmo erro, apenas com o sinal invertido.¹¹²

Por fim, questionar se Marof “foi” ou “não foi” marxista não nos parece o caminho mais fértil, uma vez que a tarefa do historiador é justamente perceber as apropriações de um arcabouço teórico para a criação de um projeto político, que não necessariamente é coeso, justamente por responder sempre a demandas concretas e imediatas. É a partir dessas perspectivas que buscaremos reconstituir a leitura que este personagem de história tão instigante – e praticamente desconhecido no Brasil – fez da Revolução Mexicana.

¹¹¹ SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. **Revista iZQUIERDAS**, Santiago, ano 3, n.5, 2009.

¹¹² LISS, Sheldon B. **Marxist Thought in Latin America**. California: University of California Press, 1984. p. 182.

2.3 Oscar Tenório

Oscar Acioly Tenório nasceu em 1904, no interior de Alagoas, e morreu no Rio de Janeiro em 1979. Magistrado de atuação destacada,¹¹³ ainda hoje, é referência nos estudos brasileiros de Direito Internacional. Seu prestígio na área que na década de 1950 já lhe havia rendido indicação para representar o Brasil na UNESCO, lhe possibilitou alcançar a presidência da Associação de Magistrados Brasileiros e, posteriormente, a da Associação Internacional dos Magistrados (na condição de primeiro jurista não-europeu a ocupar o cargo). Também foi professor universitário em diversas instituições como UFRJ e UERJ. Nessa última ocupou, nos anos de 1970, o cargo de reitor. Além disso contribuiu regularmente, nas áreas jurídica e crítica literária, em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, como A Folha Carioca, Gazeta de Notícias e A Manhã.

Durante seus anos de formação na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (1923-1927), foi importante liderança do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). Sua militância estudantil o levou a fundar o Grupo *Renovação Universitária*, que, inspirado nos ideais reformistas de Córdoba, lutava por transformações no ensino superior brasileiro. Além da autonomia universitária e da participação discente nos colegiados decisórios das universidades brasileiras, seus membros defendiam uma “revolução no campo das ideias” que despertariam a consciência da “função social” da universidade, como atesta o manifesto do Grupo:

Preguemos a Revolução no campo das ideias. Façamos a reação de vanguarda universitária. Sobre os escombros da velha organização, saibamos construir o edifício opulento da Universidade Brasileira. Dentro do espírito nacional, com as características da brasilidade. Fechemos os olhos à Europa decadente. Sintetizemos os anseios vigoroso que o caldeamento das raças nos legou. À mentalidade coimbrã da nossa organização universitária, anteporemos o entusiasmo do nosso idealismo. A universidade tem que desempenhar uma finalidade social. Ela deve ser o laboratório de personalidades, de homens conscientemente brasileiros. É dentro dela que o choque dos problemas nacionais dever ter sua eclosão. Acabemos as fábricas retrógradas, anacrônicas, deslocadas no tempo e no espaço. Do

¹¹³ Após terminar os estudos jurídicos, em 1928, Tenório ingressou na promotoria pública no Triângulo Mineiro, na comarca de Prata. Nesse período também iniciou suas atividades no magistério, ao lecionar no Ginásio São Luiz. No ano seguinte, ascendeu à condição de juiz municipal em Miraf. Em 1935, regressou à antiga Capital Federal para atuar como juiz substituto na Vara de Feitos da Fazenda Pública. Cinco anos mais tarde, foi promovido a juiz de Direito. No começo da década de 1950, se tornou Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, exercendo sua presidência no primeiro biênio da década de 1960.

bacharel, do médico, do engenheiro artificial, produto do utilitarismo ocidental, fruto das nossas Faculdades, façamo-lo uma expressão do ambiente americano, cujo pensamento social repele o decadente espírito cultural europeu.¹¹⁴

Na condição de representante dos estudantes de sua faculdade, Oscar Tenório participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes de Direito, realizado em 1926 na cidade de Belo Horizonte. Na ocasião, o jovem estudante apresentou uma tese em que defendia a importância da intervenção do Estado na ordem econômica.¹¹⁵ A tese defendida em Minas Gerais demonstrava que as concepções políticas e ideológicas que guiavam Oscar Tenório em sua juventude transcendiam as pautas especificamente estudantis.

A crítica às concepções que vigoravam no Estado brasileiro da época, fundamentava-se na defesa da democratização efetiva da política. A maior participação popular na condução do Estado deveria torná-lo um elemento central da promoção da justiça social, ao contrário das práticas de “socialização dos prejuízos” que caracterizavam a gestão político-econômica, em especial no tocante ao café, da República Velha.

Foi nesse contexto que os rumos do México, e da sua Revolução, lhe despertaram atenção. Dessa forma, em 1928, Oscar Tenório publicou o livro *México revolucionário. Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências*, pela Editora da Folha Acadêmica do Rio de Janeiro. Jacob Dolinger, relata que a obra recebeu elogios e palavras de estímulos de diversos intelectuais brasileiros importantes, como Mário de Andrade, Graça Aranha, Raquel de Queiroz e de seus professores (até mesmo os conservadores) como Afonso Celso.¹¹⁶

A obra, então, foi composta, conforme a aviso do autor, por artigos que já haviam sido publicados anteriormente em jornais do Rio de Janeiro. Contudo, Maria Lígia Coelho Prado sustenta que:

não os [os textos de Tenório que servem de base ao livro] encontrei nos jornais de maior circulação daquela cidade. Creio que esses textos - pelo número de páginas, pelos temas e pela densidade de análise - saíram em

¹¹⁴ Renovação Universitária. **Folha Acadêmica**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 24, 26 jul. 1928. p. 378

¹¹⁵ UNIVERSIDADE ESTADUAL DA GUANABARA. **Boletim UEG**. Rio de Janeiro, jun. 1970, p. 31.

¹¹⁶ DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório. In: PENTEADO, Jacques de Camargo; RUFINO, Almir Gasquez (org.). **Grandes juristas brasileiros: livro II**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.195.

jornais de pequena circulação, voltados ao público estudantil. Outro argumento que corrobora essa afirmação é o da editora do livro estar diretamente vinculada ao Centro Acadêmico dos alunos da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.¹¹⁷

A “densidade” apontada por Prado consistia na abordagem de complexo tema fundamentada em erudição e familiaridade com os principais temas da história política de nossos vizinhos hispano-americanos. Além do vasto conhecimento sobre história da política latino-americana, a “tonalidade” característica do livro se fez sentir na defesa intransigente que o jovem jurista realizou da experiência revolucionária do México. À época da publicação do livro, os setores conservadores católicos realizavam intensa campanha de críticas ao governo mexicano, por conta de suas medidas anticlericais. Por isso, demonstrando o caráter militante de seus escritos, logo na “advertência aos críticos” que abre o livro, Tenório definiu a sua iniciativa como uma “réplica à onda de falsidades, insultos e calúnias que se espalharam facilmente pelo Brasil, com o propósito de deprimir a nobre nação mexicana”.¹¹⁸

A defesa da experiência mexicana também foi característica de outra iniciativa editorial da qual Oscar Tenório participou, tratava-se da revista *Folha Acadêmica*, que foi editada no Rio de Janeiro entre os anos de 1928 e 1931. O periódico dirigido pelo prestigiado professor de medicina Bruno Lobo possuía edições semanais de 15 páginas em média (salvo por alguns números duplos e pelo período de agosto/outubro de 1930¹¹⁹).

Até meados de 1929, na primeira página constava um quadro que enunciava os nomes que compunham a “direção científica” da revista, os quais, exceto Bruno Lobo, pouco assinaram textos no periódico. Dentre os citados, constata-se que os principais nomes eram catedráticos de faculdades das mais diversas áreas como direito, medicina, odontologia, farmácia. Havia também nomes provenientes da escola militar, da escola politécnica e da escola nacional de belas artes, além do museu nacional e um professor

¹¹⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho. Falsidades, insultos e calúnias: as polêmicas no Brasil sobre a Revolução Mexicana de 1910. Texto Mimeo.

¹¹⁸ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.3.

¹¹⁹ Em outubro de 1930, após o golpe que derrubou a “República Velha”, o jornal compilou as edições dos dois meses anteriores e o colocou pra circular com grandes carimbos vermelhos que enalteciam a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

vinculado à área de ciências e letras, que nessa época não conpunha uma escola ou faculdade. Nesse sentido, acrescenta Regina Crespo:

A lista de nomes que aparece nos primeiros números consultados se mantém praticamente a mesma até o final, com poucas saídas e algumas inclusões. Os componentes do corpo editorial que, no expediente da revista, aparecem sob a denominação de “secretários” eram, em sua grande maioria, jovens médicos, com distintas formações e especialidades (higienistas, forenses, histologistas, psiquiatras) além de alguns advogados. O diretor Bruno Lobo e os secretários Abel Ribeiro Filho e Davidoff Lessa foram alvo de um reconhecimento importante: três ruas levam os seus nomes. Outros, alguns deles responsáveis por obras e investigações científicas relevantes, merecem de parte dos autores de suas biografias nas páginas eletrônicas que consultei a reclamação de que, apesar de seu grande labor social, político ou científico, são personagens praticamente esquecidos (Julio Paternostro, estudioso do inseto transmissor da febre amarela, e Mário Magalhães, médico com amplos conhecimentos de demografia e sociologia, autor de importantes trabalhos sobre o estado da saúde no Brasil, são dois exemplos).¹²⁰

O amplo quadro ligado à vida universitária do Rio de Janeiro garantia prestígio à *Folha Acadêmica*, contudo não há evidências de que isso tenha se traduzido em colaboração, financiamento ou qualquer espécie de subvenção oficial. Nesse sentido, dentre os principais anunciantes que recorrentemente apareciam nas páginas da revista estava o laboratório de Bruno Lobo.

A iniciativa sustentada e dirigida por Lobo parecia, então, funcionar como um observatório da política latino-americana no Brasil. Contudo, a centralidade administrativa exercida por Bruno Lobo não limitou o periódico à sua voz. Afinal a Revista de “ciências”, “letras”, e “artes” trazia um *box*, presente em todas as edições, que expressava a definição da iniciativa editorial. Nele podia-se ler: “Estudantes e Professores: Lede e propagai a Folha Acadêmica, órgão de classe”.

Entretanto, verificando-se o conteúdo das matérias ao longo dos anos é possível perceber que a linha editorial sistematicamente extrapolou os limites da política universitária. Nesse sentido, além de textos referentes à dinâmica da vida universitária brasileira e latino-americana, podemos acompanhar nas páginas da revista discussões

¹²⁰ CRESPO, Regina. A revista Folha Acadêmica e os esforços para integração do Brasil na América Latina. In: _____. (org.) **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. México D.F.: CIALC/Eón Editores, 2010. p.221. Ao contrário de seus colegas que foram esquecidos, o nome de Oscar Tenório, que também constava entre os secretários do periódico, hoje homenageia uma escola técnica no Rio de Janeiro.

sobre importantes temas políticos do Brasil e da América Latina. Portanto, não foi à toa que o Grupo Renovação Universitária, de Tenório, escolheu suas páginas para publicar seu manifesto, já que a busca por uma universidade que tenha consciência de sua “função social” deveria formar profissionais capazes de intervir na vida política do país.

Outra característica do Grupo Renovação Universitária que encontrou sintonia no espírito da revista *Folha Acadêmica* foi o sentimento de solidariedade latino-americana, defendido com intransigência pelas duas organizações. Esta sua marca pode ser constatada na publicação de textos de intelectuais hispano-americanos – como José Carlos Mariátegui, Tristán Marof, Manuel Ugarte, Alberto Guillen, Abraham Valdelomar, José Ingenieros, Roberto Hinojosa, Oscar Creydt, Alfredo Palacios, dentre outros - inclusive na língua original. Alguns autores – como os líderes apristas Haya de la Torre e Luiz Huysen, os poetas Serafin Delmar (pseudônimo do aprista Reynaldo Bolaños Díaz, precursor da literatura social no Peru) e seu irmão Julian Petrovick (pseudônimo de Oscar Bolaños Díaz), além de Ortiz Rubio, embaixador mexicano no Brasil que viria a ser tornar presidente de seu país – chegaram a escrever textos especialmente para a revista de Bruno Lobo.

A decisão de publicar os textos em espanhol cumpria, além da evidente economia do trabalho de tradução, uma dupla função aproximar os leitores brasileiros da Hispano-américa e, ao mesmo tempo, favorecer a circulação do periódico no estrangeiro, de modo a solidificar os vínculos com os esquerdistas do continente.¹²¹ Nesse sentido, os esforços de ampliação dos horizontes de divulgação de *Folha Acadêmica* podem ser vistos no recorrentes apelos para que os assinantes sul-americanos quitassem suas dívidas. Sazonalmente, apareceram artigos que repercutiam a presença da revista no estrangeiro. Além disso, foram publicados alguns balanços no qual constavam o número de assinantes estrangeiros discriminados por países e regiões, ao passo que os leitores brasileiros estavam separados por suas províncias.

A publicação desses balanços foi muito recorrente no ano de 1930. Na última edição daquele ano, encontramos o número (que não incluía “a venda avulsa e a

¹²¹ A importância da solidariedade como elemento de integração entre os esquerdistas de todo o continente pode ser constatada no número especial dedicado a José Carlos Mariátegui, na ocasião de seu falecimento. No restante do ano, a revista divulgou uma campanha por doações com vistas a ajudar a mulher e os filhos do socialista peruano. Também é importante destacar que, em menor medida, também foram publicados textos, ainda que de autores menos renomados, nas línguas inglesa e francesa.

distribuição gratuita nas Escolas e Faculdades”) de 5.689 assinantes. Desses, 4.622 estavam distribuídos por todo território nacional. Os estrangeiros, por sua vez, se localizavam majoritariamente na América do Sul. Contudo, também havia assinantes no México, nos Estados Unidos e, curiosamente, no Japão. Europa e América Central figuram na lista sem discriminar os países para os quais a revista era endereçada.¹²²

A ampliação do alcance norteava não apenas as ambições administrativas da revista, mas também sua linha editorial. Veja-se, por exemplo, o box que aparecia na primeira página da maioria das edições a partir de 1929:

“Folha Acadêmica” é um condensador das inquietudes dos intelectuais e principalmente dos moços estudantes brasileiros. A direção deste órgão não se julga no direito de abafar as manifestações do pensamento por mais ousadas que elas nos pareçam, contato que seus autores assumam a responsabilidades dos conceitos que emitirem e escrevam em linguagem digna e elevada.

Essa postura editorial explica a abertura dada aos diversos setores da esquerda, revolucionárias ou não. Regina Crespo define a pluralidade da revista como “ideologicamente marcada”, uma vez que

Todas as polêmicas se davam a partir de um ponto de vista de esquerda e de modo geral ofereciam um panorama das divergências entre as suas distintas facções. Um exemplo interessante é o artigo “O valor das reformas sociais e a crítica libertária”, de Castro Rebello, definido pela revista como a “excelente resposta ao querido professor às insinuações do anarquista José Oiticica”.¹²³

Desse modo, é fundamental ressaltar que a revista não teve um manifesto de fundação. Mesmo as matérias de primeira página, as quais assumiram algumas vezes o aspecto de coluna editorial, no sentido de emitir algum parecer e/ou opinião, não possuíam forma regular. Às vezes, elas apareciam sem assinatura, ou então, sob a rubrica de Bruno Lobo, Adelmo de Mendonça ou Djacir Meneses, que, embora tenha colaborado ativamente com a revista, sequer figurava entre os membros da “direção científica”. Mesmo entre os três nomes que mais assinaram a primeira página do periódico não havia unidade ideológica, já que, ao contrário dos outros dois, Lobo reiteradamente declarava

¹²² **Folha Acadêmica**, Rio de Janeiro, n. 48, dez. 1930.

¹²³ CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica* e os esforços para integração do Brasil na América Latina. In: _____. (org.) **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. México D.F.: CIALC/Eón Editores, 2010. p.224.

que não era comunista, como indica a seguinte passagem:

Não sou comunista nem tão pouco a *Folha Acadêmica* adota a orientação doutrinária ora em experiências na velha Rússia. A *Folha Acadêmica* não é comunista, mas é um condensador das inquietudes dos moços estudantes brasileiros [...] Alguns amigos chegam mesmo a classificar mais velho que ora escreve estas linhas de “amarelo”, dito compassadamente pelo Francisco Mangabeira ou mais perversamente pelo Adelmo de Mendonça ou Corrêa Lima.¹²⁴

O compromisso com a solidariedade e com a diversidade de posições era um princípio inegociável da revista, como também demonstram os textos sobre o *Bloco Operário-Camponês* (BOC), braço eleitoral do PCB que nas eleições municipais de 1928 logrou eleger dois intendentes (equivalente aos “vereadores” de hoje) no Conselho Municipal do Rio de Janeiro. De maneira geral, as atividades do BOC, em 1929, foram recorrentemente discutidas e apreciadas. Até uma entrevista de Octávio Brandão, sobre os ataques do governo às instalações do jornal *A Classe Operária*, apareceu reproduzida na *Folha Acadêmica*. Nesse sentido, não deixa de ser curioso que a ampliação do espaço ao BOC tenha sido acompanhada do anúncio às candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, da Aliança Liberal, que concorreriam o pleito no ano seguinte.

Para além de todos os exemplos possíveis sobre a diversidade de posições que poderíamos enunciar, é fundamental observar que o anseio pela renovação era o norte que guiava os diversos caminhos esquerdistas que colaboraram na *Folha Acadêmica*. Essa perspectiva de que a abertura ao debate e à diversidade de posições geraria um “acúmulo de forças” também foi fundamental nas concepções político-ideológicas de Oscar Tenório, como evidencia a escolha de um autor comunista – Adelmo de Mendonça – para prefaciar seu livro. Nesse sentido, o médico comunista nos diz:

Qualquer exagero que se possa encontrar na apreciação das grandes figuras de Calles e Obregón é menos uma visão lisonjeadora do que uma íntima identidade de ideais. Como esses dois estadistas mexicanos, Oscar Tenório também não chega às últimas consequências dos verdadeiros movimentos revolucionários.¹²⁵

Alcançar as “últimas consequências dos verdadeiros movimentos

¹²⁴ LOBO, Bruno. Comunismo. *Folha Acadêmica*, ano 1, n. 37, nov. 1928.

¹²⁵ MENDONÇA, Adelmo de. Prólogo. In: TENÓRIO, Oscar. *México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. XVI

revolucionários” significava a extinção das classes sociais, ou seja, o comunismo, perspectiva da qual Tenório não era adepto. Vemos, portanto, como a ausência de identidade doutrinária não impediu que os setores esquerdistas atuassem conjuntamente em determinados espaços, como a própria *Folha Acadêmica*. A coesão ideológica que permitia o trabalho conjunto consistia principalmente no anticlericalismo e no anti-imperialismo. Contudo, podemos incluir nessa lista pautas mais concretas como a defesa irrestrita das causas proletárias e do movimento reformista universitário latino-americano, além da própria Revolução Mexicana.

A crítica do *status quo* foi, então, a tônica da atuação política e intelectual de Oscar Tenório em sua juventude. Por isso, apesar de sua formação, seus escritos não limitaram a temas e discussões técnicas e específicas do jurídico, mas buscaram “falar a verdade ao poder”¹²⁶, na clássica definição de Said sobre a condição do intelectual, a partir das diversas esferas da vida social, como a política, a economia e a cultura.

Nesse sentido, a discussão proposta por Mariana Silveira acerca da possibilidade de compreender os juristas como uma espécie de intelectuais fornece parâmetros interessantes para a abordagem de nossa questão. Para a autora, a definição da atuação, na condição de um intelectual, de um jurista não reside em seu prestígio ou na sua vinculação ao Estado, mas sim na sua *forma de expressão e atuação*,

voltada para uma dimensão mais propriamente teórica, frequentemente crítica às leis vigentes, que distingue o jurista de outros profissionais do direito. Dessa maneira, “juristas” serão, aqui, todos aqueles que se voltam para a atividade intelectual, produzindo escritos jurídicos – e, naturalmente, sobretudo os homens que se empenhavam de variadas formas na feitura das revistas especializadas da área, tornando-se seus colaboradores, editores, redatores.¹²⁷

Nos anos 1930, é possível perceber uma mudança profunda na *forma de expressão e atuação* de Tenório. Sua inserção no debate político deixou de ser pautada na crítica radicalizada e generalizada do *status quo* e começou a se caracterizar por apontamentos mais técnicos. Na definição sugerida por Silveira trata-se da opção pela intervenção política a partir da condição de jurista. É imperativo ressaltar que não estamos

¹²⁶ SAID, Edward. **Representações do intelectual: conferências Reith 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹²⁷ SILVEIRA, Mariana de Moraes. **Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013. p.35.

estabelecendo qualquer tipo de “momento de ruptura”, uma vez que as transformações na trajetória político-ideológica de Tenório comportaram mudanças e permanências.

Em 1936, Tenório publicou o livro *Imigração*, última grande intervenção no debate político, no sentido de transcender os limites do direito, de que o autor fez parte. Na Constituição de 1934 constava uma cláusula de teor nacionalista que limitava à imigração. O dispositivo legal estabelecido fixava que o Brasil deveria abrir, anualmente, suas fronteiras a 2% de cada nacionalidade recebida nos últimos 50 anos. Tenório se declarou contra a medida e, por isso, organizou o referido livro que consistia em

vários depoimentos sobre a questão imigratória no Brasil. Desde a palavra, irrestritamente autorizada do primeiro cidadão da República, até as manifestações amplas de parlamentares, sociólogos e juristas, todos coesos em torno de uma sábia, tolerante e patriótica campanha de revigoração do Brasil, através da aproximação de valores do trabalho, temos o resultado de um inquérito de alta importância para levar adiante a jornada revisionista da Constituição Federal de 16 de Julho de 1934.¹²⁸

É interessante observar que as motivações que levaram Tenório a se posicionar de maneira contrária ao controle do fluxo imigratório transcendiam a perspectiva jurídicas. O jurista argumentava que o controle do fluxo imigratório realizado nessa proporção prejudicaria a economia brasileira que necessitava “de braços”. Contudo, o encaminhamento à questão – a “jornada revisionista da Constituição Federal” – foi pautado em um caráter técnico, já que Tenório defendia que a mudança da lei deveria se dar a partir de um plebiscito. Evidentemente, essa escolha do autor também diz respeito às suas preferências políticas. Dessa forma, o interesse em se manifestar e disputar uma questão interna e específica do Estado demonstra como a atuação de Oscar Tenório estava orientada a partir de princípios técnicos, ou seja, pensar pelo Estado e através do Estado.

A predominância da perspectiva jurídica sobre a política, no que diz respeito à atuação pública de Tenório não significou a redução da compreensão, no bojo de sua produção teórica, do direito como fenômeno social. Em um livro, de 1940, lançado por ocasião do novo código penal, ele dizia que a

história do direito é uma parte da história em geral, mas que abrange o exame das instituições jurídicas modeladas pelo direito (lei ou costume). O trabalho de quem escreve não se limita à enunciação dos textos, ao estudo da sua origem e do seu desenvolvimento; mas se

¹²⁸ TENORIO, Oscar. **Imigração**. Rio de Janeiro: Pimento de Mello & Cia., 1936. p. V.

estende ao confronto entre a realidade social e do e o direito, ressaltando as divergências e os antagonismos que sempre existiram entre a vida e a norma jurídica. Para este estudo, o historiador tem de recorrer a alguns princípios que dominam toda a história da civilização, desde os seus albores até os dias presentes. Dentre eles se destaca a eterna luta entre a renovação das ciências e a estabilidade das leis, descrita, em páginas magistrais, por José Ingenieros.¹²⁹

A compreensão do direito como um amplo fenômeno social que, por transcender as letras da lei, exige uma rigorosa compreensão da história implica um concepção jurídica que não pode buscar simplesmente fabricar o cidadão.¹³⁰ Esse pressuposto é uma das continuidades nas concepções de Tenório que justamente impedem o estabelecimento de um profundo “momento de ruptura” em sua trajetória intelectual. A referência elogiosa à figura de José Ingenieros é outra evidência que problematiza a hipótese da “ruptura profunda”, já que a preponderância da atuação no âmbito da técnica não invalidou suas referências intelectuais da época de juventude.

A relação do jurista com o ensino é outro aspecto que pode ser abordado de maneira análoga às referências intelectuais de juventude. Trata-se de tema que, em sua permanência, sofreu transformações. A transformação radical do espaço universitário deu lugar a um projeto didático que tinha por objetivo manter os estudantes brasileiros da área jurídica atualizados. Em face às rápidas transformações que o arranjo legal brasileiro sofria com a consolidação do Estado Novo e com a queda de Getúlio Vargas, Tenório utilizou seu prestígio para lançar mão de manuais técnicos que discutiam as novidades da lei. A citação acima, por exemplo, foi retirada do livro que Tenório escreveu para uma coleção de 10 volumes, por ele coordenada, sobre o código penal então recém-promulgado.

Sem a mínima pretensão de esgotar a importância de Tenório para as ciências jurídicas no Brasil, podemos destacar ainda o livro no qual o autor comentava o código civil de 1942, que também foi referência para a área. Logo na “Advertência”, o jurista

¹²⁹ TENORIO, Oscar. **Da aplicação da Lei Penal: arts. 1-10**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1942. p.57.

¹³⁰ Já no final da carreira, em 1974, Oscar Tenório, ao discutir o complexo tema das drogas, enunciava as permanências da suas concepções sobre o direito: “A repressão aos toxicômanos deve ser mais de sentido socioeducativo do que legal. Faz arder nas suas fogueiras a juventude inexperiente e atormentada. Ao poder político, empenhado em traçar programas fundamentais da vida nacional, cumpre o dever de reunir representantes de sua cultura para o estudo da revisão, que se torna urgente, de textos legais que agravam a tragédia da juventude nos seus descaminhos.” Cf. DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório. In: PENTEADO, Jacques de Camargo; RUFINO, Almir Gasquez (org.). **Grandes juristas brasileiros: livro II**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 207.

deixa claro como a questão do ensino lhe era fulcral: “se o livro é feito para o profissional, advogado e juiz, não esquecemos o mais feliz destino a que uma obra pode aspirar – servir à mocidade das escolas, fonte perene de alegria espiritual.”¹³¹

A preocupação de Tenório com o ensino transcendia o mero prazer subjetivo. No campo do ensino jurídico, sua maior contribuição foi a sistematização das discussões disciplinares acerca do Direito Internacional Privado. Em 1960, foi publicada uma nova edição de seu já clássico livro “Direito Internacional Privado” que modificou radicalmente o texto da primeira versão (datada de dezoito anos antes). No afã de consolidar sua área de estudos, Tenório empreendeu uma tarefa hercúlea narrada no prefácio do livro:

Esta obra, apesar de conter os pontos de vista do autor, é de cunho didático. Trata das matérias adotadas pelos programas de ensino do direito internacional privado no Brasil. [...] Procurando tornar útil a obra a todos os estudantes de direito internacional privado, o autor fez um apelo a todas as faculdades de direito do país, para a obtenção dos programas. Foi atendido. As inovações e acréscimos que se leem nela resultaram do atendimento à solicitação formulada.¹³²

Nesse sentido, podemos dizer que Tenório foi um dos protagonista do ensino jurídico no século XX no Brasil, ao ter se ocupado não apenas do ensino sobre Direito Internacional Privado, mas também História do Direito, Filosofia do Direito e Direito Público Comparado e Direito Comercial. Além de ter lecionado por dez anos no Instituto Rio Branco, órgão do Ministério de Relações Exteriores, o autor foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Direito, todas pertencentes à Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Das duas últimas – como também das Faculdades de Direito da Universidade Gama Filho e a Brasileira de Ciências Jurídicas – Oscar Tenório foi um dos membros fundadores, o que indica a importância que o jurista atribuía à questão do ensino das ciências jurídicas. À UERJ dedicou boa parte de sua vida profissional e chegou à condição de reitor da universidade, em 1972. A nomeação ao cargo em plenos anos mais duros da ditadura suscita indagações sobre as posições políticas de Tenório na última etapa de sua

¹³¹ TENORIO, Oscar. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955. p.5.

¹³² TENORIO, Oscar. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960. P.7.

vida.

Para problematizar a questão é fundamental perceber que as universidades brasileiras, ao menos na letra da lei, gozavam de autonomia universitária (a velha demanda de Tenório) desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, como demonstra Célia Regina Otranto:

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, foi mais longe e *concedeu* autonomia a todas as universidades brasileiras, nos seguintes termos: “as universidades gozarão de autonomia administrativa, didática e disciplinar” (art. 80). Em seguida, a Lei nº 5.540/68, instituída em pleno regime militar, reafirmou este princípio, em seu artigo 3º, assim explicitado: “as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e de seus estatutos”. Todavia, apesar de se fazer presente nas principais reformas educacionais do País, a autonomia universitária ainda não se apresentava como uma realidade no interior das instituições universitárias. Isso levou à continuidade da luta pela sua concretização.¹³³

Contudo, é importante assinalar que o histórico de Oscar Tenório não autoriza a concebê-lo como mera marionete dos governos militar. Tampouco é suficiente imaginar que o jurista utilizou seu mandato reitoral para efetivar a luta começada na sua juventude. Parece óbvio o interesse do governo militar em manter – em um contexto em que o ensino superior público sofria reformas por todo o país – uma figura tão prestigiada à frente de uma das universidades mais importantes do país. Dessa forma, a perspectiva da autonomia universitária¹³⁴ ajuda a compreender a questão, uma vez que o prestígio de Tenório lhe garantiria alguma margem de negociação para sustentar sua atuação na condução da UERJ.

A opção de atuar pelas vias estatais, ainda mais em uma época de ditadura,

¹³³ OTRANTO, Célia Regina. Os desafios da autonomia universitária. In: JAEGGER Zacarias G; SOUZA, Donaldo B. (orgs.). **O Processo de Reestruturação dos Cursos de Pós-graduação em Educação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p.49.

¹³⁴ “O conceito de autonomia, portanto, estabelece uma certa tensão entre o específico e o geral. A vocação de autonomizar-se implica uma certa individualização e construção de uma identidade própria e, portanto, singular e específica. Do mesmo modo, este singular, passível de ser construído com a aplicação do preceito constitucional, sempre a remete aos vínculos necessários e possíveis de serem estabelecidos com a sociedade. Parece ser consenso, portanto, que o direito à autonomia não a libera de uma certa vinculação ou mesmo prestação de contas à sociedade. Daí a expressão, já bastante comum nos meios acadêmicos, de que autonomia não é soberania.” MANCEBO, Deise. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20, 1997. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ, 1997. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/20/MANCEBO.htm>> Acesso em: nov. 2013

demonstra que as ambições por reformas sociais arrefeceram muito o ímpeto radicalidade de Oscar Tenório. Ainda em 1939, comentando o novo código de processo civil, o jurista dizia que:

Compõe-se a sociedade de três tipos de homens, o dos que defendem sem desfalecimento as forças da tradição, o dos que advogam toda ruptura com o passado, por fim, o dos que conciliam as duas atitudes, encontrando na observação e na experiência os motivos de proceder.¹³⁵

Sua trajetória parece simbolizar justamente a última opção. Da experiência do movimento estudantil ao reitorado nos 1970, essa fascinante figura logrou construir uma sólida carreira do âmbito da Magistratura e do ensino do direito. Contudo, o conservadorismo e ajuste ao *status quo* que caracterizou o final de sua vida está longe de minimizar suas contribuições para a divulgação da Revolução Mexicana (e de tantos outros episódios da vida política e cultural da América Latina), problematizando a assertiva de que o Brasil viveu sempre “de costas” para seus vizinhos de língua espanhola. São estas instigantes concepções, das posições anti-imperialistas cujo paradigma escapou ao comunismo, que ambicionamos analisar.

¹³⁵ Cf. DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório. In: PENTEADO, Jacques de Camargo; RUFINO, Almir Gasquez (org.). **Grandes juristas brasileiros: livro II**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 205.

CAPÍTULO II - AS INTERPRETAÇÕES DA REVOLUÇÃO MEXICANA

1. A Revolução Mexicana: historiografia e política

O século XX começou no México e na América Latina com a Revolução Mexicana de 1910. A Guerra Civil que se desenvolveu até o fim da década deixou um milhão de mortos num país de 15 milhões de habitantes. O legado do evento moldou as bases políticas e sociais da História contemporânea do México. Também se configurou em uma chave importante para os esquerdistas da década de 1920, que protagonizaram o cenário de polarização política característica do período. Daí nosso interesse pela década de Guerra Civil e pelos seus desdobramentos.

A Revolução Mexicana foi única em diversos aspectos. Por exemplo, ao contrário de maior parte das outras grandes revoluções do século XX não teve o marxismo como principal força ideológica. Além disso, ela teve hora marcada pra começar. O chamado de Francisco Madero, candidato derrotado nas eleições de 1910, conclamou a população à sublevação. No dia 20 de novembro de 1910, às 18 horas, Madero se insurgiu contra o ditador Porfírio Díaz que ambicionava a sétima reeleição sob fortes suspeitas de fraude.

Díaz chegou ao poder em 1876 e, salvo o período entre 1880 e 1884, governou o México sem interrupções até 1911. O período de seu governo foi caracterizado pela modernização econômica¹³⁶ e pela estabilidade política (recorrendo, evidentemente, à violência diversas vezes para reprimir manifestações de trabalhadores no campo e na cidade), por isto este período da história mexicana ficou conhecido como *Porfiriato* ou *Pax Porfiriana*. Para o historiador Marco Antonio Villa:

o porfiriato caracteriza-se pelo afluxo de capital estrangeiro, pela revolução nos meios de comunicação e transportes, especialmente as ferrovias, integrando a economia mexicana à divisão internacional do trabalho. A estabilidade política deve-se à incorporação de várias frações da classe dominante ao Estado, à aproximação com a Igreja, além da violência preventiva concentrada nos camponeses, através da ação dos *rurales* – força paramilitar formada por ex-bandidos e com

¹³⁶ Katz aponta que o crescimento médio da economia mexicana no período 1884-1900 foi de 8% ao ano. Sobre as ferrovias – símbolos da modernização econômica e social – o autor anota: “Virtually non-existent when Díaz first came to power, the railways system comprised 14,000 kilometres of track by the turn of the century, and as a result the extraction of cooper, zinc and lead as well as silver became profitable.” KATZ, Friedrich. Mexico: restored republic and Porfiriato (1867-1910). In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5. p.28.

autonomia para espalhar o terror nas comunidades.¹³⁷

Este processo de modernização autoritária e conservadora teve como grande custo social a expropriação das terras dos camponeses e uma forte concentração da propriedade rural. O historiador Jesus Silva Herzog calcula que o nível de concentração de terra às vésperas da Revolução era de tal ordem que 80% da população (ou seja, 12 milhões de pessoas) dependiam economicamente de 840 fazendeiros que controlavam a maior parte do território mexicano.¹³⁸ Carlos Alberto Sampaio Barbosa acrescenta que, em 1910, cerca de 90% dos camponeses não possuíam terra, uma vez que

durante o governo Díaz, houve mais incentivos à expropriação das terras comunais, no intuito de maximizar a produção e ao mesmo tempo expulsar os camponeses de suas terras, tentando dessa forma ampliar a mão de obra disponível para trabalhar nas fazendas e nas empresas industriais. Tais objetivos foram atingidos com a especulação, com novas leis e com um maior poder de repressão e força para impor as novas políticas.¹³⁹

A modernização agrícola, portanto, expulsou os camponeses de suas aldeias e comunidades. Sem suas terras, os camponeses acabavam por migrar de região em busca da sobrevivência. Nas cidades, esses trabalhadores encontravam uma situação econômica desfavorável, em função dos processos inflacionários que também afetavam as classes médias, como bem aponta Katz:

The *Pax Porfiriana* had been based on the fact that Díaz had either won over or neutralized groups and classes which had traditionally led revolutionary and armed movements in Mexico: the army, the upper class, and the middle class. Without them, those lower-class rebellions which did break out in spite of the repressive machinery of the Díaz state were easily crushed and never transcended the local level. The profound change in the situation in the first decade of the twentieth century occurred when the Díaz regime proved less and less capable of maintaining this upper-and middle-class consensus. A major split within the two classes took place at a time of increasing lower-class discontent as well as US dissatisfaction with the regime. When members of all the different groups and classes joined forces the Mexican Revolution broke out and the Díaz regime fell.¹⁴⁰

¹³⁷ VILLA, Marco Antonio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 11.

¹³⁸ SILVA HERZOG, Jesus. **Breve historia de la Revolución Mexicana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

¹³⁹ BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Edunesp, 2010. p.49.

¹⁴⁰ KATZ, Friedrich. Mexico: restored republic and Porfiriato, 1867-1910. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5. p. 63.

Assim, o ponto derradeiro que representou a unificação da insatisfação das várias classes sociais explodiu sob uma bandeira eminentemente política: a campanha contra a reeleição. As classes médias e os setores burgueses asfixiados buscavam uma maior participação política e, por isto, apoiaram Madero em sua jornada contra o governo de Porfírio Díaz. Contudo, a crise política nada mais era que, utilizando-se de uma imagem braudeliana, a espuma da curta duração que encobria a profundidade dos conflitos sociais que dilaceraram país desde sua independência. Dessa maneira, no processo revolucionário mexicano coube aos camponeses de Morelos imprimir o conteúdo social – o “apetite” pela terra – nas reivindicações revolucionárias.

Voltemos ao personagem que inicialmente sintetizou todo este descontentamento com Porfírio Díaz: Francisco Madero. Madero era um fazendeiro do norte do País cuja ambição política representava a desagregação do bloco conservador. Em 1908, lançou o livro *A sucessão Presidencial*, no qual defendia que os males do México adivinham da falta de democracia. Por isto, foi candidato a presidente em 1910 e no seu programa, de cunho classicamente democrático, defendia a normalidade constitucional, e, assim, previa reformas eleitorais (proibição da reeleição), liberdade de imprensa e de ensino, serviço militar obrigatório, e melhorias das condições de vida para trabalhadores e indígenas.

Apenas alguns dias antes da eleição de junho de 1910, Madero foi preso sob a acusação de incitação à desordem. Logo escapou da prisão domiciliar que lhe foi imposta e fugiu para os Estados Unidos. Do outro lado da fronteira, declarou inválida a eleição e conclamou o povo às armas. Tratava-se do *Plan de San Luís de Potosí*, cujas reivindicações, em geral, possuíam um tom estritamente político, pois apenas um tópico, de maneira breve e vaga, falava em restituição das terras camponesas expropriadas pelos latifundiários.

Após várias batalhas, em 25 de maio de 1911, Porfírio Díaz renunciou e embarcou para a Europa. Em seu lugar, interinamente, assumiu Francisco de la Barra, chanceler de Díaz até a realização de eleições em outubro do mesmo ano, vencidas por Madero que tomou posse da presidência em novembro.

A composição dos ministérios do novo governo contou com vários membros do alto escalão porfiriano. A opção por uma transição política que condicionava a efetivação das reformas sociais ao parlamento demonstra que Madero temia a radicalização popular. Por isto, em seu breve governo não apenas deixou de atender as demandas populares

(camponesas e operárias), como também reprimiu greves operárias e ações dos camponeses.

Com a ascensão de Madero ao poder, iniciou-se a primeira das três fases da Revolução. Esta “fase política” consistiu num período em que as elites se dividiram e lutaram entre si com o apoio das camadas populares. Desta forma, a heterogeneidade da base de apoio de Madero não permitiu que ele tivesse controle efetivo sobre os vários grupos que se uniram à sua causa.

O maior exemplo foi o exército camponês liderado por Emiliano Zapata, que logo após (cerca de 20 dias depois) a posse de Madero proclamou o *Plan de Ayala* que desconhecia a autoridade de Madero (considerado traidor) e exigia a recuperação imediata das terras comunais usurpadas.

Contra Madero, os zapatistas lutaram ao lado de Orozco em seu levante de 10 mil homens contra o governo recém-instituído. O general Victoriano Huerta foi o homem designado para enfrentar a rebelião. Vencedor das batalhas contra Orozco e Zapata, Huerta se aproveitou do prestígio e liderou um golpe de estado em conjunto com Félix Díaz (sobrinho de Porfírio Díaz). Três dias depois de assumir a presidência, em fevereiro de 1913, Huerta assassinou Madero. O homicídio do primeiro líder da Revolução Mexicana inaugurou um violento ciclo de deposições políticas seguidas de assassinatos que somente cessaria em meados da década seguinte.

Por sua vez, o governo de Huerta padecia do mesmo mal de Madero e de tantos outros governantes do México até a estabilização institucional de fins dos anos 1920 e começo dos 1930. Forte o suficiente para conquistar o poder, Huerta não foi capaz de estabelecer uma hegemonia política que consolidasse sua liderança política.

A morte de Madero abriu a etapa do protagonismo camponês. Com suas armas o campesinato defendeu suas demandas, organizados sob os comandos de Zapata no sul e Villa no norte. Esta segunda fase, relativamente curta (de agosto de 1914 até outubro de 1915), foi a fase mais radical da Revolução. Aproveitando-se da fragmentação das classes dominantes, as classes camponesas enfrentaram o contrarrevolucionário Huerta e tomaram o poder via Convenção, para assim imporem suas reivindicações, em especial a Reforma Agrária.

A primeira grande luta desta segunda fase da Revolução foi contra a ditadura de

Huerta. Os camponeses se aliaram aos Constitucionalistas, estes liderados por Venustiano Carranza, governador de Coahuila. Em março de 1913, Carranza lançou o *Plan de Guadalupe*, no qual se intitulava *Primer Jefe de la Revolución* e, sem mencionar reformas de cunho social, conclamava a população às armas para o retorno ao regime constitucional.

A aliança entre Villa, Zapata e Carranza derrotou Huerta que apresentou sua renúncia em 15 de julho de 1914. Já no dia 20 de agosto, as tropas constitucionalistas entraram vitoriosas na Cidade do México. Carranza foi proclamado presidente. Em outubro, foi instaurada uma Convenção Revolucionária para decidir os rumos do país. Logo no começo dos trabalhos apareceram divergências entre as forças que venceram Huerta. Carranza apostava na ordem constitucional, enquanto os camponeses exigiam reformas sociais imediatas. No desenrolar da Convenção, Carranza foi destituído e declarado rebelde. A luta política seria transferida, sem demora, para esfera militar e, uma vez mais, o México se veria banhado em sangue.

A ruptura entre as forças Constitucionalistas e os camponeses (doravante denominados convencionistas) demonstra que estes últimos tinham seu projeto de Revolução e não eram meros apêndices da luta revolucionária. Em que pesem as particularidades, podemos dizer que o projeto de Villa e Zapata consistia na conquista imediata de terras. É bem verdade que Villa lutava pela expropriação do latifúndio em função de um modelo de pequena propriedade individual, enquanto Zapata, conforme a clássica fórmula apontada por Womack,¹⁴¹ “fazia a revolução para nada mudar”. Ou seja, buscava garantir a sobrevivência das propriedades coletivas e comunitárias. Outras diferenças foram descritas por Alimonda:

A base social do exército zapatista é muito mais homogênea que a do villista. Alguns são camponeses que querem manter suas comunidades intactas; os villistas já foram expulsos de suas terras há tempo e querem se estabelecer como pequenos proprietários. Estas características definem as particularidades operacionais de ambos os exércitos: o zapatista é invencível em sua terra, mas é incapaz de agir fora dela; o villista possui uma mobilidade surpreendente, mas isto o torna mais vulnerável. Além das determinações sociais estas diferenças operacionais têm razões logísticas: a División del Norte tem acesso à fronteira com os Estados Unidos e, portanto, a armamentos modernos e munições inesgotáveis, Os zapatistas estão no Interior, sem outros

¹⁴¹ Cf. WOMACK, J. **Zapata e a Revolução Mexicana**. Lisboa: Edições 70, 1980.

recursos logísticos que os capturados ao inimigo.¹⁴²

É importante frisar que este relativo isolamento geográfico dos Zapatistas não deve colaborar para que o movimento seja visto como extraordinário na História do México. Pois, como lembra Carlos Alberto Sampaio Barbosa,¹⁴³ o Zapatismo se insere na longa cadeia de revoltas indígenas presentes no país desde a época da conquista e que ganhavam força significativa nos fins do XIX.

Assim, em 4 de dezembro de 1914, ocorreu o encontro histórico entre Zapata e Villa com a ocupação da Cidade do México. Os convencionalistas, no auge de seu poder, chegaram a ocupar dois terços do território nacional mexicano. Nesta faixa ocupada, estabeleceram um Poder Judiciário do Distrito Federal, um Conselho Executivo da República Mexicana e um Conselho de governo que legislou sobre todo o território ocupado.

Contudo, já no início de 1915, Carranza começou a virar o jogo nos campos político e militar. Na esfera política, buscou retirar dos zapatistas o monopólio da bandeira da reforma agrária ao promulgar em janeiro de 1915 sua lei agrária. No mesmo mês, a Cidade do México foi tomada em definitivo pelo Exército Constitucionalista, liderado por Álvaro Obregón. Ocupado o Distrito Federal, Carranza se aproximou da COM (*Casa del Obrero Mundial*) a fim de ampliar sua base de sustentação política. Impedindo o surgimento de um sindicalismo independente e revolucionário, o Primeiro Chefe da Revolução conseguiu travestir de popular um projeto burguês.¹⁴⁴ Em troca de leis sociais, os operários se comprometeram a apoiar militarmente o governo constitucionalista, chegando ao ponto que se formaram os chamados *Batallones Rojos*, que lutaram contra Villa e Zapata.

Em março, Obregón foi responsável pelas derrotas que desarticularam a Divisão

¹⁴² ALIMONDA, Héctor. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Moderna, 1986. p. 44.

¹⁴³ BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Edunesp, 2010. p.80.

¹⁴⁴ Segundo Marco Antonio Villa, o acordo entre a COM (*Casa del Obrero Mexicano*) e Carranza é interpretado pela historiografia dominante de viés evolucionista como prova da impossibilidade de uma aliança entre camponeses e operários, pois os camponeses não teriam sido capazes de apresentar uma resposta às demandas operárias. É preciso superar estas perspectivas que desqualificam o campesinato revolucionário por julgarem que a única classe realmente revolucionária é o operariado urbano. O historiador lembra ainda que os camponeses sempre mantiveram uma perspectiva autônoma em relação à burguesia e que por isto foram os que forjaram a possibilidade de uma nova sociedade. Cf. VILLA, Marco Antonio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Ática, 1993. pp. 24-5.

do Norte de “Pancho” Villa. No mesmo ano, os Zapatistas também sofreram para manter suas posições em Morelos e, assim, conter o avanço das tropas constitucionalistas que utilizavam verdadeiras técnicas de terror como método de luta (destruição de aldeias inteiras, assassinatos de líderes comunitários e migração forçada dos camponeses de Morelos).

Com a chegada de Carranza à presidência de maneira interina, em meados de 1915, ocorreu a dissolução das tropas federalistas (que eram as mesmas desde os tempos de Porfírio) e em seu lugar foi implantado o Exército Constitucionalista. Aqui se configurou uma importante ruptura com o antigo regime, que não significou a cessão da guerra de classes, como demonstrou a continuidade das atividades de Zapata e a repressão ao movimento operário realizada por Carranza. A derrota militar e política de Villa e Zapata, embora não definitiva (pois a guerra ainda mantinha um caráter defensivo) marcaram o fim da fase heroica da Revolução e abriram as portas à terceira fase do processo revolucionário mexicano.

A última fase da Revolução caracterizou-se pela derrota dos projetos autônomos camponeses e do surgimento de uma coalisão entre os setores da burguesia, pequeno-burgueses, operários e camponeses. A preocupação agora estava em atingir a estabilidade política e promover o desenvolvimento e a recuperação da economia,¹⁴⁵ para evitar a radicalização das camadas populares ou a volta do velho regime.

Desta maneira, a coalisão dos interesses dessas diversas classes foi consolidada na Constituição promulgada em fevereiro de 1917. Um dos pontos centrais da Carta reside no artigo 27, segundo o qual o solo (incluindo os minerais do subsolo) e a água seriam propriedade da Nação. Dessa forma, o governo poderia, ou não, transmiti-los a particulares, mediante a propriedade privada ou comunal (os *ejidos*, por exemplo). No mesmo artigo, também eram previstas a função social da propriedade, a proteção à pequena propriedade e a possibilidade de desapropriação de terras por utilidade pública, através de indenização. Note-se que essa disposição jurídica fez desaparecer, então, o princípio liberal da existência do indivíduo proprietário *antes* da sociedade.

¹⁴⁵ 1915 foi “o ano da precariedade e da destruição. A autoridade era tão volátil quanto a moeda. As pequenas transações na Cidade do México eram feitas com bilhetes de bonde. No oceano de papel-moeda emitido pelos diferentes exércitos, ‘os mais pobres’, recorda Alejandra Moreno Toscano, voltaram às ‘transações diretas, sem usar papel-moeda: bem por bem, serviço por serviço’”. AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 72.

Outro artigo da Constituição de Querétaro digno de nota é o de número 123 que dizia respeito aos direitos trabalhistas. Aos trabalhadores mexicanos foram garantidos direitos como jornada máxima, salário mínimo, participação nos lucros, direito de associação e greve. Uma última característica que merece ser mencionada é o anticlericalismo radical presente na Carta Magna. Ao longo do texto, vários artigos buscavam limitar as atividades e o poderio econômico e político da Igreja. Além de restrições ao direito de propriedade de organizações religiosas, foram estabelecidas medidas como a obrigatoriedade do ensino laico e a proibição da atuação das ordens monásticas no país. Os membros do clero também não tinham direito a voto e o engajamento na vida política do país lhes estava vedado, uma vez que não poderiam comentar assuntos de interesse público na imprensa. A perspectiva anticlerical ficou sintetizada no último artigo, 130, que proibiu manifestações de religiosos em vias públicas, o que incluía celebrações, cultos e até mesmo o uso de hábitos fora dos templos.

Carranza tinha como tarefa prioritária desmilitarizar a vida política mexicana, buscando estabelecer o predomínio da ordem institucional e da administração civil. Isso incluía o atendimento de alguma parte das demandas populares, com a finalidade de diminuir o risco de novas sublevações. Não se tratava, portanto, de meras “concessões” carrancistas, mas de “conquistas” das classes populares, já que a sua inclusão na cena política mexicana foi fruto do caráter ativo da sua participação no processo revolucionário.

Em abril de 1919, numa emboscada, Emiliano Zapata foi assassinado e as forças de Morelos estabeleceram uma trégua com os carrancistas. Já em abril do ano seguinte, em função das divergências da disputa pela sucessão presidencial, foi lançado o *Plan de Agua Prieta*, marcando o início do levante comandado por Álvaro Obregón. Essa rebelião armada foi a última vitoriosa da história contemporânea do México e, por isso, pôs fim à fase armada da Revolução.

Carranza, deposto e assassinado em maio de 1920, foi sucedido por Adolfo de la Huerta. O Presidente interino eleito pela Câmara dos Deputados ocupou o cargo até a vitória eleitoral de Álvaro Obregón que assumiu a liderança institucional do país em dezembro do mesmo ano. O novo presidente possuía uma tarefa hercúlea, a reconstrução de um país totalmente destruído, conforme a descrição de Meyer e Aguilar Camín:

Durante a década da violência, todos os setores da economia, com a

única exceção do petróleo, sofreram uma queda significativa. A produção agrícola total do país, que havia crescido a uma taxa de 4,4 por cento entre 1895 e 1910, caiu uma taxa média de 5,25 por cento entre 1910 e 1921, até atingir a metade da produção máxima alcançada na era porfiriana; as exportações agrícolas, que perfaziam 31,6 por cento das exportações totais em 1910, caíram para apenas 3,3 por cento em 1921. A produção mineira também caiu drasticamente para uma taxa anual de 4 por cento de 1,309 bilhão de pesos em 1910 (calculados em pesos de 1950) para 620 milhões de pesos em 1921.¹⁴⁶

Para atingir a finalidade de reconstruir o país foi criada a fórmula da “ordem revolucionária” que pode parecer contraditória à primeira vista. O objetivo da assertiva, contudo, era o de “normalizar” as forças despertadas no processo revolucionário, fortalecendo assim o Estado que, ao centralizar todos os compromissos políticos e sociais com os setores revolucionários, conseguiria estabelecer uma vida institucional forte o suficiente para consolidar uma hegemonia e dar início à reconstrução do país.

Desta maneira, Obregón se aproximou dos setores populares, muitas vezes cooptando suas lideranças e institucionalizando suas demandas. Por exemplo, a domesticação dos líderes zapatistas (que em 1920 haviam fundado o Partido Nacional Agrarista), permitiu que Obregón assumisse a bandeira do agrarismo e se reclamasse o continuador de Zapata. O próprio Exército de Zapata havia sido incorporado ao Exército Nacional em junho de 1920, acabando com qualquer projeto de transformação social fora da institucionalidade estatal.

O General Presidente também buscou apoio do operariado urbano. Aliou-se à CROM (*Confederación Regional Obrera Mexicana*), afinal a conciliação entre capital e trabalho, com a diminuição das greves, era de vital interesse a um país que pretendia se reconstruir após dez anos de guerra civil. A CROM fora fundada em 1918 e em meados da década de 1920 chegou, justamente em função dos acordos com o Governo pós-revolucionário, à condição de maior Central Sindical da América Latina com um milhão de filiados. Foi no Governo de Obregón que seu líder, Luís Morones, iniciou sua escalada política cujo ápice ocorreria no governo Calles.

Durante seu governo, Obregón esboçou um projeto nacionalista com ativa participação das camadas populares. A atuação de José Vasconcelos como ministro da

¹⁴⁶ AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 98.

Educação foi exemplar neste sentido. Além do estímulo à arte pública, cedendo prédios públicos aos Muralistas Mexicanos, o projeto educacional de Vasconcelos foi um dos responsáveis por transformar o passado pré-hispânico em justificativa cultural da nacionalidade mexicana.¹⁴⁷

O projeto político-cultural de Vasconcelos também possuía uma perspectiva continental, como demonstra o seu clássico *La Raza Cósmica*, publicado em 1925. Contudo, já antes da publicação do livro em viagem oficial por conta das comemorações do centenário da independência do Brasil, o autor buscou estabelecer um intercâmbio cultural sistemático no âmbito continental, como aponta Regina Crespo:

durante sua visita ao Brasil buscou estabelecê-lo dentro de um projeto político mais amplo que, de certa forma, já havia sido posto em prática pelo presidente anterior, Venustiano Carranza, e sua equipe. À inserção mais visível do México no sul do continente, que os carrancistas buscaram conquistar por razões estratégicas, Vasconcelos incorporou a defesa de projetos para a integração cultural e política latino-americana. Em sua viagem, apoiou-se nas necessidades do governo mexicano que, como funcionário, representava, e nas aspirações pessoais de poder que, como político, possuía. Nesse sentido, um resultado importante de seu labor como porta-voz do governo mexicano foi fazer-se conhecer no âmbito sul-americano como um político de projeção. O arrebatado embaixador especial cativou as elites intelectuais brasileiras, ocupando as primeiras páginas dos jornais mais importantes da capital do país, com seus discursos integracionistas, ibero-americanistas e de elogio ao novo México que se tentava criar. Num momento em que urgia consolidar o novo Estado mexicano, que havia surgido da Revolução, nada melhor que um bom propagandista de suas conquistas políticas, culturais e sociais.¹⁴⁸

A aproximação do governo mexicano pós-revolucionário com a América Latina (em especial Argentina, Brasil e Chile), ainda segundo a autora, tinha o propósito de contrapor o peso político dos Estados Unidos na balança das relações exteriores do governo mexicano. Nesse sentido, a relação entre o governo de Obregón e o vizinho do norte foi extremamente tensa e ambígua. Em um primeiro momento, havia o temor de uma invasão estadunidense, em função dos pontos de nacionalização dos recursos minerais pela Carta de Querétaro. Contudo, o projeto nacionalista de Obregón logrou

¹⁴⁷ Vasconcelos não foi o primeiro a defender tais posições. Para uma discussão mais aprofundada da questão ver: MOTTA, Romilda Costa. **José Vasconcelos: as Memórias de um “profeta rejeitado”**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2010.

¹⁴⁸ CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. p. 189. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16525.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

oferecer garantias para as empresas e os indivíduos estadunidenses que detivessem propriedades no México. De um ponto de vista pragmático, a medida foi importante para alcançar estabilidade política, pois, por exemplo, no caso de algum grupo rebelde se levantar, o governo dos EUA poderia impedir que este conseguisse munições em seu território.

A amplitude de alianças demonstra o tamanho das dificuldades enfrentadas pelo governo pós-revolucionário. As tensões aumentaram em função da sucessão presidencial. Adolfo de la Huerta viu suas ambições serem frustradas, quando Obregón indicou Plutarco Elías Calles como seu candidato à corrida presidencial. Por isto, se levantou em 1923 contra o antigo aliado. Durante as batalhas, que se estenderam até as vésperas da eleição do ano seguinte. Obregón aproveitou o clima de desestabilização para exterminar opositores – dentre eles Pancho Villa, assassinado em meados de 1923 - e assim relativizar o poder do exército. Este foi um passo importante para a consolidação do Estado pós-revolucionário.

Após a derrota do levante, já em 1924, ocorreram as eleições que foram facilmente vencidas por Calles, candidato de Obregón. O novo presidente iniciou um plano de reforma do Estado que buscava ser promotor do desenvolvimento e intervencionista. Suas principais medidas foram a criação do Banco Nacional e do Colégio Militar que continuava a proposta obregonista de profissionalizar e centralizar o exército nas mãos do Executivo. Tratava-se, pois, de enfraquecer política e militarmente os generais da guerra civil que não estavam completamente alinhados ao governo e possuíam prestígio entre as tropas.

Calles também enfrentou a Igreja, buscando cumprir os artigos anticlericais¹⁴⁹ da Constituição de 1917. Tratava-se da regulamentação do artigo 130 que ganhou corpo com uma série de medidas restritivas à Igreja, como a proibição dos padres em intervir em

¹⁴⁹ O anticlericalismo da Revolução Mexicana é fruto da tradição liberal. Maria Lígia Coelho Prado aponta a importância dos constantes embates no México do pós-independência entre os setores conservadores, que aliados à rica e poderosa Igreja Católica buscavam a manutenção dos privilégios coloniais, e o grupo dos liberais e positivistas, que se opunha a estes privilégios. As disputas em torno da educação são exemplares e neste sentido como afirma a historiadora: “Pode-se concluir que, no México, a Igreja foi a grande derrotada nesse processo, esmagada pela aliança entre liberais e positivistas. A Constituição de 1917, redigida no fragor dos combates revolucionários, proibia o ensino religioso em qualquer instância educacional e limitava as ações da Igreja. Ainda que essa rigidez tenha sido quebrada nos últimos anos, a tradição do ensino laico é tão forte no México, que não houve possibilidade para a criação de uma Universidade Católica, a exemplo dos demais países latino-americanos.” PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Edusp, 2004. p.106.

assuntos públicos e a proibição do ensino religioso em escolas públicas. Além destas medidas, todos os bens da Igreja passaram a ser propriedade do Estado e houve a proibição do exercício do sacerdócio por estrangeiros. O surto anticlerical declarava também que a celebração de cerimônias religiosas somente poderia ocorrer dentro dos templos e os sacerdotes só poderiam estar paramentados dentro da Igreja.

Como resposta política, a Igreja juntou uma petição com dois milhões de assinantes pedindo a revogação das leis anticlericais, requisição prontamente negada pelo Poder Legislativo. Desta maneira, tiveram início a suspensão dos cultos, além de uma série de boicotes promovidos pela Igreja ao regime pós-revolucionário. As divergências políticas não se resolveram e alcançaram a esfera militar em 1926, no conflito que ficou conhecido como a *Guerra dos Cristeros*.

Três anos e 80 mil mortos depois, Governo e Igreja chegaram a um acordo. As igrejas foram reabertas, os camponeses *cristeros* se desarmaram e o governo se propunha a agir moderadamente na aplicação das leis que feriam a Igreja Católica. Ao mesmo tempo em que negociava a paz com a Igreja Católica, o governo callista propôs uma reforma Constitucional que permitia a Reeleição, desde que não fosse seguida, e estendeu o mandato presidencial para 6 anos.

As portas estavam abertas para o retorno de Obregón que venceu facilmente as eleições de 1928. Contudo, em um banquete de comemoração foi assassinado pelo católico fanático León Toral, justamente no momento em que negociava nos bastidores uma saída para a crise com a Igreja. Morto Obregón, para enfrentar a crise política e militar que se abriu, Calles fez sua famosa declaração de setembro de 1928, como lembra Pozo Horasitas:

Naquele discurso, o presidente afirmou: “[...] vou dar leitura ante os senhores ao seguinte capítulo político do meu informe que, por julgá-lo de transcendência, convido-os a escutá-lo com toda atenção... Pela primeira vez na sua história, o México encontra-se numa situação na qual a nota dominante é a falta de ‘caudilhos’, o que deve permitir-nos, vai permitir-nos orientar definitivamente a política do País por rumos de uma verdadeira vida institucional, procurando passar, de uma vez por todas, da condição histórica de um país de um homem para a de nação de instituições e de leis’. [...] A ‘institucionalização’ anunciava uma nova fase na história do Estado revolucionário. Nesta, o poder central iria aumentando suas possibilidades de decisão e controle frente à liderança dos caudilhos locais. O poder pessoal (local-político-militar) e dos partidos e grupos vinculados à liderança carismática principiam neste período seu ciclo de declive como tendência

preponderante no exercício e organização do poder”.¹⁵⁰

Esse processo fortificação das instituições, proposto por Calles, tinha como base a transferência dos poderes políticos locais dos caudilhos regionais para o Estado. Contudo, acabou por ocorrer gradual afastamento das bases populares que sustentavam o discurso ideológico do regime,¹⁵¹ em função das disputas e choques entre as oligarquias que buscavam cada vez mais se apropriar do Estado, como bem sintetiza Meyer:

What emerged was a new form of enlightened despotism, a ruling conviction that the state knew what ought to be done and needed plenary powers to fulfill its mission; Mexican had to obey. The states rejected the division of society into classes and would preside over the harmonious union of converging interests. The state had to accomplish everything in the name of everyone. It could not allow any criticism, any protest, any power apart itself. Thus, it had to crush alike the Yaqui Indians, ‘illegally’ striking railways workers, ‘red’ workers who rejected the ‘good’ trade union, the Communist party when it ceased to collaborate (1929), and the Catholic peasants when they resorted to arms. Alongside the violence, and complementing it, the political charade of assemblies and elections concerned no more than a minority. However, the development of the political system and above of all the foundation in 1929 of the PNR demonstrated that in a country in the process of modernization, political control has also to be modernized. ‘A policy aimed to give our nationality, once and for all, a firm foundation’ was how President Calles defined his policy in 1926, specifying that the construction of the state was a necessary condition for the creation of a nation.¹⁵²

Dessa forma, por conta de seu prestígio com único chefe da Revolução – o que não era exatamente um exagero, já que era o único líder sobrevivente da década anterior – Calles conseguiu impor o civil Emílio Portes Gil, obregonista e agrarista que governou de maneira provisória até a convocação de eleições em 1929.

O período após o Governo de Calles ficou conhecido como *Maximato*, em alusão a sua influência no poder político, pois dos bastidores ele participava de todas as grandes decisões. Os principais desafios dos três presidentes que governaram sob as ordens de Calles (Emilio Portes Gil, de 1928 a 1930, Pascual Ortiz Rubio, de 1930 a 1932, e

¹⁵⁰ POZA HORASITAS, Ricardo. A consolidação da nova ordem institucional no México. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora Unb, 1990. v.4. p. 200.

¹⁵¹ Cf. MARTÍN DEL CAMPO, Julio Labastida. Da unidade nacional ao desenvolvimento estabilizador (1940-1970). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora Unb, 1990. v.4. pp. 275-6.

¹⁵² MEYER, Jean. Mexico: revolution and reconstruction in the 1920's. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5. p.157.

Abelardo L. Rodríguez de 1932 a 1934) foram as agitações sociais decorrentes do *crack* de 1929. Nesse sentido, os três buscaram isolar os atores que questionavam o governo e acabaram por realizar um fechamento político, que incluiu perseguições aos membros do Partido Comunista e dos exilados esquerdistas que atuavam politicamente no país.

Tanto as ações dos presidentes, quanto a força política de Calles, não foram capazes de apaziguar as disputas intraoligárquicas que cresceram bastante no período. É nesse contexto que deve ser entendido o governo de Lázaro Cárdenas (1934 – 1940). A intensificação de reformas de cunho social típicas de seu governo teve como objetivos imediatos oferecer respostas à crise econômica e ao distanciamento do Estado ante as classes populares. A partir dessas variáveis podemos compreender a adesão de diversas organizações de setores populares como a *Confederación Nacional Campesina* (CNC), a *Confederación de Trabajadores de México* (CTM) e também a *Confederación Nacional de Organizaciones Populares* (CNOP) no Partido Revolucionário Mexicano.¹⁵³ Dessa forma, podemos compreender a proposta de periodização de Hans Tobler,¹⁵⁴ para quem o governo Cárdenas pode ser caracterizado como a “fase tardia da revolução”. Cárdenas, ao trazer à tona os interesses políticos, econômicos e sociais das classes populares, rompeu definitivamente com a exclusão que caracterizava a política mexicana desde os tempos de Porfírio Díaz.

Evidentemente, essa é uma interpretação dentre tantas possíveis, afinal as disputas sobre a interpretação da Revolução Mexicana tiveram início tão logo o regime começou a se estabilizar. A importância da Revolução Mexicana no imaginário social e político latino-americano pode ser observada na vastíssima produção bibliográfica da historiografia (mexicana e internacional) sobre o assunto. Por esse motivo, o tema se tornou alvo de intensos debates políticos e acadêmicos, como bem demonstraram Carlos Alberto Sampaio e Maria Aparecida de Souza Lopes em seu interessante quadro da historiografia sobre a Revolução Mexicana.¹⁵⁵ O trabalho de Enrique Florescano¹⁵⁶

¹⁵³ Em 1938, o Partido Nacional Revolucionário, fundado por Calles, trocou seu nome para Partido Revolucionário Mexicano. Em 1946, o partido adotou o nome que até hoje perdura, a saber: Partido da Revolução Institucional.

¹⁵⁴ Cf. TOBLER, Hans Werner. **La Revolución Mexicana: transformación social y cambio político (1876 – 1940)**. México: Alianza Editorial, 1994.

¹⁵⁵ BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. In: **História (São Paulo)**, São Paulo, n.20, 2001.

¹⁵⁶ FLORESCANO, Enrique. **El nuevo pasado mexicano**. México D.F., 1991.

também nos parece essencial para compreender as implicações políticas das disputas sobre as interpretações da Revolução Mexicana, ao demonstrar como as leituras sobre o período revolucionário dialogam diretamente com os dilemas políticos do momento em que se olha para o passado.

Segundo o historiador mexicano, a primeira geração de intérpretes, contemporânea do processo revolucionário, criou uma interpretação que perdurou por décadas. Os relatos, as memórias de autores que foram partícipes da Revolução tomaram a Revolução como ruptura completa com o regime de Porfírio Díaz, salientaram seu caráter popular e a enalteciam como verdadeira redenção.

Um segundo momento, como é o caso de Jesus Silva Herzog, foi a abordagem acadêmica propriamente dita dos eventos revolucionários. Entretanto, as interpretações do período se limitaram a anunciar o sucesso revolucionário na empreitada de ruptura com o Porfiriato. A narrativa desses autores, por isso, não deu espaço aos projetos que não deram certo, pois privilegiaram as personagens que se configuraram como “síntese revolucionária nacional”.¹⁵⁷

Um terceiro momento, já no fim dos anos 1950 e começo dos 1960, foi constituído de historiadores que buscaram incrementar a análise da geração anterior ao aliar o rigor acadêmico à consulta de documentos até então inexplorados. Também realizaram uma revisão crítica da Revolução – tanto do ponto de vista liberal, quanto da esquerda – e, por isto, ficaram conhecidos como *revisionistas*.

Neste sentido, a já clássica interpretação de Arnaldo Córdoba¹⁵⁸ ressalta o impulso social e econômico recebido pela burguesia ascendente, além do paternalismo autoritário que regulava as relações na sociedade civil, como continuidades entre os governos que emergiram após a Guerra Civil e o Porfiriato. Já Adolfo Gilly defendeu que a Revolução fora interrompida.¹⁵⁹ Todavia, a derrota do projeto popular não conduziu ao poder de maneira automática nenhuma das classes antagônicas aos setores populares. O governo do Estado pós-revolucionário teria sido bonapartista, pois se apoiava em setores de classes opostas, para se estabelecer em equilíbrio acima de todas as classes e desenvolver

¹⁵⁷ Cf. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Edunesp, 2010. p.117.

¹⁵⁸ CÓRDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana**. México D.F.: Ediciones Era, 1991.

¹⁵⁹ GILLY, Adolfo. **La Revolución Interrumpida**. México D.F.: Ediciones “El Caballito”, 1982.

uma política tipicamente burguesa.¹⁶⁰ O movimento revisionista teve seu ápice com a obra do historiador francês François-Xavier Guerra,¹⁶¹ que em uma perspectiva de maior duração se esforçou para relativizar o próprio conceito de Revolução ao enfatizar as continuidades entre os períodos anterior e posterior à Guerra Civil da década de 1910.

O ponto consensual em todas as correntes historiográficas que analisaram a Revolução Mexicana parece residir no fato de os governos de Obregón e Calles poderem ser tomados como ponto de partida do processo de consolidação da centralização administrativa do México pós-guerra civil. A institucionalização de uma experiência revolucionária significou o esforço da criação de um espaço que buscasse atender os interesses de todos os setores envolvidos no processo revolucionário. Assim, ao conjugar o legado revolucionário com a perspectiva nacional, o governo buscava criar uma ideia de nação homogênea, sem fraturas, em que todos tivessem seu espaço e colaborassem para o bem comum. Apenas alguns grupos, como lembra Meyer, se recusaram a fazer parte desse acordo:

Under Obregón and Calles, economic as well as political power was once more concentrated in the hands of the president and his ministers and technical advisers. Absolute priority was given to the building of a modern economy, both national and capitalist. The role of the state was paramount: it assumed responsibility for the creation of the financial institutions and for the infrastructure projects which were beyond the means of Mexican private enterprise. There was an identity of interest between the state and the private sector. Indeed, in this phase of state building and national capitalist development, there was a basic understanding between the 'revolutionary family', industrialists, bankers and business men, the CROM, capitalist rural interests, and even foreign capitalists. The oil companies, the anarchists and the Communist party were the only groups who refused to co-operate.¹⁶²

Olvera¹⁶³, por sua vez, aponta que a coexistência de diferentes, e até opostos,

¹⁶⁰ A proposição de governar acima das classes já aparecia em 1916, conforme escrevem Meyer e Aguilar Camín: "O herói de Morelos e Chinameca, Pablo González, pronunciou-se contra a agitação trabalhista reinante em fins de janeiro de 1916 em um dos primeiros manifestos em que o governo reivindicava para si um estatuto superior aos conflitos das classes: 'se a Revolução combateu a tirania capitalista', disse González, 'ela não pode sancionar a tirania proletária'." AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**. São Paulo, Edusp, 2000. p. 90.

¹⁶¹ GUERRA, François-Xavier. **México: del antiguo régimen a la Revolución**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.

¹⁶² MEYER, Jean. Mexico: revolution and reconstruction em the 1920's. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5. p. 193.

¹⁶³ OLVERA, Alberto J. Las tendencias generales de desarrollo de la sociedad civil en México. In: _____. (org.). **Sociedad Civil, Esfera Pública y Democracia en América Latina: México**. Veracruz, México D.F.: Universidad Veracruzana; Fondo de Cultura Económica, 2003. p.43.

interesses no interior do estado significou a transferência dos conflitos inerentes à sociedade civil para dentro do Estado. Dessa forma, apesar de ser formalmente democrático (em vários aspectos, imune aos tantos golpes de Estado perpetrados por militares ao longo dos anos 1960 e 1970 por toda América Latina), o regime que emergiu da Revolução Mexicana mostrou-se historicamente impermeável às demandas de setores populares e, ao mesmo tempo, bastante funcional para aqueles que pudessem por dentro de uma institucionalidade tão rígida conquistar o poder.

Como se pode perceber, o quadro da experiência revolucionária e seus desdobramentos é bastante complexo. As respostas apresentadas aos dilemas da consolidação do Estado pós-revolucionário pautaram o cenário político mexicano até o início do século XXI. Muitos desses dilemas já haviam sido percebidos de maneira bastante sagaz por nossos autores – contemporâneos e partícipes dos primórdios desse processo, é bom lembrar. Por isso, agora, nos deteremos sobre as análises e interpretações que José Carlos Mariátegui, Tristán Marof e Oscar Tenório realizaram dos eventos que inauguraram o século XX no México e na América Latina.

2. As Interpretações sobre a Revolução Mexicana: Marof, Tenório e Mariátegui

A primeira reflexão necessária sobre as leituras da Revolução Mexicana nas obras dos três autores que são objetos de nossa análise é sobre os suportes que cada um utilizou para expor suas reflexões sobre a experiência mexicana. Isso posto, é importante pontuar que, enquanto as interpretações de Mariátegui vieram à luz em uma série de artigos de jornais, Marof e Tenório publicaram suas reflexões em livro.

O socialista peruano José Carlos Mariátegui escreveu 18 artigos sobre a Revolução Mexicana e aspectos subjacentes de seus desdobramentos, além de mencioná-la 12 vezes (tanto como exemplo e modelo, quanto como parâmetro de comparação) no conjunto de sua obra.¹⁶⁴ Sistematizar o diagnóstico que está disperso em artigos escritos

¹⁶⁴ A importância dos eventos ocorridos se torna mais evidente quando tomamos por medida a totalidade da obra de Mariátegui. Luiz Bernardo Pericás contou em *Amauta e Labor* 12 artigos sobre arte e estética do México pós-guerra civil, além de 8 artigos sobre eventos políticos da Revolução, além dos 13 artigos que buscavam analisar questões da situação conjuntural do México. Mariátegui também expressou suas opiniões sobre o México em algumas cartas trocadas com mexicanos e com conhecidos que se encontravam no país. PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. **Margem Esquerda**. São Paulo, n.15, 2010.

ao longo dos sete anos de sua produção madura (depois do regresso do exílio europeu em 1923) nos permite perceber que não se tratou de uma abordagem estática, mas sim de uma interpretação que foi se modificando radicalmente.

Já o livro do socialista boliviano, como o próprio nome sugere, consiste em um balanço sobre os rumos dos governos mexicanos do período pós-guerra civil. Como pontuamos anteriormente, o autor esteve exilado por dois anos no México e de lá foi expulso em 1930 por conta de suas posições políticas. Logo após a partida do México começou a escrever o seu *México de frente y de perfil*, publicado no ano de 1934 em Buenos Aires. Por isso, além do balanço político de pensar uma revolução que chegou a conquistar o poder e erigiu um Estado, o tom do livro é marcado pela experiência pessoal do autor, como ele mesmo adverte no preâmbulo.¹⁶⁵ De partida, então, o leitor está avisado que encontrará uma reflexão bastante dura sobre o México. A principal dessas críticas consiste na distância entre a fraseologia revolucionária e a prática política dos governantes mexicanos na década de 1920.¹⁶⁶

O autor brasileiro, Oscar Tenório, assumiu uma perspectiva bastante diferente. O seu livro é uma compilação de artigos anteriormente publicados em jornais, por isso, logo na abertura ele clamou para que a obra fosse julgada a partir de parâmetros jornalísticos.¹⁶⁷ Ademais, o livro *México Revolucionário (pequenos comentários sobre a*

¹⁶⁵ “Acosado por mil dificultades, viajando de un lugar a otro, no es en la calma ni la tranquilidad que han brotado estas páginas. Muchos capítulos son una síntesis de la cuestión tratada. Sobre cada capítulo se podía escribir un libro. Pero mi objeto tampoco ha sido escribir un libro recargado y pedante. Es apenas una visión de un hombre que analiza y que lucha por la justicia social. Por eso, tal vez, me dejo llevar por la pasión y ataco a hombres con los que hasta ayer tuve amistad. Pero no es posible escribir sin pasión. Apasionadamente vivimos y sufrimos porque pretendemos el honor de los viejos soldados que nunca pueden ser imparciales cuando combaten por una idea.” MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 8.

¹⁶⁶ “Todos se decían izquierdistas en 1927, y la frase era oficial. Desde el latifundista marrullero emboscado detrás del gobierno para conservar sus propiedades, hasta el burócrata, a quien le interesan exclusivamente sus salarios.” MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.9.

¹⁶⁷ Cf. TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.3. O jornalismo internacional não escapou das críticas: “Quando custaram ao México os bilhões dos Estados Unidos, os bilhões da Inglaterra, os bilhões da Holanda? Valeram rios de sangue, oceanos de torturas, mundos de espoliação, o retalhar do solo pátrio e a infâmia de certa imprensa. Valeram o sacrifício da soberania mexicana. O drama sangrento desenrolado no México, era mostrado à civilização com os comentários mais deprimentes à dignidade de um povo. Ainda hoje, a América e a Europa conhecem apenas um México, o México do banditismo das agências telegráficas. Telégrafos, correios e imprensa não se fatigam em fazer a propaganda da infâmia. Em Nova York, empresas jornalísticas se mantêm principalmente para insultar, caluniar, apedrejar, achincalhar a honra mexicana; na capital financeira do globo funciona uma agência de imprensa, cujo diretor ganhar vinte mil duros anuais para defender os proprietários dos poços de petróleo e promover campanhas anti-mexicanas com artigos, notícias e.... anúncios bem pagos.” TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de

Revolução Mexicana e suas consequências) foi publicado em 1928 e tinha como principal intuito ser uma “réplica à onda de falsidades, insultos e calúnias que espalharam facilmente pelo Brasil, com o propósito de deprimir a pobre nação mexicana”.¹⁶⁸ O tom militante do trabalho e as simpatias do autor são logo perceptíveis se, além das recorrentes acusações de falsificações da imprensa brasileira, levarmos em conta que o posfácio do livro foi assinado pelo então embaixador do México no Brasil (que em seguida se tornou presidente mexicano), Pascual Ortiz Rubio.

Podemos dizer que os autores partem de duas premissas analíticas e políticas comuns: o anti-imperialismo e a necessidade, decorrente da crise do liberalismo e da *Belle époque*, de (re)pensar os projetos políticos para seus espaços nacionais e para o continente latino-americano. Contudo eles divergem no que diz respeito à ideologia marxista (que nos anos 1920, em função do sucesso da Revolução Russa, ganhava muita força no continente latino-americano). Enquanto os intelectuais andinos professavam abertamente sua simpatia aos comunistas e ao aparato teórico do pensador alemão, Oscar Tenório demonstrava desconfiança e falta de simpatia por soluções que extrapolassem os princípios liberais da propriedade privada.

Finalmente, apresentaremos as leituras que os três intelectuais realizaram sobre a Revolução Mexicana a partir de eixos temáticos. Esta opção se explica no fato de que os eixos temáticos possibilitam uma comparação efetiva entre as diferentes interpretações. Por isso, selecionamos sete tópicos que organizarão a exposição, a saber: “A queda de Díaz e a guerra civil”; “A condução dos rumos da Revolução”; “Representações da (e na) Revolução: arte, meio intelectual e educação”; “A oposição da Igreja”; “A questão agrária”; “A organização dos trabalhadores”; “Anti-imperialismo e a caracterização da Revolução”.

2.1 A queda de Díaz e a guerra civil

A derrocada de Porfírio Díaz foi central na análise que os três intelectuais realizaram da Revolução Mexicana. As razões apontadas para os conflitos armados que

Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 191-2.

¹⁶⁸ TENORIO, Oscar. *México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.3.

dominaram o México nos anos 1910 já tornam claros os matizes que balizam as interpretações de cada um dos intelectuais.

Em José Carlos Mariátegui, o tema da Revolução Mexicana apareceu na primeira grande intervenção pública realizada após o regresso do exílio europeu. No curso - “História da Crise Mundial”¹⁶⁹ – ministrado nas Universidades Populares González Prada, o socialista dedicou uma das aulas ao tema da experiência mexicana. Se as anotações do curso foram perdidas, temos a sorte que alguns dias após a palestra apareceu o primeiro artigo jornalístico sobre o tema denominado *México y la Revolución*,¹⁷⁰ no qual o autor peruano expôs de maneira sumária sua interpretação dos antecedentes e do desenvolvimento da Revolução.

Analisando seus antecedentes, ele escreveu: “la dictadura de Porfirio Díaz produjo en México una situación de superficial bienestar económico, pero de hondo malestar social.”¹⁷¹ Neste sentido, acrescentou que “la política de Díaz fue una política esencialmente plutocrática.”¹⁷², na qual “los plutócratas, los latifundistas y su clientela de abogados e intelectuales *constituían una facción estructuralmente análoga al civilismo peruano*, que dominaba con el apoyo del capital extranjero al país feudalizado”.¹⁷³

A analogia com a situação peruana indica que Mariátegui analisava a situação do México como um exemplo para o Peru, de modo que se os problemas eram análogos, a solução, evidentemente, também deveria sê-la. Diante do mal-estar social mexicano, faltava um “animador” para organizar as reivindicações das massas (tal qual o papel que

¹⁶⁹ Pouco antes de falecer, em 1929, Mariátegui editou uma série de artigos chamados “25 años de sucesos extranjeros” em que propunha a analisar os fatos mais importantes do quarto de século de século da existência do periódico *Variedades*. Assim descreve o período que se propõe a analisar: “Es improbable que alguna vez se hayan sucedido y agolpado en sólo 25 años acontecimientos tan decisivos para los destinos de la humanidad” e coloca a Revolução Mexicana como grande contribuição da América a estes tempos agitados. Cf. MARIÁTEGUI, José Carlos. **Historia de la crisis mundial**. Lima: Editora Amauta, 1971, p. 175.

¹⁷⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. México y la Revolución. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971.

¹⁷¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. México y la Revolución. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.39.

¹⁷² MARIÁTEGUI, José Carlos. México y la Revolución. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.39.

¹⁷³ MARIÁTEGUI, José Carlos. México y la Revolución. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.39 (grifo nosso).

ele se outorgou no Peru). Assim, a bandeira contra a reeleição de Díaz seria contingente, uma vez que

alrededor de ella se concentraban todos los descontentos, todos los explotados, todos los idealistas. La revolución no tenía aún un programa; pero este programa empezaba a bosquejarse. Su primera reivindicación concreta era la reivindicación de la tierra usurpada por los latifundistas.¹⁷⁴

A força dos revolucionários obrigou, então, a plutocracia mexicana a negociar, na expectativa de evitar uma ruptura violenta com a ordem vigente. Ainda segundo Mariátegui, Madero, ao aceitar a colaboração de membros do governo de Díaz, abriu espaço para a atuação de setores conservadores no novo governo como a “traição” de Victoriano Huerta demonstrou. Nesse sentido, o socialista peruano analisava que a vitória liderada por Carranza cumpriu um importante papel na definição das reivindicações da Revolução, já que naquele momento os representantes do porfiriato haviam sido expulsos da cena política nacional mexicana.

Vemos que a perspectiva de “acúmulo de força histórica” tão presente na trajetória política e ideológica de Mariátegui foi fundamental para compreender os avanços e retrocessos da experiência mexicana. Uma visão bem distinta – e um tanto mais negativa - desse processo é a do boliviano Tristán Marof, para quem as sucessivas quedas de governo que ocorreram durante a Guerra Civil sequer poderiam ser nomeadas de “revolução”:

la revolución es algo más grave y complejo para que consista en un simple derrocamiento y aspiración social. Ella encierra una completa transformación de la sociedad y una responsabilidad doctrinaria, sobre todo en sus medios económicos y de producción. Mientras no suceda esto – y en México no sucedió – cualquier revolución que se produzca favorecerá a la burguesía o la pequeña burguesía pero no a las clases trabajadoras. Es verdad que largos contingentes de masas pasan en virtud de estos movimientos reformistas de su condición de siervos feudales a otra etapa superior; pero también es evidente que la pequeña burguesía inmediatamente que se consolida en el poder comienza a recordar los viejos métodos y a tiranizar a las masas ilusionadas.¹⁷⁵

Para Marof, a queda de Díaz foi resultado da ação dos setores das classes burguesas que demandavam maior espaço de representação política e do povo que ansiava

¹⁷⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. México y la Revolución. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.41.

¹⁷⁵ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.9.

por terra.¹⁷⁶ Dado que a base de fundamentação política de Porfírio Díaz era composta pelos grandes proprietários de terras, nada mais natural que os atores antagônicos se juntassem para enfrentar o ditador. Por isso, as lutas que derrubaram Porfírio Díaz e realizaram a Guerra Civil possuíam um caráter estritamente liberal.

Daí o dilema de todos os que ocuparam os postos do poder no México, a partir de Madero. De acordo com o escritor boliviano, o liberalismo – que garantia a igualdade dentro da desigualdade –, ainda que envernizado por um discurso próximo ao socialista, não seria uma ideologia capaz de responder os anseios dos camponeses. Ao contrário de Mariátegui, que via na Guerra Civil a disputa entre um Programa reacionário e outro revolucionário, Tristán Marof julgava que a Guerra Civil podia ser explicada pelo fato de que todos os que ajudaram a derrubar Porfírio, exceto Zapata – “único personagem honesto”¹⁷⁷ do processo revolucionário –, caíram na sensualidade do mando e do privilégio, na medida em que eram homens vaidosos, rudes, brutais e ávidos por dinheiro. Por isso, na confusão da Guerra Civil, as atrocidades eram toleradas na expectativa de que a situação se acalmasse, de forma que

no obedecía el ejército revolucionario a una idea, no estaba controlado por un núcleo director, no tenía un programa preciso. Villa peleaba por su cuenta y se erigía un todopoderoso en el norte del país. Obregón batió a pancho Villa en Celaya y descuajó para siempre el prestigio de la bandera villista. Pascual Orozco se batía igualmente contra Villa. Don Venustiano Carranza después del éxito de Obregón sobre Villa, fue suplantado por éste. Obregón, a su vez, pro Calles. Demás advertir nuevamente que todos los generales obtienen recursos de los bandos capitalistas en pugna.¹⁷⁸

¹⁷⁶ O interessante é observar que, tanto a ascensão quanto a queda, de Porfírio Díaz se deu, para o autor, por razões estritamente políticas. “El crítico histórico nota el mismo fenómeno: dictadores militares que representan una casa. Los criollos mexicanos son tanto o más reaccionarios que los mismos acaudalados españoles, adversarios de ocasión. Cuando llego a México O’Donojú, noble español, trayendo los principios de la Constitución liberal de Cádiz, ya el criollismo mexicano estaba entregado a la reacción y en manos del clero. Hacía tiempo que Morelos, Hidalgo y Matamoros, junto con sus secuaces agraristas, fueron ahorcados. Los criollos, al apoderarse del poder y de sus privilegios, buscan un hombre fuerte que los represente y que les garantice su estabilidad. De esta entraña surgen los dictadores y nadie supo desempeñar tan adecuadamente su papel como Díaz, a quien sus partidarios le llamaron el Magnífico.” ¹⁷⁶ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.12.

¹⁷⁷ Mesmo Villa não era visto com nenhuma simpatia pelo escritor boliviano: “Pero volviendo al zapatismo, podemos decir que, con todos sus defectos, este movimiento fue el único formal y sincero de parte de los revolucionarios mexicanos. Frente a Zapata, el general Pancho Villa, que comandó cerca de cuarenta mil hombres, es apenas un aventurero de la revolución. General que hace frente a las diferentes facciones militares inspirado en sus personales antipatías, inconscientemente sirviendo ajenos intereses.” ¹⁷⁷ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 17.

¹⁷⁸ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.140. (grifo do autor)

Por outro lado, as análises do brasileiro Oscar Tenório possuíam um tom bastante distinto se comparadas às realizadas pelos socialistas andinos. Em vez de enfatizar a ruptura decorrente da queda de Díaz, Tenório preferiu situar a Revolução Mexicana no contexto global da história do México. A efervescência de 1910 não seria algo isolado, mas sim uma fase da grande revolução em que vivia o país desde início do século XIX:

A primeira, sentimental; a segunda, intelectual, essa foi a magna revolução de reforma; a terceira esta, que é pura e simplesmente econômica. Nas duas anteriores o problema econômico estava, se não disfarçado, ocultado, ao menos latente; na última, a que agora sofremos, o problema se apresenta sem subterfúgios, sem ilusões de nenhuma classe. O agudíssimo e fino espírito do doutor Atl, pôde dizer em alguma parte com justeza ‘não discutimos um princípio político, lutamos por altíssimos princípios de justiça. *Nossa revolução é uma revolução social.*¹⁷⁹

A primeira etapa teria sido, então, a independência. O sentimentalismo típico dessa fase significou que a luta se limitou à liberdade política, sem diretamente se ocupar da questão social. No segundo momento, intelectual, a questão econômica foi apresentada nas *leis de desamortização* e na Constituição de 1857. Contudo, os liberais do século XIX não tiveram força para efetivar as leis que enfrentavam os interesses dos grandes donos de terra. Apenas em 1910 é que se iniciou o processo em que os poderosos foram concretamente postos em xeque, daí o caráter “social” dessa terceira fase.

Ou seja, para Tenório o fenômeno ocorrido no México do século XX seria a concretização das aspirações de igualdade e liberdade que guiavam os mexicanos desde a independência do país. Nesse sentido, ao compreender a experiência revolucionária como uma continuidade do processo iniciado com a independência do país, o jurista brasileiro parece dar vazão à sua perspectiva anti-imperialista. A conquista de avanços sociais que ele enxergou no México dos anos 1920 dialogava com uma das questões mais importantes de que a esquerda latino-americana se ocupava à época: a “segunda independência”.

Os três autores concordaram que a Guerra Civil iniciada em 1910 com o chamado de Madero representou a derrota dos os setores tradicionais da oligarquia *terrateniente* que hegemonizavam a vida política do país desde meados do século XIX. Nesse sentido,

¹⁷⁹ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 29. (grifo do autor).

as explicações sobre os antecedentes da Revolução Mexicana já explicitam as diferenças entre os autores. As divergências se tornam mais claras quando acompanhamos as avaliações acerca da condução dos rumos da Revolução. Por isso, agora nos deteremos sobre as análises que eles realizaram dos processos de estabilização e consolidação do regime revolucionário.

2.2 A condução dos rumos da Revolução

A promulgação da Constituição de 1917 representou, no violento processo de Guerra Civil, o primeiro passo de estabilização da ordem política mexicana. Realizada em meio aos conflitos entre Constitucionalistas (liderados por Carranza) e Convencionalistas (liderados por Zapata e Villa), a Assembleia Constituinte que promulgou a Carta de 1917 foi obrigada a incorporar demandas das classes trabalhadoras do campo e da cidade.

Assim, ela foi a primeira Constituição na história a garantir direitos de ordem econômica e social. Também enfrentou a Igreja Católica, no sentido de minimizar a influência do clero na sociedade mexicana, e foi muito dura em relação às empresas estrangeiras que exploravam minérios no México, uma vez que foi decretada a nacionalização de todos os bens minerais que estivesse em subsolo mexicano.

Apesar das claras conquistas das classes populares, a Carta Magna de 1917 e a condução do Estado mexicano no período do pós-guerra civil não gozaram de consenso entre os três intelectuais que aqui estudamos. Tristán Marof, por exemplo, se mostrou bastante cético em relação à Constituição de Querétaro, em função da manutenção da propriedade privada. Os direitos sociais dispostos na Carta não seriam suficientes para garantir o “México para os mexicanos”, já que, ainda segundo o socialista boliviano, uma Constituição nacionalista “pintada com tintas sociais” que se mantinha dentro do liberalismo apenas proclamava a igualdade jurídica para os materialmente desiguais.

A fórmula constitucional, por outro lado, era vista com admiração por Oscar Tenório, em função da divisão dos poderes e do programa social estabelecido pelo Estado. A Constituição, afinal, seria

um pacto constitucional feito em concordância admirável com a

*realidade mexicana, com a história mexicana, com os exemplos mexicanos. Resolutamente, resolve as mais inquietantes questões; delimita os poderes; assegura o desenvolvimento do nacionalismo defensivo.*¹⁸⁰

Por isso, mesmo com equívocos técnicos, assunto caro a um estudante de direito, Tenório defendeu a Carta de 1917 ante os questionamentos do jurista Uruguaio Ariosto D. González.¹⁸¹ Para o estudante brasileiro, o “espírito” das leis é que deveria ser levado em conta, pois seria necessário “considerar a situação anormal em que se discutiu o projeto de Carranza e a *representação realmente popular dos constituintes*”.¹⁸²

Já apontamos que a Constituição foi promulgada após a derrota dos convencionalistas. Nesse sentido, os grupos zapatistas e villistas, oriundos de amplos setores populares, foram sumariamente ignorados por Tenório em sua afirmação de que a representação dos constituintes era “realmente popular”. Os líderes camponeses e seus projetos autônomos não foram objetos frequentes na reflexão do autor brasileiro. Entretanto, uma das poucas passagens em que os nomes das lideranças populares aparecem indica o tratamento que ele deu a Zapata e a Villa, além de explicitar suas preferências políticas. Falando sobre as qualidades do General Calles, ele nos diz:

Militar de primeira grandeza, jamais vencido nos campos de batalha, *inimigo franco do caudilhismo de Pancho Villa e Emiliano Zapata*, o agricultor de Sonora compreendeu, logo que assumiu o executivo mexicano, os perigos do militarismo, os desastres das ditaduras de galões e a esterilidade do espírito de caserna. Do estudo da história mexicana, tirou uma conclusão: sem o apoio popular, principalmente das multidões camponesas, qualquer governo será odiento e servirá aos interesses de aventureiros.¹⁸³

¹⁸⁰ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.78.

¹⁸¹ O autor não detalhou as críticas de Ariosto D. González limitando-se a dizer que: “Algumas críticas foram feitas à técnica da Constituição de 1917. Ariosto D. Gonzalez, jovem e erudito escritor uruguaio declarou ser o pacto de Querétaro um Código contraditório em suas disposições fundamentais, impreciso, difuso na forma literária de seus artigos, revelador de que faltou a mão de um jurisconsulto de experiência que imprimiria, ao fundo e ao estilo, o caráter firme que deve ter a lei fundamental de um país. Há alguma razão na crítica do pensador oriental. Contudo, é necessário considerar a situação anormal em que se discutiu o projeto de Carranza e a representação realmente popular dos constituintes. Os diversos regulamentos (sobre minas, terras, etc.) vão pouco a pouco, em um trabalho moderado de aperfeiçoamento e estratificação, corrigindo falhas e esclarecendo pontos dúbios.” TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 78.

¹⁸² TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 78. (grifo nosso)

¹⁸³ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e**

Ao tratar os importantes líderes populares como meros “caudilhos”, o autor anunciava seu posicionamento de firme apoio ao grupo de Sonora. Desprezar os projetos autônomos dos setores campestres, ao considerar que o projeto estatal cumpria esta função da melhor maneira possível, implica conceber a relação do estado sobre a sociedade civil de maneira tutelada. Percebe-se, então, como a Carta Constitucional foi central para o raciocínio de Oscar Tenório. Tratar-se-ia, pois, de uma inflexão na história do México, já que dali em diante, haveria condições para o fim da exclusão das massas populares no cenário político, econômico, social e cultural do país. Para isso, foram promulgadas a reforma agrária, a nacionalização do subsolo e de suas riquezas, além de leis referentes ao acesso educacional.

O peruano José Carlos Mariátegui, por sua vez, entendia que a Constituição de 1917 foi um momento importante na definição dos rumos da Revolução. A promulgação de direitos sociais, em especial os artigos 27 e 123 – que versavam sobre a nacionalização dos bens do subsolo mexicano e sobre as condições de trabalho – tornavam a Carta de Querétaro um norte pelo qual as classes trabalhadoras poderiam ansiar. Ou seja, para o socialista peruano, em um primeiro momento os elementos sociais da Constituição mexicana foram vistos como a fórmula programática do processo revolucionário. Não deixa de ser curiosa a divergência entre Marof e Mariátegui, já que o boliviano se propôs, desde a primeira página, a atacar a distância entre a “fraseologia revolucionária” e a prática do regime mexicano, enquanto Mariátegui se esforçou para compreender os projetos das classes trabalhadoras, ao pensá-las como sujeitos ativos que possuíam alguma autonomia em relação ao Estado mexicano.

Tenório e Mariátegui concordaram que Carranza, não conseguiu realizar o conteúdo social da Revolução e, por isto, seu regime se burocratizou. Por isso, as facções revolucionárias se insurgiram e levaram ao poder, de maneira provisória, o General de la Huerta que logo foi sucedido pelo General Álvaro Obregón. Tristán Marof se distanciou dos outros dois intelectuais por não enxergar como positiva a ascensão de Obregón ao poder. O boliviano não se deteve na análise sobre as particularidades de Obregón (e tampouco de Calles), já que sua crítica tratou de ambos os governantes como um bloco monolítico incapaz de seguir a Constituição à risca, em função da ausência de um programa de ação definido. Daí a distância entre a fraseologia revolucionária e a prática

política, uma vez que a derrubada de Díaz não se traduziu sequer em um clássico Estado Republicano, na medida em que força, violência e personalismo não foram expulsos da vida política:

ya todos saben que en México las cosas se resuelven por la fuerza. Los caudillos surgen en el campo de batalla y es lógico que éstos no sean civiles. Estos últimos tienen que convertirse en generales, llevar pistolas al cinto, ahuecar la voz si quieren sobrevivir políticamente. Los civiles intelectuales desempeñan papeles inferiores y desvaídos al servicio de los generales. Cada cual, si pretende triunfar, busca la sombra de algún general. Las posibilidades de éxito dependen de la estrella que irradie sobre cada cabeza.¹⁸⁴

Ainda assim, os governos de Obregón e Calles, por conta da participação popular na Guerra Civil, foram obrigados a propor reformas e transformações de cunho social. Nesse primeiro momento, Marof fundamentou sua crítica na precária situação econômica do México, que não possibilitou ao governo uma autonomia para enfrentar a situação caótica em que vivia o país no pós-guerra e cumprir a Constituição de 1917 à risca.

Tenório e Mariátegui (no primeiro momento de sua análise), por outro lado, analisaram o período dos governos Obregón e Calles com otimismo e positividade. Nesse primeiro momento os dois governantes foram louvados pelos dois intelectuais como heróis da Revolução, justamente por terem sido capazes de implementar os mecanismos sociais previstos na Constituição de 1917 (o que para o peruano significava consolidar e aprofundar o programa revolucionário). Nesse sentido, o socialista peruano dizia que:

El gobierno de Obregón ha dado un paso resuelto hacia la satisfacción de uno de los más hondos anhelos de la Revolución ha dado tierras a los campesinos pobres. [...]. Su política prudente y organizadora ha normalizado la vida de México y ha inducido a los Estados Unidos al reconocimiento mexicano. *Pero la actividad más revolucionaria y trascendente del gobierno de Obregón ha sido su obra educacional.* José Vasconcelos, uno de los hombres de mayor relieve histórico de la América contemporánea, ha dirigido una reforma extensa y radical de la instrucción pública.¹⁸⁵

É importante notar o tom de simpatia que Mariátegui empreendia ao analisar o governo de Obregón. No mesmo sentido, dizia o autor brasileiro:

Na vida interna, Obregón e Calles fazem a prosperidade mexicana. O

¹⁸⁴ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.141.

¹⁸⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. México y la Revolución. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.42-3. (grifo nosso).

analfabetismo decresce; os orçamentos da instrução pública são pesadíssimos e as escolas rurais se distribuem largamente pelos vilarejos mais distantes. Incentivam a cultura, realizando uma obra de renascimento indígena e de sensibilidade modernista, ao mesmo tempo. As artes são populares; saíram das mãos monopolizadoras de uma minoria feliz para o gozo de todos os homens.¹⁸⁶

A tonalidade laudatória de ambos intelectuais apareceu de maneira mais evidente nas polêmicas sobre a reeleição de Obregón e nas lamentações por conta de sua morte. Sobre a reeleição do General Obregón, o jornalista peruano justificou suas posições com um pragmatismo que beira o surpreendente:

El hecho de que las principales fuerzas populares del bloque que sostiene el gobierno de Calles, evidentemente capacitadas para escoger el mejor camino, se hayan pronunciado por la candidatura del General Obregón, permite suponer que no se trata de una designación arbitraria. (La política no está regida por fórmulas abstractas sino por realidades concretas). Y si el General Obregón resulta por ahora el único sucesor posible de Calles, a juicio de su partido, no hay por qué convertir en una montaña infranqueable el principio de la no reelección.¹⁸⁷

A admiração pela figura de Obregón (e com Calles não seria diferente¹⁸⁸) também se deu em função de sua capacidade de articular as demandas das massas populares. Afinal a maior virtude do processo revolucionário mexicano para Mariátegui era o acúmulo de forças e experiências políticas das classes trabalhadoras. Daí a consternação do autor peruano, quando o recém-eleito presidente mexicano foi assassinado:

Asesinado por un fanático, en cuyas cinco balas se ha descargado el odio de todos los reaccionarios de México, Obregón concluye su vida, heroica y revolucionariamente. Obregón queda definitivamente incorporado en la epopeya de su pueblo, con los mismos timbres que Madero, Zapata y Carrillo.¹⁸⁹

¹⁸⁶ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.33.

¹⁸⁷ MARIÁTEGUI, José Carlos. Obregón y la Revolución Mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.48.

¹⁸⁸ Ao resenhar um livro que continha discursos e mensagens de Calles, Mariátegui definiu a prática política do então presidente mexicano com o mesmo tom de admiração: “A Calles sus batallas contra el imperialismo yanqui y contra la reacción conservadora, le bastan para considerar cumplida su misión esencial. En el poder, no se ha contentado con una pasiva actividad administrativa: ha continuado la Revolución Mexicana y ha de venido resueltamente sus conquistas y sus principios contra el ataque solapado o violento de los elementos reaccionarios”. MARIÁTEGUI, José Carlos. Un libro de discursos y mensajes de Calles. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.96-7.

¹⁸⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Obregón y la Revolución Mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.51.

Se Tenório não alçou Zapata ao panteão dos heróis revolucionários, seguramente ele não discordaria de Mariátegui na atribuição do mérito a Obregón (e seguramente a honraria deveria ser estendida a Calles). Em termos políticos, o autor brasileiro, a partir de uma interpretação bastante *sui generis* da cláusula constitucional que vetava à reeleição, defendeu o segundo mandato de Álvaro Obregón e cravou seu alinhamento ao grupo de Sonora. Comentando a “contrarrevolução” levada a cabo pelo opositores Arnulfo R. Gómez e Francisco Rufino Serrano, ele disse:

A candidatura de Alvaro Obregón, lançada entre o delírio dos agrários e o contentamento da maioria da nação, não podia ser posta em confronto com as candidaturas dos ilustres generais Gómez e Serrano. Estes, convencidos da derrota eleitoral, apegaram-se a uma tortuosa interpretação do art. 83 da Constituição. Proclamando-se puritanos, defensores do patrimônio revolucionário, tiveram a inteligência de um rábula perspicaz e, agarrados a uma interesseira exegese de fancaria, levantaram a bandeira de certo “não-reeleicionismo”.¹⁹⁰

Já Marof enxergava nesse contexto de crise política, econômica e social o desenvolvimento do “fascismo” característico do regime iniciado pelo presidente interino Portes Gil.

El Termidor que Obregón no pudo realizar, debutó con Portes Gil y fue consolidado por su sucesor. El Código del Trabajo que se promulgó – su obra y la esencia de su credo – es uno de los mejores estatuidos por la burguesía para someter y domar el proletariado. La democracia burguesa, en México como en todas partes, cae sobre las espaldas del trabajador con todo el peso de la ley. Y los jefes del laborismo y del trade-unionismo mexicano, distanciados hoy del poder, alzan su tardía y simplista protesta, sin energías y sin fuerza para imponer el verdadero Código del Trabajo, hecho por los trabajadores, aplicado por los proletarios.¹⁹¹

A referência ao episódio da Revolução Francesa – 9 de Termidor - em que os jacobinos perderam o poder para os girondinos é bastante sugestiva. Assim, a perseguição política do governo de Portes Gil realizou, a partir de meados de 1929, aos setores organizados da esquerda mexicana (e também dos exilados, como o próprio Marof) foi encarada, pelo socialista boliviano, como a efetivação da transferência do poder para os novos – e grandes – caudilhos. Tratava-se, pois, de alijar definitivamente as classes

¹⁹⁰ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.140.

¹⁹¹ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 19.

trabalhadoras e pequeno-burguesas das esferas de poder.

A crítica ao “fechamento do regime” com a perseguição aos comunistas foi central para a modificação da leitura mariateguista sobre o México e seu governo revolucionário. Contudo, a mudança não foi abrupta – e aqui temos a vantagem de trabalhar com um jornalista, o que nos possibilita acompanhar o processo de matização da expectativa sobre a experiência revolucionária no México. Morto o único político capaz de segurar a unidade do bloco revolucionário, Mariátegui constatou, em princípios de 1929, que as disputas em torno da condução dos rumos da Revolução Mexicana começaram a aparecer de maneira violenta:

La prosecución de una política revolucionaria, que ya venía debilitándose por efecto de las contradicciones internas del bloque gobernante, aparece seriamente amenazada. La fuerza de la Revolución residió siempre en la alianza de agraristas y laboristas, esto es de las masas obreras y campesinas. Las tendencias conservadoras, las fuerzas burguesas, han ganado una victoria al insidiar su solidaridad y fomentar su choque.¹⁹²

Isto ocorreu, pois, para ele, a classe capitalista tinha uma maior maturidade política. Acresce que os elementos pequeno-burgueses e os caudilhos militares, encurralados pelo antagonismo entre o proletariado e a classe capitalista, acabavam sistematicamente se submetendo à influência da classe dos proprietários capitalista. Nesse segundo momento da sua análise, o socialista peruano enfatiza que a moderação nos governos surgidos no pós-constituição (Carranza, Obregón, Calles e Portes Gil), abriu espaço para a atuação da direita. Daí que a pressão dos setores conservadores fez com que o governo carregasse a bandeira da contrarrevolução mesmo que com uma roupagem revolucionária.

Sendo assim, nos artigos publicados em 1929 e 1930, a admiração que o peruano nutria pelos governos de Obregón e Calles deu lugar a uma crítica bastante violenta. A principal delas dizia respeito às limitações que a tática da frente única com a pequena-burguesia produziu no México. As bandeiras obregonistas – construídas com o apoio da pequena-burguesia – passaram a ser vistas, então, como “simbólicas” e “temporais”,¹⁹³

¹⁹² MARIÁTEGUI, José Carlos. La lucha eleccionaria en México. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.55.

¹⁹³ MARIÁTEGUI, José Carlos. Orígenes y perspectivas de la insurrección mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.59.

no sentido de que se limitaram a “concessões” feitas pela classe dominante para acalmar os ânimos das classes populares. Como saída, o socialista andino passou a defender a agitação classista.¹⁹⁴ As disputas entre o governo mexicano e a maior Central Sindical da América Latina (*Confederación Regional del Obrero Mexicano* - CROM) também foram decisivas, como desenvolveremos mais à frente, para as transformações das posições do socialista andino acerca do México.

No último artigo que publicou, em março de 1930, Mariátegui teceu duras críticas às teses de Froylán C. Manjarrez, deputado da Constituinte, que defendiam um intermédio entre o Estado capitalista e o socialista. O chamado Estado “regulador” da economia nacional, cuja missão corresponderia a assegurar as funções sociais da propriedade, se pautaria numa ideia bem próxima ao conceito cristão de propriedade. Dessa forma, em seu testamento político, Mariátegui sintetizou todas as suas frustrações e decepções com o desenvolvimento do processo revolucionário mexicano, ao aproximá-lo do fascismo italiano:

Lejos de todo finalismo y de todo determinismo, los fascistas se atribuyen en Italia la función de crear, precisamente, este tipo de Estado nacional y unitario. El Estado de clase es condenado en nombre del Estado superior a los intereses de las clases, conciliador y árbitro, según los casos, de esos intereses.¹⁹⁵

Para o socialista peruano, este Estado “regulador” aparecia concretamente como uma regressão. Entretanto, a crítica dos desdobramentos da Revolução não invalidou completamente a experiência política vivida pelos mexicanos, como veremos adiante. Ainda é necessário se debruçar sobre outros aspectos das análises que os três intelectuais realizaram sobre a Revolução Mexicana, a fim de verificar como essas críticas do Estado mexicano se relacionam com outras esferas da vida social. Por isso, deter-nos-emos agora sobre as diferentes análises que cada um fez sobre “as representações da (e na) Revolução: arte, meio intelectual e educação”.

¹⁹⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.58-9.

¹⁹⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.67.

2.3 Representações da (e na) Revolução: arte, meio intelectual e educação

O processo de consolidação política do Estado mexicano após a Guerra Civil teve uma importante dimensão simbólica e intelectual. A recepção de exilados das mais variadas partes do continente – como o cubano Julio Antonio Mella, o peruano Victor Raúl Haya de la Torre, além do próprio Marof – tornaram o México um dos eixos intelectuais da América Latina. Do México, os intelectuais exilados colaboravam para periódicos e publicavam livros que alcançavam boa parte de nosso continente.

A produção artística mexicana do período também é bastante digna de nota. O *movimento muralista* - especialmente os nomes de Diego Rivera, Davi Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco – ganhou repercussão nos meios artístico e intelectuais de diversas partes do mundo. A ideia de pintar prédios públicos mexicanos com produções artísticas foi uma iniciativa de José Vasconcelos, secretário de educação pública do governo Álvaro Obregón.

Grosso modo, Vasconcelos buscou estimular a produção artística e intelectual que simbolizasse a “nova era” vivida pelo México naquele momento. Daí a opção pelos *murais* em edifícios públicos, já que a “nova era” deveria ser experimentada por todos os mexicanos. Para além das questões artísticas, Vasconcelos atuou no sentido de ampliar a ofertas de vagas em escolas públicas – incluindo as famosas *escuelas rurales* -, o que lhe rendeu muito prestígio entre os setores esquerdistas de todo o continente.

Desse modo, a efervescência intelectual que marcou o México do período não passou despercebida pelos nossos autores. Todavia, é preciso apontar que eles trataram dessas questões de maneiras muito distintas. Oscar Tenório, por exemplo, pouco se ocupou das produções artísticas tão férteis do período. Em seu trabalho constam apenas algumas menções elogiosas à intelectualidade artística do período – especialmente Diego Rivera. Talvez isso tenha se dado, pois na condição de estudante de Direito seu olhar tenha sido absorvido pelos dilemas de um Estado que buscava se constituir e consolidar.

José Carlos Mariátegui, por outro lado, gastou muita tinta discutindo e explorando – sem dúvida, um dos pontos centrais de sua análise sobre a experiência mexicana - os elementos simbólicos do México revolucionário. A importância que Mariátegui atribuiu a essas questões se torna compreensível quando temos em vista que seu projeto político-

ideológico também possuía uma vertente estética, a revista *Amauta*, um dos periódicos vanguardistas mais importantes do continente àquela época.

Tristán Marof também refletiu sobre os elementos estéticos e simbólicos que produziram o discurso do México revolucionário, naquele período. Contudo, sua condição de intelectual exilado em terras mexicanas provavelmente foi determinante para o seu olhar, uma vez que a maior parte da sua reflexão sobre o meio intelectual mexicano foi justamente no sentido de criticá-lo, já que segundo o autor boliviano não haveria espaço para o dissenso na imprensa do período.

Apesar das diferenças de abordagem, as reformas educacionais empreendidas pelo governo de Álvaro Obregón foram objeto de análise pelos três intelectuais. Oscar Tenório, além da admiração pelo ensino laico – e teremos uma melhor noção quando apresentarmos as reflexões do brasileiro sobre as querelas religiosas – elogiou o incremento do acesso da população aos meios escolares em um país rural e indígena. Para o autor brasileiro, as políticas de expansão educacional, principalmente em direção ao campo, foram acompanhadas da reforma agrária, daí a denominação “agrarismo educacional” às ações que buscaram se contrapor à antiga situação de desigualdade do México:

As mais altas injustiças caíam dolorosamente sobre o povo em geral, e os mais desbragados sentimentos enegreciam os potentados. A nacionalidade mexicana era quase um mito; não se podia chamar de nação a um aglomerado de milhões de parias, sujeitos a uma casa de prepotentes. O latifundismo tornava o México uma enorme senzala, onde os sofrimentos, as lágrimas, as dores dos escravos, revelavam um estado social tirânico. A antiga escravidão negra se distanciava do homem mexicano, em pequenas minúcias de justificativas legais.¹⁹⁶

A formação da “nação”, contudo, não se daria apenas pela distribuição das terras (e não deixa de ser interessante que o autor conceba o conceito de “nação” como algo a ser criado). Daí que o “agrarismo” de Obregón tenha sido caracterizado como “educacional”, já que a repartição de terras foi acompanhada pelo estabelecimento das “escolas rurais”, iniciativa saudada com muito entusiasmo. Nesse sentido, como boa parte da sua geração, a admiração de Oscar Tenório recaiu sobre o Ministro da Educação Pública do governo Obregón, José Vasconcelos. Saudado como verdadeiro “parâmetro”

¹⁹⁶ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 162.

da Revolução, a figura do educador mexicano foi descrita como “grande valor da América depois de Bolívar, José Bonifácio e Sarmiento” (muito embora sua avaliação ao final do livro seja bastante diferente).

Vasconcelos foi uma figura que ocupou espaço significativo nas análises de Tenório e Mariátegui. Como vimos acima, o socialista peruano, em suas primeiras análises da Revolução, considerou que o mais significativo dos feitos do governo Obregón foi sua obra educacional. Se nesse primeiro momento ambas as análises possuíam um tom semelhante de admiração, o distanciamento de Vasconcelos do bloco governante do México foi visto de maneiras curiosamente distantes.

Enquanto Tenório lamentou que uma das mentes mais notáveis da “nova geração” tenha se aliado aos Ianques¹⁹⁷, Mariátegui, curiosamente, louvou – apesar das discordâncias programáticas – a candidatura de Vasconcelos em 1930 pelo partido antirreelecionista, pois diante do “fascismo” que se desenvolvia no governo Portes Gil, a perspectiva liberalizante do autor de “La Raza Cósmica” poderia significar um maior espaço de atuação das esquerdas revolucionárias.¹⁹⁸

A admiração pelo projeto cultural e educacional levado a cabo por Vasconcelos, não implicou, tanto por parte de Tenório quanto de Mariátegui, uma reflexão mais aprofundada sobre a condição indígena no México do começo do século XX. Nesse sentido, podemos dizer que para Tenório o reconhecimento dos direitos econômicos dos indígenas, contudo, não se traduziu no reconhecimento do direito à cultura. Como recorrentemente se fez durante o século XX, o autor brasileiro simplesmente deslocou a origem do problema indígena *da raça* para a *cultura*.¹⁹⁹ Nesse sentido, os índios

¹⁹⁷ As divergências entre Vasconcelos e o bloco governista foram interpretadas por Tenório como um sinal de aproximação do autor de *La Raza Cósmica* e os imperialistas ianques. Nesse sentido em suas “Notas importantes”, Tenório diz: “Enquanto a Revolução prossegue triunfadora, José Vasconcelos, a quem dedicamos paginas afetuosas, se separa da juventude latino-americana, e duma tribuna ‘yankee’ ataca aos estadistas do México contemporâneo. Assistimos inquietos a última atitude de Vasconcelos, e lamentamos a perda de um mestre que, como Ugarte, Palacios e o inolvidável Ingenieros, era orgulho para os homens da nova geração.” TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 213.

¹⁹⁸ “En el poder, [Vasconcelos] no haría más concesiones que Portes Gil al capitalismo y al clero. Hombre civil, ofrece mayores garantías que su contendor del Partido Nacional Revolucionario de actuar dentro de la legalidad, con sentido de político liberal. Puesto que la Revolución Mexicana se encuentra en su estadio de revolución democrático-burguesa, Vasconcelos puede significar, contra la tendencia fascista que se acentúa en el Partido Nacional Revolucionario, un período de estabilización liberal” In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *La lucha eleccionaria en México*. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.65.

¹⁹⁹ “Os exploradores deixam-nos definhar sob a degradação de vícios, mormente o alcoolismo. A coca e a

precisariam de uma “tutela” para não cair na degradação e nos vícios e assim serem “civilizados”. A escola – e consequentemente o Estado – seria o lugar da redenção dos povos indígenas:

A questão do ensino popular apresentou uma outra [decisiva batalha de Obregón], a da redenção do índio, besta de carga que durante quatro séculos foi explorada e servilizada criminosamente pelas castas ociosas. Atualmente, graças à continuidade administrativa de Calles, o indígena aprende a língua espanhola, cultiva os campos com métodos científicos e frequenta as inúmeras bibliotecas públicas.²⁰⁰

Obviamente, não se trata de “cobrar” uma sofisticação teórica do autor, mas sim de ressaltar a concepção *tutelar* de Estado defendida pelo autor brasileiro. Nesse sentido, podemos dizer que Tenório foi bastante coerente com a premissa de enxergar 1910 como uma continuação de 1857, já que sua preocupação primeira, própria do liberalismo, era a de transformar os indígenas em cidadãos.

Por outro lado, a análise de Tristán Marof sobre o legado educacional mexicano correu em sentido bastante diferente das realizadas por Tenório e Mariátegui. O socialista boliviano reconhecia que desde os tempos coloniais, a educação estava reservado às classes superiores e ricas. Assim aos camponeses, cabia o papel de “trabalhar como bois” e fornecer o sangue para as disputas militares em torno do poder. Com a queda de Díaz e a estabilização da Revolução, esta questão foi colocada em pauta uma vez mais. Nesse sentido, o boliviano também reconheceu que a figura de José Vasconcelos como um dos principais nomes da intelectualidade revolucionária dos anos 1920.

Entretanto, ao contrário dos outros dois intelectuais, Marof não se deteve sobre as ambições e pressupostos que guiavam os projetos político-pedagógicos de Vasconcelos, uma vez que considerava o Ministro da Educação Pública um representante da pequena-burguesia revolucionária.²⁰¹ Sua intenção, então, foi a de analisar a materialidade das

‘chicha’ assassina lentamente, no fundo escuro das minas, os proscritos da felicidade mais rudimentar”. Não deixa de ser interessante observar que “folha de coca” é parte de uma planta típica da cordilheira dos Andes, não fazendo parte, portanto, dos hábitos dos indígenas do México. In: TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 133.

²⁰⁰ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.131.

²⁰¹ “Vasconcelos, con visión de estadista – el más inquieto entre los múltiples y disparates elementos de la pequeña burguesía revolucionaria para ese tiempo -, comprendió que el problema educacional mexicano era intrincado y costoso. La clase obrera y campesina no tenían posibilidad de adquirir la más elemental cultura. Vasconcelos favoreció más bien a la clase media.” MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**.

ações do governo e seu papel ideológico. A crítica marofista se fundamentou nas dificuldades materiais que impediram Vasconcelos de concretizar suas ambições – bem ao contrário dos “vultosos recursos” que Tenório dizia estarem disponíveis para a empreitada educacional. Mesmo o exército de educadores – cujas discussões o autor acompanhou em alguns congressos – não possuía sequer uma ideologia definida. Nesse sentido, as “escolas rurais” – que tanta inspiração motivaram – foram definidas dessa maneira:

Generalmente ella brota, en las aldeas y reúne a un grupo de campesinos. Una casa pobre, construida muchas veces por los propios agricultores pobres, con unas cuantas habitaciones, un jardín, un palomar, un campo de cultivo constituye la escuela. Dentro de la escuela, profusamente, se ven los carteles enviados por la Secretaria de Educación Pública, ostentando letreros demagógicos: “La tierra para los campesinos”, “El sol sale para todos”, etc. El maestro algunas veces es un bueno ciudadano de escasa cultura; otras, un sacrificado de sus ideas. Este último tipo de educador es extraordinario pero generalmente raro. Los sueldos que paga la Secretaria de Educación son miserables y no es posible que con ellos se mantengan decentemente los pobres maestros. He conocido en el Estado de San Luis Potosí maestros de escuelas rurales que ganan un peso cincuenta y dos pesos diarios, salario inferior al de los soldados mexicanos.²⁰²

Em uma perspectiva bastante diversa, a análise de Mariátegui sobre o ambiente intelectual e o campo educacional, para além das diversas menções à expansão do acesso ao ensino, se pautou muito na questão artística e estética. O ensino de artes promovido por Vasconcelos foi visto como modelo para o Peru.²⁰³

Nesse sentido, um vanguardista, tal qual Mariátegui que imputava ao seu projeto socialista uma notável dimensão estética, não deixaria de se ocupar das representações que a Revolução Mexicana criou para si. Por isso, ele se ocupou dos principais fenômenos estéticos surgidos no México da época: o romance da Revolução, iniciado por Mariano

Buenos Aires: Claridad, 1934. p.91.

²⁰² MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. pp. 93-4.

²⁰³ “El ejemplo de México puede enseñarnos mucho en éste como en todos los aspectos de la organización de la enseñanza. En la escuela primaria se señalan en México los casos de vocación artística. Se ha hecho exposiciones de trabajos de alumnos de las escuelas primarias positivamente interesantes, que demuestran el acierto con que se atiende en ese país, *que en tantas cosas puede servirnos de modelo*, a la educación artística de los niños”. MARIÁTEGUI, José Carlos. “La enseñanza artística”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Temas de Educación*, Lima, Editora Amauta, 1975. p.152. (grifo nosso).

Azuela, e a pintura muralista.²⁰⁴ Também no campo das artes o México se configurava como modelo e inspiração para a América Latina:

La pintura, la escultura, la poesía de México son las más vitales del continente. Las de otros pueblos hispano-americanos presentan, en algunos casos, individualidades y movimientos sugestivos y ejemplares; pero las de México tienen la fuerza vital del fenómeno orgánico y colectivo. Las distingue su savia popular, su impronta mexicana.²⁰⁵

A apreciação estética do socialista peruano valorizava justamente a capacidade de apreender e expressar os valores do novo tempo. Por isso, o México possuía as artes “mais vitais do continente”, afinal a sua Revolução já seria o prenúncio da nova época. Desta maneira, a riqueza da novela de Azuela, para Mariátegui, consistia em captar os movimentos da Revolução, ao relatar a história, os anseios e os episódios das pessoas simples, “los de abajo”:

La revolución está hecha de muchos episodios como el de *Los de abajo*, pero está hecha también y sobre todo, de un gran caudal de anhelos y de impulsos populares y, después de mucho estrellarse y desbordarse, se abrió el hondo cauce por el cual corre ahora. La guerrilla es un arroyo que baja de la sierra, para perderse a veces; la revolución, un gran río que confuso en sus orígenes, se ensancha y precisa en su amplio curso.²⁰⁶

A metáfora do rio, além de bela, é rica para sintetizar a expectativa de Mariátegui naquele momento. Já apontamos que Mariátegui reconhecia as dificuldades e os retrocessos do processo revolucionário mexicano. Ainda assim, ao contrário de Marof, o peruano apostava suas fichas no movimento de “precisão” do rio revolucionário. Ou seja, apesar da Revolução Mexicana não ser hegemonizada por setores de inspiração socialista, Mariátegui acreditava que a organização dos trabalhadores mexicanos conduziria o país ao socialismo.²⁰⁷ É curioso perceber que a *negação* mariateguiana do caráter

²⁰⁴ O maior representante da pintura muralista, de acordo com Mariátegui, foi Diego Rivera. A admiração pelo pintor mexicano era de tal ordem, que ele foi convidado a publicar um texto na Revista *Amauta* em que discutia os suas posições políticas e estéticas. RIVERA, Diego. Autobiografía sumaria, **Amauta**, Lima, ano 1, n.4, dez. 1926.

²⁰⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. “Los de Abajo” de Mariano Azuela. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.85. Para análise mais profunda da obra do escritor mexicano ver BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **Morte e vida da Revolução Mexicana: Los de Abajo de Mariano Azuela**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1996.

²⁰⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. “Los de Abajo” de Mariano Azuela. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.85

²⁰⁷ Cerca de seis meses após este artigo, por conta da morte de Obregón, Mariátegui refletiu sobre a

revolucionário da experiência mexicana não foi acompanhada de objeções à produção estética do México daquele período. Até o fim da vida, Mariátegui seguiu admirando os artistas que lhe inspiraram esperança nos anos de 1920.

As representações artísticas e intelectuais mexicanas admiradas por Mariátegui possuíam bastante prestígio no continente à época. Todavia, não escaparam à voracidade da crítica de Tristán Marof. O socialista boliviano, por exemplo, se esforçou por diminuir a originalidade da pintura revolucionária, ao considerar que no México sempre houve uma produção artística relevante. Assim, a incorporação dos temas da Revolução teria sido apenas mais um capítulo da brilhante história da pintura mexicana. Por isso, ao versar sobre Rivera e manter sua posição crítica, Marof se utilizou de um interessante estratagema. Ao separar o “homem” do “pintor”, ele conseguiu reconhecer a valia da obra pictórica, ao mesmo tempo em que criticava seu autor:

Cuando nos referimos a Diego Rivera, su oportunismo y su falta de solidaridad no hablan bien en favor suyo. Diego Rivera ha sabido explotar cuánto resorte ha podido en favor suyo; inclusive el político. A él se le ha rendido todo homenaje y amistad; él no supo rendirla a nadie. Egoísta siempre, negó favores a sus amigos pintores y a sus amigos políticos, aunque estos favores fueran de palabra o de estímulo. No supo mantenerse a la altura que lo había levantado su arte y su talento, y hoy goza de impopularidad aún en medio de aquellos que un tiempo le aplaudieron.²⁰⁸

Marof seguiu sua reflexão dizendo que no campo da literatura o quadro era um pouco diferente, pois eram dois os escritores dignos de nota: Mariano Azuela e Martín Luis Guzmán. Contudo, ao contrário de Mariátegui e Tenório e sem maiores discussões estéticas, Azuela não foi considerado o escritor mais importante da Revolução, mas sim Guzmán. O esforço crítico do boliviano não poupou sequer o historiador Jesus Silva Herzog – que havia lhe empregado no Instituto de Estudos Econômicos, em seu exílio mexicano:

Silva Herzog, sentimental y al servicio del gobierno contrarrevolucionario de Portes Gil, a su regreso de Rusia hizo declaraciones ligeras y bastante erradas sobre ese país. Hoy se

necessidade de líderes no processo revolucionário mexicano e assim escreveu: “En pueblos como los de América, que no han progresado políticamente lo bastante para que sus intereses se traduzcan netamente en partidos y programas, este factor personal juega todavía un rol decisivo.” MARIÁTEGUI, José Carlos. Obregón y la Revolución Mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.50.

²⁰⁸ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 104.

encuentra políticamente atado a los generales lo que nos demuestra que no solo es preciso inteligencia, sutilidad y anhelo revolucionario: es indispensable llevar en la cabeza un convencimiento ideológico formal. La pequeña burguesía debe estar controlada por un partido proletario si quiere hacer algo por la revolución social. Los demás son palabras y gestos.²⁰⁹

A passagem é importante, pois as críticas “bastante erradas” que Silva Herzog fez à URSS denotam a proximidade com os comunistas que o autor boliviano mantinha à época. É mais uma manifestação da insistente crítica sustentada por Marof em seu livro, segundo a qual o grande problema da Revolução Mexicana foi a ausência de uma definição ideológica. Sendo assim, os intelectuais esquerdistas não lograram construir uma hegemonia política de um discurso revolucionário de fato, pois ficaram reféns da centralidade do Estado e da imprensa capitalista movida pelo lucro.²¹⁰

As análises que os três autores empreenderam sobre a intelectualidade mexicana nos parecem centrais para comparar as posições de Tenório, Marof e Mariátegui, justamente porque eles foram intelectuais engajados em projetos de transformação político-social em seus respectivos países. A diversidade de posições acerca do cenário intelectual mexicano demonstra as especificidades do projeto anti-imperialista de cada um deles. Assim se percebemos, uma vez mais, as posições laudatórias de Tenório e as críticas de Marof, é importante apontar que o tema da intelectualidade talvez seja o único sobre o qual Mariátegui não mudou de opinião, na medida em que manteve sua admiração pela intelectualidade mexicana até seu falecimento precoce.

Outro tema fundamental para compreender as conexões entre o olhar que os três intelectuais mantinham do México e o projeto político-ideológico de seus respectivos espaços nacionais é, sem dúvida, a Igreja. Por isso, nosso próximo passo é observar como essa delicada questão foi abordada por nossos intelectuais.

²⁰⁹ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.123.

²¹⁰ “Difícil deslindar la posición intelectual de la política. Precursores intelectuales verdaderos no los ha habido en México. Algo más; durante el proceso revolucionario no se encuentra teoría revolucionaria concreta. Todo el mundo estaba de acuerdo solamente en un punto: destruir la dictadura. Se hablaba de socialismo, de liberalismo, de anarquismo, pero no se puede decir que el libro de Madero levantó a las masas ni que sus escritos tuvieron influencia. La revolución estaba madura cuando apareció Madero y escribió su libro.” MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.114

2.4 A oposição da Igreja

Um dos principais dilemas do Estado Mexicano emergido da guerra civil foi a sua relação com a Igreja Católica. Como vimos acima, a Igreja era, em fins do século XIX e início do XX, uma das maiores proprietárias de terra do país. Soma-se a isto, o fato de que o catolicismo era a religião com maior número de adeptos no México. Por essas razões, a Igreja possuía uma grande força política que sofreu profundos abalos em função da Guerra Civil da década de 1910.

Contudo, o anticlericalismo mexicano possuía raízes mais profundas do que a Revolução do século XX. Já no século XIX, os liberais – notadamente Benito Juarez e Miguel Lerdo de Tejada – tentaram enfrentar o poder político e econômico da Igreja efetivando a separação entre Igreja e Estado através das “Leis da Reforma” que versavam sobre o registro de nascimentos, o casamento (agora transformado em contrato), a liberdade de culto e até mesmo a nacionalização dos bens da Igreja. Apesar do fracasso liberal em enfraquecer economicamente a instituição católica, o anticlericalismo continuou como um dos vetores da vida política mexicana. Foi por isso que a Constituição promulgada em 1917 também continha vários elementos restritivos à Igreja, como por exemplo, a proibição de celebração de cerimônias em espaços públicos ou a exigência de que os padres não usassem batina fora do espaço privado de culto.

Entretanto, a instituição católica teve força o suficiente, nos primeiros anos do governo pós-guerra civil para impedir a implementação das leis de cunho anticlerical. Datam do governo Calles as primeiras tentativas de colocar estas leis em prática. A resistência à chamada “nacionalização do clero” por parte da Igreja e dos fiéis deu origem à *Guerra dos Cristeros* (1926-1929) que matou cerca de 80 mil pessoas. A resolução do conflito com a Igreja Católica foi um dos passos mais importantes na consolidação do Estado mexicano do período pós-guerra civil. Por isso, ater-nos-emos agora sobre as análises dos três intelectuais sobre a questão religiosa no México pós-revolucionário.

Oscar Tenório destacou a importância do enfrentamento com a Igreja, de modo que quase um terço do seu livro se presta a refletir sobre essa questão. A explicação para a atenção dedicada à instituição católica residia no fato de que muitos dos que “caluniavam” o México na imprensa brasileira eram católicos de direita como Alceu Amoroso Lima e Jackson Figueiredo.

O autor brasileiro argumentava que desde a época da colonização mexicana a Igreja havia, aos poucos, se tornado uma “aristocracia religiosa”, em função de seu poderio econômico e político, visto que à época da independência o patrimônio da Igreja era quase equivalente ao orçamento anual do Vice-reinado. Evidentemente, a hierarquia se fazia presente na partilha da riqueza. Dessa forma, os altos cargos eclesiásticos, espanhóis em sua maior parte, possuíam rendimentos muito superiores aos dos clérigos das posições inferiores, os quais em geral eram “criollos”.

Essa dicotomia é fundamental na narrativa de Tenório. É por meio dela que o autor explicava, por exemplo, o protagonismo de alguns padres, como Hidalgo, nos processos de independência. O baixo clero, pobre e sofrido, apoiou os movimentos de independência, enquanto o alto escalão da Igreja lutou pela manutenção de seus privilégios. Assim, essa dicotomia entre os diferentes escalões da Igreja teria sido uma constante na história do México:

Nas horas de maior amargura para o México, o clero nacional, esteve quase sempre ao lado dos grandes e redutores ideais pátrios, enquanto que o faustoso padre estrangeiro sempre se recusou a auxiliar o governo mexicano. Mesmo quando o inimigo externo, como hiena insaciável, avançava sobre o solo dos astecas, o religioso estrangeiro se recusava a auxiliar os ameaçados.²¹¹

Nos primeiros anos da República, a Igreja como instituição e os clérigos conservadores possuíam boa parte das terras mexicanas. Daí os pontos positivos que o autor brasileiro encontrou na Carta Constitucional de 1857, como: a separação absoluta da Igreja e do Estado, deixando a Igreja Católica como as demais religiões, submetida ao poder civil; nacionalização dos bens do clero; instrução pública de responsabilidade do Estado e de cunho laico e gratuito; exclusão do clero da vida política do país (não podiam votar e nem serem votados).

Contudo, como apontamos anteriormente, os liberais do XIX não foram fortes o suficiente para impor todas essas medidas. Assim, embora a Igreja tenha perdido muito de suas terras, durante o porfiriato ela ainda era uma instituição de bastante prestígio e influência social. Por isso, a luta dos revolucionários do XX seria uma continuidade da luta dos liberais do século anterior.

²¹¹ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.55.

Tratar-se-ia, pois, de “completar” a luta contra o poderio da Igreja. Após a desamortização dos bens do clero, ainda era necessário fazer valer diversas medidas da Constituição de 1917. Daí o esforço – na ótica de Tenório – empenhado na “nacionalização do clero”, que significaria a instituição do ensino laico e a equiparação da religião católica às outras religiões.

Por essa razão, o autor reiterou diversas vezes – sempre no intuito de desmentir os telégrafos e as empresas jornalísticas - que o principal intuito do governo mexicano não seria “matar a religião”, mas sim cumprir as determinações da Carta Magna sobre a laicização do Estado. A *Guerra dos Cristeros* (sequer citada pelo autor, curiosamente) estava acontecendo quando da redação dos “pequenos comentários” e as negociações para o fim do conflito só eram possíveis, segundo Tenório, pois uma parcela do clero havia entendido a proposta de Calles. Não à toa, tratava-se justamente da camada popular dos setores eclesiásticos:

Envolvida pelas rajadas revolucionárias, uma parte do clero nacional começou a simpatizar com a política de P. Elias Calles, respeitando a Constituição. Descontente com a atitude dos prelados mexicanos, o poder de Roma trovejou sobre as cabeças dos dissidentes as maldições divinas. Apesar disso, a “Iglesia Ortodoxa Catolica Apostolica Mexicana” reconhece a legalidade dos preceitos fundamentais do atual regime, pratica os atos do culto católico, predica os ensinamentos evangélicos, livre da fiscalização romana.²¹²

Se Oscar Tenório preconizava uma solução pacífica para os problemas da relação entre Estado e Igreja Católica no México, o mesmo não pode ser dito de Tristán Marof. O socialista boliviano, apesar de demonstrar uma relativa simpatia pela tonalidade anticlerical da Constituição de 1917, enxergava o enfrentamento à Igreja – representante dos resíduos de feudalidade que assombravam o México e o continente latino-americano – como tarefa fundamental para a Revolução, no México e no continente. Sua descrença no México se manifestou na constatação da insuficiência das ações governamentais de proibir manifestações religiosas nas ruas, o que demonstraria a indisposição do governo em resolver o problema pela sua raiz:

La Constitución de 1917 peca del mismo error liberal. Asienta sobre supuestas conquistas su predominio moral; hace gala de un jacobinismo un poco marchito y desusado ya. El pueblo mexicano bajo, no obstante, continúa tan fanático como en el siglo pasado, apegado a la tradición y

²¹² TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 55.

a sus ídolos. [...] El año 57 se olvidaron los liberales de alfabetizar a las masas mexicanas retardadas. Lo razonable después de 1917 habría sido crear una conciencia anticlerical, pero a base de propaganda de convicción y de completa sinceridad.²¹³

Outro fator de desconfiança apontado pelo socialista boliviano foram as discussões de bastidores – no meio dos embates acerca da reeleição de Álvaro Obregón - sobre a pacificação com a Igreja. O estabelecimento de acordos de bastidores foi uma das acusações mais recorrentes que o socialista boliviano empenhou contra o governo mexicano, pois essa prática possibilitava a manutenção de uma fraseologia revolucionária para justificar uma política conservadora.

Nesse sentido, o surgimento da figura do embaixador estadunidense como conciliador dos interesses do Vaticano e do governo mexicano, durante o governo Portes Gil, foi um evento bastante grave. Segundo Marof, o problema era de dupla ordem, pois além da disposição em negociar com os representantes da feudalidade no continente, a mediação seria realizada por um agente do imperialismo. Por isso, ele não se surpreenderia com o interesse de um país protestante querer o final do conflito entre o governo revolucionário e a Igreja. Afinal, a *Guerra dos Cristeros* atrapalhava os vastos planos do capitalismo estadunidense:

El gobierno mexicano cedió una parte de las posiciones conquistadas durante la revolución y accedió presionado por fuerzas importantes. Solamente para contentar a la opinión se buscó una fórmula diplomática hábil que *cediendo aparentase no ceder*. Esta fórmula fue encontrada en Roma de acuerdo con el embajador Morrow y algunos otros intermediarios. No obstante de esto, el hombre de la “revolución” el agente de Calles: Portes Gil, instrumento de todas transacciones, hizo, como de costumbre, declaraciones enfáticas a la prensa.²¹⁴

Mariátegui, por sua vez, entendia que não havia sido o Governo Calles que provocara a luta com a Igreja. Dessa forma, as motivações eclesiásticas diziam respeito mais a questões políticas do que propriamente religiosas, uma vez que os conservadores se utilizavam das questões religiosas para recuperar seu prestígio e seu poder:

Objetivamente considerado el conflicto religioso en México resulta, en verdad, un conflicto político. Contra el gobierno del General Calles, obligado a defender los principios de la Revolución insertados desde 1917 en la Constitución mexicana, más que el sentimiento católico se

²¹³ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 86.

²¹⁴ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 87.

revela, en este instante, el sentimiento conservador. Estamos asistiendo simplemente a una ofensiva de la Reacción. La clase conservadora terrateniente, desalojada del gobierno por un movimiento revolucionario cuyo programa se inspiraba en categóricas reivindicaciones sociales, no se conforma con su ostracismo del poder. Menos todavía se resigna a la continuación de una política que -aunque sea con atenuaciones y compromisos- actúa una serie de principios que atacan sus intereses y privilegios.²¹⁵

O desfecho da *Guerra dos Cristeros* foi um dos pontos responsáveis pela desilusão de Mariátegui com a experiência Mexicana. O socialista peruano enxergava que o acordo entre a Igreja Católica e o governo provisório de Portes Gil representou um avanço dos setores conservadores no cenário político mexicano. Nesse sentido, em função dos termos do acordo, na ótica de Mariátegui, Portes Gil, em troca da pacificação do *ejercito cristero*, iniciou a perseguição aos setores organizados da esquerda mexicana que caracterizou seu governo:

El gobierno de México ha pactado primero con el imperialismo, en seguida con el clero. No ha retrocedido ante el desarme violento de las mismas masas de campesinos que lo habían ayudado a destruir las tropas de los cabecillas reaccionarios. Ha fusilado a organizadores y líderes de estas masas como José Guadalupe Rodríguez. Persigue a los comunistas y a los agraristas, como cualquier fascismo balcánico. Una de las condiciones tácitas de paz con las derechas es la represión de la extrema izquierda. Podría decirse que el gobierno de Portes Gil ha batido la insurrección reaccionaria, para apropiarse en seguida de su programa.²¹⁶

Por fim, dada a importância e relevância do tema na obra dos intelectuais, é interessante assinalar as semelhanças e diferenças entre as perspectivas dos três intelectuais, tendo em vista que todos eles enxergavam a Igreja Católica como representante do atraso, da feudalidade e, por isso, precisava ser combatida. Vimos que os meios de combate e a disposição de diálogo variaram bastante.

Se Marof se posicionou contra qualquer forma de diálogo – até por considerar o anticlericalismo da Carta Magna de 1917 brando demais – com a instituição religiosa, Tenório se mostrava a favor do diálogo, desde que o poder religioso se subordinasse ao poder civil (“nacionalização do clero”). O apontamento é interessante se lembrarmos que

²¹⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. La reacción en México. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.43.

²¹⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. 'La Revolución Mexicana' por Luis Araquistáin. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.90.

o brasileiro escreve seu livro justamente com intuito de responder aos católicos brasileiros que “difamavam” o México e sua revolução na imprensa carioca. Mariátegui, por sua vez, não abordou os dilemas da relação Estado-Igreja de maneira sistemática. Fê-lo apenas quando constatou que os governantes do México privilegiaram a parceria com o clero em detrimento de estimular a organização das massas trabalhadoras rurais e urbanas. No próximo ponto, abordaremos as observações realizadas em torno de tema igualmente complexo, a questão agrária.

2.5 A questão agrária

As disputas em torno de terras foram característica fundamental do processo revolucionário mexicano, afinal seus maiores líderes – que até hoje perduram no imaginário da esquerda –, como Zapata e Villa, foram organizadores e líderes das lutas que objetivavam uma distribuição mais equitativa da terra.

Após a morte de Zapata (1919) e Villa (1923), as lutas pela terra foram absorvidas pelo Estado. Por isso, nos anos 1920, o movimento de redistribuição agrária foi marcado por idas e vindas, ainda que em termos de quantidade não se compare à radicalidade de Cárdenas na década seguinte. Justamente das oscilações no processo de distribuição de terras decorrem as divergências na avaliação que os autores fizeram da questão agrária na experiência revolucionária mexicana.

Nas primeiras análises sobre o México, José Carlos Mariátegui se mostrou bastante simpático à distribuição de terras realizada pelos governos de Obregón e Calles. O autor peruano entendia que a execução dos princípios de política social que constavam na Carta Magna de 1917 significava, então, a luta contra o “imperialismo ianque” e contras as forças conservadoras como ponto basilar na defesa da Revolução.

Em uma reflexão mais ampla, pautada mais em conceitos do que em números, ele reconheceu que Calles tinha como meta o desenvolvimento da pequena propriedade rural. Os *ejidos*, para Calles, seriam apenas uma transição temporária para o regime da pequena propriedade. Ou seja, a orientação de Calles era vista como liberal e, por isto, não correspondia ao ideal do autor peruano de assentar a economia do continente latino-americano sobre bases socialistas. Dentro do bloco de forças revolucionárias, a

distribuição de terras significou o ganho das classes trabalhadoras rurais. Lembremos que para o socialista peruano, nesse primeiro momento de sua análise, a Constituição de 1917 era vista como o programa revolucionário, por isso distribuir terras seria reconhecer o conteúdo classista do agrarismo mexicano, em função do choque com a grande propriedade.²¹⁷ Daí a admiração por Calles e Obregón que caracterizava as primeiras análises de Mariátegui sobre o México.

Contudo, depois da morte de Álvaro Obregón – visto como o “único” que possuía forças para unificar o bloco revolucionário – as disputas sobre a condução dos rumos do Estado se intensificaram. Foi nesse momento, que a análise de Mariátegui se apresentou de maneira menos simpática ao grupo de Sonora. Foi somente a partir da publicação, em meados de 1929, da resenha sobre o livro de “La Revolución Mexicana” por Luis Araquistáin²¹⁸, que suas reflexões sobre o assunto foram ponderadas a partir de números e estatísticas.

Mariátegui chegou à conclusão de que sua aposta na experiência mexicana tinha sido equivocada, em função da pouca terra efetivamente distribuída desde a promulgação da Constituição de 1917. As dificuldades na aliança entre operários e camponeses, além das divergências internas do bloco revolucionário comprometiam o futuro e o sucesso da Revolução. Nesse contexto, a análise da questão agrária – em termos numéricos – foi um dos principais fundamentos na ruptura de Mariátegui com a experiência revolucionária mexicana.

O livro de Araquistáin também foi fundamental para a crítica que Marof fez da política agrária do governo mexicano. Para o autor boliviano, a incapacidade das lideranças revolucionárias para resolverem a questão da educação e a da terra, significava que elas não possuíam um projeto para o indígena. Nesse sentido, sua crítica era muito mais áspera do que a de Mariátegui, já que a terra seria um dos grandes problemas da Revolução Mexicana. Daí sua disposição em se debruçar de maneira mais detida e sistemática sobre a questão agrária.

Embora o escritor boliviano reconheça que se trate de melhoria em relação à

²¹⁷ MARIÁTEGUI, José Carlos. Un libro de discursos y mensajes de Calles. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.97.

²¹⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. 'La Revolución Mexicana' por Luis Araquistáin. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971.

anterior condição servil dos indígenas, a opção pela distribuição de pequenas propriedades – e o autor não trata das particularidades dos *ejidos*²¹⁹ - foi duramente criticada por Marof em função de seu caráter liberal, ao contrário de Mariátegui em suas primeiras análises. O socialista boliviano continuou sua crítica destacando que, além da pouca terra efetivamente distribuída, agravava a situação a baixa produtividade dos campos mexicanos. Nesse sentido, mesmo as políticas de crédito agrícola não colaboraram para a melhoria da situação camponesa, pois os diretores dos Bancos priorizavam os grandes proprietários de terra, os quais em fins da década de 1920 eram nada menos que os líderes revolucionários. Ainda segundo Marof, os generais e membros da alta burocracia chegavam ao ponto de pegar grandes empréstimos, oferecendo como garantia o seu prestígio militar e político, como descoberto na ocasião da morte de Álvaro Obregón:

Sin embargo este programa [de crédito agrícola] de acción tuvo sus lagunas. Se ha acusado formalmente a los directores de los Bancos de favorecer líderes políticos; se ha notado desbarajuste en la administración de los fondos. Muchos generales de influencia, entre ellos el general Obregón, debían a uno de los Bancos hasta la suma de cinco millones de pesos sin más garantía que su prestigio militar. En cuanto a las “presas” no han comprobado su eficiencia hasta hoy. Seguramente México resolverá uno de sus problemas económicos: pelo la cuestión consiste en saber lo siguiente: ¿Qué clase de campesinos serán favorecidos? Si las presas han sido construidas para el bienestar de los capitalistas, no se ha resuelto el asunto. Ahora bien: ¿el campesino mexicano, primitivo y retardado, está en disposición de acomodarse al nuevo standard de vida, de trabajo y de producción que traerá consigo el aprovechamiento de las presas? Esta pregunta la debe responder la pequeña burguesía revolucionaria...²²⁰

Em meados da década de 1920, o México chegou a ser importador de milho, cereal fundamental na cultura alimentar do povo mexicano. A terrível situação agrícola do México demonstra, para Marof, a impossibilidade de resolvê-la com medidas liberais:

Solamente la tierra gratuita: el cultivo científico y cooperativo de los campos; la producción en grande escala; la educación revolucionaria de los campesinos, dueños y amos de su trabajo, puede resolver el problema agrario. Es decir, cuando esta clase en unión de los obreros tenga el poder en sus manos y lo arrebate por la fuerza de manos de la

²¹⁹ Um *ejido* é uma propriedade rural de uso coletivo. A propriedade do terreno é do Estado que concede-o ao uso dos particulares. Por não se tratar de um bem alienável, dificilmente poderíamos classificá-lo como um arranjo jurídico *liberal*.

²²⁰ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 38.

pequeña burguesía contrarrevolucionaria.²²¹

Dessa forma, de acordo com as críticas de Marof, a questão agrária, calcanhar de Aquiles da Revolução, além da burocratização e da corrupção, também demonstrava a disposição governamental em negociar – as terras foram expropriadas sob a lógica indenizatória - com a antiga casta de grandes proprietários de terra e com o imperialismo. Nesse sentido, o pagamento de indenizações – o autor citava que o governo pagava cerca de quatro vezes mais pelas terras de proprietários estrangeiros – representava a manutenção de privilégios antigos dentro de um novo governo. Fazendo as contas, o socialista boliviano chegou à conclusão de que seria necessário um bilhão de pesos mexicanos para realizar, dentro da lógica indenizatória, efetivamente a reforma agrária. O problema consistia em o governo conseguir esse dinheiro, afinal não seria cabível tomá-lo emprestado dos capitalistas donos de terra no México. Diante dessas dificuldades, o autor enunciava que:

No pensamos por eso que la cuestión agraria puede arreglarse definitivamente, menos en las actuales condiciones. El gobierno de Ortiz Rubio, como el de Portes Gil, se han concretado a emplear fraseología revolucionaria, engañando una vez más a los campesinos. La verdad es ésta: las cosas sociales no se resuelven por grados; las medias tintas empeoran el problema. Fatalmente el gobierno de la pequeña burguesía revolucionaria tenía que concluir en el “fascismo”, acosado por la situación económica.²²²

Nas conclusões do assunto, Marof sentenciava que a frágil situação econômica do México era outro fator que inviabilizava a lógica indenizatória para realizar a reforma agrária. O crescimento da dívida externa entre 1917 e 1927 foi de cinco vezes, forçando o governo a várias tentativas de renegociação. Após extensa análise dos números, o autor concluiu que em todos os casos os presidentes mexicanos se renderam às condições “leoninas” dos banqueiros estadunidenses. A “revolução nacionalista”, então, não havia sido capaz de sair da tutela estrangeira e tampouco de distribuir terras para os que lutaram na Guerra Civil, por isso, seu bem-estar econômico continuava suscetível às oscilações do grande capital internacional.

Oscar Tenório reconheceu a importância do tópico agrário – embora esse seja o menor capítulo do seu livro - em diversas passagens, especialmente quando refletia sobre

²²¹ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.56.

²²² MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 52.

a educação e sobre os méritos dos governos de Obregón e de Calles. A própria denominação “agrарismo educacional” utilizada para designar a política educacional de Obregón demonstra, como já apontamos, a proximidade com que o autor tratou das discussões sobre a terra e a educação.

Para o jurista brasileiro, a Revolução Mexicana foi agrarista, justamente porque a vida econômica nacional estava lastreada na agricultura, dado o estado incipiente da indústria em 1910. A divisão de terras significou a ruína dos grandes latifúndios, na medida em que eles foram divididos com a pequena-burguesia e com os camponeses.

Contudo, é importante destacar que Oscar Tenório, ao contrário dos intelectuais andinos, não partilhava da concepção bolchevique de findar a propriedade privada. Seu objetivo, no tocante à questão agrária, era o de regulamentar o acesso a ela. Nesse sentido, ele saudou com entusiasmo a possibilidade de compra de terras por estrangeiros prevista na Constituição de 1917. Dentre outras coisas, para adquirir terras mexicanas os proprietários estrangeiros tinham de renunciar à possibilidade de solicitar ajuda de seus governos em caso de conflito. Também estava vetada, por questões de segurança estratégica, a aquisição de terrenos a 100km das fronteiras e a 50km das praias.²²³ O objetivo, então, sequer seria o de abolir o capital internacional da produção agrícola mexicana, pois a perspectiva agrária do projeto de Tenório consistia na regulação e na subordinação do capital estrangeiro aos interesses nacionais.

Os três autores concordam que, ao lado da Igreja Católica, a classe dos latifundiários era o grande inimigo do processo revolucionário mexicano. Nesse sentido, eles não discutiram as particularidades dos *ejidos*, tratando-os como sinônimo de “pequena propriedade”, na acepção liberal do termo. Confluindo no diagnóstico, eles apostaram em diferentes soluções para o dilema agrário mexicano. Marof embasou suas objeções à política agrária do governo mexicano, criticando a quantidade de terra distribuída (pouca, em sua opinião), a lógica indenizatória das expropriações e os mecanismos de financiamento agrícola que, em sua perspectiva, favoreciam os grandes proprietários de terra (antigos generais da época da guerra civil). O otimismo de Mariátegui acerca da reforma agrária de Obregón e Calles deu lugar, em meados de 1929, a uma postura crítica que se fundamentou basicamente na quantidade de terras

²²³ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. pp. 169-177.

disponibilizadas aos camponeses. Oscar Tenório, por sua vez, foi um entusiasta da política agrária inaugurada por Obregón, a qual era indissociável de sua política educacional, daí a nomenclatura de “agrarismo educacional” adotada pelo autor brasileiro.

A dinâmica de distribuição de terras, no México, foi analisada pelos três autores basicamente a partir da perspectiva do Estado. Contudo, também é fundamental acompanhar as particularidades com que cada autor tratou as tensões da sociedade na sua relação com o Estado. Por isso, seguimos agora às reflexões que os três intelectuais empreenderam acerca da organização dos trabalhadores.

2.6 A organização dos trabalhadores

Nos anos 1920, a maior Central Sindical do continente latino-americano, a *Confederación Regional del Obrero Mexicano* (CROM), estava no México. No processo de consolidação do Estado pós-revolucionário, e a subsequente transposição dos conflitos da sociedade civil *para dentro* do Estado, o governo elencou a CROM como principal interlocutora no que tange às questões dos trabalhadores urbanos.

Não se trata, evidentemente, de dizer que os trabalhadores urbanos foram *manipulados* pelos governantes do México, mas sim de compreender as tensões e limitações que o estreito vínculo entre uma Central Sindical e um governo (ainda mais em um processo de estabilização após uma grande guerra civil). É a partir desta perspectiva que analisaremos as proposições dos três intelectuais acerca das questões, tensões e dilemas que permearam a organização dos trabalhadores urbanos.

Tristán Marof, em posição bastante crítica ao sindicalismo mexicano, apontou que o “confusionismo” ideológico também atingiu os trabalhadores urbanos. O pacto entre os líderes do maior e mais representativo sindicato da época - a CROM – com os governos de Obregón e Calles seria fruto da incapacidade de se aventurar de maneira independente no campo de batalha da política.

Estos postulados denuncian el hibridismo criollo de la ideología que padecen los corifeos del trade-unionismo mexicano. Reconocen la lucha de clases, pero conservan una concepción bastante peculiar de esta lucha, que en efecto es lucha frente al feudalismo y a la reacción caciquista, pero que se traduce en estrecha colaboración respecto a la

burguesía. El pensamiento de sus hombres dirigentes, antiguos obreros convertidos en funcionarios de un gobierno burgués y en burócratas del vasto aparato trade-unionista, no tiene nada que ver con el marxismo, ni con la concepción sinidicalista soreliana. Está cerca del reformismo lasalliano, pero mucho más cerca aún de la domesticidad puratana y racionalista de la Pan American Federation of Labour, a la que la CROM se halla adherida.²²⁴

As posições do proletariado seriam determinantes para o conjunto do processo revolucionário. A observação é bastante curiosa, levando-se em conta o caráter predominantemente rural e indígena que o México possuía à época. Não obstante, o socialista boliviano se insere, assim, na tradição marxista que costumou relevar, ou até mesmo negar, as potencialidades revolucionárias do campesinato. Sendo assim, o intelectual boliviano defendia que

el hogar del socialismo fue la urbe, hogar proletario, como el hogar del capitalismo fue el burgo. *El agro puede ser teñido o influenciado por el socialismo, pero no puede gestarlo ni construirlo.* Cualquier hombre honrado, cualquier caudillo demagogo, cualquier espíritu sincero, cualquier capitulero jacobino, poder predicar el socialismo, pero sólo el proletaria puede hacerlo. Él es el único que no tiene vínculos con la propiedad ni con el lucro capitalista.²²⁵

Para Marof, ao se abster de manter uma linha classista independente, o proletariado manteve fora da agenda a causa da revolução socialista. Essa foi a principal debilidade da experiência mexicana, na medida em que abriu espaço para a hegemonia da pequena-burguesia. A força do governo e da pequena-burguesia era de tal ordem que mesmo os intelectuais de orientação esquerdista não lograram qualquer participação efetiva no projeto revolucionário. Nunca é demais lembrar que o próprio escritor boliviano foi expulso do México, durante a onda de caça às bruxas que varreu o governo de Portes Gil, em função de sua proximidade com o Partido Comunista do México.

Ainda segundo Marof, a ausência de uma perspectiva autenticamente revolucionária abriu espaço para o caudilhismo aventureiro dos militares. A desconfiança dos militares, por parte do socialista boliviano, se devia ao fato de que na América Latina os militares sempre acabaram por “trair” o povo, ou para se perpetuar no poder, ou para entregar o poder às classes mais altas, a fim de garantir privilégios.

²²⁴ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 21.

²²⁵ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.22 (grifo nosso).

Enquanto Marof atribuiu à CROM um papel central no desenrolar do processo revolucionário mexicano, o mesmo não pode ser dito de Oscar Tenório. A ausência de reflexão sistemática sobre a organização dos trabalhadores demonstra o grau de protagonismo do Estado na obra do autor brasileiro. Nesse sentido, os trabalhadores pouco apareceram como sujeitos das transformações sociais em curso, mas sim como beneficiários da boa vontade dos governantes.

Contudo, ambos autores trataram a central sindical de maneira bastante homogeneizadora. Em sua única citação à CROM – e não deixa de ser sugestivo que ela esteja em parte tão avançada do livro –, o jurista brasileiro nos diz:

A poderosa “Confederacion Regional Obrera Mexicana” (CROM), verdadeiro exército de trabalhadores, e que constitui forte sustentáculo do poder civil, desde a primeira hora que se orienta em prestigiar a Revolução, com ideias e fatos apesar dos erros políticos de alguns de seus “leaders”.²²⁶

Os “erros políticos” de que nos fala a passagem referem-se à ambição, na ocasião das discussões sobre a possibilidade de Obregón retornar à cadeira presidencial, do principal líder da CROM à época, Luis Morones, em ser presidente do México. Nesse sentido, logo após essa citação, o autor continua e define a “verdadeira nação mexicana” como o “povo das fábricas e dos campos”²²⁷, o que nos permite compreender a ironia da palavra “leaders” grafada em inglês, já que a estratégia de Tenório consistia em acusar de cúmplice do imperialismo – daí a expressão em inglês – qualquer um que divergisse do grupo de Sonora.

José Carlos Mariátegui analisou esse mesmo dilema, mas de um ponto de vista bem mais amplo e sofisticado. Ao contrário de Marof e Tenório, ele se esforçou por compreender a CROM, e conseqüentemente suas relações com o governo, a partir da lógica interna da Central Sindical.

O socialista peruano apontou que dentro do bloco governista, quando de sua guinada conservadora, se desenvolvia uma tendência contra a central sindical – legitimada pelas acusações sofridas por Morones. É interessante observar que somente

²²⁶ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas conseqüências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.95.

²²⁷ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas conseqüências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.95.

após detectar o conflito do governo com o setor organizado dos trabalhadores, foi que Mariátegui citou nominalmente, embora subentendida todo o tempo, a participação da pequena-burguesia no pacto de estabilização do regime, que agora era caracterizada como “estritamente reformista”.²²⁸ E acrescentava:

Podía seguirse usando contra los ataques reaccionarios, una fraseología radical, destinada a mantener vivo el entusiasmo de las masas. Pero todo radicalismo debía, en realidad, ser sacrificado a una política normalizadora, reconstructiva. Las conquistas de la Revolución no podían ser consolidadas sino a este precio.²²⁹

É neste quadro que o socialista peruano depositava sua esperança de que o rio revolucionário – numa metáfora de que há pouco fizemos uso – precisasse seu curso. Contudo, as ações de Portes Gil, já em 1929, contra os setores organizados da classe trabalhadora foi outro dos fatores que o fizeram refletir sobre suas apostas na Revolução Mexicana. Antes de prosseguir com as reflexões de Mariátegui é preciso anotar que depois do assassinato de Obregón, no processo de sucessão de Calles, o socialista se posicionou a favor de Calles e do então líder da CROM, Luis Morones, no processo eleitoral. Mas não o fez por “uma falta de conhecimento mais profundo sobre a situação mexicana”²³⁰, como acusam alguns intérpretes de sua obra.

Já apontamos que Mariátegui buscava ler a situação do México com vistas a pensar a situação política peruana. cremos que é neste sentido que devemos compreender o apoio do socialista peruano à CROM. Afinal a tarefa fundamental que Mariátegui se outorgou era a de organizar a classe trabalhadora peruana, por isto, não deveria causar espanto o apoio a um sindicato de números tão notáveis.²³¹ No conflito entre governo e

²²⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.55.

²²⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.56-7.

²³⁰ PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. **Margem Esquerda**. São Paulo, n.15, 2010. p.128.

²³¹ “En 1926, sus adherentes que, en el Congreso de Saltillo no habían sumado sino 7.000, ascendían sólo a 5.000. Todo el proceso de desarrollo de la CROM, se ha cumplido bajo los gobiernos de Obregón y Calles, a los cuales sostenía, a la vez que recibía las garantías indispensables para su trabajo de organización de las masas obreras y campesinas dentro de sus cuadros. En el momento de su máxima movilización, la CROM calculaba sus efectivos en dos millones de afiliados. Su función política -a pesar de su representación en el gobierno- no estaba en relación con su fuerza social. Pero no le habría sido posible constituir y acrecentar ésta, en tan poco tiempo, sin el concurso de una situación Excepcional, como la de México y su gobierno después de largos años de victoriosa agitación revolucionaria.” MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.57.

organização sindical, o socialista peruano se colocou ao lado da organização dos trabalhadores e se distanciou do governo: “Lo que este Estado tenía de socialista consistía en su base política obrera. Por moderada que fuese su política, la CROM como organización de clase, tenía que acentuar día a día su programa de socialización de la riqueza”.²³²

O pensador andino assinalava que a CROM não cumprira satisfatoriamente seu papel de imprimir um caráter classista à Revolução, chegando a classificá-la de “evolucionista” e “reformista”,²³³ adjetivos que, à época eram os utilizados para desqualificar os partidários da II Internacional. Portanto, sem um projeto operário de tomar o poder, o que o operariado acabou por fazer foi colaborar com o desenvolvimento do capitalismo, já que, nas palavras do pensador andino: “El Estado Mexicano no era, ni en la teoría ni en la práctica, un Estado socialista. La Revolución había respetado los principios y las formas del capitalismo”.²³⁴

Curiosamente, mesmo com toda a sofisticação na reflexão (no sentido de, por exemplo, buscar analisar a separação entre a base e a direção da CROM), o jornalista peruano chegou a conclusões muito parecidas com as do seu colega boliviano. Evidentemente, ambas bastante distintas das posições do brasileiro Oscar Tenório, que defendia abertamente a necessidade da colaboração de classes. O pessimismo com a organização dos trabalhadores marcou a análise tardia de Mariátegui em termos muito próximos das de Marof, pois ambos julgavam que a classe trabalhadora não havia sido capaz de deter a ascensão conservadora que caracterizou o governo Portes Gil. A incapacidade do proletariado imprimir a tonalidade socialista à Revolução e a moderação dos governos surgidos no pós-constituição (o que vale dizer Carranza, Obregón, Calles e Portes Gil) haviam fortalecido os setores da direita mexicana, de modo que a bandeira da contrarrevolução estava alçada com uma roupagem revolucionária. A transformação de Mariátegui estava completa, restava mais dúvida, apenas decepções.

Por fim, é importante ressaltar que o olhar dos três intelectuais sobre as questões

²³² MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.57-8.

²³³ MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.58.

²³⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.57.

dos trabalhadores se restringiu à cidade. O olhar e a perspectiva urbana dos autores não abordaram os dilemas das organizações e os problemas dos trabalhadores do campo. Por isso, podemos dizer que para eles, as relações da sociedade civil com o Estado são uma variável fundamental para compreender e avaliar a dinâmica da Revolução Mexicana. Como veremos a seguir, um passo fundamental dessa avaliação foi a caracterização da experiência mexicana a partir dos parâmetros dos debates sobre a *natureza da revolução* que ocorriam na América Latina dos anos 1920.

2.7 Anti-imperialismo e a natureza da Revolução

Dentro dos debates sobre a *natureza da revolução* na América Latina dos anos 1920, conforme apontamos no primeiro capítulo, o marxismo ocupou uma posição de parâmetro das discussões dentro da esquerda. Tratava-se, mesmo no restrito âmbito da esquerda, de negá-lo ou afirmá-lo em sua validade para o nosso continente. Nesse sentido, as divergências existentes nesse amplo quadro se pautavam em duas questões primordiais.

A primeira delas era a articulação entre a luta socialista e a luta anti-imperialista (daí a necessidade de observar as reflexões das relações com os Estados Unidos). O segundo ponto era a relação entre proletariado e campesinato (principalmente no tocante às discussões sobre o protagonismo revolucionário).

Nas análises que os nossos intelectuais realizaram sobre a Revolução Mexicana, encontramos diversas posições sobre a caracterização da Revolução. Em uma das extremidades temos Tristán Marof que, com suas reiteradas críticas ao governo mexicano, defendia que a experiência mexicana pouco tinha de caráter anti-imperialista, e menos ainda socialista, justamente em função da ausência do protagonismo proletário.

Nesse sentido, as posições de Marof em relação aos governos de Obregón e Calles foram bastante críticas. Segundo ele, a distância entre a fraseologia revolucionária e a prática política podia ser muito bem percebida na incapacidade do governo mexicano em sustentar a nacionalização do petróleo, indicada no artigo 27 da Constituição de 1917. Assim, a nacionalização não responderia apenas a uma demanda econômica, mas sim política na medida em que a intromissão – financiando líderes e exércitos revolucionários - das companhias petrolíferas estadunidenses na política mexicana desde os tempos de

Madero seria conhecida de todos.

A radicalidade das posições do socialista boliviano – também no campo da política externa – tinha como pressuposto a inviabilidade de qualquer negociação com os governos e empresas “imperialistas”. Para Marof, a incapacidade enfrentar os governo dos Estados Unidos, no campo diplomático, e as companhias de petróleo, no campo econômico, fez com que o governo mexicano, tal como nos casos de negociação com a Igreja e com os latifundiários, adotasse uma fórmula diplomática que seria a tônica do período: “ceder sem parecer estar cedendo”. A fraseologia revolucionária repousava, então, em uma prática de conciliação com os “inimigos”, na medida em que as cessões realizadas nos bastidores – e em acordos secretos – eram muitas vezes apresentadas ao público como vitórias e conquistas.

Diante do exposto, a única solução possível e desejável seria a absoluta independência de classe do proletariado. Daí a consonância com as teses do VI Congresso da Internacional Comunista que, em função da crise terminal do capitalismo, rechaçava qualquer possibilidade de aliança do proletariado com diferentes classes sociais. Em um dos raros momentos em que o autor enunciou suas preferências políticas (e não deixa de ser curioso que ele não tenha sido um dos fundadores do Partido Comunista na Bolívia), Tristán Marof sentenciava:

Lo evidente es esto: el único partido que puede conducir a las masas hasta el triunfo final, sin compromisos con la burguesía y sin transacciones con el imperialismo, *es el partido comunista*, compuesto de todos los proletarios de la ciudad y del campo. La pequeña burguesía intelectual y la pequeña burguesía industrial pauperizada deben someterse al proletariado y aceptar su programa revolucionario. No hay otro camino. No existe la posibilidad de organizar una economía propia ni encerrarse en un nacionalismo estrecho.²³⁵

Eis as razões do fracasso e as debilidades do processo revolucionário ocorrido no México para o escritor boliviano. A incapacidade dos comunistas em estabelecer uma hegemonia foi o que determinou a “confusão ideológica” que acabou por abrir o espaço necessário para que caudilhos oportunistas liderassem a Revolução. Afinal, não haveria outro caminho para as massas oprimidas e exploradas na América Latina que não fosse o comunismo. Por isso, a “revolução nacionalista”, então, não foi capaz de sair da tutela estrangeira, na medida em que seu bem-estar econômico continuava atrelado ao ritmo do

²³⁵ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.146. (grifo nosso)

grande capital internacional. A Revolução Mexicana, então, seria apenas mais um momento da história do país em que as oligarquias se alternaram no poder.

No outro extremo, temos Oscar Tenório em cujo título do livro percebemos a separação entre “revolução” e suas “consequências”, o que dá a entender que a Revolução, em si, já havia acabado e que a obra do governo pós-revolucionário foi tão importante quanto os eventos da época da guerra civil. Nesse sentido, a confiança no grupo de Sonora como real condutor do processo revolucionário transparece nas análises que o autor fez sobre as questões do capital estrangeiro e das companhias de petróleo. Nas polêmicas entre os governos americano e mexicano, em função do artigo 27 da Constituição – o qual nacionalizava o subsolo e seus bens minerais - o jurista brasileiro foi bastante elogioso no que tange à atuação de Calles no assunto, afinal o problema residia no fato das companhias petrolíferas não quererem ser fiscalizadas pelo governo revolucionário:

Dentro do princípio de manter a autonomia mexicana e garantir a soberania nacional, Calles fomenta a prosperidade do país e procurar levar ao estrangeiro a confiança na Revolução. Antes de expandir o regulamento do artigo 27, relativo ao petróleo, o Governo Federal quis ouvir os interessados em suas sugestões e desejos. Depois de apreciar todos os pedidos, o poder competente aprovou o Regulamento [...].²³⁶

Ou seja, não se trataria de eliminar o capital estrangeiro da economia, mas sim de *regulá-lo e subordiná-lo* às leis nacionais. Tenório, então, se afasta radicalmente de qualquer proposta revolucionária que questione o capitalismo. Defendendo a perspectiva do governo mexicano de negociar com as empresas petrolíferas, ele dizia que “o artigo 27 não tem nada de bolchevizante, está fundamentado no próprio regime econômico atual e representa uma série de limitações ao direito de propriedade feita apenas em nome do interesse do Estado”.²³⁷

A resposta política de Tenório para a questão do imperialismo consistia no fortalecimento do Estado. Em consonância com o projeto aprista do peruano Victor Raúl Haya de la Torre, para quem o protagonista das transformações sociais seria o Estado, o autor brasileiro defendia que as medidas mexicanas deveriam se espalhar por todo o

²³⁶ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. pp. 197-8.

²³⁷ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.179.

continente. Para realizar tais tarefas, os condutores da Revolução precisariam enfrentar os interesses mais retrógrados do continente, os latifundiários e o imperialismo. Daí o caráter anti-imperialista, ou um *nacionalismo de esquerda*, que Oscar Tenório imprimiu aos acontecimentos no México.

Como apontamos anteriormente, a apreciação de José Carlos Mariátegui acerca da experiência mexicana se transformou ao longo de sua trajetória intelectual. Se no seu primeiro momento ele manteve a esperança de que a Revolução Mexicana se tornaria socialista, justamente pelo acúmulo das forças proletárias e camponesas que ocorriam sob os governos de Obregón e Calles, no final da sua vida ele se mostrou bem crítico aos rumos da experiência mexicana.

Analizamos extensivamente – especialmente quando discorremos sobre as análises que o socialista peruano fez da questão agrária, dos embates com a Igreja e da organização dos trabalhadores - os motivos que levaram Mariátegui a encarar o México como experiência positiva para os socialistas latino-americanos. É importante destacar que nesse primeiro momento da análise, ele em nenhum momento estabeleceu o caráter socialista do Estado mexicano, afinal tratava-se de uma aposta, segundo a qual o espaço proporcionado pela maior participação dos setores populares no Estado possibilitaria uma maior auto-organização dos trabalhadores e, assim, o socialismo. Com efeito, apenas no processo de negação da experiência revolucionária mexicana que o socialista peruano estabeleceu uma conceituação sobre o caráter da Revolução no México. O processo político vivido pelos mexicanos desde 1910 seria, na verdade, uma Revolução Democrático-Burguesa:

“Contra lo que se ha dicho tantas veces –apunta [Arquistáin] – la Revolución Mexicana no es socialista. No intenta crear, como en Rusia, una propiedad agraria común, sino una propiedad individual, como en Francia”. La Revolución Mexicana se clasifica históricamente como una revolución democrático-burguesa que, atacando el latifundio, por su inmovilidad feudal, en virtud de las leyes del crecimiento capitalista y de la necesidad política de apoyarse en las reivindicaciones de las masas, mantiene intacto el principio de la propiedad privada. “En última instancia -dice Araquistáin- la Revolución Mexicana se ha limitado a suprimir ese concepto básico de la propiedad absoluta y a sustituirlo con otro concepto más moderno: que toda forma de propiedad es sólo legítima como servicio, como función social, y que si un propietario no sabe cumplir con esa función, la sociedad, por el instrumento del Estado, tiene el derecho y aun el deber de desposeerle y traspasar la

propiedad a un propietario más competente o más probo”.²³⁸

Também é interessante observar que a pequena-burguesia só apareceu nominalmente, embora todo o tempo subentendida, nos textos de Mariátegui, após sua desilusão com o processo mexicano. A partir de então, no âmago das disputas que ocorriam dentro do bloco governista, o autor peruano se demonstrou muito desconfiado em relação à pequena-burguesia, pois pensava que ela poderia cercear os intelectuais e militantes da esquerda revolucionária em troca do apoio dos setores mais conservadores. Foi essa tendência de recrudescimento do regime mexicano que fez Mariátegui apoiar a candidatura de Vasconcelos, quando de sua cisão com o regime de Calles.

Mariátegui acreditava que uma eventual vitória de Vasconcelos traria um período de estabilização liberal e abertura política ao México. A tolerância política possibilitaria que os setores independentes do governo, como os comunistas, fizessem seu trabalho político na legalidade e com alguma tranquilidade. A legalidade estaria garantida, pois os interesses capitalistas e conservadores estavam prontos para aceitar um programa como o de Vasconcelos, ou seja, de pacificação e restauração da ordem.

Naquele momento, o imperativo era desalojar do poder uma pequena-burguesia que tendia ao fascismo e que havia abandonado seus compromissos históricos com a Revolução.²³⁹ Entretanto, ainda segundo Mariátegui, força da pequena-burguesia e a dubiedade do regime revolucionário podiam ser constatadas no estabelecimento do Código de Trabalho que, ao regulamentar o artigo 27 da Constituição de 1917, acabou através de astúcias jurídicas por favorecer os interesses capitalistas. Outro grave problema enfrentado pelo México foi a capitulação ante as petroleiras, ou seja, uma aproximação dos setores imperialistas ianques desfez qualquer ilusão de um “Estado anti-imperialista”.²⁴⁰

²³⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. 'La Revolución Mexicana' por Luis Araquistain. In: _____. **Temas de Nuestra América**, Lima: Editora Amauta, 1971. p.91.

²³⁹ “Los intereses capitalistas y conservadores sedimentados y sólidos están prontos a suscribir, en todos los países, este programa. Económica, social, políticamente, es un programa capitalista. Pero desde que la pequeña burguesía y la nueva burguesía tienden al fascismo y reprimen violentamente el movimiento proletario, las masas revolucionarias no tienen por qué preferir su permanencia en el poder. Tienen, más bien, que -sin hacerse ninguna ilusión respecto de un cambio del cual ellas mismas no sean autoras- contribuir a la liquidación de un régimen que ha abandonado sus principios y faltado a sus compromisos.” MARIÁTEGUI, José Carlos. La lucha eleccionaria en México. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.65.

²⁴⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. 'La Revolución Mexicana' por Luis Araquistain. In: _____. **Temas de**

Essa desilusão com a pequena-burguesia também esteve presente na já citada análise do estudo de Froylán C. Manjarrez, deputado da Constituinte em 1917, aparecido na revista *Crisol*. Em seu testamento político, Mariátegui não enxergava com simpatia tentativa do deputado mexicano de colocar a questão nacional acima da questão de classe e por isto declarou:

Lejos de todo finalismo y de todo determinismo, los fascistas se atribuyen en Italia la función de crear, precisamente, este tipo de Estado nacional y unitario. El Estado de clase es condenado en nombre del Estado superior a los intereses de las clases, conciliador y árbitro, según los casos, de esos intereses.²⁴¹

O escritor peruano se distanciou, então, de maneira veemente daqueles que enxergavam no México uma esperança tácita de que a sua Revolução proporcionaria à América Latina o padrão e o método da revolução socialista sem um mínimo de teorização “europeizante”. A esperança do “rio revolucionário precisar o seu curso” já não existia mais, pois a tese do “Estado regulador” surgiu justamente da falta de definição ideológica da Revolução. A aposta na precisão do rio revolucionário deu lugar à completa *negação* da Revolução Mexicana enquanto modelo revolucionário. Contudo, para Mariátegui, pelo menos a experiência mexicana trouxe uma valiosa lição, a de que o socialismo só poderia ser alcançado por um partido de classe, ou seja, só poderia ser resultado de uma teoria e uma prática socialistas.²⁴²

Em suma, as diferentes caracterizações da natureza da Revolução Mexicana, como discutiremos de maneira mais detalhada no próximo capítulo, estão diretamente relacionadas com os projetos políticos e as concepções ideológicas que os autores defendiam para os seus respectivos espaços nacionais.

3. Breves comparações: notas sobre as leituras da Revolução Mexicana

No quadro que buscamos esboçar podemos notar três tonalidades que permeiam a atitude dos intelectuais ante o governo pós-revolucionário no México dos anos 1920. O

Nuestra América, Lima: Editora Amauta, 1971. pp.90-1.

²⁴¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**, Lima: Editora Amauta, 1971. p.67.

²⁴² MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**, Lima: Editora Amauta, 1971. p.69.

brasileiro Oscar Tenório pode ser alocado em um extremo, em função de sua preocupação constante em legitimar o governo do grupo de Sonora como representante da Revolução. No outro extremo temos o boliviano Tristán Marof que foi bastante crítico aos rumos do Estado emergido da Guerra Civil. Entre os dois, temos o peruano José Carlos Mariátegui que mudou radicalmente sua posição, indo da simpatia à negação.

Para além das diferenças, é importante apontar as semelhanças nas interpretações acerca do México. Um primeiro elemento comum às três análises é a *abordagem do índio e do campesinato*. Nas três leituras a questão étnica não foi tratada em sua particularidade. Os problemas dos povos originários parecem ser limitados à inclusão socioeconômica, ou seja, trata-se de transformar o índio em “cidadão”, ainda que isto signifique a perda de toda sua identidade e herança cultural. Ainda que Zapata seja citado algumas poucas vezes, críticas em sua maioria, é digno de nota que nas discussões sobre as organizações sindicais, só tenhamos encontrados referências à CROM, uma central sindical urbana. O olhar urbano que marcou a perspectiva dos autores não concebia o campesinato indígena como *sujeito revolucionário* e, por isso, a solução dos problemas desse setor residiria necessariamente na tutela do Estado.

Dessa forma, a *centralidade do Estado* foi outro ponto comum às narrativas dos três autores. A prioridade conferida aos dilemas enfrentados pelo Estado emergido do violento processo de Guerra Civil da década de 1910 pode ser explicada pelo fato de os autores buscarem analisar uma “revolução vencedora” – ao menos no sentido de que o governo estava nas mãos do grupo que venceu a guerra civil – para pensar os seus próprios espaços nacionais. Por isso, não devem surpreender as “ausências” dos “personagens centrais” como Zapata e Villa. Portanto, se a Revolução Mexicana foi uma “inspiração” para a reflexão dos nossos intelectuais, nada mais compreensível que o interesse repousasse sobre os dilemas políticos enfrentados pelos seus contemporâneos (todos eles publicaram suas reflexões após a morte de Zapata e Villa).²⁴³

Já as diferenças nas leituras residem justamente no peso atribuído ao protagonismo (ou a sua ausência) das classes trabalhadoras, principalmente as urbanas, no processo

²⁴³ Sobre os escritos do jornalista peruano, Pericás escreve: “O primeiro ponto a se notar nos escritos de Mariátegui sobre o assunto são os ‘silêncios’, as ‘ausências’. Em etapa madura, praticamente deixará de lado, sem lhes dar a devida atenção ou protagonismo, personagens centrais como Zapata e Villa, por exemplo.” PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.15, 2010. p.115.

revolucionário mexicano. Todavia, é fundamental perceber que há diferenças nos projetos de Marof e Mariátegui. Enquanto Marof encarou todo o processo da Guerra Civil e a estabilização do Estado pós-revolucionário como uma mera troca de oligarcas, Mariátegui entendia, mesmo em sua fase mais crítica, que o México havia passado por uma ruptura – e não à toa ele caracterizou os fenômenos como uma “Revolução”, ainda que “democrático-burguesa”. Oscar Tenório, por sua vez, ao defender o governo – atribuindo-o virtudes liberais – se afastou de qualquer posicionamento político que buscasse o fim do capitalismo.

De maneira geral, as divergências nas análises demonstram tanto a complexidade do tema – a Revolução Mexicana - analisado pelos nossos autores, quanto a pluralidade de posições políticas que existiam entre os que, nos anos 1920, buscavam derrubar a “velha ordem” de nosso continente. Por fim, a partir do acima exposto nos parece fundamental compreender em que medida a Revolução Mexicana se configurou em um modelo do paradigma de ação política para os intelectuais em seus respectivos espaços nacionais. Daí nossa opção em refletir acerca do “exemplo mexicano” no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - O EXEMPLO MEXICANO E IDEIAS DE REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

As leituras que Oscar Tenório, José Carlos Mariátegui e Tristán Marof realizaram sobre a Revolução Mexicana foram densas e complexas, como demonstramos no capítulo anterior. Até aqui, podemos perceber que os dilemas do Estado Mexicano do pós-guerra civil foram tratados de maneira preferencial. A *centralidade do Estado* nas análises dos intelectuais pode ser explicada pelo fato de que os autores buscavam analisar uma “revolução vencedora” – ao menos no sentido de que o governo mexicano estava nas mãos do grupo que venceu a guerra civil – para pensar os seus próprios espaços nacionais.

O privilégio dado ao lugar do Estado, ainda mais quando temos em conta o fato de que as interpretações foram (quase) realizadas *pari passu* aos eventos descritos, nos levou a indagar se os autores não estariam olhando o México também para pensar as realidades de seus respectivos países. Daí o interesse em observar que os três autores encerraram suas reflexões realizando uma apreciação da Revolução Mexicana enquanto exemplo a ser seguido ou negado.²⁴⁴

Evidentemente, reconhecer a intencionalidade política das análises de Tenório, Mariátegui e Marof não significa desqualificar suas leituras. Trata-se de compreendê-las em sua racionalidade interna, ressaltando as implicações históricas que essas interpretações tiveram, tanto na elaboração político-intelectual dos nossos autores, como na difusão das ideias da Revolução Mexicana pelo continente latino-americano.

Compreender os processos de difusão da experiência revolucionária do México pelo continente escapa, em muito, aos limites do nosso trabalho. Contudo, nos parece fundamental compreender como o sentido que cada um dos três pensadores atribuiu ao processo revolucionário mexicano se relacionou com as respostas dadas aos dilemas políticos e intelectuais no âmbito de seus países de origem.

²⁴⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. TENÓRIO, Oscar. Palavras finais In: _____. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. MAROF, Tristán. El ejemplo mexicano. In: _____. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934.

1. O exemplo mexicano

Já demonstramos que a questão mais importante presente nas avaliações da experiência mexicana realizadas pelos três intelectuais foi, sem dúvida, a do “programa revolucionário”. Partindo das distintas caracterizações que os autores fizeram da experiência mexicana, podemos acompanhar as reflexões dos três intelectuais sobre a validade ou não da via revolucionária mexicana para os outros países da América Latina.

Podemos, então, expor um quadro sobre os veredictos dos autores ante o processo revolucionário mexicano. Oscar Tenório, dos três intelectuais que abordamos no presente trabalho, foi, sem dúvida, o mais simpático ao caminho que o México pós-guerra civil trilhou. Como apontamos anteriormente, o próprio título do livro – “Pequenos Comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências” – sugere uma separação entre uma “fase revolucionária” – já findada – e uma “fase de consolidação” – ou seja, suas “consequências”. A observação é pertinente, na medida em que ela permite constatar que, para Tenório, o grupo de Sonora (Obregón e Calles, notadamente) prosseguiu (e desenvolveu) os preceitos revolucionários que impulsionaram a guerra civil da década de 1910.

Inicialmente, Mariátegui compartilhou do otimismo de Tenório. A confiança na condução dos rumos da Revolução era de tal ordem que, mesmo discordando dos “excessos” da política anticlerical callista baseada em uma “desgastada fórmula liberal.”, o socialista peruano declarava, em 1926:

el laicismo en México -aunque subsistan en muchos hombres del régimen residuos de una mentalidad radicaloide y anticlerical- no tiene ya el mismo sentido que en los viejos Estados burgueses. Las formas políticas y sociales vigentes en México no representan una estación del liberalismo sino del socialismo. Cuando el proceso de la Revolución se haya cumplido plenamente, el Estado mexicano no se llamará neutral y laico sino socialista. Y entonces no será posible considerarlo anti-religioso. Pues el socialismo es, también, una religión, una mística. Y esta gran palabra religión, que seguirá gravitando en la historia humana con la misma fuerza de siempre, no debe ser confundida con la palabra Iglesia.²⁴⁵

²⁴⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. La reacción en México. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp. 45-6.

A presença da temática religiosa no marxismo de Mariátegui é tema complexo que escapa aos limites do presente trabalho. Contudo, se faz imperativo anotar a força da passagem em questão, na medida em que podemos perceber a sofisticação, e a fluidez, com que o autor trabalha a ideia de “etapas” da revolução (democrático-burguesa ou socialista, por exemplo). O socialista andino concebia a Revolução como um *processo*, com avanços e retrocessos. Daí sua fé na perspectiva de que políticas de intenções liberais pudessem ser a base do socialismo. É justamente isso o que explica a opção inicial de admiração pela Revolução Mexicana, pois como ele dizia: “a experiência mexicana é um exemplo perigoso para os que se mantêm dentro da doutrina liberal”.²⁴⁶

Nesse sentido – utilizando-nos de uma expressão muito importante para Mariátegui – podemos pensar que o autor peruano no primeiro momento de sua análise elevou a experiência mexicana à condição de *mito*. O socialista peruano possui uma reflexão extensa e fragmentada sobre esse assunto, que lhe era muito caro. Para efeitos do nosso trabalho podemos dizer que *mito*, para Mariátegui, é aquilo que *mobiliza, inspira, cria sentido* (e sentido aqui, no caso, para a incipiente luta revolucionária e socialista no Peru dos 1920).²⁴⁷ O processo de *mitificação* da Revolução Mexicana significou, então, o estabelecimento de um *modelo revolucionário*, principalmente em função da aliança operária-camponesa estabelecida dentro do bloco governista e revolucionário e que, sempre segundo Mariátegui, seria a base do socialismo mexicano.

Tristán Marof, por outro lado, não foi tão otimista em suas interpretações. Suas críticas às supostas diferenças entre a “fraseologia revolucionária” e a prática política dos governantes mexicanos dos anos 1920 encontraram paralelo apenas no segundo momento

²⁴⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 69.

²⁴⁷ “Para os antropólogos e historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado (“Naquele tempo...”, “Era uma vez...”), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social. ‘O mito’, escreve Mircea Eliade, ‘conta uma história sagrada; relata um acontecimento que teve lugar no tempo imemorial, o tempo fabuloso dos começos. Em outras palavras, o mito conta como uma realidade chegou à existência, quer seja a realidade total, o cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição...’ Para outros, em compensação, a noção de mito permanece confundida com a de mistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem, o mito altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico; interpõe-se como uma tela entre a verdade dos fatos e as exigências do conhecimento. Para outros, enfim, leitores de Georges Sorel e das *Réflexions sur la violence*, o mito é essencialmente apreendido em sua função de animação criadora: “conjunto ligado de imagens motrizes”; segundo a própria fórmula de Sorel, ele é apelo ao movimento, incitação à ação e aparece em definitivo como um estimulador de energias de excepcional potência.” In: GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.p.12-3.

da análise de Mariátegui. Também é fundamental destacar que os autores socialistas coincidiam (e novamente a ressalva sobre os primeiros escritos de Mariátegui é pertinente) em caracterizar a experiência revolucionária mexicana como “democrático-burguesa”.²⁴⁸ Outro ponto comum entre as análises de Marof e Mariátegui repousou na “traição” de Portes Gil – com a imagem do 9 Termidor – e a avaliação de que o fechamento político de seu governo possuía tonalidades fascistas.

Àquela altura, é importante dizer, que dentro do movimento comunista as concepções etapistas – tipicamente stalinistas - ainda não eram absolutas como se tornariam na década de 1930. Não é nosso intuito adentrar os debates sobre a consolidação das posições stalinistas no continente, o que nos importa aqui é constatar que Marof e Mariátegui utilizaram-se da nomenclatura “democrático-burguesa” para desqualificar a experiência mexicana, em função do protagonismo da pequena-burguesia (bem ao contrário da teoria stalinista da Revolução por etapas que enxergava como “necessária” a fase “democrático-burguesa” protagonizada pela burguesia nacional e pela pequena-burguesia) e da ausência de uma posição autenticamente socialista no seio revolucionário mexicano.

Quanto ao intelectual brasileiro, podemos dizer que Oscar Tenório, em campo radicalmente oposto, elevou os avanços sociais da Constituição de 1917 à categoria de *conquistas programáticas da Revolução Mexicana*. Verificamos nesse ponto uma grande coincidência com a perspectiva inicial do socialista peruano, já que no primeiro momento Mariátegui identificava a Revolução Mexicana como um movimento articulado entre campo e cidade, cuja expressão máxima – e não deixa ser curioso notar como para Mariátegui o elemento jurídico era *apenas a expressão de uma demanda política e social* - eram as conquistas dos artigos 27 e 123 (ambos versavam sobre direitos sociais, direitos do trabalho e sobre a nacionalização dos bens do subsolo) da Carta de 1917.

Tenório, por sua vez, valorizava a Constituição por sua excepcionalidade – e daí sua validade como modelo – tanto na História Política mexicana, quanto na do continente latino-americano:

Na História do México, as duas constituições de 1857 e 1917 são exceções na cópia fácil dos pactos políticos da América Latina e os

²⁴⁸ Como demonstramos no capítulo anterior, o reconhecimento do caráter “democrático-burguês” da experiência mexicana não impedia que Marof a visse como uma mera troca de Oligarquias no comando do país.

tiranos desaparecem arrastados pela caudal rumorosa das iras populares...Um estudo dos antecedentes da Constituição de 1917 revela imediatamente a verdade da afirmativa. Eles assinalam o triste destino de um monarca que se reelegeu para gaudir de suas camarilhas e, ao mesmo tempo, mostram a visão dos constituintes que detiveram logo as ambições pessoais com dispositivos constitucionais.²⁴⁹

A já citada centralidade da Carta Magna, na interpretação do pensador brasileiro, tornou o México um exemplo raro na história da América Latina. Por isso, os ventos vindos do sul do Rio Grande traziam frescor ao indicarem a solução para o grande mal do cenário político vigente em todo o continente: o “personalismo”. Afinal, segundo ele, mesmo em países nos quais as democracias estavam relativamente mais bem desenvolvidas, como Argentina e Uruguai, ainda existiam personalidades políticas que estavam “acima de quaisquer programas”, como H. Irigoyen²⁵⁰ e Battle y Ordóñez²⁵¹.

O “programa revolucionário” consistia, então, em assegurar os mecanismos jurídicos que possibilitassem o desenvolvimento econômico com igualdade social. Daí o autor brasileiro – reconhecendo o caráter camponês da Revolução – afirmar que, em um país de economia rural a tarefa primeira dos constitucionalistas do século XX foi assegurar a ruína das imensas propriedades, dividindo-as com a pequena-burguesia e com os trabalhadores.²⁵²

A redução das desigualdades sociais através do estabelecimento de políticas públicas – como a Reforma Agrária e o estímulo ao crédito agrícola e direitos trabalhistas –, além de proporcionar a melhoria das condições materiais da vida das classes sociais excluídas, também permitiria a criação *efetiva* da nacionalidade mexicana, no sentido de *forjar* o espírito e a consciência nacional:

A situação econômica do México, refletindo-se de modo poderoso no regime político, tinha que gerar cedo ou tarde o espírito revolucionário. As mais altas injustiças caíam dolorosamente sobre o povo em geral, e os mais desbragados sentimentos enegreciam os potentados. A nacionalidade mexicana era quase um mito; não se podia chamar de nação a um aglomerado de milhões de parias, sujeitos a uma casa de

²⁴⁹ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.81.

²⁵⁰ Hipólito Yrigoyen (1852 – 1933) foi um importante político argentino da União Cívica Radical que alcançou o posto de presidente por duas vezes: 1916-1922 e 1928-1930.

²⁵¹ José Pablo Torcuato Batlle y Ordóñez (1856 – 1929), membro do Partido Colorado governou o Uruguai em duas ocasiões 1903 a 1907 e, posteriormente, de 1911 a 1915.

²⁵² TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.161.

prepotentes. O latifundismo tornava o México uma enorme senzala, onde os sofrimentos, as lágrimas, as dores dos escravos, revelavam um estado social tirânico. A antiga escravidão negra se distanciava do homem mexicano, em pequenas minúcias de justificativas legais.²⁵³

A passagem nos abre diversos pontos instigantes de debate. O primeiro sem dúvida, é o fato do autor conceber a “nacionalidade” como algo a ser constituído, construído e elaborado. Daí a importância dos elementos jurídico e político, já que a nacionalidade mexicana não seria efetivamente viável sem incluir os milhões de indígenas e camponeses nas políticas públicas do Estado mexicano. A preocupação com um conceito de nação que contemplasse os setores populares possuía paralelos com questões que motivaram Mariátegui em toda sua trajetória política e intelectual.

Contudo, ao contrário de Tenório para quem os camponeses/indígenas precisariam ser incluídos como *objetos* de políticas públicas, o intelectual peruano fazia questão de enunciar que o campesinato indígena deveria ser o *sujeito revolucionário*²⁵⁴. Para Mariátegui, a luta pela nação peruana que também desse conta do elemento indígena – tanto no campo simbólico, quanto material - era a luta pelo socialismo.

Marof, como já vimos, relativizou as teses de seus primeiros livros, segundo as quais o socialismo boliviano seria constituído pela lógica solidária e coletivista da tradição indígena. Na análise da experiência mexicana, ele abordou a questão com os pressupostos do marxismo mais ortodoxo que menosprezava a capacidade organizativa e revolucionária do campesinato – e do elemento indígena, portanto.²⁵⁵

²⁵³ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.162.

²⁵⁴ “Hablar de ciudad revolucionaria y provincia reaccionaria seria, sin embargo, aceptar una clasificación demasiado simplista para ser exacta. En la urbe y en el campo, la sociedad se divide en dos clases. La beligerancia entre ambas clases puede ser menor en la provincia; pero su oposición reciproca es idéntica que en la urbe. Si no existe mucha solidaridad entre las reivindicaciones de los trabajadores agrarios y los obreros urbanos, es a causa, en parte, de que el socialismo ha descuidado la conquista del campo.” MARIÁTEGUI, José Carlos. La Sociedad de las Naciones. In: _____. **La escena contemporánea**. Lima: Editora Amauta, 1976. pp.47-8.

²⁵⁵ “O limite de 'tradutibilidade' do leninismo às singulares condições da América Latina consistia, consequentemente, na aceitação acrítica justamente daqueles dois princípios essenciais de sua concepção estratégica que mais reclamavam um reconhecimento nacional e continental para determinar seu grau de validade. Se, independentemente de sua extensão, estrutura e consciência, o proletariado devia dirigir os processos de libertação nacional e de transformação social, suas insuficiências reais eram evitadas pela atribuição ao partido comunista de uma potencialidade teórica e prática que de nenhum modo podia obter, se não houvesse aspirado a ser algo mais do que a expressão política de tal classe. O 'obreirismo' comunista, assim, surgia como uma barreira insuperável para alcançar uma concepção teórica e prática mais adequada aos processos de revisão social e política que podiam possibilitar uma perspectiva de poder real e concreta”. In: ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E.

Por isso, é importante anotar que nas *análises da experiência mexicana* a questão étnica não foi tratada em sua particularidade em nenhuma das três interpretações. De maneira geral, os problemas dos povos originários pareciam estar limitados à inclusão socioeconômica, ou seja, tratava-se de transformar o índio em “cidadão” – da *res pública* ou do *socialismo*-, sem que houvesse uma reflexão mais aprofundada sobre as questões relativas às identidades e heranças culturais.

Retornando ao autor brasileiro, podemos dizer que, de maneira geral, a avaliação de Oscar Tenório sobre o México Revolucionário – concorde-se com seu teor, ou não – é digna de nota em função da quantidade de fontes e do domínio bibliográfico sobre a América Hispânica. Esse é um fato importante a ser destacado, pois o domínio que o jurista brasileiro dispunha sobre as questões políticas da América Hispânica sustentava a sua hipótese do valor continental da Revolução Mexicana, da qual o autor procurou extrair lições para o Brasil. É nesse tom que o jurista brasileiro anuncia suas “palavras finais”:

Nesta hora, quando se pretende desviar o destino do Brasil, devemos repetir a pregação de Alberto Torres, que cogitou de um “perigo nacional”, o da “apropriação do melhor do seu patrimônio (o do povo brasileiro) e de seus bens em exploração, subordinando-o virtualmente ao governo de estrangeiros”. Se queremos integralizar o colosso formado pelo gênio de Alexandre de Gusmão, protegido pelo valor de José Bonifácio, orientado teoricamente pela sabedoria rebelde de Tavares Bastos e sustentados pela nossa diplomacia, devemos *nacionalizar* as minas, os transportes, as escolas e colégios particulares, os bancos, e também estabelecer uma legislação que proíba a formação de grandes latifúndios e o levantamento de empréstimos a nações mais poderosas que o Brasil.²⁵⁶

Vemos, portanto, o quanto a Revolução Mexicana, para o jovem jurista, era um exemplo a ser seguido, tanto em forma, quanto em conteúdo. Afinal, para ele foi a promulgação de uma Constituição de teor socializante – e a efetivação dessas leis, mediante a atuação de Obregón e Calles – que garantira a grandeza do México. A coesão nacional oriunda do novo arranjo jurídico e político – conquistado depois de uma grande Guerra Civil, é importante lembrar – possibilitou melhores condições de enfrentamento com o imperialismo estadunidense (e essa foi outra das grandes lições da experiência

(org.) **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 8. p.447.

²⁵⁶ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. pp.211-2. (grifo do autor)

mexicana):

Este programa está tendo sua formidável experiência no México contemporâneo. Mas saibamos viver sem as torturas do grande povo! Com a visão faixada nas regiões do norte, onde se assentam o valor moral do México e o valor material dos Estados Unidos, devemos repetir as palavras de Roberto Hinojosa: “A nova geração prefere mil vezes morrer com o México, que enriquecer com os Estados Unidos.”²⁵⁷

Muito embora também reconheça o sofrimento do povo mexicano, Tristán Marof não compartilhou do otimismo de Tenório no que tange ao enfrentamento ao imperialismo estadunidense. Já vimos como o socialista boliviano acusou o governo mexicano de *compactuar* com empresários e governantes ianques. Uma das razões que explicariam a incongruência entre o discurso revolucionário e a prática “entreguista” do governo mexicano seria justamente a continuidade do “caudilhismo” dos generais revolucionários. As lideranças militares emergidas no processo revolucionário – ainda segundo Marof – não estariam subordinadas a nenhum programa político coeso e, por isso, buscavam utilizar as posições de governantes para obter vantagens políticas e econômicas.

Para além da sintonia com as vertentes revisionistas da historiografia contemporânea, importa frisar que a opção de Marof em apontar a continuidade entre o México porfirista e o México revolucionário se fundamentou no argumento de que o “caudilhismo” dos generais revolucionários adveio justamente da ausência de um programa socialista/comunista e do proletariado organizado. Ou seja, ao contrário de Tenório, para ele a Constituição de 1917 não se configurou como um programa político capaz de enfrentar o imperialismo ianque.

Conquanto Mariátegui não tenha se detido especificamente sobre o tema do “personalismo”, sua crítica tardia à ausência de uma definição ideológica no processo revolucionário mexicano encontrou paralelo nas posições de Marof. Ainda assim, a sua análise da experiência revolucionária mexicana foi a mais ampla entre as dos três pensadores por nós analisados. Enquanto os outros dois autores se detiveram majoritariamente sobre temas econômicos e políticos, o socialista peruano dedicou

²⁵⁷ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.212.

bastantes linhas à “construção simbólica” do México Novo (em especial sobre as questões das artes plásticas, da literatura, além da obra política educacional e cultural de José Vasconcelos). As discussões estéticas e culturais do México pós-revolucionário foram outro ponto fundamental para que Mariátegui elevasse a experiência mexicana à condição de *mito*.²⁵⁸

Entretanto, não se trata de diminuir o peso da economia e da política nas elaborações do socialista peruano, mesmo porque a transformação das posições mariateguianas se sustentou principalmente na crítica de fenômenos dessas ordens. Por exemplo, em sintonia com as posições de Marof, a perseguição de Portes Gil à esquerda atuante no México, a ausência de “definição ideológica”, e a disposição do governo mexicano em negociar com os EUA e com a Igreja Católica foram os fatores que embasaram Mariátegui no seu processo de negação da experiência mexicana.

Para além das aspirações caudilhescas – insistentemente apontadas por Tristán Marof – os socialistas andinos também compartilhavam a ideia de que o processo mexicano havia se desvirtuado em função das “vacilações” – que Mariátegui passou a considerar “típicas” – da pequena-burguesia. Ainda em 1929, o socialista peruano escrevia: “Ni la burguesía, ni la pequeña burguesía en el poder pueden hacer una política antiimperialista. Tenemos la experiencia de México, donde la pequeña burguesía ha acabado por pactar con el imperialismo yanqui”.²⁵⁹

A ausência de uma ideologia coesa e autenticamente revolucionária permitiu que os socialistas andinos apontassem lições, não apenas para o México, mas também para o restante da América Latina, como sintetizava Tristán Marof:

El único interés que me ha guiado es servir a México, a América Latina, sacando experiencias del experimento mexicano. Este experimento es excepcional en el continente y debemos reflexionar seriamente. Revoluciones contra el régimen feudal, de carácter antiimperialista y demoburgués se producirán en los países del sur – ya se está produciendo -, sino del tipo mexicano, muy parecidos.²⁶⁰

²⁵⁸ Sobre a importância do México para a dimensão simbólica do projeto ideológico de Mariátegui ver o excelente trabalho: PADILLA MORENO, Roberto. **México y su revolución en la Revista Amauta, 1926-1930**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidad Nacional Mayor De San Marcos (UNMSM), 2008.

²⁵⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Punto de vista Anti-Imperialista. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. p90.

²⁶⁰ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. pp.145-6. (grifo nosso)

A passagem é importante, pois permite entender as posições do autor boliviano face ao anti-imperialismo e à questão nacional. Os perigos nacionalistas, sintetizados em sua fórmula sobre a “distância entre a fraseologia e as práticas revolucionárias”, não estariam circunscritos ao México, mas sim a todo continente latino-americano.

Dessa forma, podemos dizer que a intenção de pensar a realidade política e as possibilidades revolucionárias para os outros países da América Latina a partir do México, corria no sentido de disputar, ou “recuperar”, o discurso revolucionário que vinha sendo falsificado por seus antagonistas políticos, como por exemplo os “caudilhos gerais mexicanos” e os “reformistas apristas” que ganhavam força por todo o continente. Nesse sentido, sentenciou Marof:

Nuestro continente, por su retardo económico, por su escaso desarrollo no presenta en verdad el fenómeno del proletariado occidental. Las masas explotadas en su mayor parte se componen de campesinos. El obrero industrial casi no existe. Las industrias por lo general son extractivas y buena parte del campesinado trabaja en las minas. *Esto no quiere decir que la liberación de las masas oprimidas esté a cargo de los apristas o socialistas o que éstos se atribuyan interpretar el instante de “realidad sudamericana”*. Tanto “apristas como socialistas” están vinculados estrechamente a la burguesía y en el instante histórico dado fatalmente se desviarán hacia el “fascismo”.²⁶¹

Àquela altura a única organização “nacionalista” de esquerda – com alguma projeção continental - era a APRA de Victor Raúl Haya de la Torre. Haya de la Torre havia sido protagonista de uma polêmica com Mariátegui sobre a transformação (operacionalizada por Haya em seu exílio mexicano, curiosamente) da *frente única anti-imperialista* em um partido nacionalista de viés eleitoral.

Ainda que os apristas fossem adversários de Mariátegui na esquerda peruana, a escolha marofista de combatê-los não se deveu apenas à solidariedade ao socialista peruano, mas sim à força que a organização de Haya de la Torre ganhava pelo continente. O apelo a Eudócio Ravines – sucessor de Mariátegui na direção do Partido Socialista do Peru que foi responsável pela sua stalinização – demonstrava a confluência entre as perspectivas políticas de Marof e as teses do VI Congresso da Internacional.²⁶² Dessa

²⁶¹ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.148 (grifos do autor)

²⁶² O VI Congresso da Internacional Comunista (1928) inaugurou o período mais radical e sectário de sua trajetória. O chamado “terceiro período” considerava que o capitalismo estava às vésperas de sua crise final e, por isso, os comunistas deveriam rechaçar qualquer tipo de alianças com setores da socialdemocracia. A política conhecida como “classe contra classe” acabou por minar, por exemplo, as possibilidades de evitar a ascensão de Hitler ao poder. BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São

forma, Tristán Marof se utilizou da experiência mexicana para combater a socialdemocracia, no caso da América Latina a APRA, a fim de barganhar simpatias com os setores da Internacional Comunista:

Eudocio Ravines, sutilísimo observador del movimiento social americano, las advierte y las critica sin piedad. El “aprimo” no es otra cosa que remedo mexicanista, con la única diferencia que se presenta un tanto retardado cuando el experimento no dio los resultados sociales apetecidos.²⁶³

A conotação pejorativa do termo “mexicanista” se explica em função da negação sistemática que Haya de la Torre e os apristas faziam do aparato teórico e político do marxismo que, por conta da sua origem europeia, não serviria como ferramenta de intervenção na realidade latino-americana. A crítica marofista consistia, então, em sublinhar a ênfase aprista na “excepcionalidade” do continente latino-americano. Daí que o desenrolar da Revolução Mexicana, evento de forte identidade latino-americana, forneceria aos leitores Marof um exemplo da universalidade do marxismo e as armas para criticar os apristas “pequeno-burgueses e socializantes”:

No hay otro camino político para las masas sudamericanas, explotadas y oprimidas que el comunismo. Este camino no lo señalamos nosotros. Lo señala y lo indica el ritmo fatal y lógico de los acontecimientos. Ni a derecha ni a izquierda existe solución (Hoy se llaman izquierdistas los burgueses liberales, los pequeños-burgueses y socializantes y los oportunistas). Las masas para libertarse y seguir su destino histórico tienen que tomar la dirección. Los movimientos sociales dirigidos por otros que no sean las masas – por su vanguardia capacitada teóricamente – no serán provechosos a ellas.²⁶⁴

Mariátegui, com sua concepção mais sofisticada da universalidade do marxismo, também se posicionou no debate sobre o “lugar das ideias”. No final da vida, aproximando-se do diagnóstico de Marof, Mariátegui defendia – *negando a validade da Revolução Mexicana como modelo* - a pertinência da filosofia da práxis para América Latina:

México hizo concebir a apologistas apresurados y excesivos la esperanza tácita de que su revolución proporcionaría a la América Latina el patrón y el método de una revolución socialista, regida por factores esencialmente latino-americanos, con el máximo ahorro de

Paulo: Editora Sundermann, 2007. pp.617-652

²⁶³ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.146.

²⁶⁴ MAROF, Tristán. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 147.

teorización europeizante. Los hechos se han encargado de dar al traste con esta esperanza tropical y mesiánica. Y ningún crítico circunspecto se arriesgaría hoy a suscribir la hipótesis de que los caudillos y planes de la Revolución Mexicana conduzcan al pueblo azteca al socialismo.²⁶⁵

Em síntese, no quadro que buscamos esboçar podemos notar três tonalidades que permearam as posições dos intelectuais ante o governo pós-revolucionário no México dos anos 1920. O brasileiro Oscar Tenório pode ser alocado em um extremo, em função de sua preocupação constante em legitimar o governo do grupo de Sonora como representante da Revolução e, portanto, dos interesses populares. No outro extremo, temos o boliviano Tristán Marof que, com sua típica acidez, foi bastante crítico aos rumos do Estado emergido da Guerra Civil. Entre os dois, encontramos o peruano José Carlos Mariátegui que, nos sete anos de sua produção teórica madura, reavaliou sua posição, indo da simpatia à negação do processo revolucionário mexicano.

Uma hipótese para explicar essas diferenças nas avaliações da experiência mexicana repousa nas distintas perspectivas políticas dos três autores, na medida em que os interesses políticos dos autores condicionaram as interpretações que eles fizeram da Revolução Mexicana. Por isso, as diferenças nas leituras residiram justamente no peso atribuído ao protagonismo (ou a sua ausência) das classes trabalhadoras, principalmente as urbanas, no processo revolucionário mexicano.

Por fim, apesar das diferentes perspectivas políticas sobre o legado da Revolução Mexicana, todos os autores concordavam que o México foi, antes de tudo, um exemplo a ser admirado pela bravura e coragem de tentar tomar a História nas mãos. Ainda que a admiração pela coragem não tenha encontrado correspondente automático no campo do político, podemos concluir que, para os três autores, a Revolução Mexicana foi sem dúvida um marco fundamental para pensar, e também atuar, politicamente na América Latina. Daí nosso interesse em relacionar as diferentes perspectivas sobre a leitura da Revolução Mexicana com os dilemas políticos que os autores enfrentaram em seus respectivos espaços nacionais. Prossigamos, então, às relações entre as leituras da Revolução Mexicana e a trajetória político-intelectual de cada autor.

²⁶⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.66-7.

2. Leituras e apropriações do México Revolucionário

O sucesso da Revolução sugere pensar a *influência* que o México exerceu sobre a intelectualidade revolucionária dos anos 1920. Todavia, já afirmamos que a categoria de *influência* não é pertinente para a nossa análise, na medida em que pressupõe uma relação unidirecional entre um polo externo e ativo (o que influencia) e outro passivo (o que é influenciado). Por esta razão, preferimos trabalhar com o conceito de *representações*, por entendermos que o simbólico é uma dimensão constituinte do real e, portanto, parte das disputas políticas.

As *representações*, dessa forma, não estariam isentas de intencionalidade, como alerta Chartier: “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”.²⁶⁶ O conceito também tem como vantagem o fato de ressaltar a bidirecionalidade da relação, uma vez que o ato de se *apropriar* só pode ser um realizado por um sujeito – ativo, portanto. Por isso, entendemos que a *apropriação* de uma ideia é uma reelaboração – uma “tradução ideológica”²⁶⁷ - que diz respeito tanto ao contexto do sujeito, quanto ao do lugar onde ocorre a *apropriação*.

Seguindo o caminho aberto pelas reflexões de Chartier, pretendemos abordar agora o complexo jogo de mediações que diz respeito ao contexto dos sujeitos que realizaram as distintas *apropriações* da experiência mexicana. No caso dos nossos intelectuais de fins dos anos 1920, o trabalho de “tradução ideológica” correu no sentido de formar um “modelo externo”²⁶⁸ que orientaria – de maneira bastante prática e imediata – a atuação da esquerda que se organizava naquele momento no Brasil, Bolívia e Peru.

O conceito de “modelo externo”, cunhado pelo historiador francês Pierre Milza, permite compreender como as representações de países estrangeiros estão relacionadas às disputas políticas internas de um determinado país. Dessa forma, trata-se de compreender

²⁶⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990. p. 17.

²⁶⁷ MELGAR BAO, Ricardo. Prácticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución mexicana. **Regiones suplemento de antropología**, n. 43, oct.-dez. 2010. p 5.

²⁶⁸ MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 365-399

os intelectuais esquerdistas também como “formadores de opinião”, que ao discorrerem sobre o que ocorria no México apresentavam parâmetros para que se efetuasse o debate político em seus respectivos países. Evidentemente, tentando determinar os pontos positivos a serem copiados e os negativos a serem rejeitados. O imaginário social a respeito de um determinado país carrega um valioso potencial político, capaz de pautar os debates e mobilizar grupos de que – inspirados pelo “modelo externo” - buscam atuar na política nacional. Por isso, o interesse em se deter detalhadamente sobre como a interpretação da Revolução Mexicana se relacionou com a trajetória político-ideológica de cada um dos nossos autores.

2.1 José Carlos Mariátegui

Com a derrota para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883), o Peru perdeu, além de territórios, suas principais fontes de renda: o guano e o salitre. A fragilidade econômica obrigou o governo peruano a abrir sua economia a grandes conglomerados internacionais. O alto grau de penetração do capital imperialista foi acompanhado, inicialmente, por movimentos de turbulentos rearranjos políticos entre setores da elite peruana até o período de estabilidade que ficou conhecido como “República Oligárquica”.

O governo do Partido Civilista durou de 1899 a 1919 (com curto interregno entre 1913 e 1914) e foi caracterizado por relativa estabilidade nos campos da política e da economia, alcançada com a exclusão das camadas populares das estruturas políticas nacionais, conforme apontam Contreras e Cueto:

En su definición más simple [del término ‘república aristocrática’], esta denominación describe una sociedad gobernada por las clases altas, que combinada la violencia y el consenso, pero con la exclusión del resto de la población. Asimismo, el término alude a un orden señorial, a una democracia limitada y a un país todavía desintegrado socialmente, donde la sociedad civil era aún demasiado incipiente como para hacer representables sus intereses frente al Estado.²⁶⁹

Todavia, isso não significou que as camadas populares (urbanas e rurais) assistiram aos jogos do poder de maneira passiva. Soares e Colombo²⁷⁰ destacam a longa

²⁶⁹ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú Contemporáneo**. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2013. p. 205.

²⁷⁰ COLOMBO, Silvia e SOARES, Gabriela Pelegrino. **Reforma liberal e lutas camponesas na América**

tradição de resistência indígena no Peru, diante dos dilemas da consolidação do Estado-nação no século XIX. As autoras sustentam que em 1888, por exemplo, 45 das fazendas mais importantes da serra estavam sob controle dos indígenas.²⁷¹ Já nas três primeiras décadas do século XX, Alberto Flores Galindo contabilizou 300 levantes indígenas.²⁷²

Por outro lado, a agitação social não ficou restrita ao meio rural. Além das diversas greves locais, já em 1911 os trabalhadores urbanos tentaram organizar a primeira greve geral da história peruana – que acabou restrita à cidade de Lima. Nesse sentido, o esforço de organização dos setores proletarizados acabou por impulsionar a campanha de boicote às eleições de 1912. O sucesso da campanha acarretou a anulação do pleito e, assim, o Congresso elegeu o então prefeito de Lima, Guillermo E. Billinghurst, ao cargo da presidência nacional, interrompendo o governo do Partido Civilista.

Entretanto, o interregno do civilismo teve vida breve, já que acabou apenas um ano e meio depois com o golpe de Estado perpetrado pelo General Óscar R. Benavides em fevereiro de 1914. A volta das oligarquias ao poder não eliminou as fontes dos conflitos sociais. Assim, o fenômeno Billinghurst já deve ser compreendido como sinal da capacidade dos setores populares em fazer valer seus interesses frente ao Estado.

O desenvolvimento econômico e a migração urbana transformavam a feição do país andino,²⁷³ e, por isso, a efervescência social e política só fez aumentar. Em 1919 os trabalhadores urbanos iniciaram uma série de paralisações e greves que buscavam, além da regulamentação da jornada de 8 horas diárias, a redução dos custos da alimentação. As aulas na tradicional Universidade de San Marcos também foram interrompidas, tornando consonante o espírito reformista que se espalhava pelas universidades do continente e a luta dos trabalhadores peruanos.

Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX. São Paulo: Humanitas, 1999.

²⁷¹ Um levantamento bastante completo e detalhado das rebeliões indígenas pode ser encontrado em KAPSOLI, Wilfredo. **Los movimientos campesinos en el Perú (1879-1965)**. Lima: Astusparia, 1977.

²⁷² FLORES GALINDO, Alberto. **Arequipa y el sur andino, siglos XVIII-XX**. Lima, 1977. pp. 123-5.

²⁷³ “(...) com a ampliação dos serviços de uma incipiente industrialização, crescia em Lima uma camada de trabalhadores assalariados, operários da indústria têxtil, padeiros ou sapateiros, com incipientes organizações sindicais para reivindicar direitos. No interior, as explorações mineradoras e agroindustriais, controladas pelo capital estrangeiro, promoviam a difusão do trabalho assalariado. Paralelamente, expandiam-se as camadas médias urbanas e, em meio a elas, despontavam novos intelectuais, que ganhavam espaço nas universidades e contribuíam para uma radicalização do pensamento.” COLOMBO, Silvia e SOARES, Gabriela Pelegrino. **Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX**. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 52.

Apoiado nos setores insatisfeitos, ainda em 1919, Augusto B. Leguía deu um golpe de estado e chegou ao poder. Com críticas às amplas concessões feitas ao capital estrangeiro, Leguía defendia a modernização do país. Por isso, desenvolveu uma política centralista que buscou subordinar a classe dominante ao Estado, em uma verdadeira “racionalização autoritária, em nome do progresso social”.²⁷⁴

O autoritarismo de Leguía logo começou a ser criticado por aqueles que o apoiaram. Um dos mais ácidos críticos foi o jovem jornalista – que havia se destacado na defesa de estudantes e trabalhadores nas campanhas de 1919 - José Carlos Mariátegui. As críticas ao governo de Leguía o condenaram a quatro anos de exílio na Europa. Após seu regresso, em 1923, Mariátegui entrou definitivamente em rota de colisão – foi preso duas vezes - com o governo de Leguía, já que havia se orientado “resolutamente” para o socialismo.

O *oncenio* (designação do período de 11 anos em que Leguía esteve no poder), no que tange às classes populares foi um período bastante ambíguo, pois as conquistas trabalhistas (salário mínimo e a proibição do trabalho gratuito do indígena, por exemplo) foram acompanhadas de muita repressão às organizações sindicais independentes. O processo de *modernização autoritária* experimentado pelo país no qual Mariátegui realizou a luta pelo socialismo foi marcado por diversas contradições decorrentes das profundas transformações sociais que ocorriam àquela altura.

Para além da presença do imperialismo estadunidense – que transformaram o Peru em uma típica economia de enclave²⁷⁵ -, há de se destacar a recomposição e reestruturação das classes sociais no país. Os jogos de poder entre os velhos e novos representantes das elites acabaram por fortalecer o Estado, na medida em que reduziram o poder dos *caudillos* tradicionais, especialmente na serra. A expansão econômica, com o incremento

²⁷⁴ CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. **Historia del Perú Contemporáneo**. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2013. p. 244.

²⁷⁵ Outra mudança importante foi a mudança da premência britânica para a estadunidense, no campo da penetração capitalista. Para além da mudança geográfica, essa mudança também se traduziu no papel que o capital estrangeiro desempenhava na economia peruana. No século XIX, tempo da premência britânica, o capital estrangeiro atuava como um agente “acomodador” ou intermediário entre a economia peruana, rica em recursos naturais, e o mercado internacional, estimulando os produtores, com mecanismos financeiros, de matérias-primas. Na fase da hegemonia estadunidense o capital atingiu diretamente as fases de produção, em especial o setor mineiro e outros setores, como o açúcar. Criaram-se, então, nas três primeiras décadas do século XX, monopólios em áreas de produção que até pouco antes eram reservadas exclusivamente aos empresários peruanos. Cf. KLARÉN, Peter F. Los orígenes del Perú moderno (1880-1932). In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina: América del Sur (1870-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. v.10.

do número de grandes propriedades e o aumento do proletariado, foi determinante para o crescimento do número de greves e levantes camponeses. Por outro lado, as classes médias ascendentes não encontravam espaço na vida política nacional. Assim, esses setores acabaram por canalizar suas energias através de organizações sindicais, políticas e culturais que, cada vez mais, caminharam no sentido de adquirir feições anti-imperialistas e antioligárquicas.²⁷⁶

O quadro de radicalização desses vários segmentos foi a justificativa da atuação de Mariátegui, em seu regresso do exílio, nos marcos da *Frente Única* da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) fundada por Victor Raul Haya de la Torre. Por *Frente Única* deve-se entender, grosso modo, a aliança entre setores com divergências políticas para combater um inimigo comum – no caso, o imperialismo.²⁷⁷ Assim, Mariátegui sustentava que ao lado das correntes pequeno-burguesas e nacionalistas, deveria existir um núcleo autônomo de organização proletária. Tratava-se de uma tática para *acumular forças* até que o partido proletário pudesse existir e atuar de maneira autônoma e, assim, pautar a revolução socialista.

Era, então, no sentido do “desenvolvimento da consciência de classe” que Mariátegui orientava a sua ação na APRA. Cremos que o socialista andino possuía duas inspirações imediatas que legitimaram sua atuação política, nesse primeiro momento de seu regresso. O primeiro deles foi a Internacional Comunista. Já demonstramos que Mariátegui travou contato com as ideias marxistas em seu período de exílio na Europa. As discussões do movimento comunista do período tratavam de compreender os motivos do fracasso na expansão da Revolução para a Europa. Nessa maneira no III e no IV Congressos (1921 e 1922) da Internacional foi estabelecida a tática da *Frente Única*. Os setores proletarizados deveriam atuar em conjunto com setores das classes médias e da

²⁷⁶ Cf. COTLER, Julio. Perú: Estado oligárquico y reformismo militar. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina historia de medio siglo: América del Sur**. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1984. pp. 379- 380.

²⁷⁷ Antonio Melis alerta para o fato de que “sería simplista considerar la propuesta de Mariátegui como una mera anticipación de la política de los frentes populares. Aunque este tema merece ser tratado en una investigación aparte, por su, relieve, creo que se puede desde ahora subrayar una diferencia notable. La opción unitaria, en la segunda mitad de los años Treinta, surge a partir de la reflexión sobre una derrota, cuyo episodio más dramático es el advenimiento del nazismo al gobierno de Alemania. Lleva, por eso mismo, un sello marcadamente defensivo, lo que no impide, por otra parte, que en su aplicación práctica vuelvan a presentarse los antiguos vicios sectarios y autoritarios. Los planteamientos de Mariátegui, en cambio, son la respuesta orgánica a las peculiaridades de un contexto histórico y social, por primera vez profundizado. Es ésta, tal vez, una de las señales más significativas de la actualidad de José Carlos Mariátegui.” MELIS, Antonio. **Leyendo Mariátegui**. Lima, Editora Amauta, 1999. p.210.

pequena-burguesia, visando ao acúmulo de forças e à construção do socialismo.²⁷⁸ Podemos, então, perceber o quanto as perspectivas da Internacional foram importantes para a análise que o socialista peruano fez do México.

A Revolução Mexicana era justamente a sua outra fonte de inspiração. Já mencionamos que, em seus primeiros escritos, o socialista peruano nutria muita admiração pelos desdobramentos do governo mexicano dos anos 1920. Podemos dizer que a *mitificação* da experiência mexicana cumpriu um papel fundamental para animar os setores da vanguarda peruana, tanto por fornecer o modelo de uma revolução “que deu certo” quanto pelo fato de ser encarada como uma frutífera aliança entre operariado e campesinato:

el gobierno de Obregón representó un movimiento de concentración de las mejores fuerzas revolucionarias de México. Obregón inició un período de realización firme y sagaz de los principios revolucionarios; apoyado en el partido agrarista, en los sindicatos obreros y en los intelectuales renovadores. Bajo su gobierno, entraron en vigor las nuevas normas constitucionales contenidas en la Carta de 1917. La reforma agraria -en la cual reconoció avisadamente Obregón el objetivo capital del movimiento popular- empezó a traducirse en actos. La clase trabajadora consolidó sus posiciones y acrecentó su poder social y político. La acción educacional, dirigida y animada por uno de los más eminentes hombres de América, José Vasconcelos, dio al esfuerzo de los intelectuales y artistas una aplicación fecunda y creadora.²⁷⁹

Além do exemplo de acúmulo de forças, o México também instigou o socialista peruano a discussões sobre o mundo simbólico e a sua importância política. A ebulição artística mexicana (sem esquecer a atuação de Vasconcelos) que buscava a “identidade mexicana” e a “identidade latino-americana” foi fundamental para as concepções políticas do projeto socialista de Mariátegui. Tratava-se da aposta nos elementos culturais como forma de criar um sentimento de pertencimento à nação – que só seria efetivada na luta pelo socialismo.

Havia, então, uma dimensão de “processo” e de “preparação espiritual”, para utilizar termos caros a Mariátegui, nas concepções políticas do socialista peruano. Ou seja,

²⁷⁸ Cf. BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007. pp.275-334.

²⁷⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Obregón y la Revolución Mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.49.

quando fala dos problemas imediatos enfrentados pelo Peru, Mariátegui nunca se exime de apontar uma solução factível e viável. Ou seja, sua atenção ao *objetivo final* (a revolução, o socialismo) não o paralisa, não o imobiliza em face do *movimento* (os problemas atuais com que se defrontavam os trabalhadores e outras classes sociais); em uma palavra, em Mariátegui não há antinomia, oposição ou contradição entre seus princípios teóricos e ideológicos e a sua preposição política imediata – ele é um exemplo notável de que é possível uma esquerda revolucionária que, conservando esta essência, pode ser também propositiva.²⁸⁰

A cultura seria, então, um espaço privilegiado para a perspectiva propositiva de Mariátegui. Observe-se que para o autor peruano, “a conquista do pensamento” não é uma “consequência automática” da conquista do poder político. Pois como ele dizia:

la idea revolucionaria tiene que desalojar a la Idea conservadora no sólo de las instituciones sino también de la mentalidad y del espíritu de la humanidad. Al mismo tiempo que la conquista del poder, la Revolución acomete la conquista del pensamiento.²⁸¹

Nesse sentido, discutindo o romance de Mariano Azuela – com o sugestivo nome de “Los de abajo” – o socialista peruano cunhou uma imagem que nos parece ser a síntese da sua concepção revolucionária:

La revolución está hecha de muchos episodios como el de *Los de abajo*, pero está hecha también y sobre todo, de un gran caudal de anhelos y de impulsos populares y, después de mucho estrellarse y desbordarse, se abrió el hondo cauce por el cual corre ahora. La guerrilla es un arroyo que baja de la sierra, para perderse a veces; la revolución, un gran río que confuso en sus orígenes, se ensancha y precisa en su amplio curso.²⁸²

A metáfora do rio permite sintetizar a expectativa de Mariátegui naquele primeiro momento. Precisar o curso do rio revolucionário significava implementar a ideologia socialista e para isso a disputa no campo da cultura – e não é coincidência que a reflexão parta de um literato mexicano – seria fundamental.

O jornalista peruano possuía uma sofisticada compreensão da cultura e da

²⁸⁰ MACHADO, Leila Escorsim. **J.C. Mariátegui: marxismo, cultura e revolução**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004. p.237. (grifo do autor)

²⁸¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Henri Barbusse. In: _____. **La Escena Contemporanea**. Lima: Editora Amauta, 1976. p.156.

²⁸² MARIÁTEGUI, José Carlos. “Los de Abajo” de Mariano Azuela. In: _____. **Temas de Nuestra América**, Lima: Editora Amauta, 1971. p.85.

intelectualidade. Basta perceber, por exemplo, que Mariano Azuela não era um escritor de prédica socialista. A função da produção artística e intelectual não seria necessariamente fornecer as respostas e a propaganda da doutrina socialista, mas sim proporcionar elementos para a crítica e o debate, afinal: “La línea doctrinal es función de partido. Los intelectuales, en cuanto intelectuales, no pueden asociarse para establecerla. Su misión, a este respecto, debe contentarse con la aportación de elementos de crítica, investigación y debate”.²⁸³

A aposta de Mariátegui em um trabalho de *organização da cultura*, como mecanismo de preparação e acúmulo para a Revolução Socialista encontrou paralelo nos esforços de criar um movimento sindical peruano de âmbito nacional. Curiosamente, nos textos sindicais anteriores à fundação do PSP, Mariátegui defendia uma posição contrária à da Internacional Comunista.

No III Congresso (1921), o movimento comunista adotou uma postura agressiva na disputa sindical. A chamada “luta contra a Internacional Amarela de Amsterdã” (organização sindical da Segunda Internacional) preconizava o enfrentamento incisivo no âmbito das disputas sindicais. Os comunistas teriam como tarefa a intensificação das lutas sindicais como maneira de estabelecer uma diferenciação ante os sindicatos da Internacional Amarela. Mariátegui, por sua vez, defendia que a organização peruana deveria se pautar na “unidade proletária”, assim:

El Sindicato no debe exigir de sus afiliados sino la aceptación del principio clasista. Dentro del Sindicato caben así los socialistas reformistas como los sindicalistas, así los comunistas como los libertarios. El Sindicato constituye, fundamental y exclusivamente, un órgano de clase. La praxis, la táctica, dependen de la corriente que predomine en su seno. Y no hay por qué desconfiar del instinto de las mayorías. La masa sigue siempre a los espíritus creadores, realistas, seguros, heroicos. Los mejores prevalecen cuando saben ser verdaderamente los mejores.²⁸⁴

Podemos, então, compreender melhor a admiração que o socialista peruano mantinha pela CROM (maior central sindical do México e do continente no período). A organização dos trabalhadores era um passo fundamental para a esperança de que rio

²⁸³ MARIÁTEGUI, José Carlos. Prensa de doctrina y prensa de información. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. p.176.

²⁸⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Mensaje al Congreso Obrero. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. p.114.

revolucionário precisasse seu curso. A CROM, então, foi uma fonte de inspiração para a criação da primeira central sindical de âmbito nacional no Peru.

Após a fundação da CGTP – *Central General de los Trabajadores del Perú* – Mariátegui mudou a tática. A observação da atuação de Morones à frente da CROM nos parece fundamental, já que as críticas ao sindicalista mexicano consistiam em denunciar que os interesses classistas estavam sendo colocados em segundo plano.²⁸⁵ Assim, para criar a Central peruana, Mariátegui continuou enfatizando a importância da unidade classista, mas a partir de um critério claro: a disposição de encarar a luta de classes e se posicionar contra o “amarelismo” sindical:

El funcionamiento de una central, basada en el principio de lucha de clases y de "unidad proletaria", eliminando el peligro de los debates mal llamados ideológicos, que tanto han dividido hasta hoy a la vanguardia proletaria, sirve además para evitar desviaciones - momentáneas sin duda - como la que ha habido que deplorar últimamente en la directiva de la Federación de Chóferes, al contemplar la cuestión del servicio vial con un criterio completamente corporativo, al renunciar a su tradición de lucha contra el "amarillismo" y el "lacayismo" del Centro Unión de Chóferes, etc.²⁸⁶

Mariátegui, então, estava determinado a não repetir os erros das lideranças da CROM. Afinal, a incapacidade dos dirigentes sindicais da maior central sindical da América Latina em imprimir um protagonismo operário ao processo revolucionário mexicano foi um dos aspectos que fundamentaram a ruptura do socialista peruano com a experiência do México. O abandono da aliança com os setores da pequena-burguesia significou fazer uma opção classista, pelo menos no sentido de almejar a hegemonia dos processos revolucionários. Quijano destaca que a observação das experiências concretas,

²⁸⁵ “Tiene, por esto, mucha trascendencia y significación el esfuerzo que despliegan varias organizaciones obreras revolucionarias, independientes de la CROM, por establecer un frente único proletario, que comprenda todos los sectores activos, a través de una asamblea nacional campesina. El grito de orden del Partido Comunista y de las agrupaciones obreras y campesinas que lo siguen es éste: "¡Viva la CROM! ¡Abajo su Comité Central!". Todas las fuerzas obreras son llamadas en auxilio de la CROM, en su lucha contra la ofensiva reaccionaria. Se condena toda inclinación intransigente a dar vida a una nueva central. Se comprende que la CROM constituye un punto de partida, que el proletariado no debe perder. La Revolución afronta su más grave prueba. Y México es hoy, más que nunca, el campo de una experiencia revolucionaria. La política de clases entra en ese país en su etapa más interesante” In: MARIÁTEGUI, José Carlos. Portes Gil contra la CROM. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. pp.58-9.

²⁸⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. La Central Obrera del Proletariado Peruano. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. pp.129-30.

inclusive a mexicana, foi decisiva para atuação de Mariátegui face aos dilemas políticos peruanos:

El propio Mariátegui, antes de 1927 había expresado con frecuencia su apoyo y su esperanza en los procesos de México y de China, donde las corrientes y organizaciones socialistas combatían bajo la dirección de la burguesía y pequeña burguesía nacionalistas y revolucionarias. Pero, de un lado, su propia investigación de la realidad latinoamericana bajo la dominación imperialista con sus específicos rangos, era ya una base teórica cuyo desarrollo y depuración sistemática conducía a una opción diferente. Y, de otro lado, la orientación e comenzaba a tomar el proceso mexicano, y la desastrosa experiencia de Kuo Min Tang chino y de la política de allí seguida por la III Internacional, se constituían como lecciones que en convergencia con su propio enfoque de la situación latinoamericana, reforzaban su opción socialista revolucionaria.²⁸⁷

A tendência pequeno-burguesa, observada com muita atenção no México, de priorizar o nacional em detrimento do elemento classista abria espaços aos setores mais conservadores. No México, de acordo com Mariátegui, essa era a razão da força da tese do “Estado regulador”:

Los políticos de la Revolución Mexicana, bastante distanciados entre ellos por otra parte, se muestran cada día menos dispuestos a proseguirla como revolución democrático-burguesa. Han dado ya máquina atrás. Y sus teóricos nos sirven, en tanto, con facundia latinoamericana, una tesis del Estado regulador, del Estado intermedio, que se parece como una gota de agua a otra gota a la tesis del Estado fascista.²⁸⁸

Desse modo, a perseguição de Portes Gil aos esquerdistas que atuavam no México – caracterizado por Mariátegui e também por Marof como o Termidor mexicano – seria uma das consequências da ausência de definição ideológica da experiência mexicana. Aquela que já havia sido a eminente revolução socialista,²⁸⁹ em 1930 era caracterizada por Mariátegui como incapaz de sequer garantir os direitos elementares da democracia liberal burguesa e, por isto, se assemelhava ao fascismo. Nada mais distante do sonho de qualquer socialista.

²⁸⁷ QUIJANO, Aníbal. **Introducción a Mariátegui**. Ediciones Era. p 101.

²⁸⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. Al margen del nuevo curso de la política mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.70.

²⁸⁹ Mesmo as bandeiras obregonistas – outrora tão admiradas por Mariátegui – passaram a ser concebidas como “simbólicas” e “temporais”. Ou seja, tratava-se de cessões realizadas pelas classes dominantes com o ímpeto de abafar a potencialidade revolucionária das classes populares. Cf. MARIÁTEGUI, José Carlos. Orígenes y perspectivas de la insurrección mexicana. In: _____. **Temas de Nuestra América**. Lima: Editora Amauta, 1971. p.58.

A desconfiança em relação aos setores burgueses – no México, no Peru e na América Latina em geral – guiou a fundação do Partido Socialista do Peru que foi concebido como resposta política à transformação da APRA em partido nacionalista. Assim, a incapacidade burguesa de romper com a herança colonial fez com que constasse no programa do Partido Socialista do Peru: “Somente a ação proletária pode primeiro estimular e depois realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir”.²⁹⁰ Desta maneira, as tarefas da “etapa democrático-burguesa” não precisariam ser necessariamente realizadas pela burguesia. Afinal, como dizia o jornalista peruano:

El advenimiento político del socialismo no presupone el cumplimiento perfecto y exacto de la etapa económica liberal, según un itinerario universal. Ya he dicho en otra parte que es muy posible que el destino del socialismo en el Perú sea en parte el de realizar, según el ritmo histórico a que se acompañase, ciertas tareas teóricamente capitalistas.²⁹¹

O stalinismo, por outro lado, defendia que somente nos países em que as condições materiais já estivessem “maduras” o suficiente cabia ao proletariado a hegemonia do processo revolucionário. Assim a linha política

para os países atrasados fundava-se essencialmente na aliança do débil proletariado industrial das cidades com a chamada 'burguesia nacional'. [...] A correlação de forças delineava-se assim com muita clareza: por um lado, a burguesia nacional e o proletariado, aliados na busca da etapa democrático-burguesa da revolução; por outro, o imperialismo estrangeiro e os restos do feudalismo [...].²⁹²

Aqui temos ideia da tensão (que apenas existe quando há proximidade) característica da relação entre os socialistas peruanos e os representantes do comunismo soviético oficial. Para além do papel subordinado do campesinato indígena, a tensão de Mariátegui e os stalinistas se dava em função do “etapismo” presente na concepção dos comunistas oficiais. O universalismo eurocêntrico generalizava as etapas do desenvolvimento histórico europeu (inclusive o feudalismo!) e chegava à conclusão de que a etapa “democrático-burguesa” (com o devido protagonismo da burguesia nacional)

²⁹⁰ MARIÁTEGUI, José Carlos. Principios programáticos do Partido Socialista. In: LÖWY, Michael (org.) **Por um socialismo indo-americano: José Carlos Mariátegui**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p.123.

²⁹¹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Respuesta al cuestionario nº 4 del Seminario de Cultura Peruana. In: _____. **Ideología y Política**. Lima: Editora Amauta, 1986. p. 273.

²⁹² SOFRI, G. O problema da revolução nos países atrasados. In: HOBBSAWM, E. (org.) **História do Marxismo**. São Paulo, Paz e Terra, 1987. v.8. p. 340.

seria necessário nos países “atrasados”.

Neste sentido, cabe perguntar quais as razões de Mariátegui para fundar um partido “socialista” e não “comunista”, já que o nome “comunista” era uma das 21 condições de adesão à Internacional Comunista.²⁹³ A pergunta é mais pertinente se temos em conta que o Partido Socialista do Peru foi fundado 11 anos após a Revolução Russa, quando a URSS já gozava de um regime estável que servia de modelo à esquerda mundial.

Vivian Urquidi fornece uma pista interessante para elucidar a questão, ao ressaltar a preocupação de Mariátegui com a *especificidade* da realidade peruana.²⁹⁴ Dessa forma, ainda segundo Urquidi, a proposta mariateguiana de analisar a realidade peruana a partir da articulação dos distintos modos-de-produção, negando a dicotomia modernidade/atraso, possibilitou que ele enunciasse o socialismo como resposta aos dilemas nacionais peruanos. Como ele bem sintetizou em um texto famoso: “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem ao socialismo indo-americano”.²⁹⁵

Assim, a partir da especificidade da história peruana, o autor constatou que a necessidade primeira era a do *acúmulo de forças*. Contudo, no Peru a classe proletária era incipiente e ainda não possuía uma tradição de lutas em âmbito nacional, por isto tinha como primeira tarefa se organizar por todo o país. Por esta razão, a bandeira do socialismo aparecia de maneira totalmente adequada para Mariátegui:

Na Europa, depois da guerra, a degeneração parlamentar e reformista do socialismo impôs designações específicas. *Nos povos em que este fenômeno não se produziu, porque o socialismo aparece recentemente em seu processo histórico, a velha e grande palavra conserva sua grandeza intacta.* Há de conservá-la também amanhã, quando as necessidades contingentes e convencionais de demarcação, que hoje distinguem práticas e métodos, tiverem desaparecido.²⁹⁶

²⁹³ LENIN, Vladimir I. Terms of Admission into Communist International. In: _____. **Collected Works**. Moscou: Progress Publishers. 1965. v.31. p.206-211.

²⁹⁴ URQUIDI, Vivian Contribuições de José Carlos Mariátegui ao Pensamento Descolonizado. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA, XXIX, 2013, Santiago. **Crisis y Emergencia Social en América Latina**. Santiago: Universidad de Chile, 2013. v. XXIX.

²⁹⁵ MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversário e balanço. In: LÖWY, Michael (org.) **Por um socialismo indo-americano: José Carlos Mariátegui**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.p. 120.

²⁹⁶ MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversário e balanço. In: LÖWY, Michael (org.) **Por um socialismo indo-americano: José Carlos Mariátegui**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. .p. 121. (grifo nosso)

Nesse sentido, Galindo aponta que

el partido era necesario e imprescindible para introducir en el Perú esa especie de planta europea que era el socialismo; pero el partido no era exactamente el inicio de esa tarea, sino casi su estación final. La idea intuida en el Perú, madurada en Europa, debía discutirse y prepararse al regreso. Es en ese derrotero que se inscribe el proyecto de *Amauta* y toda la labor publicista desplegada por Mariátegui. También sus conferencias en las Universidades Populares González Prada y sus chalas con los jóvenes dirigentes obreros, como Larrea, Portocarrero o el ferroviario Avelino Navarro. El partido exigía el desarrollo de la “conciencia de clase”.²⁹⁷

O acúmulo de força e a organização proletária seriam, então, indispensáveis, pois o socialismo não seria inevitável. Ele seria fruto da ação consciente das classes oprimidas. Como sustentou Mariátegui: “Não basta a decadência ou o esgotamento do capitalismo. O socialismo não pode ser consequência automática de uma bancarrota; tem de ser resultado de um tenaz e esforçado trabalho de ascensão”²⁹⁸, uma vez que “a premissa política e intelectual não é menos dispensável que a premissa econômica”.²⁹⁹

A preocupação com este “trabalho de ascensão”, ou o desenvolvimento da “premissa política e intelectual”, representava a reivindicação da *vontade* de uma ação humana consciente no processo histórico. Por isto, a importância de Mariátegui na história política do Peru do século XX se deu, não apenas como *dirigente* do processo de constituição dos movimentos de camponeses e operários, mas também como *fundador* de uma perspectiva que buscou “traduzir” o marxismo aprendido na Europa em termos de “peruanização”. Desta maneira, como afirma Aricó, a peculiaridade do

marxismo mariateguiano só é possível por dois fatores: o primeiro é que o marxismo de Mariátegui se produz fora do movimento comunista e da Terceira Internacional; o segundo, pois o movimento socialista peruano se estrutura no quadro de um amplo movimento intelectual e político, não submetido à presença cerceadora do partido comunista nem à herança de um partido socialista que fixasse no movimento social

²⁹⁷ FLORES GALINDO, Alberto. **La agonía de Mariátegui**. Lima: DESCO, 1982. pp.75-6.

²⁹⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. Posição do Socialismo Britânico. In: **Defesa do Marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p.73.

²⁹⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Posição do Socialismo Britânico. In: **Defesa do Marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p.73.

a forte marca positivista que modificou o próprio marxismo.³⁰⁰

O fato do marxismo “aberto” de Mariátegui ter se produzido fora dos círculos do movimento comunista oficial fez com que seu legado teórico tenha sido objeto de disputas constantes entre aqueles que se reclamaram herdeiros políticos do socialista peruano. Dessa forma, seu legado foi reivindicado para legitimar um vasto espectro que vai de apristas a senderistas durante o século XX. Os termos de sua análise foram qualificados de “aprista”, “marxista”, “soreliano” e “populista”.³⁰¹

Por fim, é importante anotar que o diagnóstico mariateguiano sobre a o processo revolucionário mexicano foi um elemento central para a composição de seu arcabouço teórico e político. Não se trata, evidentemente, da ambição em estabelecer o “verdadeiro Mariátegui”, mas sim de acompanhar as sutilezas de suas vicissitudes político-ideológicas. Problematicar a unicidade da sua trajetória política e intelectual – e a transformação da análise sobre a Revolução Mexicana é uma ferramenta fundamental – é a melhor maneira de nos localizarmos nas disputas simbólicas sobre o legado de um dos marxistas mais importantes da história de nosso continente.

2.2 Tristán Marof

A derrota na Guerra do Pacífico também foi um marco fundamental na história boliviana. No conflito com o Chile, além das áreas de produção mineral, o país perdeu sua saída para o mar, o que lhe causou dificuldades estratégicas que perduram até hoje. À semelhança do Peru, as elites políticas e econômicas responderam às crises social e econômica com a consolidação de uma “República Oligárquica”. O período entre 1880 e 1932 foi caracterizado por um sistema de governo que, tal qual o vizinho andino, excluía política e economicamente a maior parcela da população.

A exploração da riqueza mineral (prata e estanho) foi fundamental para a relativa estabilidade política e econômica do período. Apesar do crescimento dos centros urbanos

³⁰⁰ ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E. (org.) **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.8. p. 450.

³⁰¹ Uma síntese bastante completa sobre as diferentes perspectivas de apropriação do legado mariateguista pode ser encontrado em ARICÓ, José. (org.) **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

e da grande propriedade rural, até meados do século XX, a Bolívia seguiu sendo uma nação predominantemente rural:

De esta forma, el período de 1880 a 1930 se convirtió en la segunda gran época para la construcción de haciendas en Bolivia. Las comunidades indígenas, que en 1880 poseían todavía la mitad de las tierras y formaban aproximadamente la mitad de la población rural, para el año del 1930 pasaron a poseer menos de la tercera parte de ambas. El poder de las comunidades estaba definitivamente roto y sólo la marginalidad de las tierras que todavía conservaban y el estancamiento económico de la década de 1930 evitarían su liquidación completa.³⁰²

Da mesma maneira que sucedeu no vizinho andino, os camponeses indígenas não assistiram passivamente à tomada de suas terras. Dentre as várias rebeliões do período, a de maior destaque foi liderada por Pablo Zárate Willka em 1899. Nesse sentido,

a derrota de Zárate Willka marcou o triunfo de visão segregacionista do desenvolvimento do país, fundamentada na concepção etnocêntrica e racista de que os indígenas constituíam o empecilho ao desenvolvimento e ao progresso. Tal raciocínio foi fatal para a evolução harmônica da sociedade boliviana desse período, pois implicou, por um lado, o estabelecimento de política sistemática de exclusão e, por outro, a continuada espoliação econômica dos setores indígenas e mestiços, quadro ao qual se deve agregar, como não nos deixa esquecer Carlos Mesa, discriminação consciente na educação da maioria indígena e *chola*. Esse panorama configura *apartheid* por excelência, ou seja, a construção alienada de sociedade isolada da realidade étnica, histórica e geográfica do país.³⁰³

Dentre as características do fenômeno que Camargo denomina como *pety apartheid* na Bolívia, destacamos a proibição do acesso indígena a zonas centrais da cidade (lei que só foi abolida em 1944) e a figura dos *pongos* que eram índios que serviam aos senhores da terra em suas casas na cidade. Os *pongos* eram pouco distinguíveis dos servos, na medida em que seu destino estava atrelado diretamente ao da propriedade rural onde residiam. Diante da situação as oligarquias enfrentaram novo ciclo de revoltas indígenas entre os anos de 1910 e 1930.³⁰⁴

³⁰² KLEIN, Herbert S. Bolivia, desde la guerra del Pacífico hasta la guerra del Chaco, 1880-1932. In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina: América del Sur (1870-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. v.10. p. 209.

³⁰³ CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti de. **Bolívia: a criação de um novo país**. Brasília: Funag, 2006. p. 131.

³⁰⁴ Podemos citar os levantes de Pacajes (1914), Calamarca, Paatacamaya e Sicasica (1914-15), Inquisivi (1915), Ayo-Ayo (1915-1916), Caquiaviri (1918), Jesus de Machaca (1921) e Chayanta (1927) -, ao mesmo tempo que algumas regiões, como a de Achacachi, foram marcadas por insurreição endêmica que se estende do início dos anos vinte até a década seguinte. Até mesmo áreas fora do Altiplano propriamente dito, como

Embora não possuísem articulação direta entre si, as reivindicações desses movimentos compartilhavam elementos políticos, ideológicos e estratégicos. Seus principais objetivos consistiam na recuperação das terras comunais e na supressão das formas de trabalho compulsório não remunerado (*pongueaje*). Por esse motivo, esse ciclo de rebeliões significou um salto qualitativo nas práticas de defesa das comunidades originárias, uma vez que se clamava pela inserção política efetiva do índio no cenário político nacional.³⁰⁵

Os trabalhadores urbanos também começaram a ser organizar e deflagraram diversas greves em níveis locais e regionais. O contexto de efervescência política fez com que um dos setores das elites (os Republicanos) buscassem se aproximar dos setores populares e médios,³⁰⁶ assim com apoio popular os Republicanos, sob a liderança de Bautista Saavedra, perpetraram um golpe de estado em 1920. A presença dos setores populares no arco de preocupações dos governantes foi o primeiro indício de desgaste da “República Oligárquica” que encontraria seu fim com a renúncia do Presidente Daniel Salamanca em 1934, durante a Guerra do Chaco (1932-35). Todavia, tal qual ocorria no vizinho andino, a postura do governo face às reivindicações populares foi bastante dúbia. Ao mesmo tempo em que reconhecia as organizações sindicais e promulgava uma legislação de cunho social, os republicanos não hesitavam em reprimir as manifestações que lhes fugiam ao controle como aconteceu nos massacres operários em Uncia, em 1923,

Rio Abajo, que já se situava na órbita de La Paz, foram cenário de sublevações antioligárquicas nesse período. CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti de. **Bolívia: a criação de um novo país**. Brasília: Funag, 2006. p.134-5.

³⁰⁵ Laura Gotkowitz alerta que “el papel del movimiento obrero en la génesis de los congresos indígenas, y su énfasis en los “trabajadores” urbanos y rurales, no condujeron a la supresión de lo indígena como identidad política. Antes bien, las emergentes organizaciones laborales dieron un nuevo impulso a las antiguas luchas que habían emprendido las redes de caciques apoderados. Esos movimientos previos habían cambiado durante los años de la guerra del Chaco, pero no fueron totalmente suprimidos. Aunque la red nacional ya no conservaba el mismo nivel de coordinación, los “caciques indígenas” continuaron presentando peticiones a los políticos nacionales. Y si bien las demandas de los colonos de hacienda – manifestadas durante los últimos años de 1930 y los primeros de 1940 – aparecieron de base en las comunidades también influyeron en esos eventos. Los comunarios, al igual que los colonos, ayudaron a hacer de los derechos y garantías indígenas una preocupación fundamental de las asambleas y – más ampliamente – de la cultura política en las posguerra del Chaco.” In: GOTKOWITZ, Laura. **La Revolución antes de la Revolución: luchas indígenas por tierra y justicia en Bolivia (1880-1952)**. La Paz: Plural editores, 2011. p. 225.

³⁰⁶ “La llegada de los republicanos al poder, que mantendrían hasta 1934, produjo un sutil pero importante cambio en el sistema político que se había desarrollado desde la guerra del Pacífico. La política nacional empezó a evolucionar desde el sistema bipartidista simple, hacia un sistema multipartidista. Al mismo tiempo, las normas culturales heredadas de una ideología racista, comenzaron a cambiar lentamente”. In: KLEIN, Herbert S. Bolivia, desde la guerra del Pacífico hasta la guerra del Chaco, 1880-1932. In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina: América del Sur (1870-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. p. 221. v.10.

e indígenas como os de Jesus de Machaca, em 1921, ou o de Chayanta em 1927.

Irma Lorini denomina o movimento esquerdista desse período como “embrionário”³⁰⁷ em função da sua articulação em níveis locais e não nacionais. Apesar da limitação em definir algo pelo que ele será apenas posteriormente (para a autora, a escala nacional ocorreu efetivamente apenas nos 1940³⁰⁸), as observações da autora boliviana são úteis, pois permitem compreender a dinâmica interna da esquerda boliviana e das suas relações com o poder estabelecido. Com rigor documental digno de nota, Lorini demonstra que Marof ao regressar da Europa, em 1926, logo ingressou nas fileiras socialistas bolivianas. Já em 1927, o Partido Obrero Socialista de Oruro levou a cabo a primeira tentativa de assalto ao poder, daí o pretexto que o governo Silles se utilizou para condenar Marof (filiado ao Partido Socialista de Sucre!) ao primeiro de seus desterros.³⁰⁹

Foi justamente nesse período exilado que a figura de Tristán Marof começou a ganhar força nos círculos da esquerda boliviana. Como apontamos no primeiro capítulo, em sua juventude, o intelectual boliviano iniciou sua militância flertando com o anarquismo de inspiração tolstoiana. Porém, durante o exercício diplomático no velho mundo, travou contato com o marxismo e aderiu à Revolução Russa como indicam seus dois livros mais importantes do período *El ingenuo continente americano* (1922) e *La justicia del Inca* (1926).

No segundo livro apareceu a fórmula *¡Tierras al pueblo, Minas al Estado!* que tornou Marof um elemento central da esquerda boliviana da época, como indica a adoção do lema marofista pela FUB (*Federación Universitaria de Bolivia*), a primeira entidade estudantil de alcance nacional no país.

Sinteticamente, podemos dizer que nesses livros Marof buscou encontrar no socialismo marxista uma resposta aos dilemas bolivianos. Assim, o enfrentamento com as elites mineiras e agrícolas (“feudo-burguesia”) que – aliadas ao imperialismo – dominavam a economia e a política do país só seria possível com a organização da classe

³⁰⁷ LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz-Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994.

³⁰⁸ O marco para a autora é a fundação dos seguintes partidos: *Partido Obrero Revolucionario* (1935); *Partido de Izquierda Revolucionaria* (1940) e *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (1942).

³⁰⁹ Cf. LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz-Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994. p. 168.

trabalhadora. A superação do “superestado mineiro”³¹⁰ só seria possível mediante o estabelecimento de um Estado Socialista que nacionalizasse as minas e controlasse a distribuição de riquezas.

Em uma concepção muito próxima à de Mariátegui, o socialista boliviano defendia que a tradição coletivista incaica fornecia as possibilidades de coletivizar a produção e a distribuição de riquezas no país andino. Ou seja, as particularidades nacionais eram ponto de partida de uma análise que encontrou no socialismo marxista a sua resposta. Tratava-se, portanto, de uma resolução moderna que não ambicionava nenhuma espécie de retorno ao Tawantinsuyu.³¹¹

Nesse primeiro momento, a novidade da abordagem de Marof consistia em analisar as questões nacionais em função das questões de classe. A partir dessa perspectiva, ele negava a *necessidade* do desenvolvimento da etapa capitalista – que apenas conduziria a América Latina ao subjugo dos Estados Unidos - na Bolívia para alcançar o socialismo. Nesse sentido, a crítica à via parlamentar que caracterizou seus primeiros livros³¹² como solução para os problemas políticos da América Latina se radicalizou durante sua

³¹⁰ A designação “superestado mineiro” dizia respeito à capacidade política que os grandes donos das minas de prata e estanho possuíam em fazer valer os seus interesses ante o Estado boliviano. A figura mais representativa do período foi Simon I. Patiño, rei do Estanho, um dos homens mais ricos do mundo à época, que chegou a controlar 50% da produção boliviana de estanho. “Simón I. Patiño, nacido en la provincia cochabambina, prácticamente autodidacto y aprendiz en Oruro del negocio minero como empleado de administración. Ninguna mina como La Salvadora, de su propiedad, pudo tener mejor nombre, pues se convirtió en la más grande del país; en 1910 Patiño adquirió de capitalistas chilenos las minas de Uncía y Llallagua y llegó a controlar 5% de la producción de estaño. De ahí no paró hasta hacerse en Liverpool de la mayor fundidora mundial de estaño y continuar diversificándose hasta manejar también la producción estañífera de Malasia. Su hijo Antenor declaró años más tarde que su padre había acumulado una fortuna de 3.000 millones de dólares, de los que una ínfima parte quedó o retornó a Bolivia. El otro 50% de la producción nacional se lo distribuían las empresas de Carlos Víctor Aramayo, heredero de una tradicional familia boliviana que ya había explotado plata en el siglo XIX y la de Mauricio Hochschild, que salió de Alemania después de la primera Guerra Mundial buscando nuevos horizontes.” BAPTISTA GUMUCIO, Mariano. **Breve Historia Contemporánea de Bolivia**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996. pp. 23-24.

³¹¹ “En la América, pues, y sobre todo en Bolivia, debemos tomar como dogma político el comunismo, por otra parte sería una novedad. No haríamos sino revivir el sistema incaico que duró tantos siglos. Pero el sistema incaico es la historia del comunismo primitivo. Vayamos al comunismo científico y heroicamente trabajador y fraternal”. MAROF, Tristán. **El Ingenio Continente Americano**. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1922. p.141-142.

³¹² “Pero los reformistas se opondrán a la revolución económica considerándola muy grave y de pesadas responsabilidades. En cambio, estarían dispuestos a figurar en un complot o en un motín que diese el triunfo a un caudillo o a un grupo. ¡Claro que sí! Con estos cuartelazos oportunos se obtiene prestigio y se hace fortuna por encima de la sociología. El campo político actual, con su régimen parlamentario, sus diputados, senadores, diplomáticos y empleados de diferente matiz todos muy bien pagados, es un jardín frutal democrático que no requiere grandes cultivos.” MAROF, Tristán. **La justicia del Inca**. Bruxelas: Librería Falk Fils, 1926. p.80.

experiência mexicana do exílio. Ainda em 1929, em artigo publicado durante o período vivido no México, o autor boliviano assim expressava a sua desconfiança:

Comienzo este artículo advirtiéndolo que no creo en la democracia latinoamericana ni en ninguna democracia actual. Cuando me hablan de “democracia”, de “instituciones”, de “orden legal constituido”, del “ejército que defiende a la patria”, sonrío piadosamente. Una larga y dolorosa experiencia me ha convencido que sólo existen en estos pueblos generaciones de tiranos y masas sin tradición republicana y democrática. Vuelvo a insistir en este fenómeno social: el tirano es producto de la anarquía, exponente clásico de países con economía atrasada. Mientras no se consolide una ideología revolucionaria y una doctrina, la palabra revolución quedará flotando en el ambiente como otro engaño más. Tal ha pasado en México.³¹³

A etapa do exílio vivida no México foi fundamental para a consolidação dos pressupostos político-ideológicos que conduziram à radicalização de suas posições políticas. Por isso, o exemplo negativo da experiência mexicana foi determinante na atuação política de Marof até o seu regresso à Bolívia em 1938. Nesse sentido, concordamos com Ricardo Melgar Bao:

México fue para Marof una especie de calidoscopio desde el cual miró las diversas aristas, los cuales le sirvieron de fuente de inspiración para reflexionar acerca de lo que debía ser o no ser Bolivia y la propia América Latina. Consideramos que la parte más relevante de su experiencia y lectura mexicana, giró en torno a la Revolución, desde su contradictorio proceso discutió el papel de los intelectuales, así como la subalternidad y marginalidad de los indígenas frente a los mestizos en el poder.³¹⁴

Vimos que Marof foi bastante crítico à Revolução Mexicana, em função da ausência de definição ideológica socialista entre os trabalhadores e os dirigentes revolucionários mexicanos. De acordo com o autor boliviano, a fraqueza dos intelectuais da esquerda atuante no México, ao permitir que as classes médias conduzissem o governo mexicano, foi a principal responsável pelo fortalecimento do conservadorismo. O pensador boliviano resumiu suas posições dessa forma:

A decir verdad, la revolución mexicana ha llegado a su ocaso. Pero es necesario saber qué fue la revolución. Mucha gente de fuera y de dentro le asigna papeles que no los tuvo. La revolución de 1910 fue

³¹³ MAROF, Tristan. El Fracaso Democrático en Méjico **Crítica**, Buenos Aires, 21 de dez.1929. p. 21.

³¹⁴ MELGAR BAO, Ricardo. Señas, guños y espejismos revolucionarios: México y Bolivia. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 5, n.22, oct.-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.pacarinadelsur.com/home/mallas/248-senas-guinos-y-espejismos-revolucionarios-mexico-y-bolivia>> Acesso em: dez. 2014.

simplemente un gran esfuerzo del pueblo para libertarse del régimen feudal y colonialista. Esta revolución realizóla la clase media ayudada por el campesino y el obrero. Los beneficios fueron para la clase media en su mayor parte, recibiendo el pueblo magras ganancias. Es verdad que se repartieron tierras, pero en cierta medida. [...] Pero la clase media tenía un compromiso con el pueblo, a quien le hablaba a cada instante de revolución y resolvió engañarlo hábilmente usando y abusando de la demagogia. [...] Por eso la revolución mexicana entró rápidamente en su ocaso. De ahí que todos los desesperanzados, los descontentos, los que no lograron realizar fortuna, fueron tornándose poco a poco en enemigos de la revolución liberal de 1910. [...] Por otra parte, y esto es lo más grave, los grupos revolucionarios radicales no han sabido realizar una propaganda hábil, honesta e integralmente clasista. Las masas, todas las veces, han sido aprovechadas por reformistas o por revolucionarios enemigos del proletariado. Este largo período de oportunismo “soi disant” revolucionario de la gente que se encuentra en el poder ha sido perdido definitivamente para la consolidación de las masas. Esta es una enseñanza dolorosa, pero de grandes experiencias para los verdaderos revolucionarios, tanto de México como del resto de América latina.³¹⁵

Depois de sua expulsão do México, Marof se esforçou para evitar os erros da esquerda mexicana e, em 1932, com um conjunto de exilados bolivianos fundou na Argentina o *Grupo Túpac Amaru* que tinha quatro objetivos bastante radicalizados:

1) Para trabajar de inmediato, valiéndose de todos los medios a la liquidación de la guerra, al restablecimiento de la paz, derrocando a los gobiernos feudales de Bolivia y Paraguay, los cuales subordinan los intereses de sus pueblos a las ganancias de las compañías petroleras; 2) Para organizar los bolivianos en el interior del país y en el extranjero, dándoles una clara orientación social, formando cuadros de lucha, que contemplan la situación actual y sus posibilidades urgentes; 3) Para luchar encarnizadamente contra el imperialismo extranjero y sus aliados: gobernantes, sacerdotes, latifundistas, abogados de empresas y militares; 4) *para constituir el primer gobierno socialista en América del Sur.*³¹⁶

A militância do *Grupo Túpac Amaru* amplificou as denúncias de Tristán Marof sobre a Guerra do Chaco. A militância antibelicista, no contexto da guerra,³¹⁷

³¹⁵ MAROF, Tristán. México. *Crítica*, Buenos Aires, 16 de nov.1929. p. 12.

³¹⁶ MAROF, Tristán. *La tragedia del Altiplano*. Buenos Aires: Claridad, 1934. p. 221. (grifo nosso)

³¹⁷ Marof foi um dos primeiros a lançar uma linha interpretativa que até hoje serve de base para se pensar a Guerra entre Paraguai e Bolívia. Ainda em 1928, antes dos conflitos, ele dizia que as tensões entre Bolívia e Paraguai eram resultados da disputa entre as aspirações da Standard Oil (atuante na Bolívia) e a Royal Dutch Shell (atuante no Paraguai) sobre uma saída marítima no Rio Paraguai. Cf. MAROF, Tristán. **Opresión y falsa democracia. Talleres Gráficos de la Nación**. México, D.F., 1928. pp.53-4. Já as implicações políticas da Guerra do Chaco foram abordadas em diversas ocasiões, nesse sentido se destaca o famoso documento “Carta al proletariado de Bolivia”: “La tierra del Chaco es la trampa indigna, tendida por los gobernantes de Bolivia y Paraguay, para llevar a la muerte a dos pueblos valientes, cuya energía y coraje, debían ser aprovechados para libertarse de toda tutela imperialista. “El honor y la dignidad”, son

proporcionou prestígio continental a Marof (o que pode ser constatado pelas campanhas dos diversos setores da esquerda, comunistas e trotskistas, pela sua libertação no episódio em que o governo argentino o prendeu e o deportou para Bolívia em 1935).³¹⁸

A síntese da radicalidade das concepções políticas de Marof – para além da sua avaliação da Revolução Mexicana – pode ser observada em seu livro *La tragedia del Altiplano* de 1934, em cuja abertura o autor logo declara que o seu objetivo de vida é a “Revolução Proletária”. É interessante observar que, mesmo nesse momento de maior radicalidade, para Marof o *socialismo* aparece como uma resposta aos dilemas especificamente bolivianos, ou seja, tal qual em sua análise sobre a experiência mexicana, o nacional é compreendido a partir do prisma da luta de classes:

No hay que olvidar, por otra parte, que en Bolivia la clase dirigente es débil, inepta y sin fuertes arraigos, estando obligada para subsistir y medrar, atrase servilmente al imperialismo extranjero. Pero, por eso mismo, las clases sociales inferiores sacrificadas en el conflicto, que no participan en los beneficios de la explotación, guardan entre sí un nexo común de sufrimiento y de rebelión. Lo importante es despertar rápidamente su consciencia de clase, encapuzar sus rebeldías y destruir las ilusiones que todavía siembran los viejos caudillos de que el “izquierdismo” consiste en la enunciación teórica de una constitución o la demagogia oratoria. No. Mientras el pueblo boliviano trabajador no vea sus minas, sus fuentes de producción, su petróleo y su gobierno en sus manos, controlados por él, por su partido orero, no puede haber revolución.³¹⁹

Nesta fase política mais radical, ainda no exílio, o socialista boliviano conduziu o *Grupo Túpac Amaru* à aproximação de trotskistas bolivianos que também atuavam no exterior, em especial ao grupo *Izquierda Boliviana* dirigido por Aguirre Gainsborg.

É importante lembrar que durante a fase mexicana do seu exílio, Marof se manteve

frases cómplices en la boca de los peores agentes. La guerra, tampoco puede ser, por territorio. Tierra de sobra, despoblada y sin colonizar, poseen tanto Bolivia como el Paraguay. Pero el petróleo que hay en el Chaco o lindante con él, se disputan los yanquis e ingleses, moviendo como títeres a sus gobiernos satélites. La Standard Oil, tropieza en sus movimientos de expansión con el obstáculo argentino. Al gobierno argentino le es más fácil servirse del Paraguay, en calidad de vasallo, para detener la influencia y la preponderancia de la Standard Oil. Si las armas bolivianas tienen -éxito, dominarán el río Paraguay, subordinando Asunción y las provincias nortenas argentinas al poderío de la Standard Oil. Esta compañía a pesar de sus reiteradas negativas, tiene especial interés en la guerra. Solamente por el río Paraguay, puede exportar "su petróleo". El oleoducto por Bahía Negra, es su más cara ambición. Bolivia, tendría en este negocio, apenas el once por ciento problemático". MAROF, Tristán. Carta al proletariado de Bolivia. In: _____. *La tragedia del Altiplano*. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.217.

³¹⁸ Cf. MAROF, Tristán. *Habla un condenado a muerte*. Buenos Aires: Claridad, 1936.

³¹⁹ MAROF, Tristán. *La tragedia del Altiplano*. Buenos Aires: Claridad, 1934. p.116.

politicamente próximo à Internacional Comunista. O próprio veredito do autor boliviano em seu *México de frente y de perfil*, de 1934, demonstrava essa relação de proximidade, uma vez que a “ausência de um partido comunista” teria sido, na opinião de Tristán Marof, a principal debilidade da Revolução Mexicana. Entretanto, após a publicação do livro, justamente em função da aproximação com os trotskistas, o intelectual boliviano se distanciou – embora não tenha rompido completamente, como demonstra a já citada campanha de solidariedade organizada pelos comunistas – da Internacional Comunista. A carta aberta que o dirigente comunista paraguaio Oscar Creydt dirigiu a Marof indicava a tensão que permeava a relação:

Era mi parecer que, por el momento, lo más interesante era su iniciación práctica, dado que no hay nada mejor que la acción misma para poner a luz las divergencias existentes y para rectificar errores. Sin embargo, usted comienza su carta abriendo fuego contra el que llama usted “mi partido”, al que trata de estigmatizar con el denominativo de “staliniano”, concepto extraído del arsenal ideológico del trotskismo. No me referiré aquí a las calumnias de que dice usted es objeto por parte de los comunistas; yo nunca he oído acerca de usted sino objeciones muy fundamentales concernientes a su acción política, que son las que han *determinado su distanciamiento de nuestro campo*.³²⁰

Dessa forma, em 1935, Marof e Aguirre Gainsborg resolveram fundir as agremiações políticas que dirigiam e, ainda no exílio, fundaram o *Partido Obrero Revolucionario* (POR). Na condição de dirigente do POR, em 1937, Marof retornou à Bolívia, país que estava devastado pela Guerra do Chaco:

las consecuencias del conflicto fueron más importantes que sus causas. En efecto, la Guerra del Chaco destruyó el sistema política que había funcionado en Bolivia desde 1880. El final de la guerra trajo aparejado el derrumbe tanto del gobierno civil como de los partidos políticos tradicionales. Ideas que hasta entonces sólo habían circulado entre un pequeño grupo de intelectuales radicales, ahora se convirtieron en patrimonio común de la gran mayoría de la juventud políticamente consiente y de los excombatientes. Este cambio fue tan revelador que en adelante se hablará de la “generación del Chaco” para referirse a los grupos que llegaron a la mayoría de edad durante la guerra. La cuestión india, la cuestión obrera, la cuestión agraria y la dependencia económica de los mineros privados fueron los nuevos temas de debate nacional, en lugar de las antiguas cuestiones del gobierno civil, las elecciones limpias y la construcción de ferrocarriles. Estos debates llevaron a la creación de nuevos partidos y movimientos revolucionarios en la segunda mitad de los años treinta y en los

³²⁰ CREYDT, Oscar. Carta abierta a Tristán Marof. In: LORA, Guillermo. **Historia del movimiento obrero boliviano (1923-1933)**. Editorial Amigos del libro. t.2. p.282. (grifo nosso)

cuarenta; por fin, a la Revolución Nacional de 1952.³²¹

As possibilidades do desenvolvimento de uma consciência nacional precisavam, agora, responder aos anseios e às demandas das classes populares³²², por isso a renovação intelectual promovida pela “geração do Chaco” significou o ataque frontal ao caráter oligárquico da vida política e econômica da Bolívia. O desgaste dos arranjos oligárquicos aumentou o espaço de atuação da esquerda boliviana. O governo de Germán Busch (1938-1939), por exemplo, adotou medidas estatizantes ao taxar e enfrentar os produtores de estanho. Também promulgou a Constituição de 1938 que, inspirada na Carta mexicana de 1917, instituía o chamado constitucionalismo social. A propriedade passava a ser encarada como “direito social” e não como “direito sagrado” como preconizava o liberalismo. Curiosamente, declarou-se ditador em 1939 e se suicidou no mesmo ano.

O contexto de maior espaço para a atuação política das esquerdas impôs que o POR, cujas lideranças se encontravam todas em solo boliviano, renovasse suas formas de organização e atuação política. Com esta finalidade foi realizado, em 1938, o segundo congresso do partido. As divergências entre as lideranças ficam evidentes se observado o documento que Marof redigiu na ocasião:

El compañero Aguirre sostiene que es preciso tener mucha prudencia, que no deben ingresar al partido muchos elementos desprestigiados, que lejos de favorecernos nos servirán de aisladores. Particularmente yo y muchos de nosotros, estamos de acuerdo, pero en lo que no participo es en la postergación, en el temor de fundar un partido amplio, en la discusión sobre hechos que no han sucedido, llevando la prudencia hasta colocarla en un lado negativo, de inercia, que en buenas palabras significa esto: permanecer un grupo restricto, teórico, con calidades y sabor de academia. Creo que un buen marxista no puede quedar en el cenáculo ni elaborar sus tesis para los compañeros cuya actitud se traduce en los brazos cruzados.³²³

As divergências entre Aguirre Gainsborg e Marof conduziram à ruptura entre os dois dirigentes. Por isso, Marof publicou, ainda em 1938, o livro *La verdad socialista de Bolivia*, no qual defendia suas novas posições. A “verdade socialista da Bolívia”

³²¹ KLEIN, Herbert S. **Historia de Bolivia de los orígenes al 2012**. La Paz: Editorial “G.U.M.”, 2012. p.198.

³²² CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti de. **Bolívia: a criação de um novo país**. Brasília: Funag, 2006. p. 140-141.

³²³ MAROF, Tristán. Tesis política sobre el instante actual (1938). In: LORA, Guillermo. **Historia del movimiento obrero boliviano (1923-1933)**. Editorial Amigos del libro. p.254. t2.

significava um jogo de transformações e continuidades nas concepções teóricas e nas práticas políticas de Marof. O diagnóstico dos problemas bolivianos continuava o mesmo. Grosso modo, tratava-se de enfrentar a herança e o legado colonial do poderio econômico – notadamente os setores mineiros – que sequestravam o Estado e o subjugava aos seus interesses.

A solução oferecida aos problemas foi o que se transformou radicalmente. Vimos que a experiência mexicana havia sido central na crítica de Marof à possibilidade de alcançar o socialismo a partir do Estado burguês. Agora, a “verdade socialista” boliviana não se encontrava no motim, mas sim em uma concepção processual do socialismo:

El socialismo no propugna misterios sociales no repentinos cambios. Cree, por el contrario, en un proceso social que puede estancarse o apresurarse, debido a la falta de consciencia o a la mayor claridad de los hombres, porque ellos mismos hacen su historia. El socialismo advierte matices y realidades, según las etapas económicas y la posición que ocupan los pueblos en la escala de la producción mundial. La realidad europea o norteamericana, por ejemplo, es distinta de los países semicoloniales de Sud América. Pero para cada caso señala un método de interpretación y una táctica.³²⁴

Todavia, a transformação das posições políticas de Marof em seu retorno à Bolívia, não invalidou por completo as lições extraídas do México. Para evitar os erros dos intelectuais da esquerda mexicana que não haviam logrado estabelecer um programa revolucionário, Marof defendia, em uma crítica aos antigos companheiros do POR, a criação de um partido “sólido e capaz” de guiar o leme da revolução:

Desgajados los socialistas o los que se titulan tales en pequeños grupos personalistas, sin base y sin orientación, pueden muy fácilmente ser barridos por la reacción que solapadamente conspira y alista sus fuerzas retardatarias para el motín. En tal caso, inclusive la palabra socialista sería borrada del vocabulario boliviano por muchos años, las persecuciones más atroces soportarían los obreros y estudiantes y se afianzaría un gobierno no simplemente de derecha sino de extrema derecha. [...] Que de una vez por todas, concluyan y se disuelvan los grupos personalistas y se fundan en el gran partido socialista, que no sólo es hogar proletario sino también nacional.³²⁵

A passagem é elucidativa sobre as novas perspectivas políticas de Tristán Marof. Para além de um partido amplo que lhe possibilitasse concorrer eleitoralmente, existia

³²⁴ MAROF, Tristán. **La verdad socialista en Bolivia**. La Paz: Editorial Trabajo, 1938. p.55.

³²⁵ MAROF, Tristán. **La verdad socialista en Bolivia**. La Paz: Editorial Trabajo, 1938. p. 65-8.

uma inversão sutil e curiosa na última frase do trecho supracitado. Já vimos que nas suas primeiras obras, o socialista boliviano buscou compreender a questão nacional a partir da luta de classes. Dessa forma, é importante notar que os dois termos continuam presentes na suas análises, ao contrário do que sugere a fórmula do “confusionismo ideológico” cunhada por Lora.³²⁶ Todavia, a ênfase agora aparece de maneira invertida, já que a classe trabalhadora passou a ser compreendida a partir de parâmetros nacionais, notadamente a herança colonialista. Daí que a solução, nesse segundo momento da trajetória marofista, poderia ocorrer por dentro do Estado, pois classes populares poderiam se apropriar do aparato estatal boliviano para enfrentar o poderio político-econômico das elites.

Assim, em 1939, foi fundado o *Partido Socialista Obrero de Bolivia* (PSOB) que em seu primeiro pleito (1940) logrou eleger alguns deputados, dentre eles o seu fundador, Tristán Marof. Irma Lorini nos demonstra – a partir de citações dos discursos parlamentares do socialista boliviano - que o mandato de Marof se pautou pela denúncia da apropriação do Estado pelos setores da elite boliviana e do menosprezo no trato das camadas populares:

En 1940, mantenía todavía su posición de considerarse el representante político que defendía los intereses obreros e indígenas. Cuando era el representante por el PSOB en la Cámara de Diputados, sostuvo: “...el parlamento trató sólo la cuestiones que se relacionan a la clase dirigente, a la minoría privilegiada del país, pero nada en relación a la vivienda obrera, a la clase indígena, vale decir el 85% de lo que es la población boliviana”. E esas épocas, todavía en forma muy consecuente, denunciaba a las clases dominantes bolivianas y pronunciaba con mucha vehemencia discursos en favor de los obreros mineros e indígenas. Seguía afirmado que Bolivia era un país compuesto en su mayoría de indios y obreros “Estos – decía – son los únicos que trabajan y producen...”³²⁷

Em sua atuação parlamentar Marof, aos poucos, foi se isolando. As constantes críticas à esquerda, em especial aos ex-companheiros do POR e ao *Partido Izquierda Revolucionaria* (partido de inspiração stalinista que deu origem ao Partido Comunista da Bolívia em 1950) o deixaram fragilizado, de modo que, em 1943, na deposição do General

³²⁶ Cf. LORA, Guillermo. La legendaria figura de Marof. In: _____. **Historia del movimiento obrero boliviano**. La paz: Ediciones Masas, 1996. t.3.

³²⁷ LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz-Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994. p.236.

Peñaranda, o líder do PSOB foi obrigado a se exilar por mais três anos em Lima.³²⁸ Após o regresso à Bolívia em 1946, ao menos publicamente, Marof desapareceu da cena política. Nessa última fase de sua trajetória intelectual, Marof publicou diversos livros e artigos em que atacava o MNR, especialmente o presidente Víctor Paz Estenssoro.³²⁹ A produção dessa última fase foi caracterizada por um tom de pessimismo e desilusão que acarretou em um forte conservadorismo, que criou objeções sobre sua figura que perduram até os dias de hoje na esquerda boliviana.

Finalmente, é imperativo apontar que a trajetória político-ideológica de Marof foi marcada por diversas vicissitudes, as disputas políticas em torno de seu legado político e intelectual obliteram, muitas vezes, a compreensão da racionalidade interna que o conduziu em suas escolhas. A análise da interpretação de Tristán Marof sobre a Revolução Mexicana demonstra, por exemplo, as premissas que fundamentaram a sua fase politicamente mais radical. Dessa forma, é possível apreender seu complexo legado político de maneira mais ponderada, sem descartá-lo em função do conservadorismo que marcou sua produção tardia.

2.3 Oscar Tenório

No Brasil a chamada “República Velha” (1889-1930) também se apoiou em acordos intraoligárquicos que marginalizavam a maior parcela da população do cenário político institucional. Nesse sentido, as oligarquias dos Estados de Minas Gerais e São Paulo (à época os mais pujantes da nação) se alternaram no comando do executivo nacional, buscando o apoio das oligarquias de outras regiões através da chamada “política de governadores”.³³⁰ Assim, segundo Edgard Carone, apesar das nuances comuns, existiram duas categorias oligárquicas:

³²⁸ O triste episódio – cheio de violências – é narrado no livro BACIU, Stefan. **Tristán Marof De Cuerpo Entero**. La Paz: Ediciones Isla, 1987. p.22

³²⁹ Destaca-se a biografia de Víctor Paz Estenssoro. “Breve Biografía”. Outro livro importante de tonalidade muito irônica é o “Ilustre ciudad”.

³³⁰ Política dos governadores, implementada por Campos Salles em 1898, tinha como objetivos: “confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais provocando instabilidade política no plano nacional; chegar a um acordo básico entre a união e os estados; e pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, controlando a escolha dos deputados.” FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. **CPDOC**, Rio de Janeiro: 2006. Disponível em:

a dos Estados mais adiantados, cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexos, e cujos conflitos são amortecidos pelo mecanismo do partido dominante: a orientação da Comissão Central dos P. Rs. [Partidos Republicanos] representa papel moderador e de combate às formas de desvio. Nos Estados menos ricos – a maioria – existem os P. Rs., mas o controle do grupo ou família é quase absoluto. O partido representa, nestas condições, vontade particular e não o equilíbrio de várias facções, o que conduz a formas políticas violentas e radicais.³³¹

Contudo, ao contrário de Bolívia e Peru, as oligarquias brasileiras (ao menos as que podiam ser enquadradas na primeira categoria definida por Carone) buscaram diversificar seus investimentos e formas de atuação econômica, através da transferência, em escala cada vez maior, dos lucros auferidos com o café para projetos industriais. Embora, o auge do processo de industrialização tenha ocorrido no período após a Grande Depressão com a “substituição de importações” da década de 1930, já na segunda década do século XX, podiam ser percebidos esforços no sentido de estimular a produção industrial interna, como argumenta o economista Pedro Fonseca.³³²

O otimismo das elites para com os processos de modernização econômica e social não significou a ausência de tensão político-social. Diversos segmentos, das mais variadas classes sociais, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, se insurgiram contra o regime político da época. O grande número de levantes, revoltas e greves indica o grau de tensão característico do período: Guerra de Canudos (1896-1897), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910) e a Revolta do Contestado (1913-1915) são os exemplos mais conhecidos.

No período que compreende os anos entre 1917 e 1920, o país viveu o primeiro grande ciclo de greves operárias de sua história. O sucesso da greve geral de 1917, ocorrida em São Paulo em função da regulamentação da jornada de 8 horas diárias e aumento salarial, não foi alcançado por nenhum dos movimentos posteriores que ocorreram em diversas cidades como Niterói e Rio de Janeiro em 1918, e novamente em São Paulo, Niterói, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador e Curitiba no ano

<http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf> Acesso em: 17 mai. 2014. para mais detalhes ver: OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Elite Intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro: FGV; Instituto Nacional do Livro, 1980.

³³¹ CARONE, Edgard. **A República Velha (instituições e classes sociais)**. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 271.

³³² FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

seguinte. Na década seguinte, os protagonistas dos protestos seriam os oficiais do exército de baixa patente, que realizaram uma série de levantes que ficaram conhecidos como “movimentos tenentistas”. Dentre eles, podemos destacar: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolta Paulista de 1924, a Comuna de Manaus (1924) e a Coluna Prestes (1925-27).

No entanto, ao contrário dos presidentes de Peru e Bolívia da década de 1920 (Leguía e Saavedra), o esforço dos governantes brasileiros do período em se aproximar das demandas populares foi mínimo. A centralização econômica foi alimentada pelo fechamento político e vice-versa, como atestam as políticas de “valorização” do café praticadas largamente pelos governos da época. Além de comprar o excedente das superproduções, a fim de manter os preços elevados de maneira artificial, os governos manipulavam o câmbio (emitindo mais papel-moeda) para tornar o preço do café mais atraente para o mercado internacional. A “socialização dos prejuízos”, apesar de algumas conquistas das organizações sindicais,³³³ era a tônica da relação existente entre o Estado e a sociedade civil. Por essa razão, as reivindicações sociais dos setores populares, de maneira geral, foram tratadas como “caso de polícia”, na célebre formulação do então governador de São Paulo Washington Luís.

Nesse contexto de ebulição política e social, a capital federal – a cidade do Rio de Janeiro – vivia um processo de profunda modernização. Nesse sentido, a ideia de cosmopolitismo que permeava a sociedade do Rio de Janeiro no período nos é particularmente importante, pois inspirou alguns setores classe média carioca. As facilidades de comunicação decorrentes da modernização possibilitaram que alguns professores e estudantes universitários travassem contato com os ideais da Reforma Universitária que se espalhava pelo continente.

Com intuito de divulgar as propostas dos movimentos de Reforma Universitária, um grupo de professores e estudantes fundou o periódico *Folha Acadêmica*, que circulou entre 1928 e 1931. O grupo que se articulou em torno do periódico tinha o pluralismo político como uma de suas marcas fundamentais. Na revista constata-se a presença de

³³³ “Las clases dominantes, asustadas por el impacto del movimiento obrero, utilizan no sólo la represión sino que tratan de hacer algunas concesiones que expresan en las primera leyes obreras: 1921, casas populares; 1923, caja de jubilación y pensión para los ferroviarios, y 1925, leu que reglamentaba los feriados.” BAMBIRRA, Vania; SANTOS, Theotonio dos. Brasil: Nacionalismo, Populismo y Dictadura 50 años de crise social. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina historia de medio siglo: América del Sur**. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1984. p. 137. v.1.

setores próximos ao trotskismo, ao comunismo e ao anti-imperialismo nacionalista de esquerda. Contudo, alguns temas – como os movimentos de reforma universitária – gozavam de maior consenso e homogeneidade nas páginas da revista. cremos que esse também foi o caso do México e da sua Revolução. De maneira muito geral, podemos dizer que a tonalidade dos artigos sobre o México publicados na *Folha Acadêmica* não diferiam do livro de Oscar Tenório.

O México aparecia na revista como a vanguarda da luta contra o imperialismo estadunidense na América Latina. O Partido Nacional Revolucionário, fundado por Plutarco Elias Calles, foi importante passo no processo de institucionalização da Revolução Mexicana e era visto com grande simpatia pelos membros do periódico, em especial quando da eleição de Pascual Ortiz Rubio. Este fora embaixador do México no Brasil, entre 1926 e 1929, e, além de assinar o posfácio do livro de Tenório, recebeu algumas vezes espaço na revista para divulgar e defender o governo mexicano.

Ortiz Rubio se manifestava contra os ataques que os setores conservadores da direita católica – em especial Jackson Figueiredo – realizavam contra o México e sua Revolução. No contexto de ebulição social que atravessava o Brasil na década de 1920, os setores da direita católica se organizaram para não ficar à margem das transformações políticas e sociais que rondavam o país. O México, por conta dos impasses vividos com a Igreja Católica na época da Guerra dos Cristeros, foi alvo privilegiado de críticas por parte conservadores católicos. Um dos principais veículos do conservadorismo católico foi a revista “A Ordem” que, como sintetiza Carneiro:

a publicação fundadora criada pelo intelectual Jackson Figueiredo, pretendia construir um contra-ataque às investidas de outros grupos sociais ascendentes, portadores de novas ideologias. Sob a direção de Jackson, por exemplo, a publicação [“A Ordem”] desenvolveu uma violenta campanha de oposição à Revolução Mexicana. Denunciando a falta de religião como causa última de todo o processo revolucionário, ele intercedeu junto às classes governamentais brasileiras para que defendessem os princípios católicos, antirrevolucionários por excelência. A revolução era entendida por Jackson como um exemplo de um espírito laicista presente no meio político.³³⁴

O governo mexicano não assistiu passivamente às críticas e buscou respondê-las

³³⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A ordem. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSOY, Boris (org.) **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial, 2005. p.88. (grifo nosso)

na medida do possível, como afirma Ellison:

Paralelamente, no período 1926-28, Ortiz tivera problemas com os católicos militantes. Graças a seus esforços para dar uma impressão favorável do México aos brasileiros, Ortiz pôde ganhar o apoio dos liberais, mas fracassou nas tentativas de aquietar a direita católica. Em 1926, como ele próprio diz em suas memórias e, como vemos pormenorizado no livro panegírico *Actividades de Pascual Ortiz Rubio*, de Díaz Babío, secretário de Ortiz, apenas se evitava um rompimento entre os dois países. Visto que o governo mexicano tinha procedido duramente contra os *cristeros* e contra os católicos em geral, Jackson de Figueiredo, líder dos católicos militantes e chefe de Censura no governo Bernardes, incitou seus correligionários a condenar o México. *Ortiz protestou, alcançando o apoio da imprensa esquerdista.*³³⁵

Nesse sentido é muito importante a observação de Regina Crespo:

O plano de propaganda do governo mexicano iniciou-se com Carranza e se completou com Obregón. A estratégia de aproximação do México com a América Latina (principalmente com os países do ABC) implicava estimular a ampliação dos seus laços culturais. *As representações diplomáticas deveriam funcionar como centros culturais e informativos, em estreita relação com a imprensa local.* Requisitou-se o apoio de intelectuais de prestígio, que atuaram no corpo diplomático ou como embaixadores especiais.³³⁶

A própria escolha do substituto de Ortiz Rubio para o cargo da embaixada mexicana no Brasil parece confirmar a tese de Regina Crespo. Alfonso Reyes havia obtido muito sucesso em apaziguar os ânimos dos católicos franceses durante sua estada no país europeu. Nesse sentido, o apoio que os defensores da *Reforma Universitária* prestavam à causa revolucionária do México estava, portanto, em consonância com as diretrizes do governo mexicano em responder localmente aos ataques lançados a seu país.

No entanto, não se trata de afirmar que houvesse uma *subordinação, influência* ou qualquer espécie de *determinação* dos estudantes brasileiros pelo governo mexicano. A *apropriação* que os reformistas brasileiros faziam do México, tornando-o um “modelo externo”, lhes permitia responder aos ataques conservadores da direita católica à experiência mexicana e, ao mesmo tempo, inserir-se no debate político brasileiro. Tratava-se, então, de disputar simbolicamente o sentido que a ideia de Revolução possuía

³³⁵ ELLISON, Fred P. **Alfonso Reyes e o Brasil: um mexicano entre os cariocas**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. p. 30 (grifo nosso)

³³⁶ CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. p. 195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16525.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

no Brasil do período, apontando como norte o caminho percorrido pelos mexicanos.

O primeiro passo nesse sentido, era o ajuste de contas com os privilégios derivados da herança colonial. Para além do enfrentamento com a instituição da Igreja Católica, o processo revolucionário completado com a Carta de 1917 significou também a derrocada das elites econômicas que dominaram a política do país durante o século XIX. Como sintetizava Tenório:

No tempo da colonização, as leis e os costumes regulavam uma situação de interesses econômicos e políticos imediatos. A riqueza dos poderosos era justificada na própria miséria dos perseguidos. Era o estado empírico. Com Hidalgo, os lampejos da liberdade política caíram sobre a Espanha. O cura duma aldeia humilde só pensava em independência, em personalidade humana livre, em rudimentares princípios de liberdade. Sua rebelião trazia o cunho rigorosamente político: queria separar o México da Metrópole poderosa. Hidalgo era pois a figura representativa da mentalidade racionalista. Somente com as leis de Lerdo de Tejada foi que o México alvoreceu para o estado científico, no qual o conjunto de fenômenos sociais é analisado e os ditames da administração se fazem ao redor da realidade social. Houve muitas contradições, recuos e avanços excessivos, que puseram em perigo o esforço penosamente feito para resolver os graves conflitos da vida mexicana. Mas tais recuos e avanços não constituíram obra dos políticos e estadistas; eles se fizeram terrivelmente pelo desassossego das multidões.³³⁷

A outra frente de batalha, já no século XX, era a luta anti-imperialista. Vimos que Tenório advogava o estabelecimento de um “nacionalismo defensivo” de modo a proporcionar que a população local desfrutasse das riquezas minerais de seu solo e dos frutos de seu trabalho. A *regulação* das relações – através de elementos jurídicos, como a referida Constituição mexicana - com o imperialismo permitiria, então, que os Estados nacionais latino-americanos experimentassem a prosperidade. Todavia, diferentemente das percepções do liberalismo clássico, o exemplo de prosperidade vindo do México deveria ter uma característica socializante ao dar conta dos elementos populares.

Na vida interna, Obregón e Calles fazem a prosperidade mexicana. O analfabetismo decresce; os orçamentos da instrução pública são pesadíssimos e as escolas rurais se distribuem largamente pelos vilarejos mais distantes. Incentivam a cultura, realizando uma obra de renascimento indígena e de sensibilidade modernista, ao mesmo tempo. As artes são populares; saíram das mãos monopolizadoras de uma

³³⁷ TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.30.

minoría feliz para o gozo de todos os homens.³³⁸

O Direito, então, não poderia ser o direito de uma elite político-econômica ao privilégio. Assim, a inclusão do bem-estar das classes populares como *novo parâmetro de prosperidade* deve ser compreendida como o esforço realizado pelo jovem jurista em redefinir e redesenhar o liberalismo no contexto de crise dos ideais liberais característica do primeiro pós-guerra. Assim, podemos compreender melhor a definição contida no prólogo ao livro de Tenório e enunciada por Adelmo de Mendonça, para quem os “novos espíritos”

são elites de vanguarda, em oposição aos espíritos conservadores e reacionários, que aceleram os movimentos políticos imprimindo-lhes uma disciplina construtora e os orientando para um fim preestabelecido. Oscar Tenório é um desses espíritos. Sua vida universitária fez-se ao impulso generoso de um *liberalismo revolucionário sem demagogia*.³³⁹

O desgaste da fórmula “Ordem e progresso” – típica das sínteses das disputas entre os setores Liberais e Conservadores do século XIX - levou os juristas repensarem as bases e as funções do Direito. Dessa forma, Oscar Tenório se mostrou um duro crítico do juspositivismo, já que o Estado não seria uma instância neutra que simplesmente pairaria sobre a sociedade civil:

O Estado – individualistas e socialistas vivem a discutir esterilmente até onde deve ir a função do poder público – não se resigna ao papel de simples e pesado fiscalizador das ações da sociedade. Ele possui, em cada momento do seu desenvolvimento, feição que lhe dá uma classe ou um grupo de homens enérgicos. No interesse classista, elabora leis, estatui aparelhos judiciários, policiais e fiscais, dogmatiza o corpo da moral e da justiça, e, quando ele se contradiz, no entrechoque de forças poderosas, o sociólogo racionalista vê nisso a admirável harmonia das coisas... A transformação do mundo (“transformação” é o vocábulo que substitui a falsa palavra “evolução”: não há evolução constante; existe perpétua transformação) não encerra o ardente desejo dos santos. [...] É a obra dos estadistas liberais (o liberalismo ainda é uma doutrina de grandes benefícios) é bem a de minorar o inferno dantesco das classes, servindo àqueles que merecem mais dignidade dentro da vida. Minorar eis a sua função.³⁴⁰

³³⁸ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.33.

³³⁹ MENDONÇA, Adelmo de. Prólogo. In: TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. XIV (grifo nosso)

³⁴⁰ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e**

Contudo, é imperativo ressaltar que essas transformações – da qual a experiência mexicana foi pioneira em termos mundiais - nas concepções do Direito não respondiam a demandas exclusivamente jurídicas, já que diziam respeito aos processos de modernização por que passavam as sociedades latino-americanas.³⁴¹ Dessa forma, a evocação do constitucionalismo social mexicano realizada por Tenório, significava, no contexto brasileiro, o enfrentamento direto com as políticas elitistas típicas – em especial a “socialização dos prejuízos” - da República do café-com-leite. Não surpreende, portanto, que Tenório e o Grupo da *Folha Acadêmica* tenham se posicionado a favor da Aliança Liberal, quando do episódio da ruptura entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

O periódico *Folha Acadêmica*, ao longo do ano de 1930, acompanhou, antes e depois do pleito do dia 1º de março, de perto os pronunciamentos públicos dos líderes da Aliança Liberal³⁴² com seus receios e acusações de fraudes eleitorais. Ademais, foram publicados diversos textos sobre as lideranças e as pautas que sensibilizavam a linha editorial do jornal: notadamente os direitos trabalhistas³⁴³ e as lutas por autonomia universitária.³⁴⁴

suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p. 108.

³⁴¹ “The liberal-conservative constitutional compact was enormously successful in the establishment of regimes of “order and progress.” This was particularly so from the 1880s, when most countries in the region began to massively export primary goods, and Latin America enjoyed an exceptional period of economic prosperity and political stability. Things began to change, however, with the arrival of the new century. These changes came for different reasons, including a growing and increasingly mobilized working class, and a rising discomfort with levels of inequality and authoritarianism that distinguished the decades of “order and progress.” GARGARELLA, Roberto. *Latin American Constitutionalism: Social Rights and the “Engine Room” of the Constitution*. *Notre Dame Journal of International & Comparative Law*, v.4, 2014. Disponível em: <<http://scholarship.law.nd.edu/ndjicl/vol4/iss1/3>>. Acesso em: jan. 2015.

³⁴² Cita-se como exemplo a reprodução do discurso realizado por Antonio Carlos em homenagem a João Pessoa intitulado “Antonio Carlos e o momento político” em janeiro de 1930. Após a eleição, contestando a lisura do pleito, a *Folha* publicou diversos artigos, dentre os quais destacamos o Manifesto “À Nação Brasileira” da Aliança Liberal (8 de maio) e o “Manifesto do Partido Democrático de São Paulo” do mês de junho.

³⁴³ Destaca-se nessa categoria o texto de Alves de Almeida intitulado “A plataforma do Sr. Getúlio Vargas e a classe trabalhadora”, no qual se sustenta, curiosamente, que: “o candidato Getúlio Vargas merece o apoio de todos os homens emancipados e de todos os trabalhadores, por isto que se ele não apresenta um programa de reivindicações totais como todos desejamos, mas como ela (sic) não pode fazer, apresenta entretanto uns programas onde são prometidas as reivindicações mais prementes” ALMEIDA, Alves. A plataforma do Sr. Getúlio Vargas e a classe trabalhadora. *Folha Acadêmica*, ano 3, n. 4, jan. 1930. p.6.

³⁴⁴ Ao dia 22 de junho de 1930 saiu uma matéria intitulada “Antonio Carlos e a Confederação Universitária Brasileira”. Nela consta o trecho de um discurso do Prof. Bruno Lobo (que escreveu diversos artigos na própria revista elogiando a questão da autonomia universitária da Universidade de Minas Gerais) por conta da inauguração de um retrato do governador de Minas na sede da Confederação. O discurso possui um tom laudatório e louva o governador por orientar “grande campanha liberal renovadora dos nossos costumes

Dessa forma, logo após o pleito, na edição de 6 de março de 1930, se lia logo na capa o artigo – não assinado, de tonalidade editorial – que se propunha a fazer o balanço do processo eleitoral. Intitulado “As eleições de 1º de março”, o texto proclamava categoricamente que “O Brasil despertado pelo grande Andrada que governa Minas Gerais assistiu e registrou a 1º de Março o maior bacanal eleitoral de que há memória na sua história política”.

A partir de então, os textos sobre a conjuntura brasileira aumentaram bastante se comparados aos anos anteriores. A linha editorial da Revista era nitidamente identificada com os anseios de renovação propagados pela Aliança Liberal, por isso as contestações legais feitas pelos liberais ante o Congresso Nacional foram acompanhadas com expectativa e simpatia. O impedimento da posse de Júlio Prestes – e, curiosamente, nada se falou sobre os movimentos extraparlamentares do episódio – e a proclamação do Governo Provisório de Getúlio Vargas em outubro foram retratadas de maneira efusiva.

As edições de números 29 a 36 (datadas de 7 de agosto a 25 de setembro) foram compiladas e colocadas novamente em circulação após a realização golpe, como indicam os dois grandes carimbos em vermelho na primeira página. No primeiro deles consta a data de 24 de outubro de 1930 e com a indicação “números 36 a 40”. Também havia dizeres que saudavam a vitória do movimento revolucionário com as seguintes palavras: “Venceu a Revolução Brasileira, que assumiu o caráter de verdadeira insurreição de professores e estudantes, antigos propagandistas da regeneração nacional, congratulam-se com o povo brasileiro pela vitória que acabamos de obter”. A divergência entre as numerações e as datas impressas na capa da Revista e do carimbo nos levam a crer que uma reedição – ampliada, possivelmente - foi feita às pressas. Outro fator que sustenta a hipótese da urgência da reedição é o segundo grande carimbo que contém uma marca na nota de pé da página que diz: “Tiragem excepcional – 30.000 exemplares”.

É interessante observar que sobreposta pelo grande carimbo dessa edição, havia uma matéria denominada “Universidade Brasileira”. Tratava-se de síntese da agenda da Confederação Universitária Brasileira que defendia: 1) Autonomia didática e administrativa; 2) Autonomia na elaboração dos regulamentos; 3) a “função político-social” das universidades que incluía a possibilidade de articulação com universidades

estrangeiras. Possivelmente, o tom mais direto das reivindicações – não esqueçamos que esse texto de capa é de agosto – estava relacionado à crença de que a Aliança Liberal poderia reverter o resultado do pleito de março que havia dado a vitória aos cafeicultores de São Paulo, na figura de Júlio Prestes.

A nosso ver, tratava-se da intenção de estabelecer o processo de negociação com os “renovadores da política nacional”. A edição seguinte – novembro, nº 41 – parece ser mais incisiva. A *Folha Acadêmica* se outorgou o papel de porta-voz da Confederação Universitária Brasileira ao reivindicar, já depois do golpe de 1930, do Presidente provisório, Getúlio Vargas, as demandas de autonomia e reforma universitárias defendidas com veemência há algum tempo pelo grupo. Assim, lemos:

Apresentando ao Presidente Provisório da República, Getúlio Vargas, as mais sinceras declarações de solidariedade na empreitada renovadora do Brasil, tomamos a liberdade, professores e alunos, em nome da Confederação Universitaria Brasileira, de lembrar a oportunidade de SEREM INTEGRALIZADAS AS CONGREGAÇÕES DOS INSTITUTOS SUPERIORES DE ENSINO E OS RESPECTIVOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIOS COM OS REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES, à semelhança do que foi feito na Universidade de Minas Gerais por Antônio Carlos e Francisco Campos, de forma a permitir a atuação dos principais interessados na organização e direção do ensino. Assinam: Bruno Lobo, João Pontes de Carvalho, Ernani Pinto, Eugenio Roland, Evaristo de Moraes e Aurélio Guimarães.³⁴⁵

De maneira geral, as classes médias aparecem como fatores implícitos nas grandes explicações sobre a Revolução de 1930. Nesse sentido, tanto as perspectivas que privilegiam o “vazio de poder” gerado pelas divergências intraoligárquicas³⁴⁶, quanto nas narrativas que buscavam enfatizar o papel dos setores populares “vencidos” pelo golpe de 1930³⁴⁷, silenciam sobre as particularidades e os papéis que as classes médias

³⁴⁵ Universidades Brasileiras. **Folha Acadêmica**, ano 3, n.41, nov. 1930.

³⁴⁶ Segundo Boris Fausto, o “vazio de poder” gerado pelas divergências intraoligárquicas deu origem ao chamado “estado de compromisso” que buscava conciliar os interesses de diversos grupos sociais. Nesse sentido, “Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazão de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais do campo.” FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. pp. 112-113.

³⁴⁷ Para Edgard De Decca os eventos de 1930 consistiam em um golpe preventivo da burguesia, em função da efervescência política existente nos meios populares à época. Para o autor, o Bloco da Aliança Operário-Camponesa (BOC) seria a expressão fundamental da luta de classes no plano institucional brasileiro: A posição do BOC foi estratégica pelo menos por duas razões. Primeiro, por homogeneizar uma dada concepção de prática política no interior da classe operária, combatendo as várias tendências anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, etc., por procurar fazer com que a classe operária fosse representada no

desempenharam em 1930. Uma exceção a este quadro é a pesquisa sobre o Partido Democrático de São Paulo conduzida por Maria Lígia Coelho Prado.³⁴⁸ A autora demonstrou que a ampliação das discussões sobre “democracia” para o campo do social também era cara a alguns setores das classes médias. Por isso, é fundamental compreender como esses setores desempenharam um importante papel na legitimação da ascensão da Aliança Liberal como um fenômeno de “saneamento” dos vícios políticos cultivados na República Velha.

Em nosso caso, não deixa de ser curioso notar que um grupo de estudantes e professores universitários – com forte inspiração da Revolução Mexicana e dos movimentos reformistas da América Hispânica – tenham colaborado para *legitimar* os anseios de renovação política e rearranjo institucional no fim dos 1920. A observação é pertinente, pois, falando especificamente do grupo *Folha Acadêmica*, as suas reivindicações foram parcialmente atendidas, já que o regime pós-1930 logo buscou reformar o sistema de ensino superior com as medidas que ficaram conhecidas como “Reforma Campos”.

Na Reforma Campos, uma questão, ainda hoje desafiadora, diz respeito à concessão da relativa autonomia universitária como preparação gradual para a autonomia plena. Embora ressalte, na Exposição de Motivos sobre a reforma do ensino superior, não ser possível, naquele momento, conceder-se autonomia plena às universidades, a questão fica, a rigor, em aberto.³⁴⁹

Essa tensão entre “centralização” e “autonomia” foi bastante característica do período. A própria Constituição de 1934 que também foi resultado das negociações entre os setores sociais envolvidos na Revolução de 1930 não estava isenta dessa tensão, por isso logo foi suspensa com a instauração do chamado “Estado Novo” em 1937. Apesar de reconhecer os avanços sociais da Carta de 1934 (os quais também atendiam suas demandas políticas *de maneira parcial*), Tenório – fazendo coro ao desmanche da base

âmbito de um único partido (seja institucionalmente, seja ilegalmente). Sob essa perspectiva, o BOC exigia uma presença institucional da classe operária para além dos limites das disputas em torno da aplicação das leis sociais; ela deveria estar presente *particularmente* em todas as suas manifestações. Em segundo lugar, porque a presença do BOC naquele momento garantia para as várias propostas políticas a participação da classe operária nos limites da esfera institucional. DE DECCA, Edgard. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.186.

³⁴⁸ PRADO, Maria Lígia Coelho. **A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934)**. São Paulo: Ática, 1986.

³⁴⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, 2006. pp.17-36

de apoio da Aliança Liberal – logo passaria a criticá-la.

Evidentemente, as críticas de Tenório correram em sentido diverso daqueles que – como Vargas³⁵⁰ – achavam que os termos liberais da Carta de 1934 não centralizavam o poder de maneira suficiente. Assim, o jovem jurista criticou a Constituição tanto a partir de aspectos técnicos (o texto seria “longo demais”), quanto políticos (restrição da entrada de imigrantes no país).³⁵¹ Afinal seu “nacionalismo defensivo”, inspirado na Revolução Mexicana, não poderia compactuar com a restrição da imigração, da circulação de pessoas e de ideias, como propugnavam os setores do “nacionalismo de direita” típicos dos anos 1930.

3. Ideias de Revolução na América Latina da década de 1920

A diversidade de leituras e apropriações da experiência mexicana demonstra que os intelectuais anti-imperialistas por nós analisados apresentavam distintas ambições e perspectivas acerca do fazer revolucionário em seus próprios países. Ainda assim, como demonstra o quadro que esboçamos anteriormente, é possível perceber que eles enfrentaram – a despeito das particularidades nacionais – dilemas comuns no âmbito dos respectivos espaços da política interna. As maiores semelhanças consistiam no enfrentamento das oligarquias que, desde meados do século XIX, dominavam a vida política no Brasil, Bolívia e Peru, restringindo a participação política das camadas populares.

Já vimos como a Revolução Mexicana foi importante para cada autor pensar e atuar politicamente nos seus respectivos países. Se para os socialistas andinos o desencanto com a experiência mexicana foi um das alicerces para a radicalização de suas posições políticas – no sentido de defenderem a centralidade da “luta de classes” –, para o jovem Oscar Tenório as respostas apresentadas pelo governo aos dilemas mexicanos foram

³⁵⁰ Nas comemorações do 10º aniversário da Revolução de 1930, Getúlio Vargas declarou que: “Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação!” In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940. v.8.

³⁵¹ Cf. DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório. In: PENTEADO, Jaques Camargo; RUFINO, Almir Gasquez (org.). **Grandes juristas brasileiros (livro II)**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

determinantes para a fundamentação de sua aposta na Aliança Liberal que conduziu à Revolução de 1930.

Se a busca da Revolução Mexicana como “modelo externo” serviu ao papel de orientação diante dos dilemas nacionais e internos, ela também foi inspiração para que os nossos intelectuais se posicionassem diante das questões externas, especialmente o temor relativo ao imperialismo estadunidense. As respostas que os três intelectuais ofereceram a esses dilemas externos tinham um pressuposto comum, a saber: a perspectiva continental da Revolução. As dimensões continentais da luta revolucionária não se limitavam, então, à mera articulação dos problemas de escalas nacionais, pois também diziam respeito às questões políticas do âmbito externo.

Nesse sentido, a relação entre as questões internas (o enfrentamento com as elites que detinham o poder desde meados do século XIX) e as questões externas (ameaça imperialista dos Estados Unidos) impôs aos intelectuais de esquerda a necessidade de responder à seguinte pergunta “como fazer a Revolução?”. Segundo Michael Löwy, na história política do continente, essas discussões caracterizaram

um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução.³⁵²

Deste modo, o debate sobre *a natureza da Revolução* consistia nas diversas respostas possíveis aos dilemas internos e externos de cada país. Trata-se, pois, de compreender como os autores articularam duas variáveis na formulação de seus “programas revolucionários”. A primeira delas era a defesa da nação contra os perigos representados pelo imperialismo. A outra dispunha sobre a luta de classes no plano interno de cada país, não apenas entre burguesia e proletariado, mas problematizando também as questões rurais (grandes latifundiários e camponeses).

O “programa revolucionário” seria, portanto, a síntese da articulação entre essas duas pautas. É importante observar que não se tratam de polos excludentes, mas sim de ênfases. Desse modo, as distintas prioridades atribuídas a cada variável são a origem dos

³⁵² LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012. p.9.

distintos projetos e concepções revolucionárias.

Oscar Tenório, por exemplo, entendia que as classes que exploravam os setores populares eram as mesmas que vendiam a América Latina ao imperialismo. Por isso, a luta pela soberania nacional deveria enfrentar os que entregavam o país ao estrangeiro, ou seja, tratava-se de imprimir um conteúdo social à democracia tal qual ocorria no México. A experiência revolucionária mexicana também fornecia o exemplo das táticas e das etapas de luta a serem seguidas. O sujeito revolucionário – e aqui Tenório se distanciava muito dos comunistas – seria uma aliança entre as classes trabalhadoras e as classes médias. Essa aliança deveria se ocupar da disputa pelo aparato estatal de modo a estabelecer as políticas anti-imperialistas (“nacionalismo defensivo”) que, grosso modo, assim poderiam ser definidas:

Ao Governo compete outorgar concessões para a exploração do petróleo. Entretanto, as companhias não querem viver sob a fiscalização mexicana. Durante a presidência de Alvaro Obregón, foi constituída uma Comissão mista, de mexicanos e norte-americanos, com o caráter de apreciar as reclamações apresentadas pelos súditos “yankes”. E com o Presidente Calles, a Chancelaria contestou, numa forma jurídica admirável, as “notas” de Washington. Aaron Saenz fulminou a chicana de Frank B. Kellog com uma exposição serena e justa do direito do México de, como Estado soberano legislar por si mesmo e para si próprio. Contrariando a opinião norte-americana de que os direitos existem uma vez que as leis estabeleçam a possibilidade de que nasçam, o México apresentou, discutiu e justificou uma doutrina que deve ser a de todas as nações da América Latina: para que o direito existe é indispensável um ato humano positivo que lhe dê nascimento.³⁵³

A subordinação da luta classista às necessidades nacionais implicava uma negação política, mas não epistemológica, do conceito de “luta de classes” na acepção clássica do marxismo. O jurista brasileiro reconhecia o antagonismo econômico entre as classes proprietárias e as despossuídas:

Nos debates constitucionais do século XX, o problema do latifúndio foi dos primaciais para a vitória das novas aspirações democráticas. As exigências constitucionais tinha que assegurar a ruína das imensas propriedades, dividindo-as com a pequena-burguesia e o trabalhador em geral; tinha que estabelecer um regime capaz de acabar com a atrofia do organismo econômico; tinham que efetivar os ideais verdadeiramente republicanos da Revolução, com o desenvolvimento

³⁵³ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.195.

das aspirações coletivas.³⁵⁴

Vemos como o fim das classes sociais não fazia parte das ambições políticas de Tenório. Dessa forma, a Revolução, para o autor, seria os esforços de *contenção* do imperialismo – além do enfrentamento dos seus aliados no plano interno - e não a superação do capitalismo. Dessa maneira, o jurista brasileiro buscava enfatizar o “caráter nacional” para enfrentar o imperialismo e os setores mais conservadores da sociedade a partir de um Estado forte, soberano e autônomo do ponto de vista econômico, político e cultural.

Os socialistas andinos, por outro lado, acreditavam que a emancipação dos trabalhadores latino-americanos – e de toda classe trabalhadora mundial – só seria possível com o fim do capitalismo. Por isso, se localizavam em um espectro diametralmente oposto ao de Tenório. Contudo, é preciso assinalar que a centralidade classista não excluía os debates sobre a chamada “questão nacional”. Ou seja, os seguidores da filosofia da práxis também se digladiaram em torno dos debates sobre a *natureza da revolução*, a partir de questões sobre as táticas, estratégias, as etapas, os métodos de luta da perspectiva revolucionária no continente latino-americano.

Dentro da tradição revolucionária de esquerda comunista, que buscava *contestar a ordem capitalista*, havia uma diversidade de respostas a essas perguntas. Mariátegui e Marof, então, eram exemplos da *pluralidade possível* que se estabelecia na Internacional Comunista durante seu processo de *bolchevização stalinista* (e não deixa de ser interessante que nos anos 1930, ambos socialistas andinos seriam rechaçados pelo movimento comunista soviético oficial). O processo de stalinização foi objeto de vasto e complexo debate historiográfico e as minúcias desse processo escapam muito do nosso escopo de análise.³⁵⁵ Contudo, é importante assinalar que as querelas entre as lideranças bolcheviques, após a morte de Lênin, abriram porosidades que possibilitaram algum grau de negociação entre os participantes do movimento comunista internacional.³⁵⁶

³⁵⁴ TENÓRIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928. p.161.

³⁵⁵ Por exemplo, ver: PONS, Silvio. **A Revolução global: História do comunismo internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. BROUE, Pierre. **História da Internacional Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2007.

³⁵⁶ “Os comunistas não eram forçosamente “agentes de Moscou”, diferentemente de como os representava a propaganda anticomunista, ainda que a fronteira entre dedicar-se à causa revolucionária e servir ao regime soviético pudesse se tornar tênue. Sua fé política extraiu substancial alimento da experiência da guerra e da

Evidentemente, não afirmamos que a organização internacional do comunismo soviético foi democrática. Havia uma clara assimetria de poder entre as lideranças do Partido Bolchevique e os dirigentes do restante do globo. Contudo, é preciso reconhecer que havia *algum* espaço para disputa. Pensamos que a afirmativa é especialmente válida para a América Latina, uma vez que a demora da Internacional em se deter sobre as questões específicas do nosso continente abriu um espaço *relativamente* maior de barganha para os filiados de nosso continente. Isso explica, em certa medida, a proximidade de figuras tão díspares como Mariátegui e Marof ao movimento comunista internacional.

Por outro lado, já vimos que os intelectuais andinos foram buscar no socialismo de Marx e seus seguidores as respostas para os dilemas políticos específicos da Bolívia e do Peru. Ainda que a ressalva à experiência mexicana tenha conduzido os autores a uma perspectiva centralmente classista, isso não representou o desaparecimento da preocupação com a mediação do elemento nacional. Daí, por exemplo, a preocupação de ambos autores em refletir sobre as possibilidades do coletivismo incaico como fundamento do socialismo moderno e a sutileza epistemológica que permitiu a crítica ao *etapismo* que caracterizava a perspectiva stalinista da revolução. Nos dizeres de Marof:

Sin embargo nos es difícil liquidar prejuicios, tonterías e intereses creados, en buena armonía. El espíritu batallador y formidable del nuevo continente no puede cruzarse de brazos esperando tranquilamente la evolución material. El espíritu y la conveniencia deben precipitar la era socialista sin hacerse ilusiones de que un desarrollo de capitalismo sería antes necesario. I aquí quiero detenerme dos minutos. El desarrollo del capitalismo en los nuevos estados no los conducirá sino a entregarlos atados de manos y pies a los yanquis.³⁵⁷

A urgência do socialismo acarretou uma concepção criativa dos escritos de Marx, Engels e Lênin. Dessa forma a *apropriação* que os socialistas andinos realizaram do marxismo consistia em abordá-lo como uma *bússola* – que demonstra o norte, mas não o caminho – e não como um conjunto de ideais sacralizados que ditariam o percurso da história. Por isso, Mariátegui, por exemplo, não concebia o marxismo como uma “doutrina pura”:

radicalização social e ideológica de massas do pós-guerra. Mas foram os bolcheviques que lhes forneceram linguagem e identidade, além de financiá-los generosamente.” PONS, Silvio. **A Revolução global: História do comunismo internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p.94.

³⁵⁷ MAROF, Tristán. **La justicia del Inca**. Bruxelas: Libreria Falk Fils, 1926. p.15.

Si Marx no pudo basar su plan político ni su concepción histórica en la biología de De Vries, ni en la psicología de Freud, ni en la física de Einstein, ni más ni menos que Kant en su elaboración filosófica tuvo que contentarse con la física newtoniana y la ciencia de su tiempo: el marxismo -o sus intelectuales- en su curso superior, no ha cesado de asimilar lo más sustancial y activo de la especulación filosófica e histórica post-hegeliana o post-racionalista.³⁵⁸

O marxismo, então, era concebido como um “método” que deveria apreender as particularidades da realidade latino-americana. Assim, podemos compreender a importância da experiência mexicana na aposta que Mariátegui (ao menos em sua produção tardia) e Marof (na época do primeiro exílio) realizaram, sem eliminar as mediações nacionais, ao priorizar a questão das classes trabalhadoras como passo fundamental do caminho ao socialismo. Afinal, para eles derrotar as oligarquias que comandavam o Peru e a Bolívia desde meados do século XIX e o imperialismo estadunidense só seria possível com a derrocada do capitalismo.

Por fim, é importante assinalar que a pluralidade da esquerda *antes da hegemonia stalinista* – dentro e fora dos marcos do movimento comunista – era característica marcante de um período em que os intelectuais buscavam reinventar o mundo em que viviam. Um mundo em crise com intensos processos de modernização requeria novos arranjos políticos, sociais e simbólicos. Nesse sentido, podemos dizer que os esquerdistas da geração dos 1920 empreenderam um primeiro esforço de *descolonizar* a América Latina, no âmbito da política e do simbólico. Sua ambição intelectual e criatividade abriram caminho que estabeleceu muitas das variáveis com que, ainda hoje, pensamos a América Latina e seu lugar no mundo.

³⁵⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defensa del marxismo**. Lima: Editora Amauta, 1976. p. 43.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Mexicana foi um dos eventos mais importantes da história política da América Latina. O levante popular que atingiu o país na década de 1910 cativou corações e mentes de diversas gerações do nosso continente e foi especialmente importante para a intelectualidade dos anos 1920. As análises dessa geração elencaram alguns dos parâmetros pelos quais até hoje a historiografia narra os eventos revolucionários ocorridos no México (como por exemplo, os projetos políticos, ou suas “ausências”, dos povos originários e a questão do “programa revolucionário”).

No quadro do pós-Primeira Guerra, diante da crise do liberalismo e da *Belle Époque*, a geração dos 1920 buscava reinventar e ressignificar a identidade latino-americana. Tratava-se, pois, de escapar das interpretações da América Latina realizadas em função da Europa, nas quais nossa história se resumia às “ausências” e “defasagens” relativas ao modelo ideal europeu. Nesse sentido, as análises da Revolução Mexicana, uma vez que o ideal revolucionário no México não havia sido “importado”, foram fundamentais para a apreensão das particularidades da história, da cultura e da formação social da América Latina.

No âmbito da esquerda, esse esforço de compreensão das particularidades da realidade latino-americana era fundamental para a formulação das ideias e das concepções sobre as maneiras de fazer a Revolução. O programa revolucionário, grosso modo, consistiria na articulação entre dois elementos distintos, a saber: os “universais” (a “luta de classes” e a necessidade do socialismo, por exemplo) e os “particulares” (dentre outros, a “questão nacional” e o enfrentamento anti-imperialista). Importante ressaltar que, na maioria dos casos, não se tratava de polos excludentes e, por isso, as distintas ênfases aplicadas em cada um dos pontos foram o que deu origem à diversidade de projetos e programas políticos no período. É justamente nessa perspectiva que a comparação das interpretações sobre a experiência mexicana realizadas por Oscar Tenório, Tristán Marof e José Carlos Mariátegui se tornam um interessante objeto de pesquisa.

No quadro que elaboramos no decorrer desse trabalho de pesquisa, podemos notar três atitudes distintas diante dos governos mexicanos da década de 1920. O jurista brasileiro, Oscar Tenório, foi um entusiasta dos governos liderados por Obregón e Calles. Em uma outra extremidade, encontramos o socialista boliviano, Tristán Marof, que foi

bastante duro em suas críticas aos rumos do México pós-guerra civil. Em um meio termo, podemos alocar a transformação radical das posições sobre o México do peruano José Carlos Mariátegui, cuja simpatia às bandeiras do grupo de Sonora deu lugar a duras objeções que comparavam as concepções do governo mexicano às do fascismo italiano. Para um socialista, nada mais distante do desejável.

De maneira geral, na análise da experiência mexicana os três intelectuais abordaram diversos temas, como, por exemplo, a questão da igreja, os problemas da reforma agrária, a nacionalização dos recursos minerais (especialmente o petróleo) e o enfrentamento com o imperialismo estadunidense, além das representações intelectuais nos diversos campos artísticos, como a pintura e a literatura. Nesse sentido, a comparação das interpretações permite observar como o México foi um, entre tantos outros, dos parâmetros dos debates que conformaram as preocupações e as perspectivas da esquerda latino-americana que atuou nos anos 1920 e começo dos 1930.

Os problemas que mais obtiveram destaque nas análises, sem dúvida, estiveram relacionado aos dilemas enfrentados pelo governo mexicano no processo de reconstrução do país após a devastadora guerra civil da década anterior. A centralidade do Estado nas leituras que os intelectuais fizeram do México explica as poucas linhas dedicadas a personagens importantes, tais quais, por exemplo, Villa e Zapata (Tenório, Marof e Mariátegui publicaram suas reflexões após a morte desses importantes personagens da Revolução). Tratava-se, pois, de analisar uma “revolução vencedora” e avaliar as iniciativas dos governos mexicanos da década de 1920 em se colocar como representantes legítimos dos interesses populares que se levantaram na Guerra de 1910.

Outro ponto transversal nas três interpretações foi *abordagem do índio e do campesinato*. Ainda que o nome de Zapata e Villa apareçam poucas vezes nas linhas escritas por nossos autores, é imperativo notar que a organização popular foi problematizada a partir de referências à CROM (*Confederación Regional Obrera Mexicana*), uma central sindical urbana, com raras menções às organizações rurais e/ou indígenas como o Exército Libertador do Sul ou a Divisão do Norte. Nesse sentido, nas três leituras os indígenas e os trabalhadores do campo não apareceram como *sujeito revolucionários*, já que a preocupação dos autores consistiu em exigir do Estado uma solução para os problemas étnicos e rurais. A questão indígena e camponesa se limitou, então, a um *objeto* das políticas públicas do Estado Mexicano pós-revolucionário. A

ambição dos autores consistia em transformar o índio em “cidadão” através da inclusão socioeconômica, tanto no liberalismo quanto no socialismo, sem problematizar as particularidades da questão étnica, como a perda da identidade e a herança cultural dos povos originários.

Por outro lado, a grande divergência nas interpretações sobre o México foi, sem dúvida, a questão do “programa revolucionário” e sua relação com a Constituição de 1917. Oscar Tenório defendia que a Constituição de Querétaro, com seus direitos trabalhistas e suas deliberações de nacionalização dos minérios, fazendo dela um “programa da Revolução”. Tristán Marof, uma vez mais em lado oposto a Tenório, foi bastante crítico ao processo mexicano por conta da inexistência de uma perspectiva autenticamente socialista. Mariátegui, em sua transformação da apreciação sobre o México, partiu de uma posição similar à de Tenório e se aproximou das posições de Marof, ao criticar, no final dos anos 1920, a ausência de uma organização autônoma dos trabalhadores mexicanos.

O peso atribuído ao protagonismo (ou à ausência) das classes trabalhadoras, principalmente as urbanas, no processo revolucionário gerou outras divergências no quadro de leituras sobre o México. Apesar da aproximação política das teses de Marof e Mariátegui (no fim de sua vida), os dois divergiram sobre a caracterização dos eventos revolucionários mexicanos. Ambos socialistas tinham como objetivo a derrubada do capitalismo, contudo não concordavam sobre a importância da experiência mexicana para a referida tarefa. O socialista boliviano encarou todo o processo da Guerra Civil e a estabilização do Estado pós-revolucionário como uma mera troca de oligarquias, ao passo que o peruano, mesmo em sua fase mais crítica, julgava que o México havia passado por “Revolução”, ainda que “democrático-burguesa”. A defesa incondicional do governo mexicano – diversas vezes, enfatizando suas “virtudes liberais” - feita por Oscar Tenório, o afastou de qualquer perspectiva política que buscasse o fim do capitalismo.

As diferenças sobre a caracterização da Revolução Mexicana demonstram tanto a complexidade do tema analisado pelos nossos autores, quanto a pluralidade de posições políticas que existiam entre os setores esquerdistas latino-americanos atuantes na década de 1920. Nesse sentido, a intencionalidade política da escolha do México como objeto de reflexão fica evidente quando observamos que as interpretações dos três autores se encerraram com um veredito sobre a validade da Revolução Mexicana como modelo

revolucionário para os outros países da América Latina.

Evidentemente, reconhecer as intenções política das leituras sobre o México não significa reduzi-las ao nível da “ideologia” – como se o fenômeno mexicano fosse apenas a experiência que demonstraria a correção das concepções ideológicas dos autores existentes *a priori* -, mas sim compreender que, se a Revolução Mexicana foi uma “inspiração” para a reflexão dos três intelectuais, nada mais plausível que o interesse repousasse sobre os dilemas políticos enfrentados por seus contemporâneos.

Ainda que em geral o sacrifício e o sangue derramado pelo povo mexicano tenham sido objeto de admiração comum aos três intelectuais, a *apropriação* da “via revolucionária mexicana” para a conformação de um *modelo externo* não se deu de maneira unívoca e homogênea. Desse modo, as distintas leituras sobre o México estiveram relacionadas a diferentes elaborações de estratégias para os respectivos espaços nacionais dos autores.

A adesão incondicional de Oscar Tenório à Revolução Mexicana esteve embasada na simpatia à Carta Magna de 1917. O olhar do jurista enxergava o *constitucionalismo social* mexicano (primeira Carta Magna da história a prever direitos sociais) como possibilidade de superação das práticas políticas das oligarquias que governavam o Brasil na chamada “República Velha”. O “saneamento” da política significava, para o autor, não apenas o fim das práticas de “socialização dos prejuízos” do café, mas também a ampliação da democracia, de modo que, a partir da leitura da situação mexicana, Tenório depositou suas expectativas na defesa da Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

Tristán Marof, realizou sua crítica do processo político mexicano, a partir da análise de aspectos econômicos e políticos. Para o autor, a “ausência de definição ideológica” que caracterizou a experiência mexicana explicaria o caráter desorganizado e anárquico da Revolução, em que os atores políticos não brigavam por programas, mas por poder, caracterizando-se, então, como meros oportunistas. Nesse sentido, podemos dizer que as críticas de Marof ao regime mexicano fundamentaram as concepções ideológicas de sua fase política mais radical, na qual a perspectiva classista se fez preponderante. Por isso, a desilusão com a experiência mexicana foi fundamental para a confluência de concepções que marcou a aproximação do socialista boliviano, em sua fase mais radical, aos grupos trotskistas de bolivianos exilados que resultou na fundação do *Partido Obrero Revolucionario* (POR), em 1934.

José Carlos Mariátegui, dentre os autores, foi o que realizou a análise mais ampla do fenômeno mexicano. Além dos aspectos jurídicos, políticos e econômicos, o socialista peruano também abordou de maneira sistemática as representações simbólicas que apareceram no México da década de 1920. O apoio inicial de Mariátegui ao governo mexicano se relacionava diretamente com a ideia de “acúmulo” da perspectiva socialista que orientava suas ações no Peru, uma vez que a organização popular, mesmo sem um programa explicitamente socialista, acabaria por forçar o governo mexicano a tomar medidas socializantes. A desilusão com os desdobramentos da Revolução Mexicana – em especial com a pequena-burguesia – foi um dos elementos fundamentais para a criação do Partido Socialista do Peru, uma vez que a ausência do “programa revolucionário” de moldes socialistas havia favorecido os setores conservadores que, no México, acabaram por se apropriar da Revolução.

Podemos perceber, então, como as análises da Revolução Mexicana foram fundamentais para a consolidação das perspectivas político-ideológicas que fundamentaram a atuação dos três intelectuais em seus respectivos espaços nacionais. A circulação de ideias e os diálogos estabelecidos em torno da recepção da Revolução Mexicana demonstram como o México foi um elemento central na configuração de uma identidade de esquerda na América Latina da década de 1920.

Por fim, é importante ressaltar que esse trabalho de pesquisa buscou colaborar com a historiografia em torno de duas variáveis. A primeira delas foi a da “descolonização do pensamento”, uma vez que a própria ideia de “Revolução”, tendo em vista, por exemplo, as Revoluções Francesa e/ou Russa, foi muitas vezes concebida em termos eurocêntricos e etapistas. Observar como a intelectualidade latino-americana ativamente se *apropriou* de um fenômeno – a Revolução Mexicana – que escapou aos modelos etapistas consagrados no século XX impõe a necessidade, ainda hoje, de pensar a temática da Revolução *também* em termos especificamente latino-americanos, ou seja, daquilo que é particular na nossa história.

Outra contribuição foi a de apontar a diversidade das posições de esquerda em um momento tão importante de nossa história continental, no qual a esquerda logrou um salto organizativo com o estabelecimento das primeiras Centrais Sindicais de âmbito nacional em diversos países, as primeiras greves gerais e a inédita articulação do ponto de vista continental. Nesse sentido, a comparação diacrônica da diversidade de posições – até

mesmo entre os socialistas – é ferramenta privilegiada para combater as concepções teleológicas que limitam este rico período ao nascimento dos Partidos Comunistas. A pluralidade de posições na esquerda latino-americana dos anos 1920 demonstra que o stalinismo não era inevitável, mas sim uma das perspectivas possíveis que, dentre tantas outras, saiu vencedora nos debates simbólicos sobre as narrativas desse período.

FONTES

Livros

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Obras completas**. Lima: Amauta. 20 volumes.

MAROF, Tristan. **México de frente y de perfil**. Buenos Aires: Claridad, 1934.

_____. **La Justicia del Inca**. Bruxelas: Falk Fils, 1926.

_____. **La tragedia del Altiplano**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1936.

_____. **La verdad socialista en Bolivia**. La Paz: Editorial Trabajo, 1938.

_____. **Habla un condenado a muerte**. Buenos Aires: Claridad, 1936.

_____. **El Ingenuo Continente Americano**. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1922.

_____. **Radiografía de Bolivia**. La Paz: Rolando Diez de Medina, 1997.

TENORIO, Oscar. **México Revolucionário (pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)**. Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928.

_____. **Imigração**. Rio de Janeiro: Pimento de Mello & Cia., 1936.

_____. **Da aplicação da Lei Penal: arts. 1-10**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1942.

_____. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955.

_____. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.

Periódicos

AMAUTA. Lima: Empresa Editorial Amauta, 1976. ed. fac-similar 32 volumes.

FOLHA ACADÊMICA. Rio de Janeiro: Editora Folha Acadêmica, 1928-1931. 60 volumes.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org). **Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

ALTAMIRANO, Carlos (org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: KATZ editores, 2008.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Edunesp, 2007.

_____. **Bolívia: Democracia e revolução (A comuna de La Paz de 1971)**. São Paulo, Alameda, 2011.

AGUILAR CAMÍN, Hector; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**. São Paulo: Edusp, 2000.

ALBARRACÍN MILLÁN, Juan. **El superestado minero y el derrumbe de la oligarquía boliviana**. La Paz: Plural Editores, 2008.

_____. Tristán Marof: Teoría crítica de un socialismo nacional. **La sociedad opresora. Sociología boliviana contemporánea III**. La Paz, 1979.

ALEXANDER, Robert Jackson. **International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement**. Durham: Duke University Press, 1991.

_____. **A history of organized labor in Bolivia**. Portsmouth: Greenwood Publishing Group, 2005.

ALIMONDA, Héctor. **José Carlos Mariátegui**. São Paulo: Brasiliense, 1983

_____. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Editora Moderna, 1986

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARICÓ, José (org.). **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México D.F.: Ediciones Passado y Presente, 1975.

_____. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.8.

BACIU, Stefan. **Tristán Marof de cuerpo entero**. La Paz: Ediciones Isla, 1987.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. (org.). **Enciclopédia Einaudi: Antropos-Homen**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. v.5.

BAGGIO, Katia. A "**Outra América**": a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das duas primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 1999.

BAMBIRRA, Vania; SANTOS, Theotonio dos. Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura 50 años de crise social. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina historia de medio siglo: América del Sur**. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1984.v.1.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, jan.-jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100008&script=sci_arttext> Acesso em: jan. 2014.

BAPTISTA GUMUCIO, Mariano. **Breve historia contemporánea de Bolivia**. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **20 de novembro de 1910: a Revolução Mexicana**. Lazuli: São Paulo, 2007.

_____. A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da História visual da **Revolução Mexicana (1900-1940)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2004.

_____.; LOPES, Maria Aparecida de Souza. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. **História (São Paulo)**, São Paulo, n. 20, 2001.

_____. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Edunesp, 2010.

_____. **Morte e vida da Revolução Mexicana: los de abajo de Mariano Azuela**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 1996.

BARRETO, Irineu Pacheco; CARMO, Corival Alves; NATALINO, Enrique Carlos. **Peru: evolução recente e futura**. Brasília: Funag, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **História Revista**, Goiânia, v.12, n.2, 2007.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (org.) **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAZANT, Jan. **Los bienes de la Iglesia en México (1856-1875): aspectos económicos y sociales de la revolución liberal**. México D.F.: El Colegio de México, 1971.

BEIGEL, Fernanda. **El itinerario y la brújula: el vanguardismo estético-político de José Carlos Mariátegui**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

_____. **La epopeya de una generación y una revista**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

BEIRED, José Luís Bendicho. **Autoritarismo e nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 1996.

_____.; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (org.). **Política e identidade cultural na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martinez. Mariátegui: Gênese de um pensamento latino-americano. In: BELLOTTO, Manoel L; CORRÊA, Anna Maria Martinez. (org.) **Mariátegui: Política**. São Paulo: Ed Ática, 1982.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. Os surtos modernistas. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). **Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1990.

BERGEL, Martín. Pablo. Latinoamérica desde abajo: las redes transnacionales de la Reforma Universitaria (1918-1930). In: ABOITES, Hugo; GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (org.) **La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: Clacso, 2008

BETHELL, Leslie. O Brasil e a perspectiva de América Latina em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.44, jan.-jul. 2009.

BILBAO LA VIEJA, Gabriel Gonzalo. **Tristán Marof Supay Pasasan**. La Paz: FUNDAPPAC, 2008.

BIZBERG, Ilan. Las democracias latino-americanas: una tipología. In: _____ (Ed.). **México en el espejo latino-americano. ¿Democracia o crisis?**. México D.F.: El Colegio de México, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BOLÍVIA. Vicepresidencia. (org.). **El Estado desde el horizonte de nuestra América**. México D.F.: UNAM, 2013.

BOSI, Alfredo. A parábola das vanguardas latino-americanas. In: SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. A vanguarda enraizada o marxismo vivo de Mariátegui. **Revista do IEA**, São Paulo, n. 8. jan-abr., 1990.

BRANSBOIN, Hernan; CURSI, Betiana; HERNANDEZ, Juan Luis; SANTELLA, Agustin; TOPASSO, Hernan (org.). **La Revolución Mexicana: documentos fundamentales (1910-1920)**. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2004.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007

BRUIT, Héctor Hernan. **Revoluções na América Latina**. São Paulo: Atual Editora, 1988.

BUCHBINDER, Pablo. **¿Revolución en los claustros? La reforma universitaria de 1918**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti de. **Bolívia: a criação de um novo país**. Brasília: Funag, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Viagem Incompleta: A experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000. v.1

_____. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História (São Paulo)**, Franca, v.22, n.2, 2003.

_____.; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

_____.; NEVES, Margarida de Souza. Retratos del Brasil: ideas, sociedad y política. In: TERÁN, Oscar. **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A ordem. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSOY, Boris (org.) **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial, 2005.

CARONE, Edgard. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. **A República Velha (Evolução Política)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARR, Barry. La Ciudad de México: Emporio de exiliados y revolucionarios latinoamericanos en la década de 1920. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 5, n.22, oct.-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.pacarinadelsur.com/home/mallas/338-la-ciudad-de-mexico-emporio-de-exiliados-y-revolucionarios-latinoamericanos-en-la-decada-de-1920>> Acesso em: dez. 2014.

CASTRO VACA, Zwuany. Diligencia socialista en Bolivia (1920-1926). **Pacarina del Sur**, México D.F., n.11, abr-jun, 2012. Disponível em: <<http://www.pacarinadelsur.com/home/oleajes/443-diligencia-socialista-en-bolivia-1920-1926>>. Acesso em: 19 set. 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. **Revista de Estudos Avançados**. v.5, n.11, jan.-abr. 1991.

COLOMBO, Silvia e SOARES, Gabriela Pelegrino. **Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX.** São Paulo: Humanitas, 1999.

COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra.** São Paulo: Rocco, 2014.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú contemporáneo.** Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2013.

CÓRDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana.** México D.F.: Ediciones Era, 1991.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COTLER, Julio. Perú: Estado oligárquico y reformismo militar. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina historia de medio siglo: América del Sur.** México D.F.: Siglo XXI Editores, 1984. v.1.

CRESPO, Regina Aída. **Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação.** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2007.

_____. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. p. 187-208. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16525.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

_____. A revista Folha Acadêmica e os esforços para integração do Brasil na América Latina. In: CRESPO, Regina. (org.) **Revistas en América Latina: proyectos literários, políticos y culturales.** México D.F.: CIALC/Eón Editores, 2010.

_____. Miradas diplomáticas: México en la correspondencia del palacio Itamaraty (1919-1939). **Secuencia. Revista de historia y ciencias sociales.** n.86, mai-ago, 2013. pp. 137-166.

DE DECCA, Edgard Salvadori. **O silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Edunesp, 1998.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)**. Buenos Aires: Biblos, 2000. t1.

DIAS, Natally Vieira. **O México como “lição”: a Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentino (1910-1915)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório. In: PENTEADO, Jacques de Camargo; RUFINO, Almir Gasquez (org.). **Grandes juristas brasileiros: livro II**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2008.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006.

ECHEVERRÍA, Evelio. **La novela social de Bolivia**. La Paz: Difusión, 1973.

ELLISON, Fred P. **Alfonso Reyes e o Brasil: um mexicano entre os cariocas**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

ELMORE Peter. **Los muros invisibles: Lima y la modernidad en la novela del siglo XX**. Lima: Mosca Azul editores, 1993.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. Brazil: the social and political structure of the First Republic, 1889-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, 2006. pp.17-36.

FELL, Claude. **José Vasconcelos: los años del águila (1920-1925)**. México D.F., Instituto de Investigaciones Históricas, 1989.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Patria mestiza : memoria e historia na invenção da nação mexicana entre os seculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

FERREIRA, John Kennedy. **A questão indígena-camponesa e a luta pelo socialismo: apontamentos sobre a contribuição de José Carlos Mariátegui**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. **CPDOC**, Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf> Acesso em: 17 mai. 2014.

FERREIRA, Oliveiros S. **Nossa América: Indoamérica**. São Paulo: Edusp, 1971.

FERREIRA DE CASSONE, Florencia. **Claridad y el internacionalismo americano**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1998.

FLORES GALINDO, Alberto. **La agonía de Mariátegui**. Lima: DESCO, 1982.

_____. **Arequipa y el sur andino, siglos XVIII-XX**. Lima, 1977.

FLORESCANO, Enrique. **El nuevo pasado mexicano**. México D.F.: Cal y Arena, 1991.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FORASTIERI, Rogerio; NOVAIS, Fernando. Introdução: para a historiografia da Nova História. In: FORASTIERI, Rogerio; NOVAIS, Fernando (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v.1.

FRANCO, Jean. **La cultura moderna en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1985.

FRANCOVICH, Guillermo. Gustavo A. Navarro. In: _____. **El pensamiento boliviano en el siglo XX**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1956.

FUNES, Patricia. **Salvar la nación: Intelectuales, cultura e política em los años veinte latino-americanos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GARGARELLA, Roberto. Latin American Constitutionalism: Social Rights and the “Engine Room” of the Constitution. **Notre Dame Journal of International & Comparative Law**, v.4, 2014. Disponível em: <<http://scholarship.law.nd.edu/ndjicl/vol4/iss1/3>>. Acesso em: jan. 2015.

GELADO, Viviane. **Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

GERKE GARZÍA, Ana Maria. **Alcides Arguedas: Polemic and Polemist in his Polemic with Tristán Marof**. Dissertação (mestrado em Artes) - Central Connecticut State University, 2009.

GILLY, Adolfo. **La Revolución Interrumpida**. México D.F.: Ediciones “El Caballito”, 1982.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. **Páginas libres. Horas de lucha**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

GOTKOWITZ, Laura. **La Revolución antes de la Revolución: luchas indígenas por tierra y justicia en Bolivia (1880-1952)**. La Paz: Plural editores, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

GUERRA, François-Xavier. **México: del antiguo régimen a la Revolución**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.

GUZMÁN, Augusto. Tristán Marof. **Panorama de la novela en Bolivia**. La Paz: Juventud, 1973.

HALL, Michael; SPALDING, Hobart. A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina (1880-1930). In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001. v.5.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das letras, 2008.

_____. **Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Nacionalismo e Marxismo. In: PINSKY, Jaime. (org.). **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina (1870-1930). In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina: cultura y sociedad (1830-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. v.8

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. **Obras Completas**. Lima: Editorial Juan Mejía Baca, 1985. v.1.

JOHN, Steven Sandor. **Bolivia's Radical Tradition**. Arizona: The University of Arizona Press, 2009.

KAPSOLI, Wilfredo. **Los movimientos campesinos en el Perú (1879-1965)**. Lima: Astusparia, 1977.

KATZ, Friedrich. Mexico: restored republic and Porfiriato (1867-1910). In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5.

KAYSEL, André. **Dois encontros entre o marxismo e América Latina**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP), 2010.

KLARÉN, Peter F. Los orígenes del Perú moderno (1880-1932). In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina: América del Sur (1870-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. v.10.

KLEIN, Herbert S. Bolívia, desde la guerra del Pacífico hasta la guerra del Chaco, 1880-1932. In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina: América del Sur (1870-1930)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. v.10.

_____. **Historia de Bolivia de los orígenes al 2012**. La Paz: Editorial "G.U.M.", 2012.

LEIBNER, Gerardo. **El Mito del Socialismo Indígena en Mariátegui**. Lima: PUCP, 1999.

LENIN, Vladimir I. **Collected Works**. Moscou: Progress Publishers. 1965. v.31.

LISS, Sheldon B. **Marxist Thought in Latin America**. California: University of California Press, 1984.

LORA, Guillermo. **Historia del movimiento obrero boliviano (1923-1933)**. Editorial Amigos del libro. t.3.

_____. **Historia dos Partidos Políticos da Bolívia**. La Paz: Ediciones “La Colmena”, 1987.

LORINI, Irma. **El movimiento socialista “embrionario” en Bolivia: 1920-1939**. La Paz; Cochabamba: Editorial Los amigos del libro, 1994.

_____. La prensa del movimiento socialista “embrionario” a principios del siglo XX. In: ARCHIVO Y BIBLIOTECA NACIONALES DE BOLÍVIA. **Anuario de estudos bolivianos, archivísticos y bibliográficos Nº10**. Sucre: Ediciones Archivo y Biblioteca Nacionales, 2004.

LÖWY, Michael (org.) **Por um socialismo indo-americano: José Carlos Mariátegui**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

LUCERO, Susana. **Raízes históricas e sociológicas do código civil brasileiro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Leila. Escorsim. **J.C. Mariátegui: marxismo, cultura e revolução**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

MALLOY, James. **Bolivia the Uncompleted Revolution**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1970.

MANCEBO, Deise. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20, 1997. **Anais...** Rio de Janeiro, UERJ, 1997. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/20/MANCEBO.htm>> Acesso em: nov. 2013.

MARTÍN DEL CAMPO, Julio Labastida. Da unidade nacional ao desenvolvimento estabilizador (1940-1970). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora Unb, 1990. v.4.

MEDRANO REYES, Guillermo; MEDRANO ZEGARRA, Daniele Nathalie. **La Paz, Vanguardia revolucionaria de Bolivia: líderes y movimiento sociales en su historia.** La Paz: CIMA Editores, 2011.

MELGAR BAO, Ricardo. Prácticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución mexicana. **Regiones suplemento de antropología..**, México D.F., ano 7, n. 43, oct-dez. 2010.

_____. El exiliado boliviano Tristán Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 3, n. 11, abr-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/480-el-exiliado-boliviano-tristan-marof-tejiendo-redes-identidades-y-claves-de-autoctonia-politica>> Acesso em: jul. 2013.

_____. Señas, guiños y espejismos revolucionarios: México y Bolivia. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 5, n.22, oct.-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.pacarinadelsur.com/home/mallas/248-senas-guiños-y-espejismos-revolucionarios-mexico-y-bolivia>> Acesso em: dez. 2014.

_____. **Redes e imaginario del exilio en México y América Latina, 1934-1940.** Buenos Aires, Ediciones Libros en Red, 2003.

MELIS, Antonio. **Leyendo Mariátegui.** Lima: Editora Amauta, 1999.

MELLA, Julio Antonio. **Documentos y artículos.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

MEYER, Jean. Mexico: revolution and reconstruction in the 1920's. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MIRES, Fernando. **La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina.** México D.F.: Siglo XXI, 1988.

MITRE, Antonio. Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despertar da modernidade em Ariel de Rodó. In: _____. **O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOTTA, Romilda Costa. **José Vasconcelos: as *Memórias* de um “profeta rejeitado”**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2010.

NOVAES, Adauto. **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Angela Meirelles de. **Palavras como balas. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Elite Intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro: FGV; Instituto Nacional do Livro, 1980.

OLVERA, Alberto J. Las tendencias generales de desarrollo de la sociedad civil en México. In: _____. (org.) **Sociedad Civil, Esfera Pública y Democracia en América Latina: México**. Veracruz; México D.F.: Universidad Veracruzana; Fondo de Cultura Económica, 2003.

OTRANTO, Célia Regina. Os desafios da autonomia universitária. In: JAEGER Zacarias G; SOUZA, Donaldo B. (orgs.). **O Processo de Reestruturação dos Cursos de Pós-graduação em Educação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

OVIEDO, José Miguel. **Breve historia del ensayo hispanoamericano**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

PADILLA MORENO, Roberto. **México y su revolución en la Revista Amauta, 1926-1930**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidad Nacional Mayor De San Marcos (UNMSM), 2008.

PALACIOS, Guillermo. **Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil (1822-1993)**. São Paulo: Edusp, 2008.

PARIS, Robert. El marxismo de Mariátegui. In: ARICÓ, José. (org.) **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano**. México D.F.: Ediciones Pasado y Presente, 1978.

_____. **La formación ideológica de José Carlos Mariátegui**. México D.F., Ediciones Pasado y Presente, 1981.

PLA, Alberto J. **La Internacional Comunista y América Latina: Sindicatos y Política en Venezuela (1924-1950)**. Rosario: Ediciones Homo Sapiens, 1996.

PAZ, Octávio. **O Labirinto da Solidão e Post Scriptum**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o México. **Margem Esquerda**. São Paulo, n.15, 2010.

_____. José Carlos Mariátegui e o marxismo. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **Do sonho às coisas: retratos subversivos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

PLANAS, P; RIVAROLA, M. (org). **Haya de la torre**. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988.

PONS, Silvio. **A Revolução global: História do comunismo internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

POZA HORASITAS, Ricardo. A consolidação da nova ordem institucional no México. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina: história de meio século**. Brasília: Editora Unb, 1990. v.4.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n.145, 2001.

_____. Democracia e autoritarismo na América Latina do século XIX. In: JANOTTI, Maria de Ludes Monaco; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho. (org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. **A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934)**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Falsidades, insultos e calúnias: as polêmicas no Brasil sobre a Revolução Mexicana de 1910. Texto Mimeo.

_____. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153, 2005.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Carácter de la Revolución y del Partido: Debate con el APRA. In: _____. (org.). **Textos básicos**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

_____. **Introducción a Mariátegui**. Ediciones Era, 1982.

_____. Sobre el Partido Socialista del Perú. In: QUIJANO, Aníbal (org.). **Textos básicos**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (org.) **Intelectuais e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. (org.). **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1999.

RODRIGUEZ LEYTÓN, Juan Nivardo. **Un anarquismo singular: Gustavo A. Navarro - Cesareo Capriles 1918 - 1924**. Sucre: Archivo y Bibliotecas Nacionales de Bolivia; Fundacion Cultural del Banco Central de Bolivia, 2013.

ROLON ANAYA, Mario. **Política y Partidos en Bolivia**. La Paz: Editorial Juventud, 1999.

ROMERO, José Luis. **Las ideas políticas em Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

_____. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

RONIGER, Luis. Destierro y exilio en América Latina: Un campo de estudio transnacional e histórico en expansión. **Pacarina del Sur**, México D.F., ano 5, n. 21, oct.-dez. 2014.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**, vol. 15, n. 30, 1995.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANCHEZ VAQUEZ, A. **América Latina. História, Idéias e Revolução**. São Paulo: Xamã, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. Campinas: Edunicamp, 1985.

SANTOS JÚNIOR, Valdir Donizete dos. **A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção das identidades na América Latina (1898-1914)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2013.

SARLO, Beatriz. Modernidad y mezcla cultural. El caso de Buenos Aires. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). **Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina**. São Paulo: Fundação do Memorial da América Latina, 1990.

_____. **Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **La maquina cultural**. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2007.

_____. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. **Revista iZQUIERDAS**, Santiago, ano 3, n.5, 2009.

SCHLESINGER, Rudolf. **La internacional comunista y el problema colonial**. México D.F.: Siglo XXI, 1967.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas**. São Paulo: Edusp 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA HERZOG, Jesus. **Breve historia de la Revolución Mexicana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. **Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)**. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Projetos Políticos de Modernização e Reforma no Peru: 1950-1975**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), 1997.

_____. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. História das ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena. **Cadernos de Seminário de pesquisa**. São Paulo: USP-FFLCH-Humanitas, 2011. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/leha/cms/userfiles/file/csp2.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

SOFRI, G. O problema da revolução nos países atrasados. In: HOBBSBAWM, E. (org.) **História do Marxismo**. São Paulo, Paz e Terra, 1987. v.8.

SOUSA, Fábio da Silva. **Operários e Camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na Imprensa Operária Brasileira (1910-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), 2010.

SPENSER, Daniela. **El triángulo imposible, México, Rusia soviética y Estados Unidos en los años veinte**. México D.F.: CIESAS Miguel Angel Porrua, 1998.

STREICH, Ricardo Neves. A vertente editorial do projeto socialista de Mariátegui. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, jan.-jul. 2012.

TEIXEIRA, Gilberto Lopes. **Anti-imperialismo e nacionalismo. A polêmica dos anos 20 na visão de Haya de La Torre e Julio Antonio Mella**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), 2002.

TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales (1810–1980)**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2010.

_____. El primer antimperialismo latinoamericano. In: TERÁN, Oscar. **En Busca de la Ideología Argentina**. Buenos Aires: Catálogos, 1986.

TOBLER, Hans Werner. **La Revolución Mexicana: transformación social y cambio político (1876 – 1940)**. México: Alianza Editorial, 1994.

TOPASSO, Hernán. Tristán Marof en México. **Regiones suplemento de antropología**, n. 43, oct.-dez. 2010.

TROTSKY, Leon. **Escritos Latinoamericanos**. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones 'Leon Trotsky', 2000.

URQUIDI, Vivian Contribuições de José Carlos Mariátegui ao Pensamento Descolonizado. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA, XXIX, 2013, Santiago. **Crisis y Emergencia Social en América Latina**. Santiago: Universidad de Chile, 2013. v. XXIX.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Francisco Pancho Villa: uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana**. São Paulo: Ícone, 1992.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WASSERMAN, Claudia. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, n.18, dez. 2003.

WOMACK JR, John. The Mexican Revolution, 1910-1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v.5.

_____. **Zapata e a Revolução Mexicana**. Lisboa: Edições 70, 1980.

YANKELEVICH, Pablo. **La revolución mexicana en América Latina: intereses políticos, itinerarios intelectuales**. México D.F.: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2003.

_____. **Miradas australes: propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata (1910-1930)**. México D.F.: Inehrm/SRE, 1997.

ZANETI, Suzana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1898-1916). In: PIZARRO, Ana. (org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. Campinas:

Edunicamp, 1994. v.2.

ZAVALETA MERCADO, René. Consideraciones generales sobre la historia de Bolivia (1932-1971). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **América Latina historia de medio siglo: América del Sur**. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1984. v.1.